

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 5 - 2017





As normas de publicação podem ser encontradas em: <http://www.praticasdahistoria.pt/pt>.

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 5 - 2017

www.praticasdahistoria.pt

Práticas da História

Conselho Editorial

António da Silva Rêgo [IHC-FCSH/NOVA]
Christiaan Engberts [Leiden Universiteit]
Elisa Lopes da Silva [ICS-UL]
Guilherme Borges Pires [CHAM-FCSH/NOVA-UAç]
Joaquim Gafeira [IEM-FCSH/NOVA]
José Miguel Ferreira [ICS-UL]
José Neves, director da revista [IHC-FCSH/NOVA]
Matheus Pereira [Universidade Estadual de Campinas]
Pedro Martins [IHC-FCSH/NOVA]
Rui Lopes [IHC-FCSH/NOVA]
Tiago Pires Marques [CES-Universidade de Coimbra]

Conselho Científico

Alessandro Portelli [Università di Roma La Sapienza]
António M. Hespanha [Universidade Nova de Lisboa]
Enzo Traverso [Cornell University]
Fernando Catroga [Universidade de Coimbra]
Fernando Rosas [Universidade Nova de Lisboa]
Francisco Bethencourt [King's College London]
Henrique Espada Lima [Universidade Federal de Santa Catarina]
João Luís Lisboa [Universidade Nova de Lisboa]
Lilia Moritz Schwarcz [Universidade de São Paulo]
Luís Trindade [Birkbeck College]
Maria de Lurdes Rosa [Universidade Nova de Lisboa]
Robert Rowland [ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]
Rui Bebianco [Universidade de Coimbra]
Sérgio Campos Matos [Universidade de Lisboa]
Simona Cerruti [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris]
Verónica Tozzi [Universidad de Buenos Aires]

Índice

Nota Editorial	7
<i>José Ferreira, José Neves e Pedro Martins</i>	
Artigos	
Simulations and Simulacra: History in Video Games	11
<i>Andrew B. R. Elliott</i>	
‘I watch it for historic reasons.’ Representation and reception of the Middle Ages in ‘A Song of Ice and Fire’ and ‘Game of Thrones’	43
<i>Riccardo Facchini</i>	
A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?	75
<i>Víctor Barros</i>	
O messianismo ou a história como dissidência na obra de Walter Benjamin	115
<i>Maria João Cantinho</i>	
Ensaio	
Teoria Política Comparada: uma crítica pós-colonial	133
<i>Sanjay Seth</i>	

Entrevistas

- L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s) 155
Entretien avec Judith Revel par Elisa Lopes da Silva

- Mirrors, Rooms, and one Very Big Building 183
A conversation with Yuri Slezkine on Russian ethnographers, the historiography of the Soviet Union and Literature.
Interview by José Neves

Recensão

- Konrad H. Jarausch, Christian F. Ostermann, Andreas Etges. *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* 207
Rui Lopes

Nota Editorial

José Ferreira, José Neves e Pedro Martins*

Na senda do que têm vindo a ser as principais linhas temáticas em torno das quais se tem desenvolvido este projeto, a *Práticas da História* 5 procura dialogar com um conjunto diversificado de formas de pensar, construir e representar a história. Os textos apresentados neste número colocam assim, lado a lado, temas menos explorados, como as representações do passado que encontramos diariamente nos ecrãs das nossas televisões e computadores, e a obra de autores “clássicos” no campo da teoria da história.

A secção de artigos inicia-se com um texto de Andrew Elliott, em que se argumenta que a possibilidade de “simulação” inerente aos videojogos significa que estes não só incorporam narrativas históricas pré-existentes como podem, também, configurar formas de estimular e questionar visões do tempo e do passado. Segue-se um artigo de Riccardo Facchini que, na sequência dos textos anteriormente publicados na revista sobre o tema do medievalismo, procura refletir sobre as representações do período medieval na série televisiva *Guerra dos Tronos*, relacionando a ideia de “realismo” e a vontade de superar uma visão romântica da Idade Média com a construção de um olhar pós-moderno sobre este período. O terceiro artigo, da autoria de Víctor Barros, analisa as conexões entre historiografia e políticas de memória na construção de uma história oficial da “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde. A secção encerra com um texto de Maria João Cantinho sobre a obra de Walter Benjamin e a sua busca de uma conceção de história alternativa às teorias do progresso, marcada pela ideia de descontinuidade.

* ICS-UL, IHC-NOVA e IHC-NOVA.

Neste número publicamos ainda um ensaio de Sanjay Seth, no qual este historiador lança um olhar pós-colonial em torno dos recentes esforços da teoria política comparada para superar os limites do eurocentrismo vigente nas ciências sociais e humanas. Discutindo os méritos e limitações desses esforços, o ensaio de Seth participa de um debate mais amplo em torno da descolonização do conhecimento, tarefa que, na sua perspectiva, não se pode circunscrever à integração no cânone de quem dele veio sendo excluído, devendo igualmente questionar a universalidade dos pressupostos antropológicos em que tais ciências se têm vindo a fundar.

Na secção de entrevistas, excepcionalmente, publicamos duas conversas. A respeito do trabalho que tem vindo a desenvolver em torno das relações entre História e Filosofia, e muito em particular no modo como as duas tradições disciplinares se interrogam no trajeto de Michel Foucault, conversamos com Judith Revel. Esta entrevista, realizada por Elisa Lopes da Silva, traz luz sobre debates estruturantes do campo intelectual francês nas últimas décadas e convida à revalorização da questão da descontinuidade em história, ou da história como descontinuidade, e dos desafios a um tempo metodológicos e teóricos que tal levanta.

A *Práticas da História 5* debruça-se também sobre o trajeto singular de Yuri Slezkine, que, a partir de Berkeley, tem vindo a produzir uma das mais importantes obras sobre a história do comunismo soviético. Na conversa que com ele tivemos, conduzida por José Neves, discutimos os principais desenvolvimentos nesse campo de estudos, em particular no contexto académico anglo-saxónico, sinalizando aproximações e distâncias entre perspectivas revisionistas como as de Sheila Fitzpatrick e contributos como os de Stephen Kotkin ou do próprio Slezkine. A entrevista é ainda uma oportunidade para olharmos para a história de algumas práticas disciplinares das ciências sociais e humanas em contexto soviético, nomeadamente a antropologia, na sua relação com os processos de construção étnica e nacional.

Em continuidade temática, na secção de resenhas, Rui Lopes escreve sobre um recente volume colectivo em torno da representação e memória da Guerra Fria, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, coordenado por Konrad H. Jarausch, Christian F. Ostermann e Andreas Etges.

Editorial Note

Keeping to the path we have been following, number 5 of *Práticas da História* seeks to engage with a variety of ways of thinking, of making history and of representing it. The papers assembled in this issue deal with underexplored topics related to depictions of the past that confront us on a daily basis on the screens of our laptops and televisions, alongside with analysis of the work of “classic” authors in the field.

The articles’ section opens with a paper by Andrew Elliott, in which the author argues that the possibility of “simulation” inherent to videogames means that these not only incorporate pre-existing historical narratives but can also conjure up new ways of inspiring and questioning such views of the past. Then, following up on other articles about medievalism published in our previous issues, Riccardo Facchini reflects on the representations of the medieval period in the TV series *Game of Thrones*, relating the notion of “realism” and the rejection of a romantic view of the Middle Ages with the development of a post-modern understanding of this era. The third article, by Vítor Barros, addresses the connections between historiography and the politics of memory in the construction of an official history of the “discovery” of the Cabo Verde archipelago. The section concludes with a paper by Maria João Cantinho on the work of Walter Benjamin and his quest for an alternative concept of history, which would replace the theories of progress with a notion of discontinuity.

The issue also includes an essay by the historian Sanjay Seth, presenting a post-colonial critique of the recent efforts in the field of Comparative Political Theory to question the Eurocentric limits of human and social sciences. While discussing the merits and limitations of these efforts, Seth’s essay takes part in a broader debate about the decolonization of knowledge, a task that, in his view, cannot be restricted to the integration in the canon of those that have until now been excluded, but must also problematize the universality of the anthropological conventions in which these sciences have been founded.

Exceptionally, this issue includes two interviews. The first, with Judith Revel, addresses her work on the links between History and

Philosophy and, particularly, on the ways in which these disciplinary traditions are articulated in the trajectory of Michel Foucault. The conversation, conducted by Elisa Lopes da Silva, sheds light on some of the structural debates of the French intellectual field in the last few decades and invites us to reevaluate the question of discontinuity in history, or of history as discontinuity, and the methodological and theoretical challenges that arise from such an approach.

Moreover, *Práticas da History* 5 takes a closer look at the singular path of Yuri Slezkine, who, in Berkeley, has produced some of the most thought-provoking works on the history of Soviet communism. In an interview conducted by José Neves, we discuss developments in this field, particularly in the Anglo-Saxon academic world, and the main topics of convergence and divergence between the perspectives of “revisionist” historians, such as Sheila Fitzpatrick, and the contributions of Stephen Kotkin and of Slezkine himself. This conversation was also an opportunity to examine the history of some of the disciplinary practices of the human and social sciences in the Soviet context, namely those of anthropology and its connection with the process of ethnic and national construction.

Finally, in the reviews section, Rui Lopes writes about a recent edited volume, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, edited by Konrad H. Jarausch, Christian F. Ostermann and Andreas Etges.

Andrew B. R. Elliott

**Simulations and Simulacra:
History in Video Games**

Historical video games are not only entertainment, but big business. Anecdotal evidence suggests that the worldwide success of fantasy games like *The Elder Scrolls V: Skyrim* and *World of Warcraft* have brought about a renewed flurry of interest in formal Medieval Studies programmes at both undergraduate and postgraduate level. Yet, despite some excellent scholarship examining the so-called ‘edutainment’ debate which questions whether games can teach history, what has been overlooked is a more important question: if so, what kind of history would that be? This article uses the concept of simulation to question the ways in which games confront history, arguing first that history is itself a model, before arguing that what is often on offer in many video games is a kind of simulation which allows for historical thinking.

Keywords: Video games, History, Historical simulation.

**Simulações e Simulacros:
A História nos Videojogos**

Os videojogos históricos não são apenas entretenimento, mas um negócio enorme. Provas circunstanciais sugerem que o sucesso mundial de jogos de fantasia como *The Elder Scrolls V: Skyrim* e *World of Warcraft* estimularam uma renovada vaga de interesse pelos programas académicos de estudos medievais, tanto a nível de licenciaturas como de mestrados e doutoramentos. Contudo, e apesar de alguns trabalhos notáveis em torno da capacidade destes jogos de ensinar história, uma questão mais importante tem sido ignorada: que tipo de história podem ensinar? Este artigo usa o conceito de simulação para questionar os modos como os videojogos se relacionam com a história, começando por argumentar que a história é em si mesma um modelo, para depois afirmar que muitos videojogos oferecem na realidade uma espécie de simulação que propicia o pensamento histórico.

Palavras-chave: Videojogos, História, Simulação Histórica.

Simulations and Simulacra: History in Video Games

Andrew B. R. Elliott*

Historical video games—as the growing scholarship explored in this article attest—are not only a growing area for discussion, but they are important in their own right. Examining the bestseller lists of videogames sold over the past four years, the top ten bestselling video games for 2014, 2013, 2012 and 2011 all feature video games franchises like *Assassin's Creed*, *Call of Duty*, *Elder Scrolls*, *World of Warcraft* or *Battlefield*, all of which share a setting in a past historical world, however loosely that world might be understood.¹ In fact, of the top twenty bestselling games of the last four decades since the domestication of the video console, alongside many obvious examples like *Tetris*, *Wii Fit* or *Mario Kart* for the Wii, or *Kinect Adventures* for the Xbox there are three immensely popular historical games and franchises: *Skyrim*, *World of Warcraft* and *Call of Duty: Black Ops*.²

Now, as one who works on historical representation in popular culture it is immensely tempting to jump ahead and conclude from

* MC2206 Lincoln School of Film and Media, University of Lincoln LN6 7TS.

1 Given the problems of obtaining objective statistics about downloads and sales for comparison purposes, overall sales figures and data have been aggregated from two different games websites: <http://www.techrepublic.com/blog/geekend/the-top-25-best-selling-video-games-ever/> (accessed 17th October 2014), and <http://www.gamesradar.com/20-best-selling-games-last-generation/> (accessed 17th October 2014). Individual years' sales figures are drawn from <http://www.thefiscaltimes.com/Media/Slideshow/2013/12/13/10-Bestselling-Video-Games-2013> on the basis that it offered consistent data year on year for the past five years (accessed 13th October 2014).

2 The significance of historical titles is further supported by the observation that the three non-historical games cited (*Wii Fit*, *Mario Kart*, and *Kinect Adventures*) were often sold in a bundle with the purchase of the console itself. While those sales were not always recorded as sales in their own right, their proliferation and ubiquity risk distorting any subsequent sales figures generated from them.

these kinds of statistics simply that ‘people like to play historical video games’. Indeed, this thought has become such a truism that it has prompted a growing agreement that the media are becoming the primary mode through which most people now understand history. Peter C. Rollins, for example, in a book which is generally welcoming of historical films, begins his study by claiming that “contemporary Americans know what they know about foreign affairs, domestic politics, and history primarily from what they see on the motion picture screen, television, and—in a recycled form—on videotape and DVD technologies.”³ Likewise, in their study of historical films, Francaviglia and Rodnitzky begin with the claim that “film is such a good medium for teaching history” because “our current students are clearly a film generation. Increasingly, they see more films and read fewer books.”⁴ John E. O’Connor similarly argues that “even well-educated Americans are learning most of their history from film or television.”⁵

So entrenched, in fact, are these claims that they can even find themselves being used to destabilise scholarly authority—again without any evidence offered in support of them. As Gaea Leinhardt claims, nowadays “students learn history outside of school [...] The voice of the academy is not privileged in the development of historical memory or in the constructions of students, their parents, or even teachers”,⁶ prompting Paul Weinstein to suggest we “acknowledge film and television media as the great educators of our time”.⁷ Consequently, there is among scholars of media and history a prevalent but untested syllogism

3 Peter C. Rollins, “Film and History: Our Media Environment as a New Frontier,” in *Lights, Camera, History: Portraying the Past in Film*, ed. by Richard V. Francaviglia and Jerry Rodnitzky (Arlington: Texas A&M University Press, 2007), 1–9 (1).

4 *Lights, Camera, History: Portraying the Past in Film*, ed. by Richard V. Francaviglia and Jerry Rodnitzky (Arlington: Texas A&M University Press, 2007), viii.

5 John E. O’Connor, “History in Images/Images in History: Reflections on the Importance of Film and Television Study for an Understanding of the Past”, *The American Historical Review*, 93.5 (1988), 1200–1209 (p. 1201) <<http://dx.doi.org/10.2307/1873535>>.

6 Gaea Leinhardt, ‘Lessons on Teaching and Learning History from Paul’s Pen’, in *Knowing, Teaching, and Learning History: National and International Perspectives*, ed. by Peter N. Stearns, Peter C. Seixas, and Sam Wineburg (New York: NYU Press, 2000), pp. 223–45 (p. 225).

7 Paul B. Weinstein, “Movies as the Gateway to History: The History and Film Project,” *The History Teacher* 35, n.^o 1 (2001): 27–48 (27) <<http://dx.doi.org/10.2307/3054508>>.

that—as a result of an explosion of popular history in the media—the public is learning most, if not all, of its history from the media—especially television and film—in place of ‘official’ sources like books and museums.

Not only is this latter claim unexamined but, appealing as it might be, within the context of video games it is frankly untenable since it takes into account neither the extraordinary variety of historical video games in existence, nor the extraordinary variety of ways of playing them. More importantly, it overlooks the significant number of initiatives with good (or at least pedagogically-inclined) intentions that nevertheless resulted in poor video games, like MECC’s *Freedom!*, a side-scroller which aimed to teach students about slavery but which resulted instead in a series of lawsuits for its alleged racism. Likewise, such an argument masks a basic assumption that a historical video game is trying to represent the past accurately or authentically. Such an assumption ignores the vast ludic graveyards filled with entertaining yet loose or obviously counterfactual historical settings, like *Gettysburg: Armed Warfare* (which introduces modern warfare to the Battle of Gettysburg), or the ill-judged *JFK: Reloaded* (which allows the player to attempt to recreate the Kennedy assassination, awarding points for historical accuracy).⁸

On the other end of the spectrum sit games like the immensely popular *Assassin’s Creed* franchise. While the historical detail of a game like *Assassin’s Creed II* might be commended—indeed, Connie Veugen argues that the series’ “meticulous recreation of past eras is exactly what has made these games so successful”⁹—such claims raise questions about whether players actually *want* historical accuracy in the first place, and how many of them might recognise it in any case.

In this article I propose to build on existing scholarship, not by trying to offer a generalised theory of engagement or enquiry, but rath-

8 All of these examples are drawn from a feature exploring bad taste or unusual historical video games on www.theverge.com. See Molly Osberg, “Nine of the Weirdest Historical Video Games Ever Made,” *The Verge*, 2014 <<http://www.theverge.com/2014/9/18/6352709/nine-of-the-weirdest-historical-video-games-ever-made>> [accessed 13 October 2014].

9 Connie Veugen, “Using Games to Mediate History,” in *Companion to European Heritage Revivals*, ed. Linde Egberts and Koos Bosma (Springer, 2014), 95–113 (101).

er by turning back to the historiographic questions which underpin that scholarship, in order to highlight some similarities between academic history and computer simulations. The objective here is not to try to prove that games are capable of replicating historical inquiry, but rather to show that the process of simulation bears, in fact, marked similarities with the process of representing history. Historians, admittedly, use a range of disciplinary tools and methods to enquire about the past. Consequently, I do not suggest that the two processes are the same. Rather, my point is that—in its capacity to invoke a model of past behaviour—games can often require some similar processes to some facets of historical enquiry. These behaviours offer new and interesting ways of thinking about the past which can encourage a form of historical thinking.

Similarly, as a theoretically-inflected article, my work does not try to make grand claims about all games, or indeed to offer any broader suggestions about different genres, since without sufficient empirical data it is both unhelpful and impossible to generalise. Ubisoft's intentions with regards to the *Assassin's Creed* franchise clearly operate according to a very different set of priorities when compared to games like *Europa Universalis* or *Crusader Kings*. In the latter, a different set of affordances (to use Adam Chapman's concept)¹⁰ make for a markedly different interaction with the past than the former's immersion into history. These affordances encourage a player to shift from an "observation of historical objects" to take on more of an "exploratory agency" in games which offer an interactive past world.¹¹ Ubisoft's historical world is not (only) an affordance, but a setting. As Chapman argues, "a large part of the aesthetics of games such as *Assassin's Creed* are actually

10 Adam Chapman, "Affording History: Civilization and the Ecological Approach," in *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, ed. Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B. R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), 61–73.

11 Adam Chapman, *Digital Games as History: How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice* (New York, NY: Routledge, 2016), 175; see also Andrew Rheinhard's work on archaeological exploration of No Man's Sky in Gita Jackson, "Archeologist Digs Into Remains of No Man's Sky Abandoned Player Civilization," *Kotaku*, 2017 <<https://kotaku.com/archeologist-digs-into-remains-of-no-mans-sky-abandoned-1819114074>> [accessed 11 December 2017].

algorithms, that, though written logically, are still subjective aesthetics that attempt to represent historical experience through reactively producing signs to be read and responses to be acted upon.”¹²

In addition, this article objects to the insistence on equating consumption with learning inherent in the various claims that audiences learn history from the media. Firstly, any analysis of historical video games (or any other medium depicting the past) ought to be deeply wary of suggesting that players are passively consuming media. Not only is such a claim palpably untrue—as the vast literature on game studies demonstrates—but it also fundamentally misunderstands how and to what extent players of historical video games become involved in some kind of historical investigation. There is a great variety of mechanisms by which a ‘player’ can interact with a given game, which means that it is difficult to generalise exactly what sort of relationship exists between a player and a game. From the isolation of a player absorbed in a handheld game to a multiplayer console game with friends; from playing an in-browser game on a smart phone to playing a Facebook game against or with friends; from an intensive FPS played against a player several time zones away to entering the world of Massively Multiplayer Online RPG: in all of these cases the relationships between gamer and game are complex and multifaceted and—clearly—almost impossible to generalise without basing one’s descriptions on unhelpful assumptions. Thus, to suggest a generalised theory of what people are doing when they play historical video games seems to be somewhat naïve at best, and utterly misguided at worst.

What is more, when we try to analyse historical video games, we are often overlooking legions of casual gamers who, as Jesper Juul observes, rarely show up in those bestseller games lists, but who might nevertheless be engaging with the past in broadly similar ways.¹³ Yet,

¹² Adam Chapman, “Privileging Form over Content: Analysing Historical Videogames,” *Journal of Digital Humanities* 1, n.^o 2 (2012) <<http://journalofdigitalhumanities.org/1-2/privileging-form-over-content-by-adam-chapman/>>.

¹³ Jesper Juul, *A Casual Revolution: Reinventing Video Games and Their Players* (Cambridge, MA: MIT Press, 2010).

while there are dozens of articles and chapters on *Assassin's Creed II* or *Sid Meier's Civilization* and history, very few explicitly explore casual games and their relationship with history. Serina Patterson's essay on medievalism remains one of very few such studies, carefully analysing the ways in which social gaming's uses of the Middle Ages in Facebook, Twitter and mobile devices integrate a memory of the period and incorporate it into users' everyday lives.¹⁴ Patterson's argument that casual medieval games form pseudomedieval worlds which "serve a variety of social and emotional needs"¹⁵ draws out the subtle point that it is not merely a clique of hard-core gamers who 'reimagine' history, but rather, to some extent, we are all likely to engage, in one way or another, with digital games and history.

Games and/as Historiography

Historiography has, for some decades now, been wrestling with questions about what it means to study the past. An important part of the debate concerns what it means to 'do history', as Robert A. Rosenstone termed it in his 1995 book, *Visions of the Past*, in which he overtly questioned whether film is capable of conducting serious academic and historical enquiry, a process he later called doing "History with a capital H".¹⁶ Part of the problem, Rosenstone wrote, is that the formal ways of carrying out historical enquiry were analysed and the inevitable subjectivity of the historian increasingly became a focus of critical enquiry in itself. Thus, Rosenstone suggested, perhaps films were in some ways carrying out a kind of history on screen, even if it was not the same work as professional historians.

In the context of games, similar suggestions have been made for over a decade. From the earliest examples—such as Uricchio's now sem-

¹⁴ Serina Patterson, "Casual Medieval Games, Interactivity, and Social Play in Social Network and Mobile Applications," in *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, ed. by Daniel T. Kline (London & New York: Routledge, 2013), 243–56.

¹⁵ Patterson, 245, 254.

¹⁶ Robert A. Rosenstone, *Visions of the Past: The Challenge of Film to Our Idea of History* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995); Robert A. Rosenstone, *History on Film/Film and History* (Harlow: Longman/Pearson, 2006), 2.

inal 2005 article “History, Simulation, and Computer Games” and Kurt Squire’s work in the field (including his ground-breaking doctoral thesis on *Civilization*) – to more recent studies by Adam Chapman, Daniel Kline, Jeremiah McCall, Tobias Winnerling and Florian Kerschbaumer, there has been a steady acceptance that historical inquiry through computer games is something with which players are concerned, and which scholars should acknowledge accordingly.¹⁷

Even as early as 2006, Niall Ferguson acknowledged that non-historians were engaging with history in ways which already recognised that the process of ‘doing history’ was changing. In a much-cited article in the *New York Magazine*, Ferguson acknowledged that a new generation of gamers had grown up with simulations of the past and were capable of replicating some of that History with a capital H, suggesting that:

the Game Boy generation is growing up. And, as they seek a deeper understanding of the world we live in, they may not turn first to the bookshelves. [...] in the past winners wrote history; now they are programming and selling it.¹⁸

More empirical evidence emerging in recent scholarship seems to bear out Ferguson’s anecdotal suggestion. Gareth Crabtree’s discussion of ‘modders’ who cross the imaginary line between consumer and producer examines the ways that players are ‘modding’ (modifying) existing video games in order to make adjustments to the historical record.¹⁹

17 William Uricchio, “Simulation, History, and Computer Games,” in *Handbook of Computer Game Studies*, ed. Joost Raessens and Jeffrey Goldstein (Cambridge, MA: MIT Press, 2005), 327–38; Kurt Squire, *Replaying History: Learning World History through Playing Civilization III* (Bloomington: Indiana University, 2004) <<http://website.education.wisc.edu/kdsquire/dissertation.html>> [accessed 1 December 2012]; Henry Jenkins and Kurt Squire, “The Art of Contested Spaces,” in *Game On: The History and Culture of Video Games*, ed. L. King (London: Lawrence King, 2003); Adam Chapman, “Is Sid Meier’s Civilization History?,” *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice* 17, n.º 3 (2013), 312–32; Chapman, “Privileging Form over Content: Analysing Historical Videogames,” *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, ed. Daniel T. Kline (London & New York: Routledge, 2013); Jeremiah McCall, *Gaming the Past: Using Video Games to Teach Secondary History* (New York: Routledge, 2011).

18 Niall Ferguson, “How to Win a War,” *New York Magazine*, October 15, 2006.

19 Gareth Crabtree, “Modding as Digital Reenactment,” in *Playing with the Past: Digital*

His conclusions that “modding communities are a new form of digital re-enactment group, facilitated by communication technologies”²⁰ offer interesting possibilities for discussions of the way that historical capital (to use Pierre Sorlin’s borrowing from Pierre Bourdieu) is both affecting and being affected by users and consumers of popular culture.²¹ Modders thus embody a degree of historical engagement which is unprecedented and largely unforeseen by the scholarly literature on the topic.²² Modding communities offer examples of an intriguing mode of historical gaming in which players do not operate in the capacity of passive players responding to stimuli on screen, but instead become actively engaged in modding a source text in order to heighten verisimilitude, to enhance authenticity, or to manipulate the reception of the video game text itself.²³

In another example, Shawn Graham’s innovative course at the University of Carleton, “Digital History: Gaming and Simulation for Historians”, encourages students to explore how historical narratives emerge in video games, and teaches history in ways which “take advantage of the key affordances of digital media”.²⁴ Throughout this course, students are encouraged to formalise their learning through a similar process to modding, in ways which harness history-as-entertainment in order to apply findings to historical inquiry and traditional pedagogic practices.

Games and the Simulation of History, ed. Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B. R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), 199–214.

²⁰ Crabtree, 207.

²¹ Pierre Sorlin, “How to Look at an ‘Historical’ Film,” in *The Historical Film: History and Memory in Media*, ed. Marcia Landy (London: Continuum, 2001), 25–49 (38).

²² With the exception of Shree Durga and Kurt Squire, “Productive Gaming and the Case for Historiographic Game-Play,” in *Gaming and Simulations: Concepts, Methodologies, Tools and Applications*, ed. Information Resources Management Association (Hershey: IGI Global, 2011), 1124–40.

²³ See *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, ed. by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), chap. 6, 12 and 13.

²⁴ For an overview of the course, see <http://www.3812.graeworks.net/syllabus/> [accessed 7th November 2014]. Graham has also written elsewhere about the possibilities of a digital history Kevin Kee and Shawn Graham, “Teaching History in an Age of Pervasive Computing: The Case for Games in the High School and Undergraduate Classroom,” in *Pastplay: Teaching and Learning History with Technology*, ed. Kevin Kee (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014), 337–66.

Video games and historical engagement

Such practices, and the possibilities that this proposed new generation of digital historians suggest, mean that the historically ‘real’ implied by the term ‘simulation’ in my title becomes itself a site of negotiated meaning. As Andrew Salvati and Jonathan Bullinger argue:

As the lines between history-as-knowledge and history-as-entertainment become increasingly blurred, it is important for historians and students to recognize not only how historically themed products situate the past factually, but also how certain depictions of the historically ‘real’ resonate culturally.²⁵

Both Adam Chapman’s and Alexander Galloway’s analyses of Sid Meier’s *Civilization* series offer some of the most intriguing kinds of analysis in their assertions, albeit for different reasons, that historical games can offer not only new media for engaging with the past, but also new *forms* of engagement in their own right. As Chapman argues, when analysing video games we ought to be wary of restricting analysis to the content of those games at the expense of any consideration of the form itself.²⁶ Put simply, unlike representations of history on film, games require a de facto engagement on the part of the audience, requiring them to engage with a prefabricated model, and one whose narrative is not fixed but evolves in direct response to decisions taken by the player. Consequently, the mechanic by which these games work turns on the simple but often unrecognised point that these representations are dynamic, not static, simulations which are in part co-authored by the player rather than—as with film—apparently prefabricated fixed narratives prepared by the filmmaker and consumed by the viewer.²⁷

²⁵ Andrew J. Salvati and Jonathan M. Bullinger, “Selective Authenticity and the Playable Past,” in *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, ed. Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), 153–67 (163).

²⁶ Chapman, “Privileging Form over Content: Analysing Historical Videogames”.

²⁷ It is worth noting here that I am by no means suggesting that film viewing is a passive

Such a position thus requires new methodologies to understand them, which is why both Chapman and Galloway shift the focus from content to form in order to develop new analytical tools to understand what the past does to games, rather than what games do to the past.

In this respect Chapman adopts the ecological theory of affordance to understand how the player might go about engaging with the historical world based on the choices which are available to her.²⁸ In his argument he recognises that the process of creating a simulation directly affects the kinds of choices available to a player, and therefore the kind of history on offer.²⁹ Taking this one step further, he goes on to critique historical representation itself, suggesting that even if games can constitute history, “such a broad term does not convey the approach that analysis of these new historical texts requires.”³⁰ His recognition that history is a ‘broad term’ comprising a range of functions is an important one, since, rather than asking whether one medium is able to ape a scholarly discipline, it recognises that the scholarly study of history is itself by no means a straightforward and monolithic process.

History as a model

What is also overlooked, however, is that in borrowing the term ‘simulation’ from computing, historical simulation games are in fact operating according to a highly specific understanding of the term ‘simulation’ which has some interesting similarities with the process of traditional historical thinking. In computing, the standard definitions of simulations, such as Jerry Banks’ definition in his *Handbook of Simulation*, suggest that:

Simulation is the imitation of the operation of a real-world process or system over time. *Simulation involves*

process, only that video games depend on an immediate interaction between player and game which is dependent on a player’s agency.

28 Chapman, “Affording History: Civilization and the Ecological Approach”.

29 Chapman, “Affording History: Civilization and the Ecological Approach”, 62–63.

30 Chapman, “Privileging Form over Content: Analysing Historical Videogames”.

*the generation of an artificial history of the system and the observation of that artificial history to draw inferences concerning the operating characteristics of the real system that is represented.*³¹

Likewise, Roger McHaney argues that the real work of simulation comes in the construction of the model, not in its operation or execution, since the principle objective of the computer simulation relies on “using a computer to imitate the operations of a real world process or facility according to appropriately developed assumptions taking the form of logical, statistical, or mathematical relationships which are developed and shaped into a model.”³²

When asking about how or whether historical video games are able to engage with history, then, it matters what kind of history, or indeed what kind of historical engagement, is being discussed. To reduce it to its most basic elements (and, in fact, to remove the idea of history as an academic practice altogether), just as computer simulations involve the creation of a set of rules and an artificial history, so too does the historiographically-rooted process of creating plausible historical narratives. As several scholars have suggested, in common usage the notion of history covers two contradictory ideas: according to J.L. Gorman, “History is an ambiguous word [...] it can refer to the historical past itself, to the subject matter about which historians write. Second, it can refer to the study of that past, to the practices and writings of historians.”³³ On the one hand, the term implies the *study* of the past as a series of facts and movements. On the other, it suggests a broader *concept* of the past considered as a whole, in which those facts, movements and events have combined in a certain way to lead us to the present day. Not incidentally, it is for this reason that

31 Jerry Banks, *Handbook of Simulation: Principles, Methodology, Advances, Applications, and Practice* (Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 1998), 3–4 Emphasis my own.

32 Roger McHaney, *Understanding Computer Simulation* (Bookboon), 10.

33 J. L. Gorman, *Understanding History: An Introduction to Analytical Philosophy of History* (Ottawa: University of Ottawa Press, 1992), ix.

Keith Jenkins helpfully suggests a distinction between ‘history’ and ‘the past’.³⁴

The distinction between history as a set of data, on the one hand, and history as a process of understanding those data, on the other, is an important one. Such a distinction allows for a more coherent separation between the academic pursuit of history and wider public engagement with history. History is thus revealed to conflate two distinct fields, which Matthew Wilhelm Kapell and I have elsewhere termed a differentiation between fact- and processed-based history.³⁵ Fact-based history, we argued, includes the sort of event-based history which prioritises learning specific dates, people and places, and which is most familiar perhaps to compulsory education and historical pedagogy in its earliest and most rudimentary forms. Process-based history, on the other hand, encourages questions about contingency and what material, economic, social or political conditions led events to unfold as they did. Process-based history therefore requires a more sophisticated and nuanced kind of historical enquiry.³⁶

A second point to note is the separation between the facts of the past and the involvement of an external agent capable of reassembling those facts into a coherent historical narrative. A great deal of ink has been spilled over the last half-century describing the historiographic issues that this external agency engenders and trying to separate out the historian from the history she retells.³⁷ The recognition that history is not an objective science but a process of ‘shaping’ the past into something meaningful means that the history that emerges in narrative form depends on two factors. First, it depends on *which data are chosen* (the facts), and second, on *how they are put together* (the process).

³⁴ Keith Jenkins, *Rethinking History* (London & New York: Routledge, 1991), 7.

³⁵ *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, ed. by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), chap. 1.

³⁶ Kapell and Elliott, 14–19.

³⁷ Mark T. Gilderhus, *History and Historians: A Historiographical Introduction* (Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2003); Paul Ricoeur, *Time and Narrative* (University of Chicago Press, 1984); Paul Veyne, *Comment on Écrit l'histoire* (Paris: Seuil, 1996); Hayden White, *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990).

The first factor, the selection of the facts, is the least visible phase, since it has already been undertaken in the construction of the game-as-model. It is thus often masked by the simulation itself.

This separation is one which Shaffer, based on empirical studies of history educators, classifies as a distinction between knowledge and epistemology.³⁸ Epistemology, in Shaffer's definition as it relates to learning through computer games, "is a particular way of thinking about or justifying actions, of structuring valid claims. Epistemology tells you the rules you are supposed to use in deciding whether something is true".³⁹ In terms of public history, Sam Wineburg, the author of one of the studies to which Shaffer refers, implicitly argues that it is epistemology, not facts, which shapes popular understandings of the past.⁴⁰ Following a broad study on historical knowledge in 2006, he and his co-authors argue that studies testing factual recall "tell us precious little about the development of historical understanding in contemporary society and the knowledge widely shared among its citizens."⁴¹

In this respect, then, the key differences between the facts learned by non-historians and the insight gained by historians comes from the process of thinking about how those facts fit together, a process which requires a knowledge of contingency, teleology, narratology and causality. As Mark Gilderhus observes in his own influential study of historiography, by removing all of the metatextual criticism required by historiography, we are left with a process that resembles the same model of simulation outlined above:

Scholars want to know what is likely to happen under various sets of circumstances [...] on the basis of fragmen-

38 David Williamson Shaffer, *How Computer Games Help Children Learn* (New York: Palgrave Macmillan, 2006), chap. 1.

39 Shaffer, 31–32.

40 Sam Wineburg and others, "Common Belief and the Cultural Curriculum: An Intergenerational Study of Historical Consciousness," *American Educational Research Journal* 44, n. 91 (2007), 40–76 <<https://doi.org/10.3102/0002831206298677>>.

41 Wineburg and others, 69.

tary and imperfect evidence, historians make retroactive predictions [...] about what probably happened in the past and, in so doing, seek to define the cause-and-effect relationships that make the flow of events understandable.⁴²

Gilderhus' definition of history, which reconfigures historical enquiry as the generation of a model, closely resembles the process of simulation outlined in our definitions above, according to which both historical thinking and computer simulations are "used to describe and analyse the behaviour of a system, ask what-if questions about the real system, and aid in the design of real systems."⁴³

The reconfiguration of historical video games as modelling agents is further supported by Harry J. Brown's categorisation of a historical simulation which:

creates imaginary worlds within the world we know from history—a pocket of imaginary events that reflects and responds to the established historical narrative [...] The game teaches history not by recounting the past, as textbooks do, nor by inviting students to rewrite the past, as strategy games do, but rather by constructing a simulacrum of the past, which brushes against history itself only very lightly.⁴⁴

As a consequence, when we begin to take on board the function of history as using a series of incomplete fragments to recreate a given situation in order to extrapolate from—and understand—a given situation, it no longer seems especially controversial to suggest that, in many ways, *history is itself a simulation*. McHaney's definition of

⁴² Gilderhus, 6.

⁴³ Jerry Banks, *Handbook of Simulation: Principles, Methodology, Advances, Applications, and Practice* (Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 1998), 3–4.

⁴⁴ Harry J. Brown, *Videogames and Education* (Armonk: M. E. Sharpe, 2008), 122.

agent-based modelling could just as easily apply to historical enquiry when he suggests that:

Agent-based modelling addresses the simultaneous interactions of multiple agents to simulate, recreate, study, and predict complex phenomenon. The concept of agent-based modelling is that an overall behavior emerges through the micro-level interactions of individual agents. The primary assumption is that simple local behaviors generate complex high-level behavior. Individual agents are modelled according to individual characteristics and are generally assumed to be rational, acting in their own interests which may be economic or socially derived. The model will use local heuristics and simple decision-making rules that create the larger environment.⁴⁵

When, or if, we question what simulation is for, we can find that history's goals are similar to those of simulation. History aims at understanding processes on the one hand and motivations on the other, on the twin assumptions that agents are logical beings and rational agents.⁴⁶ As a consequence, in terms of doing history, video games are not acting like historians in their analytical and speculative mode and their engagement with primary sources, but they are in some cases replicating their process-based, epistemological mode, running simulations which allow us to understand difficult concepts like contingency, teleology etc. Where a historian internalises this process, video games can take the prefabricated model and they can externalise it.

History as imperfect simulation

It is worth reiterating at this juncture that I am certainly not suggesting that historical video games are able to replace the historian or that

⁴⁵ Roger McHaney, *Understanding Computer Simulation* (Bookboon), 24.

⁴⁶ Gilderhus, 9.

the results of these simulations are identical, for the simple reason that we ought to be wary of claiming any kind of single or definitive narrative of the past. In historical inquiry, the idea that simulation offers a like-for-like process of representation is inherently flawed. Among professional historians, such claims are widely acknowledged as a problematic Rankean view of history ‘as it really was’, on which historiography has cast serious doubt.⁴⁷ However, this doubt should not lead us to the other extreme by suggesting that a historical simulation has no relationship with the past either. Given the definitions above, one primordial criterion is that any given simulation must be recognisably related to and generated from the original. The middle path is the simple acknowledgement that these are imperfect simulations.

Given that any kind of historical representation requires in the first instance an agent capable of representing, in both written and digital history the ostensible objectivity of the term ‘simulation’ is already lost from the outset. Whereas in traditional historical inquiry such objectivity has been extensively critiqued, in historical games a similar framework obscures the intervention of the game designer and the game mechanic. As a recent blog post by medievalist and games scholar Robert Houghton notes, this lack of impartiality occurs because the process of modelling ‘the past’ conceals the historical inquiry required to do so. By pretending to simulate the past, the mechanisms of game play and regimes of representation obscure the inevitable intervention of the author:

The recognition that the historical simulation is inevitably one created by a given agent has important consequences for the historical simulation game. It suggests that the work of historical invention and representation, by the time the player first enters the game, *has already been conducted by the game’s creator(s)*. Put this way, it is tempting (though wrong) to suggest that the gamer has little choice

⁴⁷ See, for example, Hayden White (1990).

but to accept the rules of the game in their engagement with the simulation, a passive stance which disbars any sense of real historical engagement.

One final barrier thus arises in a need to develop a methodology powerful enough to overcome such representational aporia. Carr's recognition that history is constructed by the historian has important consequences for the study of historical simulation games, since it recognises the necessity of shaping a historical narrative into something meaningful. This narrative issue is critical for many representations of history in popular culture, such as television, novels, films and plays. It becomes essential, however, for the study of games, which by necessity must negotiate a fine line between narratological concerns (which study the ways that video games tell a story) and ludological concerns (which study the ways that games are played) by shifting the emphasis from developer-as-creator to player-as-creator.⁴⁸

Reduced to their simplest functions, in a simulation game the choices of a player affect the events of the game, and in turn influence the ways in which the game progresses and the kinds of narratives that are produced. As such, even if the developer is responsible for the initial design of the game world, if we were to take a snapshot of any simulation game halfway through a given game, we would find a model of the world which is co-authored by both the developer and the gamer, with potentially exponential numbers of variations. In this respect, it is scarcely controversial to suggest that the player becomes in some sense the creator of a part of each game's individual narrative. Ignoring this fact means ignoring a significant aspect of the ways that a video game engages with history.

Relating this back to history, if the assembly of a narrative is a significant factor in the creation of history itself, it is essential to create

48 For more on the distinction between ludology and narratology, see Espen Aarseth, "Playing Research: Methodological Approaches to Game Analysis," *Game Approaches/SPil-Veje. Papers from Spilforskning.Dk Conference*, 2004; Thomas H. Apperley, "Genre and Game Studies: Toward a Critical Approach to Video Game Genres", *Simulation Gaming* 37, n.^o 6 (2006), 6–23; Gonzalo Frasca, "Ludology Meets Narratology: Similitude and Differences between (Video)Games and Narrative," *Www.Ludology.Org*, 1999.

a new analytical tool. Such a tool must not view historical games as strict attempts to represent the past as a set of facts to be learned and recalled (knowledge, as Shaffer calls it). Instead, it must understand games as a means of immersing players into constructed historical environments and be able to explore what effect the process of playing with these historical worlds has on our understanding of them (epistemology).

Historical games as simulacra

One such methodological tool is the introduction of a Baudrillardian simulacrum in order to prioritise the simulation as a process of generating the hyperreal, instead of viewing the game as a simulacrum allowing players to explore the facts of the real.⁴⁹ The world of *Crusader Kings II* illustrates this distinction. Set in the immediate aftermath of the Norman Conquest, the ‘real’ medieval world upon which the virtual has been constructed is not a medieval world located in the past and dragged into the present by means of a simulation. Instead (and this distinction is subtle but important), it is a historical model built in the present which is superimposed onto the past. Given that the gameplay will propel the player through several centuries in the space of a few hours (depending on the skill of the player), the factual accuracy of the historical setting is largely irrelevant, or at least subordinate, to the gameplay. The important factor for the player is the effect which her actions have on later events in the game according to the rules of the simulation. In other words, the historical narrative does not have to match the ‘real’ historical narrative in order to win. *Crusader Kings II*, therefore, represents an attempt to copy an imagined original, even if that original no longer exists.

In many ways, the separation between the historical outcomes of the game and the historical outcomes proposed by scholars reflects the same important distinction between ‘the past’ and ‘history’ offered by

49 Jean Baudrillard, *Simulacra and Simulation* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994).

Keith Jenkins.⁵⁰ In this sense, then, the video game-as-model functions perfectly as a Baudrillardian simulation which, in its original definition, is no longer the simulation of “a territory, a referential being or a substance. It is the generation by models of a real without origin or reality: a hyperreal.”⁵¹ The reference to the hyperreal, rather than the real, means we no longer need to rely on the verisimilitude of video game simulations and the historicity of the games, since it removes the idea that the simulation is a like-for-like replica of the past and instead shows us that all historical simulation is an extrapolated model. A video game is thus not history itself, but history operating in the subjunctive mood of possibility.

This is not to say that the simulacrum is not valuable for historical inquiry. Douglas Dow, in a chapter on simulation and art history in *Assassin's Creed II*, offers an excellent example of how such simulacra may not help us to learn history as knowledge, but can offer us a lesson in historiography/epistemology. Over the course of his argument, Dow makes the important point that “the Florence of *Assassin's Creed II* turns out to be not an exact re-creation of the fifteenth-century city, and must be seen instead as a simulacrum, a version of the city that purports to be a true representation of Florence, but that presents a false likeness instead.”⁵² Following this argument, the medieval world on offer in *Assassin's Creed II* has been created from an extrapolated model, not recreated from history.

The example which Dow uses is the Florentine church of Santa Croce, which, in the game, uses a façade that was in fact not constructed until the nineteenth century, but is here shown in fifteenth-century Florence.⁵³ He terms this a ‘non-obvious anachronism’, since it is an anachronism that is not immediately obvious to those players (most

50 Keith Jenkins, *Rethinking History* (London & New York: Routledge, 1991), 7.

51 Jean Baudrillard, *Simulations*, trans. by Paul Foss, Paul Patton, and Philip Beitchman (New York: Semiotext(e), 1983), 2.

52 Douglas N. Dow, “Historical Veneers: Anachronism, Simulation and Art History in *Assassin's Creed II*,” in *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History* (New York: Bloomsbury, 2013), 215–31 (218–19).

53 Dow, 219–20.

probably the vast majority) without detailed knowledge of Florentine architecture and art history.

However, the crucial point here is that even if they are, strictly speaking, not accurate, such non-obvious anachronisms rarely undermine the historicity of the game, since their inclusion can meet the *expectations* of players, especially given that its nineteenth-century construction followed a neo-Gothic design reflecting a modern evocation of the thirteenth century. Thus, even if it is *not* medieval, it looks like the sort of thing one *might expect* to find in fifteenth-century Florence as an already two-hundred-year-old relic. It is thus a simulacrum, a model which reflects modern ideas about the past even if those are not technically faithful to the historical facts.

The primary function of the gameplay, Dow argues, recreates a version of Florence which is recognisable to modern players and which seems suitably medieval. Such a recreation is born neither of laziness nor of wilful misrepresentation. Rather, it reflects an attempt to strike a delicate balance between verisimilitude, on the one hand, and gameplay, on the other. In short, it is not a narratological decision, but a ludic one. The game is, after all, a commercial game and it must make sense in the present according to modern, not medieval, logic. As Ubisoft explicitly and unabashedly acknowledges, while historical accuracy might be desirable for game designer and developers, for the company ultimately “history is [a] playground.” It is not doing history as archival research, but offering players the capacity to engage with a model of the past.

Historical intentions

Ubisoft’s ‘playground’ defence—and indeed the fact that we might term it a ‘defence’—leads to the often unacknowledged recognition that much of the debate about historical video games relies on an underlying, pernicious assumption that historically-themed games are *even trying to* create any kind of simulation or verisimilitude in their depictions of the past. Although they produce commercially viable games,

the fact that Ubisoft—like Paradox Interactive and others—work with historians in the production process does suggest that developers take their history seriously. More revealing, then, is what happens in the case of a game which declares no intention of maintaining any kind of historical accuracy. Should this second category of games be criticised for overlooking historical responsibility, something which they never intended to do in the first place?

Any such neat categorisation of games does not stand up to scrutiny. Instinctively, common sense urges us to regard historical impulses not as a discrete division into ‘serious’ and ‘playful’ histories, but to view them as gradations on a wider spectrum. A game like *Beowulf*, for example, clearly does not attempt to provide any real kind of historical accuracy, for the simple reason that the original poem is itself so enshrouded with translations, retranslations and accretions that, even if we wanted to, we would be unable to place its narrative into any historical timeframe with any degree of certainty. The major concerns of a game like *Beowulf* are not to produce another culturally-attuned, sensitive and scholarly meditation on the poem, but rather to provide a means of playing in the same kind of mediated world as the Zemeckis 2007 film of the same name.⁵⁴

In this sense, a player is not propelled *backwards* into the early medieval past, but *sideways* to the modern film, causing us to shift the original question from one medium to another in order to ascertain whether the film was trying to replicate history (and whether it can be described as ‘doing’ history). Instead of providing answers, such genealogical medievalism raises still more questions, since it in turn reflects a complex genealogy. The film clearly owes as much to the medieval poem as to Michael Crichton’s novel, *Eaters of the Dead*, which in turn produced John McTiernan’s 1999 film *The 13th Warrior*. McTiernan’s film, like Zemeckis’ *Beowulf*, did not access the poem directly either, but filtered it through the prism of Tolkien and other translations, as

⁵⁴ For more specifically on *Beowulf*’s adaptation into video games, see Victoria E. Cooper and Andrew B.R. Elliott, “‘I braved in my youth-days battles unnumbered:’ *Beowulf*, Video Games and Hack-and-Slash Medievalism,” in *Beowulf in the Media* (forthcoming).

well as a series of outright fantasy films like *Dragonheart* and *Dragon-slayer*, and so on. Thus Zemeckis' 2008 *Beowulf* bears similarities not only to a richly cross-fertilised Beowulf tradition (including the poem's translation by Tolkien), but also to reworkings of Tolkien's other neomedievalisms like Peter Jackson's *Lord of the Rings* trilogy (2001-3). My point here is not that it is impossible for games or films to do history, but rather that it is impossible to describe popular cultural products as existing hermetically sealed from any outside influences, in which case discussing historical intentions is problematic to say the least, since it only leads us along a broad chain of influence and inheritance.

Perhaps a clearer example might then be found by a *reductio ad absurdum*. Such absurdity finds an expression in, for example, a pseudo-medieval game like the casual game *Medieval Shark* made by Armor Games, whose reference to the medieval beyond its title is tangential at best. Given that the principle form of historical reference constitutes a shark rampaging through a vaguely Nordic medieval world, the references to Vikings and the medieval world are clearly incidental to the gameplay, which is in reality a side-scrolling platform game set in a vague, ahistorical yet vaguely medieval, past. However, there are other, similar, games like Rapid Rabbit's *Medieval Merchants*, available through the iOS App Store, which are less clear. Though a clone of any number of grand strategy games which just happen to be placed in a past world, the setting of 'the Hanseatic World' in which *Medieval Merchants* takes place is far more deliberate in its medieval model than *Medieval Shark*. Common sense thus forces us to conclude that *Medieval Shark* is not a historical game, but that *Medieval Merchants* is. However, trying to decide *how* we know this fact is a great deal more difficult.

In fact, it is hard to argue for absolute historical intentions in most cases. For instance, history equally exists as a hyperreality in another free iOS game, *Golden Age*, which offers a postmodern bricolage of historical details. As another clone of generic turn-based strategy games, *Golden Age* is also set in a loosely-conceived medieval/fantasy

world—though it is one rife with obvious anachronisms. For instance, playing as a Templar Knight (whom I named, deliberately incongruously, Amadis of Gaul), I was able to turn to Chaucer for advice before developing my fortification to withstand cannon attack, a precaution which was of course unnecessary for a twelfth-century cavalry-based order who operated several centuries before the introduction of cannon-based warfare. Similarly, playing Sid Meier’s *Civilization IV* allows a player to strike treaties with Peter the Great, Julius Caesar, Cleopatra and Gandhi, allowing them to accelerate or decelerate historical evolution according to skill. In all of these examples, it is difficult to argue that any of them are able to teach a player much about historical facts and might even risk adding to popular confusion about history.

Such a criticism, then, summarised in the assertion that games use inherently imperfect models of the past, might seem to be devastating for any assertion that video games can function as historical simulations. Firstly, the need to create a model of the past which privileges models and rules over accuracy suggests that historical video games do not, and cannot, ‘do’ history in any meaningful way. Secondly, the suggestion that historical computer games are functioning as models or simulations of real-world behaviours solves the first problem but raises a new one, as it shifts the emphasis on ‘doing’ history to the game developers, and not the players.

History as a process

My argument that historical video games function as models circumvents these problems because I propose that their status as dynamic models allows them to act as simulacra. The suggestion that the model is dynamic and not static means that players’ interactions with a historical model form ways of engaging with past simulations. When players are playing with a model which is a simulated copy of an absent original (even if *Crusader Kings II* might be more historically plausible than, say, *World of Warcraft*, it is nevertheless an imagined past world), those players are free to explore the model as a hypothetical construct.

While they are not there to learn about facts (history as data) and, if we are honest, they probably will not, playing the game might mean unconsciously simulating history-as-epistemology in the process.

The reason for my optimism in this respect is outlined by turning to Games Studies to examine the ways in which players actually do interact with simulations. As Thomas Apperley points out, “simulation games are characterized by the process of the player learning gradually to think like the game”.⁵⁵ This concept of collaboration between player and game in which “self and Other give way”⁵⁶ has important ramifications for simulation games based on history, since it requires that, not only the game space and the rules of the game, but the game world itself be understood or learnt. Friedman suggests that ‘computer games can be powerful tools for communicating not just specific ideas, but structures of thought—whole ways of making sense of the world.’⁵⁷

What this means in practice is that learning to play the game is learning to absorb the rules of that game, and thus replicating the model of inquiry. In this form of gameplay, the game is won or lost not by superior historical understanding. Instead, as Friedman, Myers and Apperley all argue, it is won by understanding the rules of the game, by “learning to think like a computer”.⁵⁸ According to Alexander Galloway, “To play the game means to play the code of the game. To win means to know the system.”⁵⁹

Consequently, the suggestion implicit within the above is that historical facts are incidental to the historical simulation. It is the absorption of the rules of the game that allows the player to win, not historical competence. Certainly such games cannot replicate professional historians’ quotidian practices (though important questions remain

55 Apperley, 14.

56 Ted Friedman, “Civilization and Its Discontents: Simulation, Subjectivity and Space,” in *Discovering Discs: Transforming Space and Place on CD-ROM*, ed. by G. Smith (New York: New York University Press, 1999), 132–50 (138).

57 Friedman, 132.

58 Friedman, 135.

59 Alexander R. Galloway, *Gaming: Essays On Algorithmic Culture* (Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2006), 90–91.

about whether, or why, games would want to do so). It is also true that these mediated forms of history in popular culture have no footnotes and they can often lack nuance. However, if games are viewed instead as a model of historical enquiry, they can be understood as a loosely-defined kind of public history—or at least an introduction to the past—which offers exciting possibilities.

Indeed, moving towards a more anecdotal and speculative conclusion, the research above means that, for some games, exciting glimpses emerge of a kind of historical engagement which bear similarities with formal mechanisms of history. Even relatively primitive games such as *The Oregon Trail* incorporate important lessons about contingency without denying agency to individual players. As Harry J. Brown argues, the game’s “structure [...] illustrates a fundamental approach to thinking about the past, [... forcing players to accept that] history is contingent upon decisions, and while some are more consequential than others, they all add up to what we know as history.”⁶⁰

A game like *Valiant Hearts*, for instance, which takes a view of history ‘from below’ that has only recently begun to emerge as a useful historical tool, has much to offer, even if it gets many of the historical facts wrong. Sid Meier’s much-studied series can offer useful discussion, even if they offer a number of coeval illogicalities: as Squire argues, “*Civilization III* represents world history not as a story of colonial domination or western expansion, but as an emergent process arising from overlapping, interrelated factors”.⁶¹ Squire’s findings have since been replicated using other games by Sam Wineburg at Stanford, with the conclusion reported by Shaffer that after a history simulation “what distinguished the high school students from the historians was not the number of facts they knew about the American Revolution. Instead, the difference was in their understanding of what it means to think historically.”⁶²

⁶⁰ Brown, 118.

⁶¹ Kurt Squire, “Replaying History: Learning World History through Playing Civilization III” (Bloomington: Indiana University, 2004), 4 <<http://website.education.wisc.edu/kdsquire/dissertation.html>> [accessed 1 December 2012].

⁶² Shaffer, 31.

In other words, it is the *process* of historical simulation which is replicated here—even if not the end result. This encourages a cautious optimism about the advantages that historical games might offer in their status as simulacra. In this respect, a game like *Assassin's Creed III*—with its reappraisal of the mythology surrounding George Washington—offers an interesting experiment in altering historical capital by using a simulacrum of counterfactual history to rethink the American War of Independence. The possibilities of trying to make the Aztecs beat Cortès in *Age of Empires II: the Conquerors* is another case in point. As Holdenried and Trépanier show in an essay on the game, the practical impossibility for all but the most skilled player to defeat the colonial forces makes even a casual gamer understand the realities of the overwhelming odds faced by the Aztecs during the Conquest.⁶³

Conclusions

While it might prove to be useful fodder for scurrilous headlines, and despite the optimism expressed by scholars like Gee, Shaffer, Wineburg and Brown, the above exploration begins from the assumption that there is no serious suggestion that games are capable of ‘doing history’ in the same way as historians. No matter how much we might consume historical media, and no matter how useful they are, it seems to be fairly clear that consumption is by no means the same thing as learning. As things stand, computers or consoles are not able to delve into the archives of a library to discover the kind of raw evidence needed by historians in order to construct a model of the past, but can only respond to the commands of their developers.

What is changing, however, is the slow recognition that simulations can offer a useful—and more importantly an *enjoyable*—engagement with history in ways that complement and enhance traditional modes of historical thinking. One of the first questions in need of ad-

63 Joshua D. Holdenried and Nicolas Trépanier, “Dominance and the Aztec Empire: Representations in *Age of Empires II* and *Medieval II: Total War*,” in *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, ed. Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott (New York & London: Bloomsbury, 2013), 106–19.

dressing, therefore, is the one asked by Kevin Kee in his study of narrative options in games and history: namely, what is it that historians want students to learn?⁶⁴ Moreover, when games are played outside of formal education, both anecdotal and analytical evidence seem to demonstrate a significant benefit.⁶⁵ To give only one example, while expressing a general scepticism over its use for education, Jason Pitruzzello outlines a number of qualities of *Crusader Kings: Deus Vult* which offer significant advantages to players in terms of historical insight. As he argues, “with the game mechanics employed in *Crusader Kings*, players are invited to see the Middle Ages not as just a different historical period subject to nostalgia, but they are invited to avoid anachronism by participating in the kinds of cultural and religious shifts that occurred.”⁶⁶ This final emphasis, then, suggests that historical video games are not at their most effective in terms of historical simulation when they are incorporated into traditional pedagogic practices as an afterthought. Instead, they succeed best when they are doing precisely what they are designed to do: when they are being played. This article thus proposes that fun and historical enquiry—as historians have long known—are not mutually exclusive. Consequently, as enjoyable simulacra, historical games can simulate certain modes of ‘doing’ history with great promise which deserves much greater critical scrutiny.

64 Kevin Kee, “Computerized History Games: Narrative Options,” *Simulation & Gaming* 42, n.º 4 (2011): 423–40 <<https://doi.org/10.1177/1046878108325441>>.

65 Jeremiah McCall, *Gaming the Past: Using Video Games to Teach Secondary History* (New York: Routledge, 2011); John Pagnotti and William B. Russell, “Using Civilization IV to Engage Students in World History Content,” *Social Studies* 103, n.º 1 (2012), 39–48 <<https://doi.org/10.1080/00377996.2011.558940>>; Z Yu and others, “An Exploration of Computer Game-Based Instruction in the ‘World History’ Class in Secondary Education: A Comparative Study in China,” *PLoS ONE*, 9.5; Pagnotti and Russell; Amelia Hill, “Video Games ‘Teach More than School,’” *The Guardian*, July 20, 2003, section Technology <<http://www.theguardian.com/technology/2003/jul/20/games.schools>> [accessed 8 October 2014].

66 Jason Pitruzzello, “Systematizing Culture in Medievalism: Geography, Dynasty, Culture, and Imperialism in *Crusader Kings: Deus Vult*,” in *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, ed. Daniel T. Kline (London & New York: Routledge, 2014), 43–52 (51).

BIBLIOGRAPHY

- Aarseth, Espen. "Playing Research: Methodological Approaches to Game Analysis." *Game Approaches/SPil-Veje. Papers from Spilforskning.Dk Conference*, 2004.
- Apperley, Thomas H. "Genre and Game Studies: Toward a Critical Approach to Video Game Genres." *Simulation Gaming* 37 (2006): 6–23.
- Banks, Jerry. *Handbook of Simulation: Principles, Methodology, Advances, Applications, and Practice*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 1998.
- Baudrillard, Jean. *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- Baudrillard, Jean. *Simulations*. Translated by Paul Foss, Paul Patton, and Philip Beitchman. New York: Semiotext(e), 1983.
- Brown, Harry J. *Videogames and Education*. Armonk: M.E. Sharpe, 2008.
- Chapman, Adam. "Affording History: Civilization and the Ecological Approach." In *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, edited by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B. R. Elliott, 61–73. New York & London: Bloomsbury, 2013.
- Chapman, Adam. *Digital Games as History: How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice*. New York, NY: Routledge, 2016.
- Chapman, Adam. "Is Sid Meier's Civilization History?" *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice* 17 (2013): 312–32.
- Chapman, Adam. "Privileging Form over Content: Analysing Historical Videogames." *Journal of Digital Humanities* 1 (2012) <<http://journalofdigitalhumanities.org/1-2/privileging-form-over-content-by-adam-chapman/>>
- Crabtree, Gareth. "Modding as Digital Reenactment." In *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, edited by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B. R. Elliott, 199–214. New York & London: Bloomsbury, 2013.
- Dow, Douglas N. "Historical Veneers: Anachronism, Simulation and Art History in Assassin's Creed II." In *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, 215–31. New York: Bloomsbury, 2013.
- Durga, Shree, and Kurt Squire. "Productive Gaming and the Case for Historiographic Game-Play." In *Gaming and Simulations: Concepts, Methodologies, Tools and Applications*, edited by Information Resources Management Association, 1124–40. Hershey: IGI Global, 2011).
- Ferguson, Niall. "How to Win a War," *New York Magazine*, October 15, 2006.
- Frasca, Gonzalo. "Ludology Meets Narratology: Similitude and Differences between (Video)Games and Narrative." *Www.Ludology.Org*, 1999
- Friedman, Ted. "Civilization and Its Discontents: Simulation, Subjectivity and Space." In *Discovering Discs: Transforming Space and Place on CD-ROM*, edited by G. Smith, 132–50. New York: New York University Press, 1999.
- Galloway, Alexander R. *Gaming: Essays On Algorithmic Culture*. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2006.
- Gilderhus, Mark T. *History and Historians: A Historiographical Introduction*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2003.
- Gorman, J. L. *Understanding History: An Introduction to Analytical Philosophy of History*. Ottawa: University of Ottawa Press, 1992.
- Hill, Amelia. "Video Games 'Teach More than School'." *The Guardian*, July 20, 2003, section Technology <<http://www.theguardian.com/technology/2003/jul/20/games.schools>> [accessed 8 October 2014].

Holdenried, Joshua D., and Nicolas Trépanier. "Dominance and the Aztec Empire: Representations in Age of Empires II and Medieval II: Total War." In *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, edited by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott, 106-19. New York & London: Bloomsbury, 2013.

Houghton, Robert. "Factual Accuracy and Mechanical Accuracy in Crusader Kings II." *The Public Medievalist* <<http://www.publicmedievalist.com/ckii-houghton/>> [accessed 10 October 2014].

Jackson, Gita. "Archeologist Digs Into Remains of No Man's Sky Abandoned Player Civilization." *Kotaku*, 2017 <<https://kotaku.com/archeologist-digs-into-remains-of-no-mans-sky-abandoned-1819114074>> [accessed 11 December 2017].

Jenkins, Henry, and Kurt Squire. "The Art of Contested Spaces." In *Game On: The History and Culture of Video Games*, edited by L. King. London: Lawrence King, 2003.

Jenkins, Keith. *Rethinking History*. London & New York: Routledge, 1991.

Juul, Jesper, *A Casual Revolution: Reinventing Video Games and Their Players*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

Kapell, Matthew Wilhelm, and Andrew B.R. Elliott, eds. *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*. New York & London: Bloomsbury, 2013.

Kee, Kevin. "Computerized History Games: Narrative Options." *Simulation & Gaming*, 42 (2011), 423-40 <https://doi.org/10.1177/1046878108325441>.

Kline, Daniel T., ed. *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*. London & New York: Routledge, 2013.

McCall, Jeremiah. *Gaming the Past: Using Video Games to Teach Secondary History*. New York: Routledge, 2011.

McHaney, Roger. *Understanding Computer Simulation* (Bookboon).

Pagnotti, John, and William B. Russell. "Using Civilization IV to Engage Students in World History Content." *Social Studies*, 103 (2012), 39-48 <https://doi.org/10.1080/00377996.2011.558940>.

Patterson, Serina. "Casual Medieval Games, Interactivity, and Social Play in Social Network and Mobile Applications." In *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, edited by Daniel T. Kline. 243-56. London & New York: Routledge, 2013.

Pitruzzello, Jason. "Systematizing Culture in Medievalism: Geography, Dynasty, Culture, and Imperialism in Crusader Kings: Deus Vult." In *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, edited by Daniel T. Kline, 43-52. London & New York: Routledge, 2014.

Ricoeur, Paul. *Time and Narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

Rosenstone, Robert A. *History on Film/Film and History*. Harlow: Longman/Pearson, 2006.

Rosenstone, Robert A. *Visions of the Past: The Challenge of Film to Our Idea of History*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

Salvati, Andrew J., and Jonathan M. Bullinger. "Selective Authenticity and the Playable Past." In *Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History*, edited by Matthew Wilhelm Kapell and Andrew B.R. Elliott, 153-67. New York & London: Bloomsbury, 2013.

Shaffer, David Williamson. *How Computer Games Help Children Learn*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

Sorlin, Pierre. "How to Look at an 'Historical' Film." In *The Historical Film: History and Memory in Media*, edited by Marcia Landy, 25-49. London: Continuum, 2001.

Squire, Kurt. *Replaying History: Learning World History through Playing Civilization III*. Bloomington: Indiana University, 2004 <<http://website.education.wisc.edu/kdsquire/dissertation.html>> [accessed 1 December 2012].

Uricchio, William. "Simulation, History, and Computer Games." In *Handbook of Computer Game Studies*, edited by Joost Raessens and Jeffrey Goldstein, 327–38. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

Veugen, Connie. "Using Games to Mediate History." In *Companion to European Heritage Revivals*, edited by Linde Egberts and Koos Bosma, 95–113 (Springer, 2014).

Veyne, Paul. *Comment on Écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1996.

White, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

Wineburg, Sam, Susan Mosborg, Dan Porat, and Ariel Duncan. "Common Belief and the Cultural Curriculum: An Intergenerational Study of Historical Consciousness." *American Educational Research Journal* 44 (2007), 40–76 <https://doi.org/10.3102/0002831206298677>.

Yu, Z, WH Yu, X Fan, and X Wang. "An Exploration of Computer Game-Based Instruction in the 'World History' Class in Secondary Education: A Comparative Study in China", *PLoS ONE*, 9.

Referência para citação:

Elliott, Andrew B. R., "Simulations and Simulacra: History in Video Games." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 11–41.

Riccardo Facchini

‘I watch it for historic reasons.’ Representation and reception of the Middle Ages in *A Song of Ice and Fire* and *Game of Thrones*

This article aims to analyse several ideas of the Middle Ages that inspired HBO’s TV show *Game of Thrones* (HBO 2011-), based on George R. R. Martin’s ongoing series of novels *A Song of Ice and Fire* (1996-). The phenomenon will be read through the concept of “medievalism”, i.e. «the representation, the reception and the post-medieval use of the Middle Ages» (di Carpegna Falconieri 2011). After a short introduction concerning the Middle Ages and cinema, I will analyse the new way in which Martin represents and perceives medieval times. This different approach places in the medieval era the disillusionment and the alleged absence of values typical of postmodern times, often hidden behind the notion of historical “realism”. The result is a rejection of the neo-medieval romantic idealization of the Middle Ages that characterized most twentieth-century productions. Keywords: Medievalism, Middle Ages, Game of Thrones, A Song of Ice and Fire, Fantasy.

“I watch it for historic reasons”: Representação e recepção da Idade Média em *As Crônicas de Gelo e Fogo* e *Guerra dos Tronos*

Este artigo analisa as diversas percepções da Idade Média que inspiraram a série televisiva da HBO *Guerra dos Tronos* (HBO 2011-), baseada na série de livros de George R. R. Martin intitulada *As Crônicas de Gelo e Fogo* (1996-). O fenómeno será lido à luz do conceito de “medievalismo”, isto é, “a representação, recepção e uso pós-medieval da Idade Média” (di Carpegna Falconieri 2011). Depois de uma pequena introdução sobre a relação entre Idade Média e cinema, irei analisar o novo modo como Martin compreende e representa os tempos medievais. Esta perspectiva diferente coloca no período medieval a desilusão e a alegada ausência de valores típicas dos tempos pós-modernos, frequentemente escondidas por trás de uma noção de “realismo” histórico. O resultado é a rejeição da idealização romântica da Idade Média que caracterizou a maior parte das produções do século XX.

Palavras-chave: Medievalismo, Idade Média, *Guerra dos Tronos*, *As Crônicas de Gelo e Fogo*, Fantasia.

‘I watch it for historic reasons.’

Representation and reception of the Middle Ages
in ‘*A Song of Ice and Fire*’ and ‘*Game of Thrones*’

Riccardo Facchini*

Introduction

This article will examine the idea of the Middle Ages offered by the popular TV series *Game of Thrones* (from now on *GoT*), produced by the American network HBO (2011-), created by David Benioff and Daniel Brett Weiss, and based on George Raymond Richard Martin’s literary saga *A Song of Ice and Fire* (from now on *ASoIaF*). It will operate a transmedia analysis, since, even if there are differences between the two products, the TV show and the novels have deeply and reciprocally influenced each other. Martin has actively contributed, at least until season five, to the production of *GoT*, offering his opinions about casting choices, scenography, locations and costumes¹. He also reviewed the scripts of each episode and each of the first four seasons contains an episode written by Martin himself². Furthermore, Martin has so far published only five out of the seven books that will compose the *ASoIaF* saga, while *GoT* has reached season seven and it is now following its own plot, even if based on what Martin told Benioff and Weiss about how the saga should proceed. All these elements create a

* Independent Researcher.

1 “From the Book to Screen,” in *Game of Thrones: the Complete First Season* (New York: HBO, 2012).

2 “The Pointy End,” S01E08; “Blackwater,” S02E09; “The Bear and the Maiden Fair,” S03E07; “The Lion and the Rose,” S04E02.

strong intertwinement of the two products, which foster what has been defined as «une transmédialité féconde et complexe»³.

Before getting to the heart of this paper, I will make some considerations about studies that have researched the relation between Middle Ages and cinema in the past few decades. They represent some illustrious precedents for this article and have laid the basis for a new way to study the representation of the medieval on-screen (in this case, on the small screen).

The historiographical tradition on Middle Ages, cinema and medievalism

The reproduction of medieval imagery is a field of research that mainly belongs to the Anglo-Saxon historiographical tradition⁴ and it is only one of the aspects of the complex phenomenon that has been defined as ‘medievalism’. Some of the studies on medievalism, especially the Italian ones⁵, were often tainted by a problematic methodological approach. Marc Ferro and Pierre Sorlin, in their 1970s’ works, advised historians not to use a positivist approach while analysing historical fiction, such as films⁶. Historians should not necessarily have to look for mistakes or inaccuracies in a film, because, according to Frédéric Vitoux, «being archeologically faithful to the past is often the best way to betray it»⁷. What deserves to be studied in these products, in fact, is not their alleged historical accuracy, but what Guido Fink defined

3 Florian Besson, Catherine Kikuchi, and Cécile Troadec, “Les Moyen Âge de Game of Thrones,” *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* 28 (2015): 481.

4 See: Bettina Bildhauer, *Filming the Middle Ages* (London: Reaktion, 2011); Andrew Elliott, *Remaking the Middle Ages: the methods of cinema and history in portraying the medieval world* (London: McFarland & Company, 2011); Gail Ashton, ed., *Medieval Afterlives in Contemporary Culture* (New York: Bloomsbury, 2012); Meriem Pages and Karolyn Kinane, eds., *The Middle Ages on Television: Critical Essays* (London: McFarland & Company, 2015).

5 See: Giuseppe Sergi, *L’idea di Medioevo: tra senso comune e pratica storica* (Roma: Donzelli, 1998); “Medioevo al passato e al presente,” in *Arti e storia nel Medioevo*, IV, eds. Guido Castelnuovo and Giuseppe Sergi (Torino: Einaudi, 2004). *A different approach is represented by: Renato Bordone, Lo specchio di Shalott: l’invenzione del Medioevo nella cultura dell’Ottocento* (Napoli: Liguori, 1993); Tommaso di Carpegna Falconieri, *Medioevo Militante* (Torino: Einaudi, 2011).

6 See Marc Ferro, *Cinema e storia: linee per una ricerca* (Milano: Feltrinelli, 1979).

7 Cited in Mino Argentieri, *Cinema: storia e miti* (Napoli: Tullio Pironti Editore, 1984), 24.

as their «double trip into the past»⁸, that is, the opportunity for the audience to perceive both the remote past where the story is settled and the recent past, the historical context in which the film has been produced and how such context inspired it.

Nevertheless, if we look into European scholarship, we can rely on some important studies on the relation between Middle Ages and cinema, including the works of Vito Attolini⁹, Germana Gandino¹⁰ or the volume of *Les Cahiers de la Cinémathèque* dedicated to “Le Moyen Age au Cinéma”¹¹. I would also add the rich and detailed database contained in the Italian website «Cinema e Medioevo», created by professor Raffaele Licinio, where more than 3.000 films of medieval inspiration are listed¹².

In my view, a proper methodological approach consists of reading the different representations of the medieval through the lens of medievalism. This category – which we can define as «the representation, the reception and the post-medieval use of the Middle Ages»¹³ – can

8 Cited in Gianfranco Gori, “Introduction to Pierre Sorlin,” in *La storia nei film: interpretazioni del passato* (Firenze: La Nuova Italia, 1984), XXIV.

9 Vito Attolini, *Immagini del Medioevo nel cinema* (Bari: Dedalo, 1993).

10 Germana Gandino, “Il Medioevo rappresentato: il cinema,” in *Arti e storia nel Medioevo*, 737-55.

11 *Les cahiers de la Cinémathèque* 42-43.(1985).

12 “Cinema e Medioevo”, accessed January 25, 2018, <http://GoT.cineMedioevo.net/>

13 Di Carpegna Falconieri, *Medioevo Militante* 18, n.º 1. The definition of medievalism, especially in the American context, is more fluid. See Elizabeth Emery and Richard Utz, eds., *Medievalism: key critical terms* (Cambridge: D.S. Brewer, 2014); Nils Holger Petersen, “Medievalism and Medieval Reception. A Terminological Question,” *Studies in Medievalism* 17 (2009): 36-44, 36: «Should this term be used for everything that derives from the Middle Ages, or should it be reserved for post-medieval interest in the revival of phenomena belonging to the period or notion of the Middle Ages?»; Tom Shippey, “Medievalisms and Why They Matter,” *Studies in Medievalism* 17 (2009): 45-54, 45: «Any post-medieval attempt to re-imagine the Middle Ages, or some aspect of the Middle Ages, for the modern world, in any of many different media: especially in academic usage, the study of the development and significance of such attempts.»; Corey Lowell Grewell, “Neomedievalism: an Eleventh Little Middle Ages?,” *Studies in Medievalism* 19 (2010): 34-43, 41: «While neomedievalism is constituted from a variety of its own forms and while those forms are markedly distinct from previous form of medievalism, insofar as these forms are essentially an employment of medieval tropes and images in a series of aesthetic and ideological responses to contemporary culture, they seem to conform to the artistic and intellectual process definitive of other forms of medievalism, in spite, perhaps, of the anti-historical way in which these forms approach the Middle Ages itself.»; Mary Jane Toswell, “The Simulacrum of Neomedievalism,” *Studies in Medievalism* 19 (2010): 44-55, 44: «Medievalism implies a genuine link – sometimes direct, sometimes somewhat indirect – to the Middle Ages, whereas neomedievalism invokes a simulacrum of the medieval.»

help us avoid a superficial reading of this phenomenon. The contemporary medieval revival, despite being «considered by professional historians as something not worthy of consideration, not pertinent to a serious scientific research»¹⁴, is much more than a fad – it is a complex phenomenon whose roots lay in 19th-century Romanticism¹⁵ and which continues to inspire and influence new generations.

Returning to the object of this study, we can, at first, face a methodological problem: *ASoIaF* and *GoT* are not products which evoke the ‘real’ Middle Ages, but they are clearly set in a fantasy context. Many historians in recent years have refused to study the fantasy genre, since it does not clearly represent concrete and ‘real’ places or events¹⁶. Fantasy, which Renato Bordone defined as the «fourth Middle Ages»¹⁷, did not arouse the interest of historians because they do not even consider it a manifestation of medieval imagery. However, if it is true that a fantasy tale is not set in the real world, it is also true that in some cases – and Martin’s work is the perfect example – authors claim to have been inspired by the reading of books concerning the ‘real’ Middle Ages¹⁸. As we will see, this alleged historical accuracy heavily influences the opinions of the audience, which often perceives fantasy products as somehow inspired by authentic medieval atmospheres. This perspective follows Gianfranco Gori’s statement about historical films: «a historical film can be defined as historical in relation to the public that perceive it as historical»¹⁹.

14 Attolini, *Immagini del Medioevo*, 5.

15 About the relation between the Middle Ages and Romanticism, see: Bordone, *Lo specchio di Shalott*; Arthur Dwight Culler, *The Victorian Mirror of History* (New Haven: Yale University Press, 1985); Núria Perpinya, *Ruins, Nostalgia and Ugliness: Five Romantic perceptions of the Middle Ages and a spoonful of Game of Thrones and Avant-garde oddity* (Berlin: Logos-Verl, 2014); David Matthews, *Medievalism: a critical history* (Cambridge: D.S. Brewer, 2015).

16 Gori, *Introduction*, XXIX.

17 Renato Bordone, “Medioevo americano. Modelli scenografici e modelli mentali,” *Quaderni Medievali* 13 (1982): 149. Bordone made a clear reference to what Maria Teresa Fumagalli said about the existence, in contemporary imagery, of «three types of Middle Ages»: the barbaric, the rebirth, and the vulgar one. See Marina Fumagalli Beonio-Brocchieri, “Perché il Medioevo? Il Medioevo nei romanzi contemporanei,” *Quaderni Medievali* 21 (1981): 175.

18 See for example the declarations of Micheal Hirst, creator of the TV show *Vikings*. “Vikings: an interview with the show’s creator and writer Michael Hirst,” *History Extra*, June 7, 2016, accessed January 25, 2018, <http://GoT.historyextra.com/period/viking/vikings-an-interview-with-the-shows-creator-and-writer-michael-hirst/>.

19 Gori, *Introduction*, XXXIII.

***Game of Thrones* and the Middle Ages: state of research**

The first volume of *ASoIaF* – titled *A Game of Thrones* – was published in 1996. In 2017, HBO aired *GoT* season seven. In the last few years, these two products have aroused the interest of both popular audiences and scholars, who have published a number of works on the topic. Leaving aside studies analysing the connections between Martin’s work and philosophy, religion or politics in general²⁰, as well as television studies, I will now offer a brief overview of studies addressing the relationship between *ASoIaF*, *GoT* and medieval history.

Most of these studies have not conducted a proper analysis. They often examine the intertwinement between fiction and history by insisting on a positivist approach, thus operating a sterile comparison between medieval events and the ones narrated in the saga. In recent decades, this approach was often inspired by the desire to debunk historical fiction but, in this case, the positivist approach is mostly used to legitimize the historic density of the products, which are presented by the respective authors as based on the ‘real’ Middle Ages.

We can clearly see this approach in Carol Larrington’s *Winter is Coming* (2016), where the author establishes a lengthy series of parallels between medieval topics or events and their equivalent in *GoT*²¹. Larrington does not read the products through the lens of medievalism (this term is never used in the book) and avoids analysing the non-medieval sources of Martin. Even the contributions contained in *Game of Thrones Versus History*, edited by Brian A. Pavlac (2017), share

20 See Henry Jacoby, ed., *Game of Thrones and Philosophy: Logic Cuts Deeper Than Swords* (Hoboken: John Wiley & Sons, 2012); Stephen Benedict Dyson, *Otherworldly politics: the international relations of Star trek, Game of thrones, and Battlestar Galactica* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015); Eric Silverman and Robert Arp, ed., *The ultimate Game of Thrones and philosophy : you think or die* (Chicago: Open Court, 2017); Christopher Roman, “The Ethical Movement of Daenerys Targaryen,” *Studies in Medievalism* 23 (2014): 61-68; Pascal Massie and Laurin Mayer, “Bringing Elsewhere Home: A Song of Ice and Fire’s Ethics of Disability,” *Studies in Medievalism* 23 (2014): 45-59.

21 Carol Larrington, *Winter is Coming. The Medieval World of Game of Thrones* (London: I.B. Tauris, 2016). Among the parallels, we remember: Knights of the Night Watch/Knights Templar (76-81); three-eyed raven/third eye in the Hinduist ascetic tradition (91); wildfire/Greek fire (117-18); grey scale/black death (141-45); R’Hllor cult/Cathar belief (177-79).

the same methodological approach. Apart from Shiloh Carroll's text²², this work is characterized by several articles focusing on parallels between real medieval topics and *GoT*. Likewise, the Italian archaeologist Valentina Bonaccorsi, in her study published in the volume *Game of Thrones. Una mappa per immaginare mondi* (2017)²³, succumbed to the positivist temptation. As for *Beyond the Wall* (2012), except for the contribution of Linda Antonsson and Elio García – focused on the influence of Romanticism in Martin's thought – this is a book conceived just for the fandom²⁴.

These works could perhaps represent a way for the audience to get closer to medieval history²⁵, but they do not answer the more interesting questions that a scholar – and above of all a medievalist – should ask regarding Martin's works. These questions might concern, for example, the non-medieval sources of Martin, the relation between history and its fictional representations, and the intertwining of contemporary society and its medieval past. To quote Richard Utz: «An impactful cultural phenomenon like *GoT* deserves to be read as a self-standing cultural artefact, not as a derivative of its potential medieval models or a pretext for sustaining an academic discipline»²⁶.

There are, however, some studies that have tried to examine *ASoI-aF* and *GoT* through the concept of medievalism. Besides my own ventures into this field²⁷, the work of Florian Besson, Catherine Kikuchi

22 Shiloh Carroll, "Barbarian Colonizers and Postcolonialism," in *Westeros and Britain, Game of Thrones Versus History. Written in Blood*, ed. Brian Pavlac (Hoboken: Wiley-Blackwell 2017), 73-84.

23 Valentina Bonaccorsi, "Le Cronache del Ghiaccio e del Fuoco: elementi storici e suggestioni letterarie," in *Game of Thrones. Una Mappa per Immaginare Mondi*, eds. Sara Martin and Valentina Re (Bologna: Mimesis, 2017), 11-32.

24 Linda Antonsson and Elio García Jr., "The Palace of Love, the Palace of Sorrow. Romanticism in A Song of Ice and Fire," in *Beyond the Wall. Exploring George R.R. Martin's A Song of Ice and Fire*, ed. James Lowder (Dallas: BenBella, 2012), 1-14.

25 Elisabetta Gola, Alice Guerrieri, Emiliani Ilardi and Donatella Capaldi, "Insegnare la Storia con le serie TV. Il medioevo visto con gli occhi de Il trono di spade," *Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea* 1/I n. s., (December 2017): 127-37.

26 Richard Utz, "'Game of Thrones' Among the Medievalists," *Inside Higher Ed*, July 14, 2017, accessed January 25, 2018. <https://GoT.insidehighered.com/views/2017/07/14/why-game-thrones-shouldnt-be-used-effort-recruit-future-medievalists-essay>.

27 Riccardo Facchini, "La rappresentazione del Medioevo nella serialità televisiva: il caso di *Game of Thrones*," in *Medioevo in Formazione*, ed. Marco Paperini (Debate: Livorno, 2018), 9-19.

and Cécile Troadec, although ignoring much of the historiographical tradition of studies on medievalism, raises interesting questions²⁸. Furthermore, Laurin Mayer²⁹, Carol Jamison³⁰ and Shiloh Carroll³¹ have made poignant contributions. The latter, for example, successfully analysed the relation between *ASoIaF*, *GoT*, their sources (medieval and, most of all, non-medieval), the post-medieval representation of the Middle Ages and its perception among the public. This whole complex intertwining has been inspired by what Carroll defined a «quest for realism»³².

Game of Thrones and the (gritty) Middle Ages

In the last few years, George R.R. Martin has given several interviews that can help us understand his thought and, in particular, his perception and representation of the Middle Ages. In an interview published by *Rolling Stone*, for example, he declared to have been inspired by the War of the Roses and by the novels related to it, but he also said that «the problem with historical fiction is that you know what is going to happen»³³. Furthermore, he compared the Wall (a gigantic ice barrier built in the northern part of the continent of Westeros to defend the population from the assault of the uncivilized “Wildlings”) to Hadrian’s

28 Besson, Kikuchi, Troadec, “*Les Moyen Âge de Game of Thrones*”, 479-507.

29 Laurin Mayer, “Unsettled Accounts: Corporate Culture and George R.R. Martin’s Fetish Medievalism,” *Studies in Medievalism* 21 (2012): 57-64.

30 Carol Jamison, “Reading Westeros: George R.R. Martin’s Multi-Layered Medievalisms,” *Studies in Medievalism* 26 (2017): 131-142.

31 Shiloh Carroll, *Medievalism in A Song of Ice and Fire and Game of Thrones* (Cambridge: DS Brewer, 2018).

32 Shiloh Carroll, “George R.R. Martin’s Quest for Realism in A Song of Ice and Fire,” paper presented at the 48th edition of the International Congress on Medieval Studies, Western Michigan University, Kalamazoo (US), accessed January 25, 2018. http://GoT.academia.edu/6653466/George_R.R._Martins_Quest_for_Realism_in_A_Song_of_Ice_and_Fire.

33 Mikal Gilmore, “George R.R. Martin: *The Rolling Stone Interview*,” *Rolling Stone*, April 23, 2014, accessed January 25, 2018, <http://GoT.rollingstone.com/TV/news/george-r-r-martin-the-rolling-stone-interview-20140423>.

Wall³⁴. He also stated: «I like to use history to flavour my fantasy»³⁵; «[*ASoIaF* is] just a historical novel in a world with a different sort of history»³⁶; «I write an epic fantasy that has the imagination and the sense of wonder that you get in the best fantasy, but the gritty realism of the best historical fiction»³⁷. His thoughts about the relationship between history and fiction are well summarized in an interview given in 2013 to the *Austin Chronicle*:

«People have pointed out that probably the main influence on *Ice and Fire* is the War of the Roses, and that's certainly true. I've also read about a lot of other medieval conflicts. The Hundred Years War was another huge influence, the Crusades and the Albigensian Crusade, and a lot of details from Scottish history, which was particularly bloody. So, you take events from real history, but I don't believe in just transcribing them. Like, taking something that happened to Henry the Eighth and having it happen to my characters in the same way, just change the names? To my mind that's cheating, that's too easy. You take a bit of this, you take a bit of that. You combine them, you re-think them. You add new twists that maybe even a student of history doesn't see coming, and you add fantasy elements to make everything bigger and more colourful»³⁸.

34 Sarah Scott, "Game of Thrones writer reveals Hadrian's Wall inspired hit TV series," *The Journal*, June 5, 2014, accessed January 25, 2018, <http://GoT.thejournal.co.uk/news/north-east-news/game-thrones-writer-inspired-hadrians-7214397>.

35 Jessica Walker, "'Just songs in the end'. Historical Discourses in Shakespear and Martin," in *Mastering the Game of Thrones. Essays on George R.R. Martin's 'A Song of Ice and Fire'*, eds. Jes Battis and Susan Johnston (Jefferson; McFarland, 2015), 71.

36 Leimar Garcia Siino, "Resembling Fantasy: Studying the Game of Awareness with George R. R. Martin's A Game of Thrones," *Hélice. Reflexiones críticas sobre ficción especulativa* 2 (2012): 22.

37 John Hodgeman, "George R.R. Martin, Author of A Song of Ice and Fire," *Bullseye*, September 19, 2011, accessed January 25, 2018, <http://GoT.maximumfun.org/sound-young-america/george-r-r-martin-author-song-ice-and-re-series-interview-sound-young-america>.

38 Amy Gentry, "LoneStarCon 3: The George R.R. Martin Interview," *Austin Chronicle*, August 29, 2013, accessed January 25, 2018, <https://GoT.austinchronicle.com/daily/books/2013-08-29/lonestarcon-3-the-george-r-r-martin-interview/>.

These statements indicate one of the key points of Martin's thought, which is the strong conviction of having created a saga very close to a historical novel, with the addition of a few fantasy elements and set in a fictional world inspired by 'real' medieval places and events. This procedure, according to him, led to the creation of «a fantasy for people who hate fantasy»³⁹. However, as we will see, Martin's creative process shows the impact of several centuries-old interpretations and re-elaborations of the medieval imagery, which he clearly seems to have assimilated but radically and voluntarily refused.

To understand the idea of the Middle Ages present in Martin's works, we should first engage with the "ten ways" to define the Middle Ages that Umberto Eco outlined in 1983, especially the "romantic" and the "barbaric" one⁴⁰. The romantic idealization of the Middle Ages, which Alice Chandler has efficiently defined as *A Dream of Order*⁴¹, and most of the products that have drawn it into the 20th century had a fundamental importance during Martin's youth. He was born in 1948 and the first edition of *The Lord of the Rings* was published in 1955. Roughly in the same period, Disney managed to conjure up its own medieval imagery through films such as *The Sword in the Stone* (1963)⁴².

Understanding the impact of the romantic and post-romantic view of the Middle Ages in Martin's education – and also the absence of scholarly works on this period⁴³ – is fundamental in order to understand his radical refusal of this imagery, which he sees as too static and not inspired by a 'true' vision of the Middle Ages. In particular, Martin

39 Dave Itzko, "His Beautiful, Dark, Twisted Fantasy: George R.R. Martin Talks Game of Thrones," *New York Times*, April 1, 2011, accessed January 25, 2018, http://artsbeat.blogs.nytimes.com/2011/04/01/his-beautiful-dark-twisted-fantasy-george-r-r-martin-talks-game-of-thrones/?_r=0.

40 Umberto Eco, "Dieci modi di sognare il Medioevo," *Quaderni medievali* 21 (1986): 187-200.

41 Alice Chandler, *A dream of order: the medieval ideal in nineteenth-century English literature* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1970).

42 Martin also declared that the Maurice Druon's saga *Le Roi Maudit* heavily inspired his imagery. See Ben Milne, "Game of Thrones: The cult French novel that inspired George R.R. Martin," *BBC News*, April 4, 2014, accessed January 25, 2018, <http://GoT.bbc.com/news/magazine-26824993>. See also G.R.R. Martin, "Knights," *GRR Martin* website, accessed January 25, 2018. <http://GoT.georgerrmartin.com/for-fans/knights/>.

43 William Blanc, "Au-delà du réel," in *Game of Thrones. Série Noire*, ed. Mathieu Potte-Bonneville (Paris: Les Prairies ordinaire, 2015), 60.

declared that he does not have great consideration for these products, which are mostly epigones of the Tolkienian imagery that contributed to show a medievaesque world too different from the real one:

«I'm a big fan of historical fiction. I did read fantasy as well. As I read that, I sort of had a problem with a lot of the fantasy I was reading, because it seemed to me that the middle ages, or some version of the quasi middle ages, was the preferred setting of a vast majority of the fantasy novels that I was reading by Tolkien imitators and other fantasists, yet they were getting it all wrong. It was a sort of Disneyland middle ages, where they had castles and princesses and all that»⁴⁴.

Martin talks about the creation of a «Disneyland Middle Ages», a false medieval imagery created for a community of readers who needed strong and definite moral reference points⁴⁵. According to him, 20th-century fantasy novelists have radicalized Tolkien's view, locking themselves into schemes focused on an excessive division between good and evil. Martin also respectfully criticized the Oxford professor for having idealized the person of the medieval king⁴⁶. In these statements, we can clearly observe what William Blanc defined as a «conflit de générations» between two different kinds of medieval imagery⁴⁷.

44 John Hodgman, *Interview on 'The Sound of Young America'*, accessed January 25, 2018, <http://GoT.maximumfun.org/sound-young-america/george-r-r-martin-author-song-ice-and-fire-series-interview-sound-young-america>.

45 Shiloh Carroll, “‘You ought to be in skirts and me in mail’: Gender and History in George R.R. Martin’s *A Song of Ice and Fire*,” in *George R.R. Martin’s “A Song of Ice and Fire” and the Medieval Literary Tradition*, ed. Bartłomiej Błaszkiwicz (Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 2014), 249. See also Tyson Pugh and Susan Aronstein, *The Disney Middle Ages. A Fairy-Tale and Fantasy Past* (New York: Palgrave MacMillan, 2012); Matteo Sanfilippo, *Il Medioevo secondo Walt Disney* (Bari; Dedalo, 1987).

46 Gilmore, *George R.R. Martin: The Rolling Stone Interview*.

47 Blanc, *Au-delà du réel*, 62. In fantasy literature we can see a strong idealisation of the past. According to Narelle Campbell: «the medievalism at the core of fantasy demonstrates an attachment, not necessarily to an historical past, but to idealized or pre-modern places and times». See Narelle Campbell, “Now and Then: Traces of the Present in Medievalist Fantasy Fiction.” (PhD diss., University of Wollongong, 2013), accessed January 25, 2018, <http://ro.uow.edu.au/theses/3910/>.

This ‘conflict’ also emerged in the thought of Italian film director Mario Monicelli who, speaking about one of his most acclaimed works, *Brancaleone* (1966), claimed that it was

«a film set in the Middle Ages, a period that has always fascinated me because I think that it was extremely different from that set of elements such as knights and damsels that we study at school. It was an era full of hunger, plagues and superstitions»⁴⁸.

We are aware that the Italian film tradition embodied by Monicelli is very different from fantasy literature and from the American TV series industry. However, in the case of Monicelli, we can see the same effort to dispel the myth of the golden Middle Ages, idealized by the romantic literary tradition. While Monicelli’s approach led to the creation of *Brancaleone*, where he painted a ridiculous and caricatured medieval world, Martin’s ‘realism’ led to the invention of what Helen Young defined as the ‘gritty’ or ‘grimdark’ Middle Ages⁴⁹.

The presence of elevated levels of violence, sexism and alleged misogyny both in *AsoIaF* and in *GoT* have often aroused indignation among parts of the audience, who have occasionally perceived some scenes as superfluous. Furthermore, in some cases, Martin has been accused of being a male chauvinist because of the abundance of sexual violence in his works. Martin defended himself by claiming to be a feminist⁵⁰ and saying that he has merely reproduced the kind of sexuality typical of the Middle

48 Mario Monicelli, *L’arte della commedia* (Bari: Dedalo, 1986), 80 (my translation).

49 Helen Young defines “grimdark” as «a sub-genre created in the late twentieth and twenty-first centuries, [...] marked by low-levels of magic, high-levels of violence, in-depth character development and medievalist worlds that are ‘if not realistic, at least have pretensions to realism’ in their depictions of rain, mud and blood». See Helen Young, *Race and Popular Fantasy Literature: Habits of Whiteness* (New York: Routledge, 2016), 63.

50 Jessica Salter, “Game of Thrones’s George RR Martin: ‘I’m a feminist at heart’,” *The Telegraph*, April 1, 2013, accessed January 25, 2018, <http://GoT.telegraph.co.uk/women/womens-life/9959063/Game-of-Throness-George-RR-Martin-Im-a-feminist.html>. He also stated: «I’ve always considered women to be people»: see “George R.R. Martin on Strombo: Full Extended Interview.” YouTube. March 14, 2012, accessed January 25, 2018, <https://GoT.youtube.com/watch?v=fH p4DefG4>.

Ages⁵¹. Even if we believe – in line with the opinion of Florian Besson, Catherine Kikuchi and Cécile Troadec⁵² – that this kind of scenes, especially in the literary saga, are not gratuitous and that they play a role in plot development, we also have to consider that Martin’s obsession with realism seems to have led him to the creation of a medieval world not far from the stereotype of the ‘dark’ Middle Ages. In fact, this «formulaic obsession with sex, violence, power and dirtiness» is not only functional to describe a different kind of fantasy, but it also corresponds to the idea of the Middle Ages that the author wants to communicate to his audience⁵³.

This obsession has been absorbed by Benioff and Weiss, the creators of the show. For example, in the special features of the season five DVD, we can find a section called “The Real History Behind Game of Thrones”, focused on several comparisons between *GoT* events and their alleged ‘medieval’ references⁵⁴. Moreover, during an interview in 2011, Daniel Weiss claimed, when talking about the presence of sexual violence in the show, that Westeros is «not our world but it’s a real world, and it’s a violent world, a more brutal world»; then he added: «We felt that shying away from these things would be doing a disservice to the reality and groundedness of George’s vision»⁵⁵.

Such engagement with realism is not new in the context of historical TV series or films. Shannon McSheffrey has analysed the tendency

51 Rachael Brown, “George R.R. Martin on Sex, Fantasy, and ‘A Dance With Dragons,’” *The Atlantic*, July 11, 2011, accessed January 25, 2018, <http://GoT.theatlantic.com/entertainment/archive/2011/07/george-rr-martin-on-sex-fantasy-and-a-dance-with-dragons/241738/>.

52 Besson, Kikuchi, Troadec, *Les Moyen Âge de Game of Thrones*, 483.

53 Andrew Elliott, “‘Our Minds Are in the Gutter, But Some of Us Are Watching Starz...’. Sex, Violence and Dirty Medievalism,” in *Fantasy and Science Fiction Medievalisms: From Isaac Asimov to A Game of Thrones*, ed. Helen Young (Amherst: Cambria Press, 2015), 97.

54 “The Real History Behind Game of Thrones,” in *Game of Thrones: the Complete Fifth Season*. HBO, 2016.

55 Jace Lacob, “Game of Thrones’ Sexual Politics,” *The Daily Beast*, June 5, 2011, accessed January 25, 2018, <http://GoT.thedailybeast.com/game-of-thrones-sexual-politics>. According to Shiloh Carrol there is a difference between the representation of violence in *ASoIaF* and *GoT*: «Rape, violence, abuse of women and children, and slavery are considered necessary plot points because they are somehow required for Benioff, Weiss, and Martin’s version of the Middle Ages to “feel” real. While Martin attempts, with mixed success, to unpack, critique, and problematize these aspects of his Middle Ages – even while claiming that including them in the first place is necessary to keep his Middle Ages “authentic” – Benioff and Weiss instead glorify toxic masculinity, use rape and casual female nudity as backdrops to the action, and oversimplify the condition and structures of slavery». See Carroll, *Medievalism*, 180.

of showrunners to «invoke the copious amounts of ‘historical research’ that underpins what appears on the screen»⁵⁶ while, at the same time, often justifying historical mistakes present in their products by hiding behind creative freedom. According to Elyzabeth Wawrzyniak, it seems that this kind of medievalism is just an «ideological blanket» to justify their creative choices⁵⁷.

However, this ‘realism’ is nothing more than the result of a complex and old process of stratification of medieval imagery made by western culture over, at least, the last two centuries. We can observe in *GoT* the presence of most medieval tropes imagined and created by western artists, intellectuals and historians. By using the categories that Franco Cardini outlined in 1986, we can find in Martin’s universe eleven different types of Middle Ages: the barbaric, the intellectual, the feudal, the urban, the Nordic, the Mediterranean, the mystic, the sceptical, the secular, the commercial and the bellicose⁵⁸. All these elements are very different from each other, both conceptually, geographically and chronologically, but they have been united into one homogeneous universe pervaded by what Dubost defined as a «médiévalité diffuse»⁵⁹.

Another important aspect of Martin’s medievalism consists of his constant dialogue with the present. In fact, his works perfectly match one of the definitions of medievalism offered by Pugh and Weisl: «a comment on the artist’s contemporary sociocultural milieu»⁶⁰. By narrating his stories and by using his own kind of medieval imagery, the

56 Shannon McSheffrey, “William Webbe’s Wench,” in *The Middle Ages on Television: Critical Essays*, eds. Meriem Pagès and Karolyn Kinane (Jefferson: McFarland, 2015), 57.

57 Elyzabeth Wawrzyniak, “George R.R. Martin and the Myths of History: Postmodernism and Medievalism in ‘A Song of Ice and Fire,’” paper presented at the conference *Popular Culture and the Deep Past*, Ohio State University, February 8, 2014, accessed January 25, 2018, https://GoT.academia.edu/6007571/_George_R.R._Martin_and_the_Myths_of_History_Postmodernism_and_Medievalism_in_A_Song_of_Ice_and_Fire._According_to_Carol_Larrington_rapes_were_a_social_plague_during_the_Middle_Ages. See Larrington, *Winter is Coming* 28, n.º 5: «The rape inflicted on Sansa on her wedding night must have been the lot of many a medieval bride.»

58 Franco Cardini, “Medievisti di professione,” *Quaderni Medievali* 21 (1986): 39-40.

59 Francis Dubost, *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale XII -XIII siècles: l’Autre, l’Ailleurs, l’Autrefois* (Paris, Champion, 1991), 2.

60 Tyson Pugh and Angela Jane Weisl, eds., *Medievalisms: making the past in the present* (London: Routledge, 2013), 1.

author means to establish a permanent and stable contact with our times. As stated by Elizabeth Wawrzyniak:

«*A Song of Ice and Fire*, then, offers its audience the opportunity for reflection on the present through the past—an opportunity not necessarily intended by the author, perhaps, but irrefutable in the face of the numerous postings on personal websites, social media, and places like Reddit where fans eagerly discuss the connections between the wars in Westeros and Essos with those in Iraq and Afghanistan»⁶¹.

Judging by the impact of *ASoIaF* and *GoT* on the audience, this contact has been successfully established and Martin's medievalism has played a key role in the process.

The audience reception of the Middle Ages

The declarations of Martin, Benioff and Weiss about realism, along with the “medievalité diffuse” that pervades their products, heavily contributed to foster the idea, among the audience and above all the fandom, that both books and TV series are somehow inspired by real and medieval events and themes.

However, especially at the beginning, these ‘gritty’ Middle Ages might have disappointed part of the audience, especially the one that was looking for a more ‘traditional’ fantasy inspired by romantic and neo-medieval tropes. This kind of delusion is also embodied in some of the characters, particularly in those who suffered what Carroll defines

61 Elizabeth Wawrzyniak, *All Our Old Heroes Are Dead: The Nostalgia of Chivalry and the Myth of the “Good War” in Game of Thrones*, in “Academia.edu”, accessed January 25, 2018, https://GoT.academia.edu/23333235/All_Our_Old_Heroes_Are_Dead_The_Nostalgia_of_Chivalry_and_the_Myth_of_the_Good_War_in_Game_of_Thrones. See also Yann Roché's opinion: «L'une des raisons du succès de Game of Thrones est son réalisme, de même que sa capacité à nous faire découvrir, dans un univers imaginaire, des échos de notre histoire et de notre présent»: cited in Blanc, *Au-delà du réel*, 57.

as «a violent reeducation», with the aim of demonstrating «through their experiences that his [Martin’s] version of the Middle Ages is by nature violent and oppressive»⁶². Above all, this process is clear in Sansa Stark, who can be considered a symbol of the average reader. Like the average fantasy consumer, she was raised in the myth of knighthood, reading novels that we can compare to our chivalric romance. At the beginning of the story, her only dream is to marry a king and live happily ever after, yet she goes on to face the ‘real’ and dark nature of knighthood: she marries a mad and evil king and she suffers on her skin the violence of the ‘real’ world, that is, the ‘real’ Middle Ages. Sansa then realizes that in real life «There are no heroes ... In life, the monsters win»⁶³, and, along with her, the reader/viewer makes the crossing from the idealized “Disney Middle Ages” to the gritty ones.

Having dashed the hopes of more traditionalist audiences, this alleged realism was at the same time one of the main reasons for the saga’s success. Even rapper Snoop Dogg has declared:

«I watch it [*GoT*] for historic reasons, to try to understand what this world was based on before I got here. I like to know how we got from there, to here, and the similarities between then and now»⁶⁴.

This kind of declarations seem to validate Helen Young’s ideas when she claims that «the fantasy genre is one of the most significant channels through which the Middle Ages are drawn into twenty-first century popular culture»⁶⁵. Still, Young, when analysing the reception of *GoT*, has noted a «cognitive dissonance» among the fans:

62 Shiloh Carroll, “Rewriting the Fantasy Archetype: George R.R. Martin, Neomedievalist Fantasy, and the Quest for Realism,” in Young, *Fantasy and science fiction medievalisms*, 72.

63 *A Game of Thrones*, Chapter 67.

64 Hardeep Phull, “Snoop Dogg thinks ‘Game of Thrones’ is based on real history,” *New York Post*, May 9, 2015, accessed January 25, 2018, <http://nypost.com/2015/05/09/snoop-dogg-thinks-game-of-thrones-is-based-on-real-history/>.

65 Young, *Place and Time*, 4.

«there is a very strong desire [...] for imagined worlds to reflect historical realities of the Middle Ages» [...] «the point that a fantasy world is, by definition, not historically accurate, however, does not derail the demand for historical authenticity.»⁶⁶

It seems that as medievalist imageries mute into the most shared and common version of the Middle Ages assimilated by mass culture, it becomes even more difficult for the audience to operate a distinction between the post-medieval representation of the Middle Ages and their academic and scholarly interpretation. This process can and must be read in the light of Baudrillard's idea of 'hyperreality'⁶⁷, whose relation to medievalism has been pointed out by Brent and Kevin Moberly:

«Neomedieval works, in this sense, do not simply seek to describe, reproduce, or otherwise recover the medieval, but instead employ contemporary techniques and technologies to simulate the medieval – that is, to produce a version of the medieval that is more medieval than the medieval, a version of the medieval that can be seen and touched, bought and sold, and therefore owned [...] In doing so, they produce a version of the medieval that, as Baudrillard wrote about simulation in general, “is no longer really the real”, in the sense that its point of origin is not a historical epoch or event, but a conglomeration of models and data in which the medieval and all of the traits traditionally associated with it (nobility, chivalry, feudalism, etc.) become indis-

66 Helen Young, “‘It’s the Middle Ages, Yo!’: Race, Neo/medievalisms, and the World of Dragon Age,” *Year’s Work in Medievalism* 27 (2012), 6.

67 See Jean Baudrillard, *Simulacra and Simulation* (Ann Arbor: University of Michigan, 1994). See also Mary Jane Toswell, “The Simulacrum of Neomedievalism”, 45: «A simulacrum (Baudrillard) is a copy of a copy of a nonexistent original, an original that never had tangible existence, a posited will-o-the-wisp. Neo-medievalism depends upon a simulacrum of the medieval; medievalism refers to an existing medieval text, even if seen through the transcendent light of nineteenth-century constructions of the medieval».

tinguishable from and equivalent to any number of other historical, fictional, and mythical elements. The result is a hyperreal medievalism». ⁶⁸

This intertwining of medievalist products and the Middle Ages also aroused the interest of the scholarly community when talking about the role that these products might play in the construction of the idea of the Middle Ages in younger generations and in the uses of films and TV series in teaching medieval studies. For example, according to Olivia Waxman, *GoT* is “Changing How Scholars Study the Real Middle Ages”⁶⁹. In 2016, Philippa Byrne, postdoc fellow in Medieval History at Oxford University, claimed that medievalists «should stop talking about Game of Thrones». Byrne admitted that this approach «may sound like an academic historian sneering at popular culture from her ivory tower», but she added that «Game of Thrones is worth analysing – but as a piece of literature or drama, not as history» because «it isn’t set in the Middle Ages, or any specific part of it» and also because it is «a chaotic amalgam of periods and places with dragons thrown into the mix»⁷⁰. In turn, Byrne’s opinion led another young medievalist, James Palmer, to reply that medievalists should look at popular culture in order «to be part of the conversation – not just to set the record straight, but to engage in an informed debate using their knowledge and interpretative skill» because «they bring a different and often valuable point of view to the table»⁷¹.

Even if one personally considers the analysis of medievalist productions such as *GoT* important, it is true that in the last few years this

68 Brent Moberly and Kevin Moberly, “Neomedievalism, Hyperrealism and Simulation,” *Studies in Medievalism* 19 (2010): 12-24, 15.

69 Olivia Waxman, “Game of Thrones Is Even Changing How Scholars Study the Real Middle Ages,” *Time*, July 14 2017, accessed January 25, 2018, <http://time.com/4837351/game-of-thrones-real-medieval-history/?iid=sr-link1>.

70 Philippa Byrne, “Why medievalists should stop talking about Game of Thrones,” *The Conversation*, June 15, 2016, accessed January 25, 2018, <http://theconversation.com/why-medievalists-should-stop-talking-about-game-of-thrones-61044>.

71 James Palmer, “Medievalists Should Talk About Game Of Thrones,” *Merovingian World*, June 17, 2016, accessed January 25, 2018, <https://merovingianworld.wordpress.com/2016/06/17/medievalists-should-talk-about-game-of-thrones/>.

has been the subject of studies that, as mentioned above, lost themselves in sterile comparisons between ‘the medieval past’ and *GoT*’s universe. In part, this approach may be a consequence of the plethora of declarations by Martin, Benioff and Weiss concerning historical accuracy, which have fostered, especially in the fandom, what has been defined as a positivist approach to a medievalist production. It is quite ironic that, in recent decades, both historians and amateurs have mostly evoked historical accuracy to criticize historical films or TV shows, yet in this case, due to the clever strategy of the authors, the fandom uses the same positivist approach to give *GoT* the allure of a product based on serious and meticulous historical research, even if we are speaking of a fantasy saga. In fact, it is common to find on the internet analyses that, for example, compare the tragic death of Robb Stark during his wedding feast⁷² to some vague similar events that took place in Denmark in 1157 or in Scotland in 1440, despite the fact that none of these were wedding feasts and despite the total lack of declarations by Martin on the topic⁷³. This approach also led to the creation of *History Behind Game of Thrones*, a website entirely focused on comparisons between *GoT* and the Middle Ages⁷⁴.

Furthermore, when the comparison is made towards topics such as the features of Northern or Middle Eastern medieval populations or the role of women in medieval societies, it is clear that what the

72 “The Red Wedding”, S03E09.

73 Lars Kjaer, “Murder at the Feast: Game of Thrones and Medieval history,” *The Independent*, June 4, 2013, accessed January 25, 2018, <http://GoT.independent.ie/entertainment/TV-radio/spoiler-alert-murder-at-the-feast-game-of-thrones-and-medieval-history-29318973.html>; Ross Crawford, “The Historical Inspiration for the Red Wedding of ‘Game of Thrones’,” *Fickle Fascinations*, June 3, 2013, accessed January 25, 2018, <https://ficklefascinations.wordpress.com/2013/06/03/the-real-red-wedding-of-game-of-thrones/>.

74 “History Behind Game of Thrones,” accessed January 25, 2018, <http://history-behind-game-of-thrones.com/>. See also Tom Holland, “‘Game of Thrones is more brutally realistic than most historical novels’,” *The Guardian*, March 24, 2013, accessed January 25, 2018, <http://GoT.theguardian.com/TV-and-radio/2013/mar/24/game-of-thrones-realistic-history>; Dan Jones, “How ‘Game of Thrones’ Is (Re)Making History,” *The Wall Street Journal*, March 31, 2013, accessed January 25, 2018, <http://blogs.wsj.com/speakeasy/2013/03/31/how-game-of-thrones-is-remaking-history/>; Stephanie Pappas, “How Real Is the ‘Game of Thrones’ Medieval World?,” *Live Science*, April 3, 2014, accessed January 25, 2018, <http://GoT.livescience.com/44599-medieval-reality-game-of-thrones.html>; Elide Messineo, “Se la realtà storica supera la fantasia de ‘Il Trono di Spade,’” *Storia in Rete*, accessed January 25, 2018, <http://GoT.storiainrete.com/11259/stampa-italiana-2/se-la-realta-supera-la-fantasia-de-il-trono-di-spade/>.

positivist critics have in mind here are, most of the time, just stereotypes (Northern people of Westeros are honest and proud fighters like medieval German populations; people of Essos are luxurious and slavers ‘exactly’ like Middle-Eastern medieval societies...) ⁷⁵ that have become stratified during a centuries-old construction of medieval imagery. The audience, observing the representation of these stereotypes, perceive them as plausible, recognizing them because they are familiar concepts, and this contributes to the creation of the historical allure of the production. As Amy Kaufman points out: «The neomedieval idea of the Middle Ages is gained not through contact with the Middle Ages, but a medievalist intermediary [...] Neomedievalism is thus not a dream of the Middle Ages, but a dream of someone else’s medievalism» ⁷⁶. Medievalism – in this case *GoT*’s medievalism – is a complex and articulate series of representations of previous representations.

“I like dogs better than knights”⁷⁷: *Game of Thrones* and knighthood

One of the most important medieval tropes deconstructed by Martin is undoubtedly knighthood, although he is not the first who tried to dispel this myth. One of the first to do it was Mark Twain, with his *A Connecticut Yankee in King Arthur’s Court* (1889). In *Knight Errant* (1915), the painter Kokoscha pictured the end of the myth of chivalry at the beginning of the Great War. We have already discussed a similar process in Monicelli’s *Brancaleone* (1966). In *A Knight’s Tale* (2001), Heath Ledger jousted to the sound of *We Will Rock You*. However, Martin does not want to parody chivalry or denounce the end of an

⁷⁵ About the Orientalist tropes in *GoT* see: Matt Hardy, “Game Of Tropes: The Orientalist Tradition in the Works of G.R.R. Martin,” *International Journal of Arts & Sciences*, 8 (2015): 409-20; Shiloh Carroll, “Barbarian Colonizers and Postcolonialism in Westeros and Britain”; Eugene Wolters, “Game Of Thrones: A White Liberal’s Orientalist Wetdream”, *Critical Theory*, June 14, 2013, accessed January 25, 2018, <http://GoT.critical-theory.com/game-thrones-white-liberals-orientalist-wetdream/>.

⁷⁶ Amy Kaufman, “Medieval Unmoored”, *Studies in Medievalism* 19 (2010): 11.

⁷⁷ *A Clash of Kings*, Chapter 18.

archetypal ideal⁷⁸. What he seems to want to say to his readers is that the knights as they knew them actually never existed.

The knights in *ASoIaF* and *GoT* are the opposite of the idealized medieval knight: violent and without any moral (the Royal Guard, Gregor Clegane); outcast and disillusioned (Jorah Mormont, Jaime Lannister); deprived of a stereotypical chivalric masculinity (Loras Tyrell). The “Hound” Sandor Clegane – who likes «dogs better than knights»⁷⁹ – is perfectly aware of the hypocrisy hidden behind the notion of chivalry, which he summarises in the sentence: «there are no true knights»⁸⁰. In his view, there is no space for an elevated and idealized vision of chivalry, as we can infer from this dialogue with Sansa: «What do you think a knight is for, girl? You think it’s all taking favours from ladies and looking fine in gold plate? Knights are for killing»⁸¹. Even disability, a very important topic in the saga⁸², plays a role in the deconstruction of chivalry: the young Bran dreamt to become a knight during his childhood, but he cannot because of his impossibility to walk; Jaime Lannister’s last chivalric attribute, his right hand, the “hand of the sword”, is brutally mutilated⁸³; furthermore, Tyrion, a dwarf, is the protagonist of a scene that is meant to parody the *trope* of the knight’s farewell to his lady (a prostitute, in this case) before a battle⁸⁴.

It also seems that Martin wants to mock those characters who live in the myth of a golden age of knighthood, like the aforementioned Sansa, the old and wise knight Barristan Selmy and Jon Snow at the

78 I am not totally agree with Elizabeth Wawrzyniak: in her opinion, in Martin’s work is present a strong nostalgia for the past, which can be find in his approach to the idea of knighthood. See Wawrzyniak, *All Our Old Heroes Are Dead*, 5-6.

79 *A Clash of Kings*, Chapter 18.

80 *A Clash of Kings*, Chapter 52. Carol Larrington consider this approach merely as a “more pragmatism and critical view of chivalry”: see Larrington, *Winter is Coming*, 122.

81 *A Clash of Kings*, Chapter 52.

82 According to Martin, his main characters are “Cripple, bastards and broken things”: see Larrington, *Winter is Coming*, 107, n.º 3. See also the episode “Cripple, bastards and broken things”, S01E04.

83 Massie, Mayer, *Bringing Elsewhere Home*, 53. Jaime’s redemption arc starts from this point. See “Walk of Punishment”, S03E03.

84 “Blackwater”, S02E09. The trope is perfectly embodied by Edward Burne-Jones’ painting *The Knight’s Farewell* (1858).

beginning of his path⁸⁵. Even Jaime Lannister sometimes seems to be aware of the previous existence of a golden age of knighthood, but during his life he «has experienced the impossibility of holding to a chivalric code»⁸⁶, and, at least until the end of his path of redemption (which is quite clear at the end of season seven⁸⁷), he is aware of the impossibility of fulfilling the duties of a ‘true’ knight.

The deconstruction of chivalry operated by Martin has been analysed by Stacey Goguen, who has defined medieval chivalry as the expression of a «homophobic, sexist, classist society»⁸⁸. However, perhaps Goguen ignores that the ethical framework she is analysing is the one idealized by romantic and neo-medieval 19th-century intellectuals, which was characterized by a strong and artificial internal coherence, and not the one codified during the 12th century, which consisted of «a multifaceted ideal»⁸⁹. Goguen’s approach is useful in this case to show the tendency, sometimes even in a scholarly context, to overestimate the representation of medieval imagery, charging it with meanings which often fall outside the purposes of research that should be focused on how and why the authors represent the Middle ages in a certain way. Deconstructing medieval tropes such as knighthood can be useful in historical research to offer a more complex and multifaceted view on a medieval social phenomenon, but its main purpose should not be to debunk medieval society *per se*. Again, we should remember that these representations are not reproductions of

85 Wawrzyniak, *All Our Old Heroes Are Dead*, 4: «Martin’s discourse of chivalry explodes out of its idealized origins from the very start with Tyrion Lannister’s interrogation of Jon Snow’s desire to join the Night’s Watch, which borders on outright mocking. “The Night’s Watch is a noble calling,” Jon tells the dwarf in *A Game of Thrones*, but Tyrion disagrees. “The Night’s Watch is a midden heap for all the misfits of the realm,” he points out, “sullen peasants, debtors, poachers, rapers, thieves, and bastards like you all wind up on the Wall” (*GoT*) [...]. It turns out that Jon Snow is just as enamored with the nostalgic ideal of chivalry as Sansa is.»

86 Carrol, *Medievalism*, 46.

87 See the powerful image of his charge against Daenerys and her dragon, which recalls the iconography of st. George: “The Spoils of War”, S07E04.

88 Stacey Goguen, “There Are No True Knights,” in *Game of Thrones and Philosophy*, 208. See also Dan Wohl, “Is ‘Historical Accuracy’ a Good Defense of Patriarchal Societies in Fantasy Fiction?,” *The Mary Sue*, December 5, 2012, accessed January 25, 2018, <http://GoT.themarysue.com/sexism-in-historical-fantasy/>.

89 Jean Flori, *Cavaliere e cavalleria nel Medioevo* (Torino: Einaudi 1999), X-XI.

the ‘real’ Middle Ages, but representations, or rejections, of a pre-existing medievalist imagery.

The postmodern Middle ages

In conclusion, we can now try to outline the result of George R.R. Martin’s medievalism, considering that, also in this case, «what is created is one’s *idea* of what the Middle Ages were, based on one’s exposure to the past as altered through historians, whether contemporary or from the era, and medievalist intermediaries»⁹⁰.

At first sight, it seems that the final result mainly consists in the reproduction of a stereotyped ‘dark’ medieval era, a consequence of Martin’s «fetishism of the authentic»⁹¹. However, a film or a TV show is always «a social product conditioned by its historical context»⁹² and, in this case, we can find in *ASoIaF* and *GoT* several elements typical of postmodern culture and narrative⁹³. The absence of moral absolute values, the lack of heroes and antagonists, the lack of a single point of view in the narration, the desire of breaking the rules of fantasy literature⁹⁴ – all these elements are sufficient to define *ASoIaF* and *GoT* as postmodern, both because of their contents and their style⁹⁵. In line with Pittaluga and Salotti, even if this product is not historical accurate, it is important for us that it contains several similarities with the «postmodern imagery»⁹⁶.

This postmodern approach is not new in the American tradition of historical fiction⁹⁷ but in Martin’s works it seems to be well embod-

90 Carroll, *Medievalism*, 15.

91 Attolini, *Immagini del Medioevo*, 8

92 Gori, *Introduction*, XXVI.

93 *Game of Thrones: Postmodernism*, accessed January 25, 2018, <http://got-postmodern.weebly.com/>.

94 Wawrzyniak, *G.R.R. Martin and the myths of history*.

95 Caleb Masters, “Redefining the genre of High Fantasy: A Song of Ice and Fire,” *Masters Film Review*, December 6, 2012, accessed January 25, 2018, <http://calebmasters.net/2012/12/06/redefining-the-genre-of-high-fantasy-a-song-of-ice-and-fire/>.

96 Pittaluga, Salotti, *Cinema e Medioevo*, 6.

97 Theophilus Savvas, *American postmodernist fiction and the past* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.)

ied. Even one of the most emblematic sentences of the saga – *Valar Morghulis*, “All Men Must Die” – seems to symbolize the contemporary uncertainty and the anxieties of western society. Above all, we wish to highlight the role that this postmodern apparatus had in the construction of Martin’s idea of the Middle Ages⁹⁸. Martin does not escape to the past by idealizing it, as Tolkien did to some degree, as a reaction to the chaos generated by two world wars⁹⁹. On the contrary, his answer to postmodern ‘chaos’ consisted of projecting it into the past, into a vague ‘medieval’ era, and, by doing that, he created what we can define as the “postmodern Middle Ages”. In fact, both Tolkien and Martin had a strong relation, not only with the medieval past, but also with their present. As Mayer pointed out:

Martin draws extensively from both medieval and post-medieval texts and tropes, as does Tolkien, and invites the same comparison to contemporary culture as does Tolkien.¹⁰⁰

Martin has painted the medieval world with postmodern nuances, using it to describe «contemporary America»¹⁰¹. He created «a fictionalized past that served to illustrate [...] contemporary concerns»¹⁰² and, by doing this, he has projected our fears into the past. This is quite the opposite of what Roberto Vacca did in 1971, when he projected similar fears into the future. In fact, speaking of the concerns that humanity had towards the future, he coined the expression “*Medioevo Prossimo*

98 About post-modernism and medievalism, see: Lesley Coote, “A Short Essay about Neomedievalism,” *Studies in Medievalism* 19 (2010): 25-33, 26: «History, being a construct made up of other constructed accounts, never existed at all, except as representations of representations [...] The re-presentation of symbols until they are emptied of meaning is a feature of postmodern cultural theory.»

99 See John Garth, *Tolkien and the Great War: the threshold of Middle-earth* (London: HarperCollins, 2003).

100 Mayer, *Unsettled Accounts*, 61.

101 John Blake, “How Game of Thrones is like America”, CNN, May 24, 2014, accessed January 25, 2018, <http://edition.cnn.com/2014/05/24/showbiz/game-of-thrones-america/index.html>.

102 Shippey, “Modernity,” 149.

Venturo” (“The Middle Ages in the near future”), meaning with this the proximity of a new Dark Age¹⁰³.

Along with a typical postmodern deconstruction of the idea of the Middle Ages, Martin has, at the same time, created and crystallized his own view of the medieval era that, mostly due to the TV show, has now become one of the most influent imageries of the Middle Ages in Western culture. This is one of the main reasons why his works, as well as a great part of medievalist productions, deserve to be analysed through the notion of medievalism. Otherwise, medievalists may end up being considered a mere expression of an «antiquate erudition»¹⁰⁴, forgetting that, as Marc Ferro said, «imagery is history as much as history»¹⁰⁵.

103 Roberto Vacca, *Medioevo prossimo venturo: la degradazione dei grandi sistemi* (Milano: Mondadori, 1971).

104 Gori, *Introduction*, 5.

105 «L’imaginaire de l’homme, c’est autant l’Histoire que l’Histoire»: Marc Ferro, “Le film, une contre-analyse de la société,” *Annales ESC* 28 (1973), 113-14.

BIBLIOGRAPHY

- “Cinema e Medioevo”, accessed January 12, 2018, <http://www.cineMedioevo.net/>.
- “From the Book to Screen.” *Game of Thrones: the Complete First Season*. HBO, 2012.
- “George R.R. Martin on Strombo: Full Extended Interview.” YouTube. March 14, 2012, accessed January 25, 2018, <https://GoT.youtube.com/watch?v=fH p4DefG4>.
- “History Behind Game of Thrones,” <http://history-behind-game-of-thrones.com/>, accessed January 12, 2018.
- “The Real History Behind Game of Thrones.” *Game of Thrones: the Complete Fifth Season*. HBO, 2016
- “Vikings: an interview with the show’s creator and writer Michael Hirst”, *History Extra*, June 7, 2016, accessed January 25, 2018, <http://GoT.historyextra.com/period/viking/vikings-an-interview-with-the-shows-creator-and-writer-michael-hirst/>.
- Antonsson, Linda and Elio García Jr. “The Palace of Love, the Palace of Sorrow. Romanticism in A Song of Ice and Fire.” In *Beyond the Wall. Exploring George R.R. Martin’s A Song of Ice and Fire*, edited by James Lowder, 1-14. Dallas: BenBella, 2012.
- Argentieri, Mino. *Cinema: storia e miti*. Napoli: Tullio Pironti Editore, 1984.
- Ashton, Gail, ed. *Medieval Afterlives in Contemporary Culture*. New York: Bloomsbury, 2012.
- Attolini, Vito. “Personaggi del Medioevo nel cinema italiano.” In *Cinema e Medioevo*, edited by Stefano Pittaluga and Marco Salotti, 59-75. Genova: Dipartimento di archeologia, filologia classica e loro tradizioni, 2000.
- Attolini, Vito. *Immagini del Medioevo nel cinema*. Bari: Dedalo, 1993.
- Baudrillard, Jean. *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan, 1994.
- Besson, Florian, Catherine Kikuchi and Cécile Troadec. “Les Moyen Âge de Game of Thrones.” *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* 28 (2015): 479-507.
- Bildhauer, Bettina. *Filming the Middle Ages*. London: Reaktion, 2011.
- Blanc, William. “Au-delà du réel.” In *Game of Thrones. Série Noire*, edited by Mathieu Potte-Bonneville, 57-71. Paris: Les Prairies ordinaire, 2015.
- Bonaccorsi, Valentina. “Le Cronache del Ghiaccio e del Fuoco: elementi storici e suggestioni letterarie.” In *Game of Thrones. Una Mappa per Immaginare Mondi*, edited by Sara Martin and Valentina Re, 11-32. Bologna: Mimesis, 2017.
- Bordone, Renato. “Medioevo americano. Modelli scenografici e modelli mentali.” *Quaderni Medievali* 13 (1982): 130-50.
- Bordone, Renato. *Lo specchio di Shalott: l’invenzione del Medioevo nella cultura dell’Ottocento*. Napoli: Liguori, 1993.
- Brown, Rachael. “George R.R. Martin on Sex, Fantasy, and ‘A Dance With Dragons’,” *The Atlantic*, July 11, 2011, <http://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2011/07/george-rr-martin-on-sex-fantasy-and-a-dance-with-dragons/241738/>, accessed January 12, 2018.
- Byrne, Philippa. “Why medievalists should stop talking about Game of Thrones,” *The Conversation*, June 15, 2016, <http://theconversation.com/why-medievalists-should-stop-talking-about-game-of-thrones-61044>, accessed January 12, 2018.
- Campbell, Narelle. “Now and Then: Traces of the Present in Medievalist Fantasy Fiction.” (PhD diss., University of Wollongong, 2013), <http://ro.uow.edu.au/theses/3910/> accessed January 12, 2018.
- Cardini, Franco. “Medievisti di professione.” *Quaderni Medievali* 21 (1986): 33-52.
- Carroll, Shiloh. “‘You ought to be in skirts and me in mail’: Gender and History in

George R.R. Martin's A Song of Ice and Fire." In *George R.R. Martin's "A Song of Ice and Fire" and the Medieval Literary Tradition*, edited by Bartłomiej Błaszkiwicz), 247-59 (Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 2014).

Carroll, Shiloh. "Barbarian Colonizers and Postcolonialism in Westeros and Britain." In *Game of Thrones Versus History. Written in Blood*, edited by Brian Pavlac, 73-84 (Hoboken: Wiley-Blackwell 2017).

Carroll, Shiloh. "George R.R. Martin's Quest for Realism in A Song of Ice and Fire," paper presented at the 48th edition of the International Congress on Medieval Studies, Western Michigan University, Kalamazoo (US), http://www.academia.edu/6653466/George_R.R._Martins_Quest_for_Realism_in_A_Song_of_Ice_and_Fire, accessed January 12, 2018.

Carroll, Shiloh. "Rewriting the Fantasy Archetype: George R.R. Martin, Neomedievalist Fantasy, and the Quest for Realism." In *Fantasy and science fiction medievalisms*, edited by Young, 59-76.

Carroll, Shiloh. *Medievalism in A Song of Ice and Fire and Game of Thrones*. Cambridge: DS Brewer, 2018.

Castelnuovo, Guido and Giuseppe Sergi. *Arti e storia nel Medioevo*. IV, *Medioevo al passato e al presente*. Torino: Einaudi, 2004.

Chandler, Alice. *A dream of order: the medieval ideal in nineteenth-century English literature*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1970.

Coote, Lesley. "A Short Essay about Neomedievalism." *Studies in Medievalism* 19 (2010): 25-33.

Crawford, Ross. "The Historical Inspiration for the Red Wedding of 'Game of Thrones'." *Fickle Fascinations*, June 3, 2013, <https://ficklefascinations.wordpress.com/2013/06/03/the-real-red-wedding-of-game-of-thrones/>, accessed January 12, 2018.

Di Carpegna Falconieri, Tommaso. *Medioevo Militante*. Torino: Einaudi, 2011.

Dockterman, Eliana. "Game of Thrones' Woman Problem Is About More Than Sexual Assault," *Time*, June 11, 2015, <http://time.com/3917236/game-of-thrones-woman-problem-feminism/> accessed January 12, 2018.

Dubost, Francis. *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale. XII-XIII siècles: l'Autre, l'ailleurs, l'Autrefois*. Paris: Champion, 1991.

Dwight Culler, Arthur. *The Victorian Mirror of History*. New Haven: Yale University Press, 1985.

Dyson, Stephen Benedict. *Otherworldly politics: the international relations of Star trek, Game of thrones, and Battlestar Galactica*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.

Eco, Umberto. "Dieci modi di sognare il Medioevo." *Quaderni medievali* 21 (1986): 187-200.

Elliott, Andrew. "'Our Minds Are in the Gutter, But Some of Us Are Watching Starz...'. Sex, Violence and Dirty Medievalism." In *Fantasy and Science Fiction Medievalisms: From Isaac Asimov to A Game of Thrones*, edited by Helen Young, 97-116 (Amherst: Cambria Press, 2015).

Elliott, Andrew. *Remaking the Middle Ages: the methods of cinema and history in portraying the medieval world*. London: McFarland & Company, 2011.

Emery, Elizabeth and Richard Utz, eds. *Medievalism: key critical terms*. Cambridge: D.S. Brewer, 2014.

Facchini, Riccardo. "La rappresentazione del Medioevo nella serialità televisiva: il caso di *Game of Thrones*." In *Medioevo in Formazione*, edited by Marco Paperini, 9-19. Debate: Livorno, 2018.

- Ferro, Marc. "Le film, une contre-analyse de la société." *Annales ESC* 28 (1973): 109-24.
- Ferro, Marc. *Cinema e storia: linee per una ricerca*. Milano: Feltrinelli, 1979.
- Flori, Jean. *Cavalieri e cavalleria nel Medioevo*. Torino: Einaudi, 1999.
- Fumagalli Beonio-Brocchieri, Marina. "Perché il Medioevo? Il Medioevo nei romanzi contemporanei." *Quaderni Medievali* 21 (1981): 174-178.
- Game of Thrones: Postmodernism*, <http://got-postmodern.weebly.com/>, accessed January 12, 2018.
- Gandino, Germana. *Il Medioevo rappresentato: il cinema in Arti e storia nel Medioevo*, 737-55.
- Garcia Siino, Leimar. "Resembling Fantasy: Studying the Game of Awareness with George R. R. Martin's A Game of Thrones." *Hélice. Reflexiones críticas sobre ficción especulativa* 2 (2012): 21-28.
- Garth, John. *Tolkien and the Great War: the threshold of Middle-earth*. London: HarperCollins, 2003.
- Gentry, Amy. "LoneStarCon 3: The George R. R. Martin Interview." *Austin Chronicle*, August 29, 2013, accessed January 25, 2018, <https://GoT.austinchronicle.com/daily/books/2013-08-29/lonestarcon-3-the-george-r-r-martin-interview/>.
- Gilmore, Mikal. "George R.R. Martin: The Rolling Stone Interview." *Rolling Stone*, April 23, 2014, <http://www.rollingstone.com/tv/news/george-r-r-martin-the-rolling-stone-interview-20140423>, accessed January 12, 2018.
- Goguen, Stacey. "There Are No True Knights." In *Game of Thrones and Philosophy*, edited by Henry Jacoby, 205-219. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.
- Gola, Elisabetta, Alice Guerrieri, Emiliani Ilardi and Donatella Capaldi. "Insegnare la Storia con le serie TV. Il medioevo visto con gli occhi de Il trono di spade." *Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea* 1/I n. s., (December 2017): 127-137.
- Gori, Gianfranco. "Introduction." In *La storia nei film: interpretazioni del passato*, edited by Pierre Sorlin. Firenze: La Nuova Italia, 1984.
- Hardy, Matt. "Game Of Tropes: The Orientalist Tradition In the Works of G.R.R. Martin." *International Journal of Arts & Sciences* 8 (2015): 409-20.
- Hodgman, John. *Interview on 'The Sound of Young America'*, <http://www.maximumfun.org/sound-young-america/george-r-r-martin-author-song-ice-and-fire-series-interview-sound-young-america>, accessed January 12, 2018.
- Holland, Tom. "'Game of Thrones is more brutally realistic than most historical novels'" *The Guardian*, March 24, 2013, <http://www.theguardian.com/tv-and-radio/2013/mar/24/game-of-thrones-realistic-history>, accessed January 12, 2018.
- Jacoby, Henry, ed. *Game of Thrones and Philosophy: Logic Cuts Deeper Than Swords*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.
- Jamison, Carol. "Reading Westeros: George R.R. Martin's Multi-Layered Medievalisms." *Studies in Medievalism* 26 (2017): 131-42.
- Jones, Dan. "How 'Game of Thrones' Is (Re)Making History," *The Wall Street Journal*, March 31, 2013, <http://blogs.wsj.com/speakeasy/2013/03/31/how-game-of-thrones-is-remaking-history/>, accessed January 12, 2018.
- Kaufman, Amy. "Medieval Unmoored." *Studies in Medievalism* 19 (2010): 1-11.
- Kjaer, Lars. "Murder at the Feast: Game of Thrones and Medieval history." *The Independent*, June 4, 2013, <http://www.independent.ie/entertainment/tv-radio/spoiler-alert-murder-at-the-feast-game-of-thrones-and-medieval-history-29318973.html>, accessed January 12, 2018.

- Lacob, Jace. "Game of Thrones' Sexual Politics." *The Daily Beast*, June 5, 2011, accessed January 25, 2018, <http://GoT.thedailybeast.com/game-of-thrones-sexual-politics>.
- Larrington, Carol. *Winter is Coming. The Medieval World of Game of Thrones*. London: I.B. Tauris, 2016.
- Les cahiers de la Cinémathèque* 42-43 (1985).
- Lowder, James, ed. *Beyond the Wall. Exploring George R.R. Martin's A Song of Ice and Fire*. Dallas: BenBella, 2012.
- Lowell Grewell, Corey. "Neomedievalism: an Eleventh Little Middle Ages?" *Studies in Medievalism* 19 (2010): 34-43.
- Martin, George Raymond Richard. "Knights." *GRR Martin website*, accessed January 25, 2018. <http://GoT.georgerrmartin.com/for-fans/knights/>.
- Martin, George Raymond Richard. *Talks at Google*, min. 47.00, https://www.youtube.com/watch?v=QTTW8M_etko, accessed January 12, 2018.
- Martin, Sara and Valentina Re, eds. *Game of Thrones. Una Mappa per Immaginare Mondì*. Bologna: Mimesis, 2017.
- Massie, Pascal and Laurin Mayer. "Bringing Elsewhere Home: A Song of Ice and Fire's Ethics of Disability." *Studies in Medievalism* 23 (2014): 45-59.
- Masters, Caleb. "Redefining the genre of High Fantasy: A Song of Ice and Fire." *Masters Film Review*, December 6, 2012, <http://calebmasters.net/2012/12/06/redefining-the-genre-of-high-fantasy-a-song-of-ice-and-fire/> accessed January 12, 2018.
- Matthews, David. *Medievalism: a critical history*. Cambridge; D.S. Brewer, 2015.
- Mayer, Laurin. "Unsettled Accounts: Corporate Culture and George R.R. Martin's Fetish Medievalism." *Studies in Medievalism* 21 (2012): 57-64.
- McSheffrey, Shannon. "William Webbe's Wench." In *The Middle Ages on Television: Critical Essays*, edited by Meriem Pagès and Karolyn Kinane, 53-77. Jefferson: McFarland, 2015.
- Messineo, Elide. "Se la realtà storica supera la fantasia de "Il Trono di Spade." *Storia in Rete*, <http://www.storiainrete.com/11259/stampa-italiana-2/se-la-realta-supera-la-fantasia-de-il-trono-di-spade/>, accessed January 12, 2018.
- Milne, Ben. "Game of Thrones: The cult French novel that inspired George RR Martin." *BBC News*, April 4, 2014, <http://www.bbc.com/news/magazine-26824993>, accessed January 12, 2018.
- Moberly, Brent and Kevin Moberly. "Neomedievalism, Hyperrealism and Simulation." *Studies in Medievalism* 19 (2010): 12-24.
- Monicelli, Mario. *L'arte della commedia*. Bari: Dedalo, 1986.
- Pages, Meriem and Karolyn Kinane, eds. *The Middle Ages on Television: Critical Essays*. London: McFarland & Company, 2015.
- Pagès, Meriem and Karolyn Kinane. *The Middle Ages on Television: Critical Essays*. Jefferson: McFarland, 2015.
- Palmer, James. "Medievalists Should Talk About Game Of Thrones," *Merovingian World*, June 17, 2016, <https://merovingianworld.wordpress.com/2016/06/17/medievalists-should-talk-about-game-of-thrones/>, accessed January 12, 2018.
- Pappas, Stephanie. "How Real Is the 'Game of Thrones' Medieval World?" *Live Science*, April 3, 2014, <http://www.livescience.com/44599-medieval-reality-game-of-thrones.html>, accessed January 12, 2018.
- Perpinya, Núria. *Ruins, Nostalgia and Ugliness: Five Romantic perceptions of the Middle Ages and a spoonful of Game of Thrones and Avant-garde oddity*. Berlin: Logos-Verl, 2014.

Perry, David. "The Telescoped Histories and Myths of 'Game of Thrones'." *Vice*, April 13, 2015, https://www.vice.com/en_us/article/4wbge9/the-telescoping-histories-and-myths-behind-game-of-thrones-747, accessed January 12, 2018.

Petersen, Nils Holger. "Medievalism and Medieval Reception. A Terminological Question." *Studies in Medievalism* 17 (2009): 36-44.

Phull, Hardeep. "Snoop Dogg thinks 'Game of Thrones' is based on real history." *New York Post*, May 9, 2015, <http://nypost.com/2015/05/09/snoop-dogg-thinks-game-of-thrones-is-based-on-real-history/>, accessed January 12, 2018.

Potte-Bonneville, Mathieu, ed. *Game of Thrones. Série Noire*. Paris: Les Prairies ordinaires, 2015.

Pugh, Tyson and Susan Aronstein, eds. *The Disney Middle Ages. A Fairy-Tale and Fantasy Past*. New York: Palgrave MacMillan, 2012.

Pugh, Tyson, and Angela Jane Weisl, eds. *Medievalisms: making the past in the present*. London: Routledge, 2013.

Roman, Christopher. "The Ethical Movement of Daenerys Targaryen." *Studies in Medievalism* 23 (2014): 61-68.

Salter, Jessica. "Game of Thrones's George RR Martin: 'I'm a feminist at heart'," *The Telegraph*, April 1, 2013, <<http://www.telegraph.co.uk/women/womens-life/9959063/Game-of-Throness-George-RR-Martin-Im-a-feminist.html> accessed January 12, 2018.

Sanfilippo, Matteo. *Il Medioevo secondo Walt Disney*. Bari; Dedalo, 1987.

Savvas, Theophilus. *American postmodernist fiction and the past*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

Scott, Sarah. "Game of Thrones writer reveals Hadrian's Wall inspired hit TV series." *The Journal*, June 5, 2014, <http://www.thejournal.co.uk/news/north-east-news/game-thrones-writer-inspired-hadrians-7214397> accessed January 12, 2018.

Sergi, Giuseppe. *L'idea di Medioevo: tra senso comune e pratica storica*. Roma: Donzelli, 1998.

Shippey, Tom. "Medievalisms and Why They Matter." *Studies in Medievalism* 17 (2009): 45-54.

Silverman, Eric and Robert Arp, eds. *The ultimate Game of Thrones and philosophy: you think or die*. Chicago: Open Court, 2017.

Tharoor, Ishaan. "How Game of Thrones drew on the Wars of the Roses." *The Guardian*, May 29, 2015, <http://www.theguardian.com/books/2015/may/29/game-of-thrones-war-of-roses-hbo>, accessed January 12, 2018.

Toswell, Mary Jane. "The Simulacrum of Neomedievalism." *Studies in Medievalism* 19 (2010): 44-55.

Utz, Richard. "'Game of Thrones' Among the Medievalists." *Inside Higher Ed*, July 14, 2017, accessed January 25, 2018. <https://GoT.insidehighered.com/views/2017/07/14/why-game-thrones-shouldnt-be-used-effort-recruit-future-medievalists-essay>

Vacca, Roberto. *Medioevo prossimo venturo: la degradazione dei grandi sistemi*. Milano: Mondadori, 1971.

Valzania, Sergio. "Il cavaliere medievale da Flash Gordon a Tex Willer." *Quaderni Medievali* 21 (1986), 127-38.

Walker, Jessica. "'Just songs in the end'. Historical Discourses in Shakespeare and Martin." In *Mastering the Game of Thrones. Essays on George R.R. Martin's 'A Song of Ice and Fire'*, edited by Jess Battis and Susan Johnston (Jefferson: McFarland, 2015), 71-91.

Wawrzyniak, Elizabeth. "George R.R. Martin and the Myths of History: Postmodernism and Medievalism in 'A Song of Ice and Fire.'" Paper presented at the conference *Popular Culture and the Deep Past*, Ohio State University, February 8, 2014 https://www.academia.edu/6007571/_George_R.R._Martin_and_the_Myths_of_History_Postmodernism_and_Medievalism_in_A_Song_of_Ice_and_Fire_, accessed January 12, 2018.

Wawrzyniak, Elizabeth. *All Our Old Heroes Are Dead: The Nostalgia of Chivalry and the Myth of the "Good War" in Game of Thrones*, in "Academia.edu", https://www.academia.edu/23333235/All_Our_Old_Heroes_Are_Dead_The_Nostalgia_of_Chivalry_and_the_Myth_of_the_Good_War_in_Game_of_Thrones, accessed January 12, 2018.

Waxman, Olivia. "Game of Thrones Is Even Changing How Scholars Study the Real Middle Ages." *Time*, July 14 2017, accessed January 25, 2018, <http://time.com/4837351/game-of-thrones-real-medieval-history/?iid=sr-link1>.

Wohl, Dan. "Is 'Historical Accuracy' a Good Defense of Patriarchal Societies in Fantasy Fiction?" *The Mary Sue*, December 5, 2012, <http://www.themarysue.com/sexism-in-historical-fantasy/>, accessed January 12, 2018.

Wolters, Eugene. "Game Of Thrones: A White Liberal's Orientalist Wetdream." *Critical Theory*, June 14, 2013, accessed January 25, 2018, <http://GoT.critical-theory.com/game-thrones-white-liberals-orientalist-wetdream/>.

Young, Helen. "'It's the Middle Ages, Yo!': Race, Neo/medievalisms, and the World of Dragon Age." *Year's Work in Medievalism* 27 (2012): 2-9.

Young, Helen. "Place and Time: Medievalism and Making Race." *The Year's Work in Medievalism* 28 (2013): 2-6.

Young, Helen. "Re-Making the Middle Ages." *In the Medieval Middle* blog, August 21, 2014, <http://www.inthemedievalmiddle.com/2014/08/re-making-real-middle-ages.html>, accessed January 12, 2018.

Young, Helen. *Race and Popular Fantasy Literature: Habits of Whiteness*. New York: Routledge, 2016.

Referência para citação:

Facchini, Riccardo. "I watch it for historic reasons.' Representation and reception of the Middle Ages in 'A Song of Ice and Fire' and 'Game of Thrones'." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 43-73.

Víctor Barros

**A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde.
Fabulário cronográfico, história oficial
ou fabricação do consentimento?**

Este artigo debruça-se sobre a problemática da escrita da história da ‘descoberta’ das ilhas de Cabo Verde: trata-se de colocar em destaque a forma como diferentes historiadores escreveram acerca do achamento deste arquipélago oeste-africano. Num primeiro momento, traçaremos uma genealogia desse debate, de modo a colocar em pauta as filigranas que tecem os diferentes meandros de densidade da controvérsia historiográfica. Aqui, a nossa exegese é, pois, a de uma história da história da ‘descoberta’ com vista a elucidar os modelos escriturários que fixaram as coordenadas cronológicas, temáticas e nominativas em torno daquele ato transformado em acontecimento histórico e conteúdo mnemónico quase crepuscular. De seguida, daremos conta das afinidades que a interpretação do achamento estabelece, de forma cúmplice, com o fabulário imperial português e com o memorialismo comemorativo colonial que subsidiou a construção do consentimento discursivo fixado como história oficial.

Palavras-chave: História, Escrita, ‘Descoberta’/Achamento, Cabo Verde.

**Writing the history of the “discovery”
of Cabo Verde. Fictional chronicle, official history
or the manufacturing of consent?**

This article focuses on the problems of writing the history of the discovery of the Islands of Cabo Verde. I discuss how different historians, throughout the years, wrote and heuristically articulated arguments to construct the perspectives on this topic. First, the article provides a genealogy of the debate in order to shed some light upon the intricacies of the controversy between historians as well as upon the unknown circumstances related to the first contacts of European sailors with the islands of Cabo Verde. My analysis shows the agenda behind the account that established the chronological and thematic boundaries regarding the act of ‘discovery’, which has been transformed into historical fact and crepuscular mnemonic subject. Secondly, I analyze the links, affinities and the complicity between, on the one hand, the interpretation of this act and, on the other hand, the Portuguese imperial imaginary and the commemorative colonial memory that have shaped the discursive consensus framed as official history.

Keywords: History, Writing, Discovery, Cabo Verde.

**A escrita da história da ‘descoberta’
de Cabo Verde.
Fabulário cronográfico, história oficial
ou fabricação do consentimento?**

Víctor Barros*

*Quanto a descobridores, acho que deveria acrescentar o
meu nome àqueles cinco que entraram na História, e com
mais fortes argumentos, se me autorizam a modéstia.*

José Saramago¹.

*Vouloir-écrire et non pas désir d’écrire, car il ne s’agit
pas d’affection mais de liberté et de devoir.*

Jacques Derrida².

* IHC/Universidade Nova de Lisboa e CEIS 20/Universidade de Coimbra.

As pesquisas que consubstanciaram na realização deste artigo contaram com o apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian.

1 Saramago reverbera um certo epigrama (aquando da sua visita a Cabo Verde) relativamente ao labiríntico equívoco do achamento das ilhas em que se encontravam ainda imiscuídos os mestres cabo-verdianos: «Quanto aos seus descobridores, ou achadores, parecia que as brumas do pátrio hino, que então aprendíamos também, haviam invadido a memória dos mestres, e tanto nos falavam do veneziano Cadamosto como do genovês Nola, com uns portugueses naturais de permeio, Vicente Dias, Diogo Gomes e Diogo Afonso, mas com poucas certezas. Esta ciência onomástica e toponímica sobejava para a aprovação final, se as quatro operações aritméticas, ou os quebrados e decimais, por mal dominados, não impusessem contra nós o benévolo júri.» José Saramago, «Caboverdiando», *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VI, n.º 200, 5 a 11 de maio, 1986, 32. O mesmo texto foi reproduzido, anos mais tarde, num outro número do mesmo jornal: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XVIII, n.º 731, 14 de outubro, 1998, 28-29.

2 Jacques Derrida, *L’Écriture et la différence* (Paris: Éditions du Seuil, 2014 [1967]), 24.

Introdução

O que é que as discussões entre os historiadores detêm de precário e vertiginoso, capaz de transfigurar a indeterminação de certos factos históricos em matéria mnemónica quase crepuscular? A comodidade narrativa. O aparato lógico que a operação narrativa esboça é capaz de artifícios funcionais prodigiosamente hábeis: além de secretar incorporações erróneas, associadas a um determinado facto, ela pode também ocultar o labirinto de conteúdos incoerentes e espúrios deliberadamente anacrónicos. Jogo de omissão voluntária? Não. Reabilitações. Arranjos. Expedientes que computam a trama silenciosa dos factos. Ora, este artigo debruça-se sobre a problemática da escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde: trata-se, pois, de colocar em pauta a forma como diferentes historiadores escreveram acerca do achamento das ilhas daquele arquipélago oeste-africano. A nossa exegese aqui sonda as operações escriturárias que fixaram as coordenadas cronológicas, temáticas e nominativas em torno daquele acontecimento. Atentaremos ainda o nosso escopo analítico na averiguação dos processos de construção da «poética do saber» (para usar uma expressão de Jacques Rancière), isto é, na elucidação das regras segundo as quais um determinado saber se escreve, se lê e se constitui como um género de discurso específico; mas também nos expedientes que essa mesma poética agencia para definir o modo de verdade a que se dedica para validar ou invalidar a sua pretensão científica³. Neste sentido, o nosso protocolo hermenêutico trilha a exumação de textos dos historiógrafos, das escolhas heurísticas que presidiram à construção das suas hipóteses e, por fim, identifica a forma como eles adestraram provas, exercitaram enunciados e cotejaram fontes suscetíveis de validar as suas averiguações.

O teor da querela em torno deste tema é considerável. Denso. E em algumas ocasiões, as conjeturas foram exercitadas com uma certa felicidade de linguagem. A escrita da história oficial do achamento das ilhas de Cabo Verde herdou boa parte da sua leitura dalgumas pre-

³ Jacques Rancière, *Les Mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir* (Paris: Éditions du Seuil, 2014 [1992]), 20.

sunções herdadas da pena desses mesmos estudiosos. Socorrendo-se de ilustrações estribadas nas fontes escritas, a nossa hipótese não constitui uma conjectura indefensável. Os indícios disponíveis até hoje sugerem dúvidas acerca da data e das circunstâncias em que os navegadores deram a conhecer aquele arquipélago oeste-africano. Só isso, já de si, parece tornar a tarefa historiográfica laboriosa e, porventura, até inútil. Conjugadas, estas duas circunstâncias não só dificultaram a heurística posta em ação por diversos historiógrafos, como também limitaram o alcance da interpretação, tornando precário e incompleto o conhecimento daquele facto histórico. Perante este quadro, impõem-se desde logo várias advertências para que o leitor incauto se aperceba da delicadeza da questão, mesmo quando nos debruçamos sobre documentos coevos.

Primeiro: no rasto dos indícios escriturários existentes, não faltam interpolações tardias dos copistas. Segundo: os diversos elementos apócrifos deformam a veracidade das narrações acerca do ato da ‘descoberta’. Terceiro: as fontes mais críveis (ou consideradas como tal, mas que pecam igualmente por omissão de certos detalhes e pela ausência de alguns informes determinantes) são os documentos da chancelaria régia⁴. Quarto: todos os restantes relatos de presumíveis autores do feito (só se conhecem as narrações de Luís de Cadamosto e as de Diogo Gomes, como veremos) encontram-se embrenhados num espesso manto de neblina que, com efeito, não permite determinar com provas irrefutáveis

4 Os documentos da chancelaria régia são omissos relativamente a três coordenadas essenciais: *i*) quanto à data da chegada dos primeiros navegadores ao arquipélago; *ii*) quanto às datas do achamento de cada uma das ilhas; e *iii*) somente dois nomes se afiguram como autores oficiais do achamento das ilhas: António de Noli e Diogo Afonso. Cf. «Doação Régia ao Infante D. Fernando (3-12-1460)», «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», «Carta de Doação ao Infante D. Fernando (29-10-1462)» e «Carta de D. Manuel a D. Branca de Aguiar (8-4-1497)», in *Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1342-1499)*, Segunda Série, Vol. I, Coligida e Anotada pelo Padre António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958), respetivamente, 409-10, 415-16, 423-24 e 579-80; «Carta régia de 29 de Outubro de 1462», in *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Volume III, Organização e notas de Vitorino Magalhães Godinho (Lisboa: Edições Cosmos, 1956), 295-96. Com base nas transcrições do padre António Brásio, alguns desses documentos foram posteriormente reproduzidos na *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I (Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção do Património Cultural de Cabo Verde, 1988), 17-18 e 107.

os verdadeiros contornos do empreendimento da ‘descoberta’⁵. Dentro destes condicionalismos, nenhum rigor absoluto está garantido. As investigações mais diligentes conseguiram apenas estabelecer aproximações plausíveis, exercitar enunciados, articular hipóteses pertinentes e estabelecer sùmulas analíticas finas e arrumadas. O propósito deste artigo não é resolver o enigma que envolve as coordenadas do facto histórico acima referenciado; nem subtrair as suas zonas de sombra. O nosso foco analítico trilha uma outra orientação hermenêutica, de certo modo até inversa: perscrutar a construção do facto histórico do achamento a partir do olhar dos historiadores que o construíram narrativamente, inclusive até como matéria mnemónica, publicamente memorável.

A radiografia histórica desses debates permite dar conta dos posicionamentos que, ao longo do tempo, permearam as discussões dos diferentes autores cujos empreendimentos escriturários se focaram sobre a questão; no mesmo enlace, possibilita trazer à superfície as fendas epistemológicas, os eufemismos ocultos, os enredos ideológicos e a fabricação do consentimento com base no qual foi construída a memória oficial do achamento. E não só: como demonstraremos, o mito de fundação da colónia e da sociedade colonial cabo-verdiana é também tributário desse mesmo discurso memorial revigorado pela instituição comemorativa oficial que, em 1960, celebrou o quinto centenário do arribo dos exploradores portugueses àquelas ilhas africanas. O achamento passa então a traduzir a simbologia idiomática de acontecimento marcante, singular: a sua referencialidade reconfigura a pauta da recordação coletiva da fundação, como também institui o referencial genealógico-identitário a partir do qual uma determinada rēcita coteja o tempo primordial dessa

5 De entre os relatos dos presumíveis protagonistas do achamento das ilhas constam essencialmente os escritos de Diogo Gomes e de Luís de Cadamosto: «De Prima Inuentione Gujnee» e «Relações do Descobrimento da Guiné de Diogo Gomes», in *Monumenta Missionaria*, Segunda Série, Vol. I, 150-81 e 182-213, respetivamente; Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Volume III (Lisboa: Edições Cosmos, 1956), 98-227; *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 157-60; Damião Peres, «Notas Históricas», in *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 185-96; Diogo Gomes, «As Relações do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde», Versão do Latim por Gabriel Pereira, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 17.^a Série – 1898-1899, n.º 5 (1900): 267-93. Foi esta versão que, acompanhada de ligeiras notas, o padre A. Brásio reproduziu posteriormente no *Monumenta Missionária*.

ocorrência e organiza a ordem do seu relato, pressupondo com isso que num dado momento algo surgiu pela primeira vez e se manteve, dali em diante, como acontecimento inapagável. Como afirmam Gilles Deleuze e Félix Guattari, o que a história apreende do acontecimento é a sua efetuação em estados de coisas ou no vivido; mas o acontecimento no seu devir, na consistência própria da sua auto-posição como conceito, escapa à história na medida em que o conceito diz o acontecimento, mas não a essência ou a coisa⁶. Então, aqui o conceito de ‘descoberta’ (que em seu sentido pleno, como demonstra Vitorino Magalhães Godinho, integra as ilhas desertas⁷) acaba por transcrever a ideia que pronuncia o conhecimento das ilhas cabo-verdianas, porém sem dizer nem explicitar com limpidez a essência, a factualidade e as circunstâncias do facto propriamente dito.

A escrita da história da ‘descoberta’: genealogia de um debate (ainda) inconcluso

Traçar a história da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde implica percorrer os textos de diferentes historiadores, que se entregaram à tarefa heurística de elucidar os meandros que envolvem a questão. Uma genealogia dos discursos historiográficos permite compreender, com maior proveito, os jogos de poder e os campos de força das instituições metropolitanas e coloniais na fixação do discurso oficial sobre a história das ilhas e, conseqüentemente, na prescrição do mito de fundação da colónia a partir de uma progénie de matriz marcadamente lusitana. A tarefa genealógica (corporizada sob forma de récitas históricas) é, como sugere Michel Foucault, a de fazer com que a grandeza dos acontecimentos e dos homens passados caucionem o valor do presente, legitimem os rituais de poder e justifiquem a continuidade

6 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Qu'est-ce que la philosophie?* (Paris: Les Éditions de Minuit, 2005 [1991]), 26 e 112.

7 Vitorino Magalhães Godinho, *O Papel de Portugal nos Séculos XV-XVI. Que Significa Descobrir? Os Novos Mundos e um Mundo Novo* (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994), 18-19.

do seu domínio sobre os homens⁸. Antes de trilharmos o diagnóstico desta genealogia historiográfica, no entanto, importa colocar em pauta algumas informações preliminares. Associados à ‘descoberta’ de Cabo Verde figuram nomes de diferentes protagonistas, correspondendo cada um deles a cronologias totalmente distintas: Vicente Dias (1445), Luís de Cadamosto, também conhecido como Alvise de Cá da Mosto (1456), António de Noli, Diogo Gomes (1460) e Diogo Afonso (1461-1462).

A construção do debate sobre o achamento de Cabo Verde remonta à primeira metade do século XIX. Em 1842, o Visconde de Santarém (1791-1855)⁹ publica uma extensa investigação histórica, amplamente documentada, arguindo diferentes teses sobre a presença europeia em África antes e depois do século XV. Cotejando fontes, perscrutando relatos e guarnecendo-se nas crónicas legadas pelos coevos, Santarém refuta, na mesma esteira, todos os considerandos que punham em causa a prioridade histórica dos portugueses na exploração da costa ocidental africana e terras situadas além do cabo Bojador¹⁰. Dois anos depois, José Joaquim Lopes de Lima (1797-1852) trilha nos *Ensaios...* algumas das averiguações já avançadas por Santarém. Aquele não esconde que este fora um dos autores de que se munira para construir as suas argumentações¹¹. A incursão heurística de Santarém tangia demonstrações globais relativas à primazia dos portugueses no conhecimento da costa ocidental africana, porém sem focalizar o escopo na problemática do descobrimento das ilhas de Cabo Verde. Quem o faz é Joaquim José Lopes de Lima.

8 Michel Foucault, «Il Faut défendre la société». *Cours au Collège de France. 1976* (Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 1997), 58-59.

9 Visconde de Santarém era historiador, diplomata e estadista português. De nome Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita de Macedo de Leitão e Carvalhosa (1791-1856), ele ficou notabilizado para a posteridade como 2.º Visconde de Santarém. Sobre esse autor, veja-se Daniel E. Protásio, *Pensamento histórico e ação política do 2.º Visconde de Santarém (1809-1855)*, (s.l: Edição de autor, 2016).

10 Vicomte de Santarem, *Recherches sur la Priorité de la Découverte des Pays Situés sur la Cote Occidentale D’Afrique, au-dela du Cap Bojador, et sur les Progrès de la Science Géographique, Après les Navigations des Portugais, au XV^e Siècle* (Paris: La Librairie Orientale de V^e Dondey-Dupré, Libraire des Sociétés Asiatique et Ethnologique, 1842).

11 J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar*, Livro I, *Das Ilhas de Cabo Verde e suas Dependências* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1844), X.

Refira-se desde já que, antes do exímio trabalho de Lopes de Lima, alguns escritos tinham mencionado (embora de forma epidérmica) o achamento das ilhas cabo-verdianas por alguns navegadores portugueses e um hipotético povoamento da ilha de Santiago antes da arribada dos primeiros colonizadores europeus. Reportemos então, por ordem cronológica, alguns desses escritos. Em 1784, a *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde* averbava que António de Noli, Vicente de Lagos e Luís de Cadamosto avistaram no dia primeiro de maio de 1445 quatro ilhas do arquipélago: Boavista, Maio, Santiago e S. Filipe, ou do Fogo. Por seu turno, em 1818 (atendendo à data do prefácio), Manuel Roiz Lucas de Sena assina uma *Dissertação* que, apesar de não mencionar o nome de nenhum descobridor específico, aponta a data de 1449 (convicção indocumentada porque não referencia a fonte) como ano da ‘descoberta’ e povoamento das ilhas de Cabo Verde pelos portugueses¹². Pelos textos, a especulação começara já a trilhar o seu cortejo. Em 1841, um outro estudioso retoma o assunto: José Conrado Carlos de Chelmicki (1814-1890), um dos autores da *Corografia Cabo-Verdiana* (compêndio que colige um conjunto diversificado de elementos históricos, etnográficos, físicos e geográficos acerca do arquipélago), imputa simultaneamente a três navegadores – o português Vicente de Lagos, o veneziano Luís de Cadamosto e o genovês António de Nolle – a notabilidade de serem os primeiros descobridores de quatro ínsulas cabo-verdianas em maio de 1446, nomeadamente *Boa-Vista, Maio, Santiago* e *S. Filipe*. Chelmicki desdobra também outras conjecturas que, com efeito, não documenta: alude à lenda de uma ocupação das ilhas anterior à chegada dos portugueses, mas considera que a colonização só começa com o estabelecimento das primeiras famílias portuguesas em 1460. E afirma que aquele arquipélago era conhecido por alguns dos distintos geógrafos e naturalistas da Antiguidade, nomeadamente

12 M. R. Lucas de Senna, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde 1818*, Anotações e comentários de António Carreira (Mem Martins: 1987), 27 e 28; *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o Seu Princípio até o Estado Presente*, Apresentação, notas e comentários de António Carreira (Lisboa/Praia: Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1985), 19-20.

Estrabão, Plínio e Ptolomeu¹³. Em 1841, um outro documento, o Índice *Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos*, elenca Luís de Cadamosto e António de Noli como primeiros mareantes a abordar quatro ilhas cabo-verdianas, em julho de 1446: *Boa-vista, Santiago*, provavelmente *S. Filippe* e *S. Christovão*, que também se chamou do *Sal*¹⁴.

Além de informações comprovadamente erradas que saltam à vista, esses trabalhos não dissecaram (do ponto de vista historiográfico) os aspetos mais imediatos (simples ou candentes) relacionados com a temática do achamento das ilhas. Resumiram-se unicamente ao intento do inventário, de nomear, porém sem adestrar provas. Deste ponto de vista, José Joaquim Lopes de Lima é (ou pode ser considerado) o primeiro ou um dos primeiros estudiosos a trazer para a arena do debate historiográfico o problema da ‘descoberta’ daquele território insular oeste-africano. Nas primeiras páginas do seu estudo, dado a lume em 1844, Lopes de Lima apresenta o genovês António de Noli como o primeiro descobridor das ilhas de Cabo Verde. Tal se deu, segundo Lima, a 1 de maio de 1460, quando (ao serviço do Infante D. Henrique) Noli «teve a boa fortuna [...] de descobrir em um só dia [...] tres Ilhas das mais meridionaes do Archipelago de Cabo-Verde: *Maio, S. Thiago, e Fogo* (ou *S. Filippe*, que é ainda hoje a invocação da sua Villa capital) [...]: à primeira deu o nome do mez; e repartiu entre as outras duas os nomes dos Santos Apostolos, que a Igreja nesse dia venera juntos»¹⁵. Antes de prosseguirmos a nossa incursão analítica, passemos pelo crivo da crítica histórica estas últimas afirmações de Lopes de Lima. Afirmar que Noli encontrou três ilhas no dia acima referido e que nomeou a primeira com a designação do mês, e às duas restantes com os dias comemorativos do calendário religioso é um acrescento do próprio Lopes de Lima, provavelmente influenciado pelos escritos do historiador

13 J. C. Carlos de Chelmicki, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Tomo I (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841), 2-5.

14 *Indice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos desde o Princípio do Século XV* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), 34. Os itálicos são do original.

15 Lima, *Ensaíos*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 3.

quinhentista português João de Barros (c.1496-1570). Tanto assim é que João de Barros legou tais informes na sua *Década I*, publicada em 1552¹⁶. Entretanto, há um traço curioso em tudo isso: não se conhece de António de Noli nenhuma narrativa em que este relate a sua viagem¹⁷.

Retomemos o fio da discussão precedente. Lopes de Lima não se limita a averiguar e a sugerir o nome do descobridor das primeiras ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Ele parte também para a refutação de outras teses, nomeadamente a que considerava que o descobrimento começou pela ilha da *Boa Vista* em 1446, protagonizado pelo navegador português Vicente Dias, conhecido também como Vicente de Lagos¹⁸. À luz da documentação, pode-se apurar que esta ideia (fácil de ser rebatida) foi transmitida pela crónica de Damião de Góis (1502-1574) publicada em 1567, praticamente mais de um século depois do início da expansão marítima e do conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Não obstante, Góis aponta o ano de 1445 como o da descoberta de Cabo Verde e imputa confusamente o feito a Vicente Dias, Cadamosto e Atonieto de Nolle (António de Noli). Ora, Góis não só se equivooca na cronologia das viagens (sobretudo nas de Cadamosto, que só acontecem em 1455 e em 1456), como também na data da doação das ilhas ao Infante D. Fernando, após a morte do irmão deste, o Infante D. Henrique (que só morre a 13 de novembro de 1460), cujo falecimento ele aponta

16 João de Barros, *Ásia, Primeira Década* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988), 64.

17 Segundo Brásio (opinião idêntica tinha sido já avançada pelo estudioso cabo-verdiano Júlio Monteiro Júnior), nos arquivos portugueses e italianos nada foi encontrado que revele relato seu, quer do descobrimento que lhe é atribuído, quer dos seus trabalhos de colonizador. As fontes escritas oficiais mais antigas onde Noli aparece laconicamente nomeado como um dos descobridores de algumas ilhas cabo-verdianas são as cartas régias datadas de 19 de setembro de 1462 e de 8 de abril de 1497 (esta última o cita, inclusive, como quem «ha dita ilha [de Santiago] achou, e começou a pouorar». Outro documento escrito onde ele figura mencionado é também a memória de viagem de Diogo Gomes que cita Noli, por um lado, como seu companheiro de navegação em 1460 e, por outro, como capitão donatário da ilha de Santiago. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I, 107; António Brásio, «Descobrimto/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde», *Separata de STVDIA – Revista Semestral*, n.º 10 (Julho 1962): 79; Júlio Monteiro, «A Descoberta das Ilhas de Cabo Verde é ainda um Problema», *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 261 (Março 1947): 34-35; «Relações do Descobrimto da Guiné de Diogo Gomes», «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)» e «Carta de D. Manuel a D. Branca de Aguiar (8-4-1497)», in *Monumenta Missionaria*, Segunda Série, Vol. I, 203-04, 415-16 e 579-80, respetivamente.

18 Lima, *Ensaio*, Livro I, 1844, XI. *Boa Vista* em itálico no original. Grafamos Boa Vista ou Boavista, conforme se afigura nas fontes que citamos. Ambas as formas gráficas aparecem no texto desse autor.

erradamente para 1440¹⁹. E se a *Crónica dos Feitos da Guiné* escrita por Gomes Eanes de Zurara (uma das fontes coevas que expõem as incursões dos exploradores portugueses enviados pelo Infante ao longo da costa africana) termina a descrição dos feitos dos exploradores em 1447, porém sem se referir ao ato do achamento do arquipélago de Cabo Verde, logo pode-se deduzir que esse silêncio da *Crónica* de Zurara refuta tacitamente o achamento das ilhas cabo-verdianas na data acima referida por Damião de Góis, ou seja, 1445. Sendo assim, como Vitorino Magalhães Godinho afirma, «afastemos resolutamente Góis como fonte para um descobrimento em 1445»²⁰.

Lopes de Lima submeteu também à arguição uma outra conjectura: a que atribuía ao veneziano Luís de Cadamosto a primazia no achamento de quatro ilhas cabo-verdianas, em maio de 1456. Cadamosto descreve assim o seu abordo: «à primeira ilha onde desembarcámos, pusemos nome Ilha de Boa Vista, por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes; e à outra, que nos parecia a maior de todas quatro, pusemos nome Ilha de Santiago, porque no dia de S. Filipe e Tiago fomos a essa ilha lançar âncora»²¹. Em relação às restantes, ele não menciona nomes, o que nos leva a pressupor que se tratava daquelas (Maio e Fogo, por exemplo) que jazem próximas da Ilha de Santiago, onde Cadamosto afirma ter lançado âncora. Ora, o navegador veneziano faz menção ao achamento de quatro ilhas, mas lendo de perto a sua

19 Graça A. Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João, de Damião de Góis*, Edição Crítica e Comentada, 1.^a Edição em Português (Lisboa: Edição Universidade Nova de Lisboa, 1977), 26.

20 Vitorino M. Godinho, *Documentos*, 274; Gomes E. de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949. Damião de Góis sabia da existência da crónica de Gomes E. de Zurara, mas é aceite entre os autores, inclusive pelo próprio Góis, que aquando da redação da sua *Crónica do Príncipe D. João*, a *Crónica da Guiné* de Gomes E. de Zurara encontrava-se desaparecida. A *Crónica da Guiné* relata as expedições realizadas pela costa africana entre 1433-1448. Recorde-se que o manuscrito de Zurara só foi redescoberto em Paris, séculos mais tarde, em 1837. A partir de 1841, por intermédio de Visconde de Santarém e com base no códice de Paris, a *Crónica da Guiné* começa a ser novamente divulgada em Portugal. Cfr. Gomes Eanes de Zurara, *Chronique de Guinée (1453)*, Traduction & Notes de Léon Bourdon, Préface de Jacques Paviot (Paris: Editions Chandeigne – Librairie Portugaise, 2011 [1994]), 7-49; Rodrigues, *Crónica*, LXIV; António J. D. Dinis, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Vol. I – *Introdução à Crónica dos Feitos de Guiné* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949), IX-XXII; Lima, *Ensaios*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, 4.

21 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 160.

relação de viagem pode-se facilmente inferir que ele faz alusão (distraidamente) a cinco. Atentemos na sua narração: «descobrimos *duas* grandes ilhas; [...] fizemo-nos na volta de terra para *uma* dessas ilhas. Em pouco tempo, dela nos aproximámos. Chegados a ela, parecendo-nos grande, corremo-la por algum tempo, à vista de terra, até que chegámos a um lugar que nos parecia ser bom pouso, e aí lançámos âncora; [...] na manhã seguinte [...], mandei que [...] homens [...] subissem a essa ilha por uma parte que era montuosa e alta bastante, a ver se achariam qualquer coisa, ou se veriam outra ilha [...]. E, do alto, houveram vista de *três* outras grandes ilhas, das quais não havíamos vista»²². Do exposto fica rigorosamente claro que o cômputo da narração de Cadamosto nos leva a concluir por um total de cinco ilhas avistadas. Afinal, qual seria a outra (já que, como o próprio afirma, «descobrimos duas grandes ilhas»), mas tendo feito «na volta de terra, para [apenas] uma dessas ilhas»²³? Sobre esse assunto, a fonte jaz num sepulcro absoluto, pois o testemunho escriturário que ele legou deixa (contraditoriamente) em silêncio o ato da nomeação, o que impossibilita responder de forma cabal qual seria essa quinta ilha.

Tudo quanto acabámos de expor passou completamente ao lado da análise contundente e atenta de Lopes de Lima. A crítica deste incidiu essencialmente em rebater as contradições inerentes à segunda viagem de Cadamosto pela costa africana, realizada em 1456, contestando-lhe a façanha de ter sido o descobridor de Cabo Verde. Ora, as suas objeções sediavam esses entendimentos: pôs à prova a incoerência da data da chegada daquele ao arquipélago no primeiro dia do mês de maio de 1456²⁴; não admitiu como provável que, perante um eventual achamento das ilhas na data acima referida, inclusive num tempo de tanto empreendimento expansionista e colonizador, aquelas terras «ficassem esquecidas

²² *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 157-60. Itálicos nossos.

²³ *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 57-158.

²⁴ Tudo indica que a descoincidência cronológica entre a suposta data da partida (em maio de 1456) e a presumível chegada ao arquipélago (supostamente em princípios do mesmo mês) resulta de um equívoco que, posteriormente, aparece corrigido e emendado pela edição das *Viagens* publicada pela Academia Portuguesa da História. Em vez de princípios de maio, a data da partida de Lagos (Portugal) é reportada para princípios de março de 1456. Cf. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 160 e 157.

por cinco anos, e sem se mandarem a ellas povoadores»; considerou contraditórios e exagerados alguns episódios relatados pelo veneziano, designadamente a existência de um grande rio de água doce na ilha de Santiago, onde poderia entrar um navio de 150 tonéis; cotejou a presunção de se avistar a ilha de Santiago a partir da de Boavista, sugerindo igualmente que desta última só se divisa a sombra da ilha do Maio, mas em presença de tempo muito claro; afirma ainda que «na Torre do Tombo, rica em documentos dessa época, se não encontra um só com referência às Ilhas de Cabo Verde anterior a Dezembro de 1460»²⁵.

Segundo diferentes autores, o relato das viagens de Cadamosto pela costa de África foi publicado em Vicenza, Itália, em 1507²⁶. A data da publicação dista quase meio século depois da documentação régia portuguesa cancelar o conhecimento de todas as ilhas cabo-verdianas. Provavelmente, o ímpeto de divulgar por escrito o itinerário e a memória das suas viagens (computando neste caso a proeza do achamento de algumas ilhas) deveu-se à importância, ou seja, à «fama» (como afirma Cadamosto²⁷) que estas últimas passaram a ser objeto, precisamente depois de terem sido conhecidas. Para Lopes de Lima, não foi Cadamosto «quem descobriu as Ilhas de Cabo Verde», nem o primeiro a aportar em Santiago. «Foi pois a Ilha de S. Thiago (ou S. *Jacobo*) descoberta no 1.º de Maio de 1460 (juntamente com as do Maio (ou *Mayas*), e S. Filippe do Fogo) por o nobre Genovez Mice Antonio de Nolle, acompanhado de seus dous sobrinhos Bartholomeu, e Rafael de Nolle; e suspeito que dous dias depois quando ía já de volta demandando a Costa de Guiné, descobriu a 3 de Maio a *Ilha de S. Christovão*, que veio depois a ser chamada Ilha da Boa Vista»²⁸. Para além das objeções supracita-

25 Lima, *Ensaios*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, p. 4.

26 Víctor M. de M. Fernandes, «O *Itinerarium Portugallensium*. As Viagens de Luís de Cadamosto (1455-1456)» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998); Mariana Lagarto, «Descobrimento do Arquipélago de Cabo Verde», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume I, dir. Luís de Albuquerque (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 150; Luís de Matos, «Introdução», in *Itinerarium Portugallensium* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992), XI-LXXVII; Augusto Reis Machado, «Introdução», in *Viagens de Luís de Cadamosto* (Lisboa: Portugália Editora, s.d.), 11-18.

27 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 159.

28 Lima, *Ensaios*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, pp.4-7. Os itálicos são do original.

das, Lopes de Lima combate a «opinião» (do seu ponto de vista) «infundada» segundo a qual a Ilha de Santiago se encontrava já povoada aquando da chegada dos primeiros navegadores portugueses. Esta ideia vinha (ou, pelo menos, parecia ser já recorrente) desde o século XVIII. Tal notícia vem coligida na compilação (de autoria incerta) publicada em 1784 com o título de *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde* e foi igualmente ventilada pelos escritos do naturalista régio João da Silva Feijó (1760-1824) que, entre 1783 e 1796, deambulou em expedições pelas diferentes ilhas de Cabo Verde²⁹.

Novos elementos heurísticos e velhas discórdias hermenêuticas

Em 1850, José Maria de Souza Monteiro (1810-1881) colige, para o *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar*, alguns informes sobre o arquipélago de Cabo Verde. Ele conhecia os trabalhos de Lopes de Lima (a que aliás recorre várias vezes para cotejar alguns rudimentos coloniais de índole mais estatística). Todavia, quando se tratou de indagar acerca do conhecimento remoto das ilhas cabo-verdianas pelos exploradores portugueses, Souza Monteiro não seguiu pelo mesmo diapasão do autor de *Ensaios*. Limitou-se a expor, de forma ligeira, duas opiniões mais recorrentes: uma que remetia para 1445 a hipótese de um descobrimento das ilhas de Boa Vista, Sal, Maio, Santiago e Fogo, entre os dias 1 e 3 de maio daquele ano (esta era, segundo ele, «a opinião mais seguida»); e uma segunda que apontava que a «descuberta tivesse começado em 1460 pelas Ilhas

²⁹ João da S. Feijó, *Ensaios e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)*, Apresentação e Comentários de António Carreira (Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986), 1-2; *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o Seu Princípio até o Estado Presente*, Apresentação, notas e comentários de António Carreira (Lisboa/Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1985), 20; Lima, *Ensaios*, Livro I, Introdução, 1844, XI. Veja-se ainda a esse respeito Elisa Andrade, *As Ilhas de Cabo Verde. Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)* (Paris: L'Harmattan, 1996); António Carreira, *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* (Praia: Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 1983. Sobre as expedições do naturalista J. da Silva Feijó veja-se *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1783-1796)*, Vol. I e Vol. II, coord. de Ana C. Roque e Maria M. Torrão (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013, 2014).

do Maio, Santiago e Fogo no dia 1 de Maio deste anno». Curioso é que ambos os juízos, mesmo estando nas antípodas um do outro, situam coincidentemente no mês de maio o ato do descobrimento³⁰.

Contudo, um elemento novo introduzido em 1868 reconfigura por completo toda a ordem narrativa do debate. O escritor inglês Richard Henry Major (1818-1891) deslindou indícios até então desconhecidos, nomeadamente a memória de viagem do navegador português Diogo Gomes. Este, na sua relação, presta-se a afirmar que, acompanhado por António de Noli, na viagem de regresso da costa africana em direção a Portugal, viram umas ilhas no mar, tendo sido ele (Diogo Gomes) o primeiro a aproximar-se de uma delas, o primeiro a lançar âncora (o mesmo fez António) e, igualmente, o primeiro nela a entrar em terra. «Querendo ir para Portugal com vento contrário fui parar às Ilhas Açores. António de Noli ficou na Ilha da Madeira; com tempo melhor chegou a Portugal antes de mim e pediu ao rei a capitania da Ilha de Santiago que eu tinha descoberto; o rei deu-lha e ele manteve-a até morrer»³¹. Com base nos relatos de Diogo Gomes, Richard Major reabre então a controvérsia do achamento das ilhas cabo-verdianas. Ele conhecia os escritos de Lopes de Lima, escritos esses que, com efeito, elogia. Tal como Lima, Major também passa pelo escrutínio da crítica o texto narrativo das viagens de Luís de Cadamosto e, do labor analítico prestado às relações de Diogo Gomes, redireciona a sua análise para conclusões até então nunca observadas: a honra da ‘descoberta’ das primeiras ilhas do arquipélago cabo-verdiano pertence ao português Diogo Gomes, mareante ao serviço do Infante D. Henrique, pois foi ele quem lançou âncora pela primeira vez na ilha de Santiago, em 1460. Major guarneceu o seu diagnóstico histórico com informações provenientes dos fólios então redescobertos, contendo o relato das expedições de Diogo Gomes³².

30 José M. de S. Monteiro, *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar* (Lisboa: Typographia Lisbonense, 1850), 179-80.

31 Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, Edição Crítica de A. Nascimento, Introdução Histórica de Henrique P. Rema (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 91.

32 Richard H. Major, *The Life of Prince Henry of Portugal Surnamed The Navigator and its Results: Comprising the Discovery, Within One Century, of Half the World* (London: A. Asher & CO., 1868), 277-segs.

A memória dessas expedições passou à consideração dos tempos modernos na sequência da primeira edição, reproduzida em 1847, do designado *Códice de Valentim Fernandes* (conjunto de textos manuscritos referentes aos descobrimentos portugueses coligidos pelo tipógrafo alemão Valentim Fernandes). Redescoberto na Biblioteca Real e Pública de Munique em 1845, a divulgação desse documento ecoou rapidamente em Portugal e, em dezembro de 1848, estavam já terminadas as diligências formais de transladação do original para o português; em novembro de 1850, nos donativos da Academia das Ciências de Lisboa, Portugal contava já com uma cópia do supracitado *Códice*³³. A novidade da hermenêutica histórica posta em marcha por Richard Major em 1868 era uma consequência do conhecimento proporcionado pelo *corpus* documental das novas fontes então difundidas. Esta tarefa heurística permitiu adicionar mais um nome (Diogo Gomes) à galeria dos presumíveis descobridores; e por dedução dos esclarecimentos prestados pela relação de viagem, pode-se admitir que o espaço onde Diogo Gomes ancorou foi a Ilha de Santiago. Entretanto, a mesma relação deixa em silêncio absoluto o dia concreto em que tal abordo se deu, assim como o nome (ou nomes) das restantes ilhas que aquele navegador declara ter visionado.

As elucidações de Richard Major e de Lopes de Lima geraram novas interpelações, não tanto a nível de uma exegese crítica documentalmente fina, mas sobretudo em termos de recomposição de novos contributos informativos que trouxeram à tona. Por exemplo, o compêndio analítico que Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886) escreve em

33 A tarefa da edição do *Códice de Valentim Fernandes* deveu-se ao investigador alemão J. A. Schmeller, e as diligências para a sua tradução em português contaram com o auxílio e o labor paleográfico do então empregado da Biblioteca Real e Pública de Munique, Marquês de Resende. Aventa-se como hipótese que, pelo fim do século XV, Diogo Gomes terá ditado as suas viagens e aventuras ao cosmógrafo alemão Martin de Behaim ou Martinho da Boémia, que as escreveu em latim. E Valentim Fernandes Alemão transcreveu-as na sua coleção de notícias sobre os descobrimentos portugueses. Veja-se, entre outros, Helga M. Jüsten, *Valentim Fernandes e a Literatura de Viagens* (Lagos: Câmara Municipal de Lagos/Comissão Municipal dos Descobrimientos, 2007); Sintra, *Descobrimento Primeiro*, 7-48; Maria I. T. Rodrigues, «O Códice de Valentim Fernandes: Um Texto Interdisciplinar em Estudos Portugueses» (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2000); *Códice de Valentim Fernandes*, Leitura Paleográfica, Notas e Índice de José P. da Costa (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997); *Actas das Sessões da Sociedade Real das Sciencias de Lisboa*, n.º VI (1850): 260-61.

1881-1882 apoia-se amplamente nesses dois historiógrafos. Bettencourt descerra o assunto com a afirmação segundo a qual António de Noli foi quem descobriu, nos primeiros dias de maio de 1460, três ilhas do arquipélago de Cabo Verde: Maio, Santiago e Fogo, ou S. Filipe. E, fazendo uma súpula dos diferentes argumentos apresentados por Lopes de Lima e por Richard Major, Bettencourt demonstra estar claramente em concordância com as interpretações do primeiro (que aliás ele segue de perto) e em oposição com os juízos do segundo que, com efeito, consigna a Diogo Gomes a façanha de ser o verdadeiro descobridor daquelas ilhas³⁴.

Na verdade, a introdução do nome de mais um hipotético descobridor das primeiras ilhas – Diogo Gomes – não matizou em nada a espessura da controvérsia. Prova-o precisamente o novo contributo trazido a lume em 1899 pelo oficial da armada e historiador Christiano José de Senna Barcellos (1854-1915). Conhecedor das crónicas portuguesas sobre a expansão marítima, das fontes da chancelaria régia e, igualmente, dos trabalhos de autores que lhe precederam (de entre eles Lopes de Lima), Senna Barcellos estava totalmente ciente da «perfeita discordância» inerente aos escritos até então produzidos sobre a ‘descoberta’ de Cabo Verde. Subjacente a essa afirmação (que era já de si uma postura epistemológica), antevê-se a pretensão de quem intentava ir mais longe nas apreciações, trilhar pistas mais arrojadas e concatenar resultados até então não indagados. Para Barcellos, é «incontestável que Antonio da Noli foi um dos descobridores»; a afirmação é suportada pela recorrência à carta régia de 19 de setembro de 1462, onde cinco ilhas aparecem como tendo sido achadas por aquele navegador genovês³⁵. No rasto de Lopes de Lima e de Richard Major, o autor de *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* também não considera crível a narrativa de viagem de Luís de Cadamosto, impugnando-a com várias objeções, muitas delas até fáceis de deslindar:

34 E. A. de Bettencourt, *Descobrimientos, Guerras e Conquistas dos Portuguezes em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI* (Lisboa: Lith. Matta & Comp., 1881-1882), 57-67.

35 Christiano J. de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné – Memória Apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Parte I (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899), 7-15.

era o caso, por exemplo, da denominação de Ilha de Boavista à terra que o veneziano afirma ser o nome por ele atribuído à primeira ínsula onde desembarcou. Para aquele oficial da armada e historiador, esta designação estava em desacordo total com o que vinha mencionado nos diplomas régios da época, onde aquela aparece sempre referenciada como Ilha de Sam Christovam³⁶. As restantes teses concernentes ao achamento não ficaram isentas de crítica: a que dava a Vicente Dias ou a Diniz Fernandes a precedência do achamento; e a que considerava a ilha de Santiago povoada aquando da chegada dos navegadores ou povoadores europeus³⁷.

Sem grande esforço, podemos perceber que Senna Barcellos confere credibilidade total às relações de viagem de Diogo Gomes, deixando com isso subentendido que este devia entrar para a galeria dos descobridores do arquipélago, tal como António de Noli. O único «ponto muito escuro» prendia-se com o dia do achamento e a ausência do nome das outras ilhas que o nauta português afirma ter avistado³⁸. Mas é justamente aqui, na tentativa de superar esse nó górdio lacunar, que Senna Barcellos avança com uma das suas hipóteses historiográficas mais arrojadas: precisar os nomes, o mês e o dia em que as ilhas foram avistadas. Fá-lo combinando as informações estampadas nos diplomas régios (de 19 de setembro e 29 de outubro de 1462, que dão a conhecer a designação de todas as ilhas do arquipélago) com as inferências extraídas da provável relação existente entre o nome de cada uma delas e as respetivas comemorações do dia santo a que faziam referência. Senna Barcellos ordena assim a sua conjectura: se Santiago foi descoberta no dia do santo, entretanto, o relato de Diogo Gomes não explicita «se o dia santo é o que se comemora em 1 de maio ou se a 25 de julho. No

36 Barcellos, *Subsídios*, 10-11. José J. Lopes de Lima afirma que a ilha da Boavista aparece pela primeira vez com esse nome em 1497. Lima, *Ensaio*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, p. 8. Esta informação não está correta, carece de emenda. Por um lado, porque o documento que Lopes de Lima cita não faz qualquer alusão à ilha da Boa Vista; por outro, contrariamente à informação prestada por este autor, o aparecimento do nome de ilha da Boa Vista é bem anterior a 1497, tal como atesta uma carta régia datada de maio de 1490. Cf. «Carta de D. Manuel a Rodrigo Afonso (14-1-1484 e 29-10-1497)» e «Carta de D. Manuel a Rodrigo Afonso (31-5-1490)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 521-24 e 573 respetivamente.

37 Barcellos, *Subsídios*, 12-14 e 20-28.

38 Barcellos, *Subsídios*, 16.

primeiro é S. Filippe e S. Thiago e no segundo é S. Thiago e S. Cristovam. Qual foi, pois, o mez em que se fez a descoberta?». A sua resposta inclina-se convictamente para o dia 1 de maio, «pela simples razão de que S. Thiago Menor, patrono da ilha, é comemorado n’aquella data. [...]. O nome de Maio, dado a uma das ilhas, mais corrobora a nossa opinião, e a de S. Christovam talvez o tomasse por este santo ser comemorado juntamente com S. Thiago, ou porque a descoberta se desse em 25 de julho, o que não nos parece crível, pois n’este caso, teríamos de aceitar como exacta a narrativa de Cadamosto, e por consequência o achipelago descoberto em 1457, o que não é veridico. A ilha Lhana assim se denominou por ser plana, porém em 1462, reconhecendo-se que ella possuia sal em abundância passou a ter o nome de Sall»³⁹.

Mesmo adestrando hipóteses arrojadas, Senna Barcellos embrenha-se em elucubrações sem, no entanto, conseguir lançar luz de forma cabal na correlação estabelecida entre o achamento, a nomeação das ilhas e as cronologias a elas associadas. A intenção de colocar sob suspeita os relatos de Cadamosto e exonerá-lo de todo o protagonismo é nítida. Todavia, não é nisso que reside o nó górdio da questão. O problema maior reside nos questionamentos que uma leitura atenta e fina do texto pode suscitar: será que a inclinação convicta da ‘descoberta’ a 1 de maio quer denotar que todas essas ilhas foram encontradas no mesmo dia, ou no decorrer desse mesmo mês? Por que motivo Senna Barcellos omite a ilha do Fogo (ou Sam Filipe) desse diagnóstico histórico dos primeiros achamentos, quando esta aparece sempre mencionada como parte integrante do grupo das primeiras ilhas encontradas? A omissão é diáfana. Mas era voluntária? Não sabemos. Os indícios do texto não adestram pistas que corroborem, com limpidez, a legitimidade dessa suspeita.

O livro *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* comporta ainda uma outra novidade. Se a carta régia de 19 de setembro de 1462 que computava o nome de todas as ilhas do arquipélago⁴⁰ já era

39 Barcellos, *Subsídios*, 16.

40 *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I, 17.

conhecida por alguns historiógrafos (tanto é que Lopes de Lima a cita em 1844), entretanto foi Senna Barcellos quem deu a conhecer o nome do descobridor oficial das restantes ínsulas: foi ele quem publicou pela primeira vez a carta de doação datada de 29 de outubro de 1462, onde consta o nauta (Diego Affonso) que achou as outras sete ilhas de Cabo Verde, a saber: «Brava, Sam Nycollao, Sam Vicente, Raza, Branca, Santa Luzia e Santo António»⁴¹. A importância desta revelação superou a lacuna em torno de um tópico até então desconhecido que, inclusive, o próprio Lopes de Lima (mesmo com todos os seus expedientes heurísticos e esforços interpretativos) não conseguiu aclarar, pois este, além de não precisar datas, limitou-se a declarar conclusivamente que tais ilhas foram conhecidas antes de 1465⁴². Mas a investida de Senna Barcellos não se conteve unicamente nesse desvendamento. Ele sabia (e assumiu-o sem hesitação) que não se pode marcar com rigor a data da ‘descoberta’ de cada uma das ilhas mencionadas. Mas mesmo diante dessa carência, Barcellos não deixou de exercitar enunciados e de pôr à prova, com uma narrativa extremamente sóbria, os limites da sua interpretação. Neste enlace, ele sugeriu o seguinte: «no mez de dezembro, a 6 e 13, são os dias de S. Nicolau e S.t^a Luzia, no intervallo appareceram os ilheus Branco e Razo, e em janeiro, a 17 e 22, são os dias de S.t^o Antão e S. Vicente. Temos, portanto, que se a descoberta de S. Nicolau e S.t^a Luzia se fez em dezembro de 1461, as de S.t^o Antão e S. Vicente foram em janeiro de 1462. [...] A denominação dada á ilha Brava ou Braba, não nos dá margem a considerações algumas, e os das ilhas Branca e Raza, que são seus ilheus, provem da primeira ter manchas esbranquiçadas, e de ser baixa a segunda relativamente á primeira»⁴³.

Portanto, a diagnose conclusiva de Senna Barcellos é esta: as primeiras ilhas cabo-verdianas foram encontradas por António de Noli e

41 Barcellos, *Subsídios*, 17.

42 Barcellos, *Subsídios*, 17. Sem conseguir elucidar este assunto, Lopes de Lima remeteu-o para o âmbito das conjecturas («de que o leitor pôde escolher») e para o domínio dos Tratados de Geografia. Quando muito, aventura-se em especulações que, provavelmente, as ilhas teriam sido ‘descobertas’ conjuntamente antes de 1465. Cf. Lima, *Ensaio*, Livro Primeiro, Introdução, Livro II, Capítulos IV-IX, 1844, XI-XII e 37-72, respetivamente.

43 Barcellos, *Subsídios*, 19.

Diogo Gomes em 1460 e as do segundo grupo foram encontradas por Diogo Afonso entre 1461 e 1462. Só em parte a eleição de Diogo Gomes e António de Noli como primeiros descobridores não constitui uma novidade exclusiva das inquirições históricas de Senna Barcellos. Só em parte porque Richard Henry Major e Ernesto Vasconcellos (1852-1930), respetivamente em 1868 e 1896 (embora não com o mesmo teor de detalhe heurístico), tinham já inclinado as suas predileções conclusivas para aqueles dois exploradores⁴⁴. Mas Senna Barcellos foi um dos primeiros ou mesmo o primeiro historiador a discernir com relativa clareza – entenda-se, à luz da documentação régia, normalmente tida como mais credível – «que a descoberta do archipelago de Cabo Verde se realizou entre 1460 a 1462»⁴⁵. Partindo do pressuposto que as ilhas ostentam nomes de santos que a igreja comemora, e presumindo o pouco afastamento temporal existente entre os dias das suas respetivas evocações, ele lançou com erudita ousadia uma nova presunção interpretativa nunca antes cotejada.

Governar dissonâncias e emular a estética do consentimento

Autores (portugueses e estrangeiros) publicados ao longo da primeira metade da centúria seguinte vieram argumentar a favor de Luís de Cadamosto como primeiro conhecedor das ilhas cabo-verdianas⁴⁶. Ora, as perspetivas que vieram compagnar as anteriores (já aqui exumadas) só demonstram que os estudiosos que se aventuraram a pronunciar sobre a ‘descoberta’ durante as décadas de 1920 e de 1930 conheciam as filigranas do debate. Alguns desses escritos, porém, não estavam munidos de suficiente ousadia heurística para superar as sinuosidades teórico-analíticas da contenda associada à ‘descoberta’. Sete fragmentos comprovam

44 Ernesto J. de C. e Vasconcellos, *As Colonias Portuguezas: Geographia Physica, Politica e Economia* (Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1896), 13; Major, *The Life of Prince*, 277-segs.

45 Senna Barcellos, *Subsídios*, 17.

46 Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Alexandre (1506-1508)* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939), 10-11; G. R. Crone, «Introduction,» in *The Voyages of Cadamosto*, Translated and edited by G. R. Crone (London: Printed for The Hakluty Society, 1937), xxxvi-xlii; Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni Atlantiche di Alvise Da Cà Da Mosto* (Milano: Edizioni “Alpes” Milano, 1928), 106.

a nossa asserção. O primeiro data de 1928. Trata-se de um estudo de Rinaldo Caddeo em que este, sem se imiscuir na polémica (mas ilustrando algumas fendas das diferentes narrativas), projeta sobre António de Noli a glória do achamento⁴⁷. O segundo, pelo seu lugar de fala, parece ser mais paradigmático. Trata-se de um texto ensaístico do professor e poeta cabo-verdiano José Lopes (1872-1962), trazido a lume em março de 1929 num dos órgãos mais importantes da propaganda colonial, o *Boletim da Agência Geral das Colónias*. O poeta limita-se a citar Diogo Gomes e António de Noli como descobridores e perlustradores das ilhas, o que significa que os resultados das inquirições realizadas desde meados do século XIX já eram conhecidos entre alguns letrados da colónia. José Lopes não examina o achamento, nem discorre sequer uma só linha sobre a fisionomia da disputa em que estiveram envolvidos os mais solícitos estudiosos. Em contrapartida, ele elogia ostensivamente (em plural majestático) a epopeia expansionista lusíada (que ele designa de «nossas navegações»), os nautas (que ele adjectiva de «nossos famosos navegadores, ou pilotos ao serviço de Portugal») e as consequências decorrentes da ‘descoberta’: a ocupação, a colonização, o império e a ação colonial portuguesa no arquipélago⁴⁸. O terceiro registo escrito data de 1931 e vem da pena de um exímio publicista da propaganda colonial portuguesa, Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977). Com mais largueza descritiva, Cortesão elenca alguns tópicos (presentes nas memórias de viagens de Diogo Gomes e de Cadamosto) e opta por um remate que, sem dúvida, predispõe a nacionalizar o achamento das ilhas, pois lega unicamente ao explorador português a autoria da gesta⁴⁹.

O quarto exemplo vem das mãos de um historiador inglês, estudioso de assuntos históricos portugueses, Edgar Prestage (1869-1951). Prestage, em 1933, dá a lume uma obra descritiva dos descobrimentos, onde narra diferentes temas, entre eles o achamento das ilhas cabo-verdianas. O historiador abrevia o nó górdio da polémica e, inclusive, evita-o tanto

47 Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni*, 101-10.

48 José Lopes, «Arquipélago de Cabo Verde», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 45 (Março 1929): 204-14.

49 Armando Z. Cortesão, «Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, n.º 76 (Outubro 1931): 3-39.

quanto possível. Evita-o (comprovadamente, sabemos-lo pelas fontes que cita) pois transcorre as memórias de viagens conhecidas (de Gomes e de Cadamosto), as notícias dos cronistas e algumas referências régias e remata que os testemunhos dos documentos não permitem decidir a controvérsia⁵⁰. O quinto fragmento data de 1935 e é da autoria do poeta e capitão do exército Augusto Casimiro (1889-1967). Este atribui a Diogo Gomes e António de Noli o conhecimento primeiro das ilhas de Cabo Verde, em maio de 1460. Tendo em conta o encanto discursivo com que Casimiro sempre aportuguesou a representação colonial dos cabo-verdianos⁵¹, não será difícil perceber que ele estava longe de atribuir outra genealogia histórica ao conhecimento das ilhas que não fosse a de índole lusíada. O sexto exemplo é-nos disponibilizado desde 1937 pelo texto de Franco Machado. Sem argúcia especulativa (nem tentativa de explicar ou esclarecer os factos), Machado sedeia o achamento das ilhas nas figuras de Noli e Gomes, situando-o (mera presunção) como tendo ocorrido em 1457. Entretanto, para mitigar a lacuna da suposição, socorre-se da ideia tida como certa que, pelo menos até 1460, cinco ilhas já eram conhecidas⁵². Finalmente, o sétimo fragmento: em 1939, Manuel Múrias dispõe em livro os episódios da expansão e, abstraindo-se totalmente das contendas, cita Diogo Gomes e Diogo Afonso como descobridores do arquipélago de Cabo Verde, respetivamente, nos anos de 1460 e 1461-1462. Entretanto, num outro opúsculo datado do mesmo ano, Múrias volta a emparceirar ambos mas, desta vez, suplementa a prioridade de Gomes com documentação que agraciava António de Noli como navegador sobre quem recaíra a recompensa régia do achamento⁵³.

50 Edgar Prestage, *Descobrimientos Portugueses* (Porto: Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa, 1934), 113-14 e 131-34; Edgar Prestage, *The Portuguese Pioneers* (London: A. & C. Black LTD, 1933).

51 Augusto Casimiro, «Ilhas Crioulas,» *Cadernos Coloniais*, n.º 3 (1935): 7. Sobre a relação de A. Casimiro com Cabo Verde, veja-se Sérgio Neto, *Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 129-33; Augusto Casimiro, *Portugal Crioulo* (Lisboa: Edições Cosmos), 1940.

52 Franco Machado, «Exploração ao longo da costa ocidental de África até 1460», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Volume I, dir. António Baião e Hernâni Cidade (Lisboa: Editorial Ática, 1937), 310.

53 Manuel Múrias, *Portugal: Império 1939* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1939), 82-83; Manuel Múrias, *Cabo Verde – Memória Breve* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939), 17-23.

Em 1938, Abel Fontoura da Costa (1869-1940) traz a lume revelações colhidas perto de F. C. Wieder (1874-1943), um dos historiadores da cartografia que, tendo analisado a Carta de Andrea Bianco, datada de 1448, confiara-lhe em Amsterdão que a ilha de Santiago fora descoberta ocasionalmente em 1445 por Vicente Dias, quando este, na sua caravela, regressava da costa africana. Bianco, segundo Wieder, teve conhecimento deste descobrimento e colocou a ilha na sua carta de 1448. E Vicente Dias, durante a viagem de 1455 realizada na companhia de Luís de Cadamosto, contou-lhe o descobrimento que fizera nove anos antes. Este, entretanto, na relação das suas duas viagens a África, chamou a si a autoria do achamento das primeiras ilhas cabo-verdianas, colocando-o na segunda viagem (1456), quando nem ali estivera. Para Wieder, Cadamosto devia ter tido conhecimento da viagem de Diogo Gomes e António de Noli, efetuada em 1460, por isso empreendeu também a narrativa dos seus cometimentos náuticos e expansionistas. Assim posta a questão, Fontoura da Costa parece concordar com os argumentos daquele que, no seu parecer, era o maior historiador da cartografia africana: «A interessantíssima opinião do professor Wieder é de aceitar, mesmo porque, por motivos ignorados, o descobrimento de 1445 pode ter ficado reservado – mesmo naturalmente para os secretos informadores de Bianco. Então, Diogo Gomes teria sido apenas o redescobridor; mas as honras do descobrimento oficial continuam a pertencer a António de Noli»⁵⁴. Na colónia, em Cabo Verde, tais ideias tiveram a sua devida receção. Um articulista do jornal *Notícias de Cabo Verde* dava como estabelecida a história e, pródigo de entusiasmo, antevia para 1945 o júbilo histórico das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do arquipélago⁵⁵.

54 A. Fontoura da Costa, «Sobre uma nova versão do descobrimento da ilha de Santiago de Cabo Verde.» *Separata das “Memórias”* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938), 5. Segundo Damião Peres, a hipótese do Prof. Wieder, embora nova na complexidade da ideação, não o é quanto à identificação da ínsula da carta de Bianco como sendo uma das de Cabo Verde, pois já em 1881 Theobald Fisher tinha feito o mesmo. Damião Peres, «Notas Históricas,» in *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 192.

55 A. M., «A Ilha de Sant'Iago foi descoberta em 1445 e não em 1460,» *Notícias de Cabo Verde – Órgão Regionalista Independente*, Ano VIII, n.º 180, 1 de Dezembro, 1938, 2.

Na verdade, só uma convicção indocumentada (sem adstração de provas) pode alimentar a ideia (comprovadamente falsa) que Fontoura da Costa assimilou, sem contestação, o raciocínio de Wieder. Em 1939, um ano depois de ter exposto os argumentos deste último, ele recolhe e confronta os apontamentos da *Crónica* de Zurara com a documentação régia e, simultaneamente, com as relações de viagens de Gomes e Cadamosto. Ora, na contramão das opiniões daquele historiador da cartografia, Fontoura inclina-se para Diogo Gomes como o descobridor das ilhas cabo-verdianas, sem deixar de considerar António de Noli como descobridor oficial, unicamente porque o nome deste consta nas cartas de doação datadas de 19 de setembro de 1462 e de 8 de abril de 1497, que o mencionavam como tal⁵⁶. Todavia, em 1940, na sua comunicação apresentada no Congresso do Mundo Português, Fontoura resume assim a questão, demarcando o conceito de ‘descobridor’ em duas categorias: *histórico* e *oficial*. Insere Vicente Dias na primeira, atribuindo-lhe apenas o achamento da ilha de Santiago em 1445; integra Diogo Gomes igualmente na mesma categoria como novo *descobridor histórico* em 1460 de mais quatro ilhas mais orientais; e a António de Noli designa de *descobridor oficial* das cinco ilhas mais orientais do arquipélago de Cabo Verde⁵⁷.

Apesar de tudo o que acabámos de expor, certamente que incorreríamos em erro se pensássemos que, por essa altura (1939-1940), a tendência para fixar numa figura portuguesa a prioridade do achamento das ilhas já se impunha como discurso dominante. Não. Um opúsculo do historiador e geógrafo português José de Oliveira Boléo (1905-1974), publicado em 1939, indefere a veracidade das *Relações* de viagem de Diogo Gomes (que considera «confusas, pretendendo o seu autor, deveras blasonador e vaidoso, atribuir a si glórias que a outros cabem»); e concede ao genovês António de Noli e ao veneziano Luís de Cadamosto toda a autoridade do achamento das quatro primeiras

56 Costa, *Cartas das Ilhas*, 7-20.

57 A. Fontoura da Costa, «Descobrimientos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina,» in *Congresso do Mundo Português*, III Volume, Tomo 1.º, I Secção: *Descobrimientos Marítimos* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940), 266-71.

ilhas cabo-verdianas, durante a viagem realizada em 1457. Argumento semelhante (mas distinto em termos de cronologia) exarou também, em 1941, o historiador português Duarte Leite (1864-1950), emparceirando Cadamosto e António de Noli no conhecimento das primeiras ilhas, nos anos de 1455 e 1456. Deste modo, conclui que a pretensão narrativa de Diogo Gomes era de rejeitar em face da palavra oficial⁵⁸.

Quase um século depois das primeiras pesquisas eruditas de Lopes de Lima, nada permitia formar uma opinião segura a respeito da autoria do primeiro descobrimento das ilhas cabo-verdianas. É nesses termos que, em 1943, o historiador Damião Peres arruma sinteticamente a questão. Preocupado em apurar os factos concernentes à expansão portuguesa, Peres acantona nos documentos oficiais, passa em revista as principais perspectivas historiográficas e conclui: «o ano de 1460 e a parçaria Gomes-Noli são, entre tôdas as soluções propostas, as preferíveis»⁵⁹. Esta dedução, entretanto, não se impôs nem como desenlace inovador, nem como apuramento heurístico dominante. Isto porque: *i*) em 1947, o advogado cabo-verdiano Júlio Monteiro Júnior, numa palestra realizada no âmbito dos festejos municipais comemorativos da descoberta da ilha de Santiago fez uma sùmula dos diversos pontos de vista que enformavam o «problema» (como o próprio chamou) da «descoberta das ilhas de Cabo Verde»; *ii*) em 1955, o escritor José Osório de Oliveira subscrevia a mesma perspectiva, mas matizando o problema com o argumento de que não valia a pena priorizar nem Diogo Gomes nem António de Noli, mas tão-somente admitir que tal descobrimento deve ser visto dentro do plano das navegações henriquinas, o que é a mesma coisa que trazer para o campo português toda a legitimidade da memória histórica daquele acontecimento; *iii*) em 1956, Vitorino Magalhães Godinho situou em maio de 1456 a descoberta das ilhas do grupo oriental (Santiago, Fogo e Maio) por António de Noli e, em julho do mesmo ano, a redescoberta de Santiago e descoberta de Boavista por

58 Duarte Leite, *Coisas de Vária História* (Lisboa: Seara Nova, 1941), 132-38; J. de Oliveira Boléo, «O Descobrimento e os Descobridores das Ilhas de Cabo Verde,» *Separata do Petrus Nonius*, Vol. II – Fasc. 3 (1939): 10.

59 Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses* (Pôrto: Portucalense Editora, 1943), 139.

Cadamosto⁶⁰; e *iv*) em 1960, no ano das comemorações centenárias henriquinas e do meio milénio do achamento do arquipélago, o historiador português Jaime Cortesão (1884-1960) conclui o primeiro volume de *Os Descobrimentos Portugueses*, obra monumental que, além de analisar vários temas do expansionismo lusíada, vinha também desconcertar certas teses, inclusive algumas delas tidas na altura como unânimes, relativamente à questão da prioridade dos portugueses no conhecimento remoto das ilhas cabo-verdianas⁶¹.

O argumento de Cortesão a esse respeito não reside na denegação do papel dos portugueses ou dos nautas que, ao serviço de Portugal, contribuíram para inserir o arquipélago de Cabo Verde na história da expansão lusíada. O seu foco é outro: a subtração da originalidade portuguesa em arribar àquele espaço insular oeste-africano. Para Cortesão, pelo menos duas ilhas mais orientais do arquipélago, a do Sal e Boavista, eram conhecidas dos povos fronteiros da costa ocidental africana, dos árabes e figuravam na cartografia medieval, o que antecipa (no tempo) o reconhecimento das mesmas para períodos bem anteriores daqueles normalmente referidos pelas relações de viagens e pelos documentos régios portugueses⁶². Recorde-se que, em 1935 e 1939, respetivamente, a mesma suspeita (acerca do conhecimento das ilhas antes dos portugueses) tinha sido já alvitrada por autores como Auguste Chevalier e Simão Barros, tendo este decalcado de perto as sugestões daquele. Se

60 Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos*, Vol. III, 295; José O. de Oliveira, *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde* (Porto: Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1955), 15; J. M. Júnior, «A Descoberta das Ilhas de Cabo Verde é ainda um Problema,» *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 261 (Março, 1947): 30-44.

61 Data de 1958 o anúncio do empreendimento desta obra e a redação da mesma. Os primeiros ensaios escritos começaram a sair ao público em fascículos ainda nesse mesmo ano e, em 1960, o primeiro volume ficou concluído. Com a morte de Jaime Cortesão, a 14 de agosto de 1960, o segundo volume só foi editado postumamente em 1962, cabendo aos historiadores Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão a tarefa da recolha e da organização de textos escritos anteriormente. Veja-se José Manuel Garcia, «Apresentação,» in *Obras Completas de Jaime Cortesão, Os Descobrimentos Portugueses – I* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990), IX-XXV.

62 Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, Volume I (Lisboa: Arcádia, 1960), 47-52 e 358-60. Segundo José M. Garcia, a consideração segundo a qual as ilhas de Cabo Verde seriam do conhecimento dos árabes na Idade Média constituía uma de entre várias hipóteses em que Cortesão se aventurou a formular, entretanto, sem poder prová-la com devido rigor. Garcia, «Apresentação,» XXI-XXII.

relativamente a esse ponto o litígio parecia dar asas a especulações de vária ordem, era consensual que foram os portugueses a empreender a colonização e o povoamento do arquipélago⁶³.

No campo de produção de narrativas históricas, como Michel-Rolph Trouillot argumenta, história e poder revelam-se em cumplicidades habilidosas: a história é fruto do poder⁶⁴. Com isso pretendemos asseverar que o contexto das comemorações do quinto centenário do achamento das ilhas de Cabo Verde constituiu o momento espaço-discursivo mais oportuno para o acolhimento e a divulgação de perspetivas analíticas menos polémicas, porém não menos simplistas. Foi nesse âmbito que, como veremos a seguir, as conferências do padre António Brásio realizadas em Cabo Verde em 1960, integradas naquelas festas centenárias, influíram no alinhamento interpretativo do discurso historiográfico que passou a vigorar como consentimento e versão histórica oficial sobre o achamento⁶⁵. Segundo Brásio, António de Noli e Diogo Gomes foram os verdadeiros exploradores que primeiro trouxeram à consideração dos modernos o conhecimento daquele arquipélago oeste-africano. Para demonstrar a sua asserção, aquele historiador perfilha as informações da documentação oficial (que cita unicamente o nome do genovês como ‘descobridor’ e primeiro capitão-donatário de Cabo Verde), mas também aceita como «relato sincero» a narrativa em que Diogo Gomes afirma ter sido ele (na companhia de Noli) o primeiro a lançar ferro em Santiago. Ao mesmo tempo, Brásio tenta deslindar a ausência do nome do navegador português na ocupação das primeiras ilhas cabo-verdianas, elencando os pretensos encargos com que este se encontrava tomado junto da corte régia, aquando da nomeação de António de Noli como capitão-donatário de Santiago e do prelúdio da colonização a

63 Simão Barros, «Origens da Colónia de Cabo Verde,» *Cadernos Coloniais*, n.º 56 (1939): 7-8; Auguste Chevalier, «Les Iles du Cap Vert. Géographie, biogéographie, agriculture. Flore de l’Archipel,» *Revue de Botanique Appliquée et d’Agriculture Coloniale*, 15e année, bulletin n.º 170-171 (Octobre-novembre, 1935): 752-55.

64 Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past: Power and the Productions of History* (Boston: Massachusetts, Beacon Press, 1995), xix.

65 Em 1960, Brásio profere em Cabo Verde, nomeadamente na ilha de Santiago e na de São Vicente, uma série de conferências sobre o achamento. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 131 (1 de agosto, 1960): 38; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 25.

partir de 1462⁶⁶. Mas esse argumento não consegue sustentar-se se a crítica histórica levar até às últimas consequências as reivindicações presentes na memória descritiva da viagem de Diogo Gomes, onde este reclama para si a autoria do achamento.

Admitamos que a ‘descoberta’ tenha ocorrido em maio de 1460, tal como Brásio defende. Que provas ou dispositivos heurísticos mobilizou para validar a sua tese, a de deferir a Diogo Gomes a autoria na ‘descoberta’ das primeiras ilhas? Contraditoriamente, a memória de viagem daquele navegador e o diploma régio de 19 de setembro de 1462. Se o relato de Diogo Gomes sugeria «algumas considerações críticas» (como o próprio Brásio admitia⁶⁷), no diploma régio, em contrapartida, não abundam esclarecimentos avulsos, e jazem nas suas entrelinhas várias omissões diáfanas, derradeiramente desarmantes: *i*) porque o documento só cita explicitamente o nome de António de Noli como descobridor oficial das primeiras cinco ilhas cabo-verdianas encontradas ainda em vida do Infante; *ii*) porque a prova régia não faz qualquer menção a Diogo Gomes, nem sequer sugere o nome deste como colaborador daquele, portanto considerar que «Noli foi companheiro de Gomes no descobrimento» e que tal constitui «facto que ninguém contesta»⁶⁸ é forçar os limites da suposição histórica para além (diríamos até na contramão) dos indícios mais admissíveis sugeridos pela própria fonte, que apontava o nome do descobridor oficial⁶⁹; *iii*) porque o navegador português declara ter visto «ilhas ao mar» (sem citar nomes) e que só lançou âncora na ilha de Santiago, «e o mesmo fez António», mas a fonte régia indica um total de cinco ilhas como sendo já conhecidas em 1460⁷⁰. A pergunta que fica por responder é esta: mesmo não aspirando recompensas (provavelmente pelos encargos a que esteve incumbido na

66 António Brásio, «Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde.» *Separata de STVDIA – Revista Semestral*, n.º 10 (Julho, 1962): 71-75.

67 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 70.

68 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71.

69 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71; «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-416.

70 «Relações do Descobrimento da Guiné de Diogo Gomes» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 202-04 e 415-16, respetivamente.

corte⁷¹), o que explica a ausência total do nome de Diogo Gomes, da sua nomeação na galeria régia, como um dos ‘descobridores’ daquelas ilhas? Brásio defende ainda que o descobrimento encetado por Diogo Gomes se deu no dia 1.º de maio de 1460, no entanto nem na narração deste nem na prova régia já referida existem informações suscetíveis de corroborar essa suspeita⁷².

Consentimento, verdade histórica (mutilada) e história oficial

Não foram só os expedientes historiográfico-linguísticos e as operações político-simbólicas intrínsecas ao centenário de 1960 que ajudaram a fixar o nome de Diogo Gomes e a data de 1460 como coordenadas matriciais do achamento. Algumas diligências precederam ligeiramente aquele centenário. Na segunda metade da década de 1950, as autoridades coloniais do arquipélago assumiram publicamente aquelas referências, expondo-as sem embaraço, mesmo quando nalguns escritos publicados na metrópole (por autores como Henrique Galvão e Carlos Selvagem ou o geógrafo Orlando Ribeiro e outros) imperavam diversas indefinições sobre o assunto⁷³. Os discursos oficiais explanados em 1955 por ocasião da visita do então Presidente da República Portuguesa, Craveiro Lopes, a Cabo Verde constituem um excelente barómetro para apreciar a gradual incorporação pública das referencialidades acima citadas: o então governador da colónia, Manuel de Abrantes Amaral, assim como o Presidente Craveiro Lopes reiteraram publicamente as mesmas alusões relativas às coordenadas do descobrimento – 1460 e Diogo Gomes – e Craveiro Lopes prometeu oferecer à colónia um monumento para

71 Aurélio de Oliveira, «Diogo Gomes: Trato e diplomacia ao serviço da Expansão,» *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, Vol. 3 (2002): 163-84.

72 Brásio, «Descobrimto/Povoamento», 71; «Relações do Descobrimto da Guiné de Diogo Gomes» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 202-04 e 15-416, respetivamente.

73 Orlando Ribeiro, «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde,» *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Tomo XXI, 2.ª Série, n.º 1 (1955): 5-35; J. Inocêncio Silva, «Fragmentos históricos das ilhas de Cabo Verde,» *Revista de Cultura Lusitana*, n.º 14-15 (1955): 51-63; Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, I Volume (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950), 31.

consagrar a memória daquele navegador, o que veio a consubstanciar-se, posteriormente, na inauguração de uma estátua de Diogo Gomes na ilha de Santiago em 1958, não deixando a mínima dúvida quanto à pertinência da questão já colocada acima em apreço⁷⁴.

Um outro pressuposto (alicerçado na concatenação de várias fontes) permite-nos apurar, de forma mais afinada, a instituição do ano e a preferência pelo nome do navegador supracitados. Em 1956, a italiana Tullia Gasparrini Leporace realizou e publicou em Itália uma exposição bibliográfica, documental e cartográfica cuja mostra se destinava a comemorar o quinto centenário da exploração atlântica e da ‘descoberta’ do arquipélago de Cabo Verde por Cadamosto. O historiador António Brásio noticiou algumas iniciativas italianas a reivindicar a primazia do veneziano no abordo àquelas ilhas atlânticas e em ter ensinado «os Portugueses a sulcar os mares... até às Índias»; mas o desconforto intelectual de Brásio vinha sobretudo da instrução que se estava a inculcar na mocidade estudiosa de Itália, segundo a qual «foram os italianos quem descobriu o mundo, e se outros dizem que alguma coisa fizeram, como os Portugueses e os Espanhóis, foram ainda os Italianos os seus mestres»⁷⁵. Esses discursos ecoaram tanto na metrópole (entre os membros da Sociedade de Geografia de Lisboa) como na colónia (entre os intelectuais nativos recrutados para a arena erudita das festas do centenário do achamento). Para eles, a investida comemorativa dos italianos parecia subtrair aos portugueses a honra histórica e a prioridade na ‘descoberta’ das ilhas cabo-verdianas⁷⁶. Logo, a injunção da data – 1460 – e de um descobridor português – Diogo Gomes – constituía não só um acréscimo memorial luso-nacionalista para combater as pretensões dos memorialistas italianos, mas também uma deliberação de natureza político-simbólica que devia passar a estabelecer-se como discurso oficial.

⁷⁴ *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano IX, n.º 106 (1 de julho, 1958): 4-7; *Diário da Viagem Presidencial às Províncias Ultramarinas da Guiné e Cabo Verde em 1955*, Volume Segundo, coord. de Rodrigues Matias (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956), 26-29.

⁷⁵ Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 76-77.

⁷⁶ Júlio Gonçalves, «Alvise Da Cà Da Mosto e o V Centenário Caboverdeano», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 75.^a – n.º 10-12 (Outubro-Dezembro, 1957): 399-404.

Foi exatamente para fortalecer e referendar essa tese oficial que as comemorações de 1960 laboraram, sobretudo por intermédio dos intelectuais da colónia, esses manuseadores da erudição cujos ditos e escritos, por um lado, denegaram os considerandos históricos potencialmente antiportugueses sobre o achamento das ilhas e, por outro, convencionaram as ordenações formais da linguagem comemorativa propensa a nacionalizar a memória portuguesa da ‘descoberta’. Numa conferência pronunciada na Câmara Municipal da Praia por ocasião da abertura das Comemorações Henriquinas, Marques de Oliveira deixou o alvitre: «eternizámos já no bronze, para além da discussão em causa, o vulto de Diogo Gomes, e marcámos 1460 como ano do achamento»⁷⁷. Mas foi com Félix Monteiro (um desses doutos nativos da colónia, animadores da parte erudita das comemorações) que o exercício explanativo das informações até então conhecidas sobre o achamento teve o seu trato prolixo derradeiramente relevante. Numa prosa copiosamente proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal da Praia no primeiro dia das comemorações do achamento, 1 de maio de 1960, Monteiro deslinda com notável capacidade de síntese as intrigas da questão: *i*) ele sumaria as sombras que inundam as circunstâncias da ‘descoberta’ (assunto já excessivamente retumbado ao longo deste capítulo); *ii*) sonda os lugares-comuns da controvérsia; *iii*) enfatiza as refutações (já adestradas por autores precedentes como Lopes de Lima e Sena Barcellos). Mas é sobretudo no seu reparo (pronunciado sob forma de advertência historiográfica) que Félix Monteiro abriga a sua investigação, conciliando-a com a predição nacionalista portuguesa requerida pela celebração colonial em questão: «Vale a pena contar a história a começar do princípio, já que Cadamosto está sendo rehabilitado afanosamente»⁷⁸.

A sua proposição (furtivamente positivista) – ‘contar a história a começar do princípio’ – remetia de forma subentendida para a ideia de se iniciar a genealogia da narração sempre a partir dos testemunhos

⁷⁷ Marques de Oliveira, «Cabo Verde na Obra do Infante,» *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 128 (1 de maio, 1960): 23.

⁷⁸ Félix Monteiro, «O Achamento de Cabo Verde,» *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 11.

escriturários de procedência lusa. Por um lado, porque, segundo ele, «não existem nos arquivos portugueses quaisquer documentos coevos que atestam a estadia de Cadamosto em Portugal, onde, ao que parece, permaneceu de Novembro de 1454 a Fevereiro de 1463»; por outro, considerava «tão flagrantes as inverosimilhanças e falsidades contidas no relato da sua segunda viagem, na parte respeitante a Cabo Verde, que é de estranhar que ainda haja quem acredite ter sido ele o descobridor das ilhas de Cabo Verde»⁷⁹. As ideias-mestras contidas nas preleções de ambos os autores foram reforçadas ulteriormente por duas conferências, uma realizada na ilha de Santiago a 25 de maio; e outra na de São Vicente a 6 de julho de 1960 pelo reverendo português António Brásio, que se deslocou à colónia exclusivamente para discorrer, como conferente, no programa das comemorações do meio milénio do achamento do arquipélago. As observações deste historiador, como vimos, pesavam a favor de Diogo Gomes e, com efeito, desauxiliava o protagonismo de Cadamosto. Brásio era já nessa altura um historiógrafo consagrado em Portugal, conhecido pela publicação sistemática de vários volumes de documentos relativos à história missionária portuguesa na África Ocidental. Logo, a sua notoriedade intelectual, assim como a autoridade simbólica que vinha do seu prestígio como membro da Academia Portuguesa da História, só vinha coroar as reflexões anteriormente expostas (a 4 de março e a 1 de maio daquele mesmo ano) pelos dois eruditos (Marques de Oliveira e Félix Monteiro) sobre os quais recaíram, na colónia, a tarefa de difundir, logo no prelúdio dos festejos, a perspetiva nacionalista luso-oficiosa do achamento⁸⁰.

Tudo isso prova, por exemplo, o quanto as indagações dos intelectuais cabo-verdianos estavam a dialogar com instituições oficiais metropolitanas como a *Academia Portuguesa da História* – o organismo que homologava a informação histórica considerada legítima – e com

79 Félix Monteiro, «O Achamento de Cabo Verde (Continuação)», *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 130 (1 de julho, 1960): 3-4.

80 *Notícias de Cabo Verde – Órgão Regionalista Independente*, Ano XXX, n.º 315, 10 de julho, 1960, 1-2; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 21 e 25; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 127 (1 de abril, 1960): 16-17.

saberes provenientes dos seus membros, numa afinidade correlativa de interlocução que, naquele contexto particular, esses autores estavam a operar no interior da própria colónia. E se o tema era já de si um acontecimento particular do qual emanava uma ampla generalidade, o melhor era abrigar as suas indeterminações junto das instâncias de validação do conhecimento autorizado. As conferências sobre o achamento desempenharam então um papel propedêutico-doutrinário de primeira importância na institucionalização da narrativa histórica elegida por Portugal e, com efeito, difundida por aqueles intérpretes coniventes com as determinações comemorativas oficiais adotadas⁸¹. Prestado tal aviso, pode dizer-se que as dissertações (tanto de Marques de Oliveira como de Félix Monteiro) não constituíam só um antagonismo explícito contra as tentativas forasteiras (entenda-se, não portuguesas) de reabilitar uma outra identidade narrativa para o achamento do arquipélago; elas permitiram também subscritar, na própria colónia, as coordenadas (sobretudo cronológicas e nominativas) que o idioma da gramática comemorativa prescreveu e reproduziu como história oficial da ‘descoberta’.

Em suma, a versão cultivada no âmbito das comemorações de 1960 foi a que se impôs como dominante e a que passou a vigorar no imaginário e nos discursos ordinários imediatos que explanam de forma abreviada a litania do achamento. Foi o que passou a ser repetido. Afinal, a «compulsão de repetição» é, segundo Régine Robin, a maneira específica de fazer o sujeito recordar, porém sem saber o que está verdadeiramente em jogo⁸²; acrescentaríamos ainda: sem saber os jogos de poder que tal repetição implica e requisita, principalmente quando se trata de impor como objetivas certas indeterminações históricas ou de fabricar memórias oficiais postas ao serviço do projeto imperial e

81 As conferências proferidas em Cabo Verde em 1960 deram lugar, dois anos depois, ao aparecimento de um artigo publicado na metrópole na revista *Studia* e reproduzido posteriormente na colónia, entre finais de 1962 e princípios de 1963. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 5-161 (Fevereiro, 1963): 27-36; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 4-160 (1 de janeiro, 1963): 4-17; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 3-159 (1 de dezembro, 1962): 5-10; Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 49-97.

82 Régine Robin, *La Mémoire saturée* (Paris: Stock, 2003), 30.

dos mecanismos político-culturais de dominação colonial. O desígnio era, como Frantz Fanon argumenta, o de criar entre as populações da colônia a percepção de que o colono faz história e que ele sabe que a faz⁸³. Por isso, a exaltação do achamento não era só uma forma de litania imperial destinada a glorificar a imagem da metrópole, a criar um imaginário colonial acerca da ideia de grandeza presente e pretérita desta última e a cultuar os varões, os vultos varonis que construíram o império. A rememoração, ou melhor, a glorificação do achamento (das circunstâncias, das datas – mesmo que inexatas –, dos descobridores e dos conquistadores) constituía um artifício de inscrição de um mito de fundação composto a partir da genealogia histórica da colonização; e a rememoração da ‘descoberta’ era, na combinação de um vocabulário e dos seus usos públicos na colônia, um discurso e uma prática corporizada que ratificava a dominação colonial em toda a sua semântica.

Observações finais: duas apreciações, três hipóteses e uma conclusão

Nenhuma diligência historiográfica conseguiu indagar com objetivo rigor (suscetível de tornar transparente) as condições que envolvem o achamento das ilhas de Cabo Verde. Mesmo quando subtraídas de elementos espúrios, de interpolações tardias ou de expedientes literários, as arguições hermenêuticas adestradas desde o século XIX não tiraram da neblina os contornos do enigma. Os leves indícios disponíveis, mesmo quando sondados com provas tidas como mais críveis (como as cartas régias já citadas), só permitem bosquejar uma narrativa extremamente sóbria. Até agora, nada se pode concluir que não seja a partir de informações mínimas, avulsas, disponibilizadas pelas fontes da chancelaria régia: *i*) que em 1460, antes da morte do Infante D. Henrique (ocorrida a 13 novembro desse mesmo ano), pelo menos cinco ilhas tinham sido já achadas «per Antonyo de Nolle»; *ii*) que data de 3 de dezembro de 1460 o documento mais antigo alu-

83 Frantz Fanon, *Œuvres*, (Paris: Éditions La Découverte, 2011), 463.

dindo aos nomes dessas cinco ilhas⁸⁴; *iii*) que em setembro de 1462 eram dadas já como achadas mais sete ilhas daquele arquipélago, tendo sido «Diego Affonso» oficialmente referendado como autor do achamento⁸⁵. Resumindo: em 1462, as dez ilhas e mais alguns ilhéus que formam o arquipélago de Cabo Verde eram já todas conhecidas⁸⁶. Assim se resume, à luz da documentação régia mais remota, tudo o que se sabe sobre o achamento do arquipélago de Cabo Verde; e assim constitui a gramática das suas atribuições: os elementos avulsos da chancelaria só permitem situar de forma vaga, entre um marco e outro (1460 e 1462), a ideia do achamento, deixando sepultado nessa aritmética de dois anos um denso silêncio que impossibilita traçar a genealogia histórica do descobrimento de cada uma das ilhas. Conduzido por esse viés, o exercício da crítica das fontes requisita, com toda a pertinência, esta interpelação: se a documentação oficial mais remota (considerada a mais verosímil) reconhece unicamente António de Noli e Diogo Afonso como verdadeiros descobridores de Cabo Verde, então, o que é que tornou possível a injunção de Diogo Gomes no memorialismo colonial público-comemorativo cabo-verdiano como referência androgénica, isto é, como figura progénie masculina fundadora da história daquele arquipélago? A comodidade narrativa. Os efeitos de linguagem. Mas também (tomando de empréstimo uma fórmula de Jacques Derrida), o carácter *inaugural* da escrita (não porque ela cria, mas por uma certa liberdade absoluta de dizer, de fazer surgir o já patente no seu signo, de tomar os seus augúrios⁸⁷); pois

84 Santiago, São Filipe (Fogo), Maio, São Cristóvão (Boa Vista) e Sal. (Respetivamente, «Ilha de Santiago e a Ilha sam Filipe e a Ilha das Mayas e a Ilha de sã Christouã e Ilha do Sall»). Cf. «Doação Régia ao Infante D. Fernando» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 409-10 e 415, respetivamente.

85 Brava, São Nicolau, São Vicente, Ilhéu Raso e Ilhéu Branco, Santa Luzia e Santo Antão. (Respetivamente, «Ilha Braua e a Ilha de sam Nycollao e a Ilha de sam Viçente e a Ilha Rasa e a Ilha Bramca e a Ilha de samta Luzia e a Ilha de Santa[n]tonio»). Cf. «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-16.

86 «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)» e «Carta de Doação ao Infante D. Fernando (29-10-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-16 e 423-24, respetivamente.

87 Derrida, *L'Écriture et la différence*, 22-23. Itálico do original.

a escrita, como Michel de Certeau sugere, abre sempre um *teatro* de legitimidade e de *ações* efetivas⁸⁸.

Mais: agenciamentos político-simbólicos e expedientes ideológico-co-historiográficos diversos, todos eles postos ao serviço do nacionalismo imperial e enquadrados pela instituição comemorativa colonial do meio milénio do achamento, laboraram em intensa sincronia no sentido de nacionalizar (entenda-se, de lusitanizar) o achamento das ilhas cabo-verdianas. Procedendo desta forma, estava-se a declinar claramente as pretensões especulativas italianas concernentes à precedência, por exemplo, de Luís de Cadamosto. E perante a impossibilidade de negar (sob pena de contraditar) a veracidade da carta régia que citava António de Noli como único descobridor das primeiras ilhas, os fazedores da memória colonial e do comemoracionismo imperial salazarista adulteraram a centralidade da mensagem contida naquela fonte; eles não apagaram nem omitiram o nome do genovês⁸⁹, porém não o celebraram à mesma escala, nem monumentalizaram a sua memória tal como fizeram com a figura de Diogo Gomes, cuja estátua passou a representar e a mimetizar simbolicamente o gesto da ‘descoberta’. Com isso, os comemoradores reabilitaram a memória de Diogo Gomes e, nesse mesmo enlaço mnemónico, subalternizaram o protagonismo do genovês, atribuindo-lhe lugar secundário de papel auxiliar, como coadjuvante no cometimento náutico da ‘descoberta’ supostamente empreendida por Gomes. Como Brásio afirmou, «Noli foi companheiro de Gomes no descobrimento»⁹⁰. Era também essa mesma lição que Silva Rego (1905-1986) proferira no ano letivo de 1965-1966, no curso de extensão universitária sobre Cabo Verde, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, da Universidade Técnica de Lisboa: «o descobridor teria sido

88 Michel de Certeau, *L’Invention du quotidien I. Arts de faire*, Nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard (Paris: Gallimard, 2008 [1990]), 183. Itálicos do original. Veja-se ainda Michel de Certeau, *L’écriture de l’histoire* (Paris: Gallimard (Folio histoire, 2001 [1975]), 78-79.

89 Vítor Barros, «Cabo Verde na Memória do Império: A Filatelia na Simbologia das Comemorações», in *História e Filatelia – I*, ed. Isabel M. F. Valente e João R. Pita (Coimbra: CEIS20/Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra, 2011), 11-17.

90 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71.

o português Diogo Gomes, mas Da Noli teria sido o primeiro a dar notícia à Corte portuguesa»⁹¹.

Procedendo deste modo, inclusive na contramão da fonte oficial tida como mais plausível, os fabricantes do memorialismo colonial do Estado Novo inverteram a coerência factual do evento histórico do achamento; contrafizeram os factos; alteraram a prioridade da nomeação dos presumíveis protagonistas associados à ocorrência do achamento; adulteraram a ordem dos papéis dos atores; permutaram a posse legítima do título do descobridor, isto é, transferiram o quinhão da celebridade a quem, na verdade, as fontes régias não atribuem a glória do cometimento. Em suma: manipularam a interpretação da história, fixando de forma deliberadamente enviesada o epigrama que parecia melhor auxiliar o fabulário imperial lusíada relativamente à prioridade portuguesa no conhecimento do arquipélago cabo-verdiano. Modelaram-se então a partir daí as coordenadas mnemónico-discursivas em torno das quais passaram a girar os processos político-narrativos e estético-simbólicos de rememoração pública do achamento de Cabo Verde: nomearam os descobridores e, com eles, fabricaram a lenda da ‘descoberta’, o que significava em ocorrência instruir um memorialismo público-colonial tributariamente lusíada. E apesar de pesquisas historiográficas ulteriores, estribadas em provas oficiais plausíveis, atribuírem unicamente a António de Noli e a Diogo Afonso a vetusta autoridade do achamento⁹², a narrativa da ‘descoberta’ (cujo carácter funcional predomina ainda hoje em Cabo Verde) continua profundamente tributária das leituras e das insinuações herdadas da teatralização político-colonial do centenário do achamento do arquipélago. Tanto assim é que as notas conclusivas desenvolvidas por António Brásio em 1960 (no contexto das celebrações do meio milénio do achamento) e a história

91 A. da Silva Rego, *Reflexões sobre o Primeiro Século da História Cabo-Verdiana (1460-1580)* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966), 7.

92 Daniel A. Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 2.^a Edição (Praia: Alfa-Comunicações, 2005), 33; Luís de Albuquerque, «O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde,» in *História Geral de Cabo Verde*, 1.^o Volume, coord. Luís de Albuquerque e Maria E. Madeira Santos (Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991), 38-39.

oficial da ‘descoberta’ transcrita nalguns manuais escolares em Cabo Verde (meio século depois) desaguam, praticamente, no mesmo sentido: as ilhas do arquipélago cabo-verdiano foram encontradas entre as datas de 1460 e 1462 e os descobridores oficiais são António de Noli, Diogo Gomes e Diogo Afonso⁹³. A instituição comemorativa colonial salazarista produziu portanto efeitos duradouros no modo de interpretar e de representar a história do descobrimento daquele espaço insular oeste-africano. Basta observar ou lembrar que, num dos pontos mirantes mais nobres da capital cabo-verdiana, o vulto de Diogo Gomes, a muda eloquência da sua estátua murmura ainda, quotidianamente, aos olhos da população da cidade da Praia e no imaginário dos transeuntes que por ali passam, esse mesmo conto colonial comemorativamente instituído em 1960.

Referência para citação:

Barros, Víctor. “A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 75-113.

⁹³ *História e Geografia de Cabo Verde 7.º ano*, Porto, Porto Editora, 2015, p.42; Brásio, «Descobrimto/Povoamento», 55-56 e 75.

Maria João Cantinho

O messianismo ou a história como dissidência na obra de Walter Benjamin

Como pensar a história numa época em que a Europa se encontrava assombrada pelo espectro da catástrofe, na nossa modernidade? Como escapar aos perigos do Progresso? Foi esta urgência que determinou o pensamento de Walter Benjamin desde a sua juventude e que marcou decisivamente a sua concepção da história, mas também a sua visão da linguagem e da tradução, da própria crítica da arte e da sua recepção. Partindo do conceito de *imagem dialética* como um novo paradigma de compreensão e leitura da história, Benjamin procura substituir a ideia de uma história vista à luz das teorias do progresso por uma história descontínua e figurativa, que reencontra no *presente* a possibilidade de reactivação do passado e que valoriza uma dimensão da temporalidade qualitativa, em lugar da temporalidade quantitativa que homogeneizava e desfigurava a leitura da história. É sobretudo no conceito de *messianismo*, tomado como categoria secularizada da tradição judaica, que Walter Benjamin bebe, para “escovar a história a contrapelo”, concentrando em si essa potencialidade de resgatar a “parcela messiânica” que nos cabe em sorte e que traz em si o eco das vozes que nos chegam.

Palavras-chave: Messianismo, História, Política, Imagem Dialética.

Messianism or History as Dissidence in the Work of Walter Benjamin

How can one think of History in a time in which Europe happened to be haunted by the specter of catastrophe, in our modern times? How can one escape the perils of Progress? This urgency determined the thought of Walter Benjamin since his youth, and decisively marked his conception of history itself, but also of his vision of language and of translation, of his own critique of art and reception. Starting from the concept of *dialectic image* as a new paradigm of comprehension of history, Benjamin tries to substitute an idea of a narrative of progress for discontinued and figurative idea of history, that regains in the *present* the possibility of reactivate the past and that values a qualitative dimension of temporality, instead of a quantitative temporality that homogenized and disfigured his reading of history. Benjamin takes, essentially from the idea of *Messianism*, as a secularized category of Jewish tradition, to “build” what he designated as “brushing history against the grain”, focusing on himself that potentiality of rescuing the “messianic parcel” that become our fate and that brings in itself the echoes of voices that come to us.

Keywords: Messianism, History, Politics, Dialectic Image.

O messianismo ou a história como dissidência na obra de Walter Benjamin

Maria João Cantinho*

Precisamos da história, mas de maneira diferente da do ocioso mimado no jardim do saber.

F. Nietzsche, *Considerações Intempestivas, II*, “Das vantagens e dos inconvenientes da história para a vida”, editorial Presença, Lisboa, p. 101.

Entre os múltiplos contributos que Walter Benjamin trouxe para o pensamento contemporâneo, desde a estética à crítica literária e da arte, à teoria da literatura e da tradução, a problemática da história constituiu uma das suas principais temáticas, nomeadamente a sua reflexão epistemológica sobre a mesma, tal como a procura de uma releitura da história à luz de novos pressupostos, que aqui serão explicitados. Que a história seja tomada como uma narrativa cujo paradigma assenta na continuidade e na ideia do progresso como fio explicativo da evolução histórica não é, de todo, a perspectiva de Walter Benjamin, apelando a uma visão que é essencialmente um gesto político e ético, isto é, revolucionário.

Vários pensadores contemporâneos, ligados ao pensamento contemporâneo judaico, tais como Löwy, Pierre Bouretz, Derrida, Bensaïd, Bensussan, J. Benoist e F. Merlini, entre outros, foram importantes

* Investigadora do CFUL (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa).

para relançar o debate sobre a questão do messianismo político. Como Pierre Bouretz o afirma, a “ideia messiânica foi, desde cedo, objeto de uma antinomia doutrinal de que o eco se estende até ao pensamento contemporâneo”¹. Ela assumiu formas de pensamento diversas, cruzou-se com modos de pensar múltiplos e Bouretz, na sua obra, faz uma compilação dos pensadores messiânicos da contemporaneidade, onde inclui, além de Walter Benjamin, vários pensadores, defendendo assim que a ideia do messianismo fez a sua entrada no palco da História como uma revitalização do judaísmo esclerosado. Walter Benjamin – como Rosenzweig e Scholem – pressentiu esta necessidade, desde logo, como uma “sentinela” do seu tempo, para recorrer à expressão de Bensaïd, pois apenas a intrusão messiânica pode insuflar uma “novidade” distinta da insípida e repetitiva modernidade². Estar atento às armadilhas do mito do progresso, vigiar o verdadeiro fenómeno da história, reencontrar o autêntico sentido da experiência humana do tempo, parecem ser aspectos a que o historiador não pode furtar-se. Trata-se de encontrar um outro quadro de temporalidade, distinto da temporalidade linear, uma temporalidade que incorpore em si, de forma orgânica, um “ritmo de durabilidade”. Nesse sentido, o messianismo que encontramos na obra de Walter Benjamin nada deve a uma exegese teológica, mas antes a uma reinterpretação da história à luz das categorias secularizadas da tradição judaica.

Aquilo a que chamamos história, do seu ponto de vista; tal como em autores como Scholem e Rosenzweig (autor de *A Estrela da Redenção*, obra que publicou em 1921, após a sua experiência da guerra de 1914/1918 e que muito impressionou a geração de Walter Benjamin) não significa apenas reencontrar o passado e reconstituí-lo como uma sequência linear de factos. Ao invés, o conhecimento histórico é criado a partir do nosso próprio presente, como veremos na análise do conceito de “imagem dialética”, de que o autor fala sobretudo no *Livro das Passagens [Passagenwerk]*. Para Benjamin, trata-se assim de interpre-

1 Pierre Bouretz, *Témoins du futur* (Paris: Gallimard, 2004), 18.

2 Daniel Bensaïd, *Walter Benjamin: Sentinelle messianique* (Paris: Plon, 1990), 62.

tar os rastros que o passado nos deixou, de os transformar em sinais, a atividade que ele descreve nesta obra como a tarefa do historiador: «ler o real como um texto»³. Desta forma, a escrita da história procede dessa (re)leitura e da (re)interpretação do passado, sendo a linguagem o campo privilegiado onde se apresenta a própria história, no seu sentido mais autêntico. Se Benjamin consagra, como veremos, a “imagem dialética” como a imagem autenticamente histórica, acrescenta também algo que nos parece de suma importância: o lugar onde encontramos as imagens dialéticas é na linguagem⁴ e esta aproximação entre categorias históricas e linguísticas, da conceção da história vista como algo que se apresenta na linguagem, como escrita, é já evidente num texto de 1916, em que Benjamin afirmava: “A história nasce ao mesmo tempo que o sentido na linguagem humana”⁵.

Não obstante a diferenciação dos paradigmas explicativos nos vários períodos da obra benjaminiana, Stéphane Mosès, em *L’Ange de l’Histoire*, reconhece no paradigma teológico uma estabilidade maior, ao longo da sua obra, que se mantém «sob uma forma mais ou menos oculta (...) presente ao longo de toda a evolução» (Mosès 2006, 99, 100). A figura da teologia é ainda apresentada no último texto que redigiu em 1940, *Sobre o Conceito de História*, logo na primeira tese que compõe este texto⁶. Ainda que caricata e sem a beleza de outrora, no entanto, a teologia encontra-se subjacente à história, de forma mais oculta. Para ganhar, como diz Benjamin nessa passagem referida, *o materialismo histórico tem necessidade da ajuda da teologia*: esta é precisamente “o anão corcunda que se encontra escondido no interior da mesa”. Numa época racionalista e descrente, a teologia aparece como “uma velha feia e encarquilhada e mal-afamada” que se deve esconder. Tal como o anão da alegoria⁷, o anão da teologia não pode agir hoje senão de uma maneira oculta, no seio do materialismo histórico. Nesta

3 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften V* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1982), 580.

4 *Ibidem*, 576-577.

5 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, II* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974), 139.

6 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, I* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972), 693.

7 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, IV* (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972), 302-304.

época de um racionalismo feroz e ateu, ele tem de ocultar-se para ser verdadeiramente eficaz e operar no coração da história.

A perplexidade assalta-nos. De que forma «aparece» a teologia em Benjamin, então? Ele é categórico ao afirmar a sua presença, mas a suspeita permanece. A teologia mudou, certamente, o seu rosto, aparecendo de outras formas. Por outro lado, esta teologia de que ele fala – e isto é que nos interessa fundamentalmente – é a teologia judaica do messianismo? Ao longo da obra de Benjamin, o conceito de teologia – ainda que categoria secularizada – aparece sempre ligado a dois conceitos fundamentais e que ele desenvolve em várias obras. Um é o conceito de rememoração [*Eingedenken*], conceito nuclear no *Livro das Passagens*, e o outro é o conceito de redenção [*Erlösung*], que aparece na tese II da obra *Sobre o Conceito de História*. É, com efeito, em torno deles que toda a arquitetura das teses se edificará. É preciso pensar a teologia de uma forma diferente da tradicional, neste sentido como um gesto de dissidência, relativamente às perspectivas convencionais. Ela não se constitui como um fim em si, tendo em vista a contemplação teórica das verdades eternas. Muito menos significa a reflexão sobre a natureza do ser divino. A teologia, aqui, possui uma função precisa e fundamentalmente ativa, essencialmente política e ética. Ela está ao serviço do materialismo dialético, isto é, ao serviço da luta dos oprimidos. Princípio de intensificação, ela deve servir a força explosiva do materialismo histórico. A teologia reintroduz, precisamente, as imagens messiânicas que “faltam ao materialismo histórico”, conferindo-lhe esse potencial revolucionário.

Ainda que muito polémica e paradoxal, é importante compreender a componente política deste messianismo, atravessado pela esperança materialista, pela ideia da redenção que pode salvar a história dos oprimidos, que me parece ser a consequência mais evidente, a qual será corroborada ao longo das outras teses. De tal forma é evidente esta componente política no elemento messiânico das teses, que vários filósofos contemporâneos e mais próximos do nosso tempo o tomaram como

objeto essencial das suas obras. Refiro-me, não só a Michael Löwy⁸, que trabalhou profundamente essa questão e traduziu as teses de Benjamin de forma extraordinária, como também Bensaïd, Derrida, em *Spectres de Marx e Marx & Sons* – onde analisa profundamente a tese II de Benjamin e parte dela para afirmar o seu próprio messianismo como legado filosófico –, Pierre Bouretz, autor de uma obra notável sobre a história do pensamento messiânico, analisando-o na sua complexidade e nas suas múltiplas relações, bem como Giorgio Agamben, Jocelyn Benoist, F. Merlini, Michel Vanni, Marc Crépon, Jacques-Olivier Bégot, etc.

Para Gérard Bensussan, filósofo, profundo conhecedor da obra de Marx e tradutor de Rosenzweig: “O messianismo representa um encaminhamento que poderia autorizar um verdadeiro pensamento da ética na política”⁹. O autor fala aqui de uma «fé prática» que tem precisamente a ver com a esperança política e ética patentes no pensamento messiânico e que visa, sobretudo, através da ideia de redenção, restaurar uma nova “fé”, de cariz não teológico e contemplativo, mas sim prático e político. Seguidor deste filão do pensamento judaico-messiânico que atravessa o início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, Bensussan estabelece uma relação direta entre messianismo e política, frisando a força inusitada que aquele introduz no pensamento político: “Um pensamento ‘messiânico’ da política (...) consistirá minimamente em não entregar a política a ela própria”¹⁰. Indo mais longe, reconhece uma abertura implícita na história que advém “de um reconhecimento de um vazio de legitimidade e de fundação de toda a política instituída” (*Ibidem*).

Para Bensussan, tal como Löwy¹¹, Derrida e Olivier Bégot defendem¹², esta componente do pensamento benjaminiano é essencialmente

8 Michael Löwy, *L’Avertissement de l’incendie* (Paris: PUF, 2001).

9 Gérard Bensussan, *Le Temps messianique* (Paris: Jean Vrin, 2001), 31.

10 Gérard Bensussan, “Messianisme, Messianicité, Messianique,” in *Une Histoire de l’avenir – messianicité et révolution*, ed. Fabio Merlini e Jocelyn Benoist, (Paris: J. Vrin, 2001), 26.

11 Deve-se ressaltar a importância dos vários estudos de Michael Löwy no que respeita à questão da dimensão política do messianismo, provavelmente o autor cuja obra é mais divulgada nesse contexto político-messiânico.

12 Jacques-Olivier Bégot, *Sur le messianisme critique de Benjamin* (Paris: Jean Vrin, 2004).

política, na sequência daquilo que Agamben dizia, relativamente às questões da história e da temporalidade messiânica, defendendo a ideia de que a reatualização do tempo presente seria uma forma de resistir à tentativa de “fechamento definitivo da história”¹³. Os conceitos históricos benjaminianos não são, para Bensussan, de forma alguma, abstrações, mas dizem respeito a realidades históricas concretas. A ideia de que o messianismo é “absolutamente moderno”¹⁴ radica precisamente numa outra que é a ideia da secularização da teologia, defendida por Carl Schmitt na sua obra *Teologia Política* (1922) e que Benjamin leu com tanta atenção, onde aquele reconhecia que os conceitos políticos mais importantes da nossa era mais não seriam do que uma “reconfiguração” dos conceitos teológicos¹⁵.

Por outro lado, como reconheceu Derrida, a ideia de um horizonte de um “messianismo sem Messias”, que aparece numa nota¹⁶ e que é por ele desenvolvida em *Marx & Sons*¹⁷, determina uma nova conceção de temporalidade, sobre a qual assenta esta nova perspectiva da história tutelada pela exigência da revolução e da restauração da história dos oprimidos, isto é, daqueles que foram esquecidos pela história. É, na sua ótica, a rememoração que permite a redenção e a reparação das injustiças passadas e o acabamento da utopia social, objetivo que se apresenta muito claro na tese XVII, em que Benjamin afirma: “Marx secularizou a representação da era messiânica na representação da sociedade sem classes.”¹⁸.

Numa carta que Horkheimer escreveu a Benjamin, datada de 16 de março de 1937¹⁹, o autor põe a tónica neste aspeto da história dos oprimidos. É sobretudo para criticar o carácter «idealista» de uma

13 Giorgio Agamben, *Le Temps qui reste* (Paris: Payot et Rivages, 2000), 112.

14 Gérard Bensussan, *Le Temps messianique*, 15.

15 O conceito de secularização já aparecia em Max Weber e na obra de Hegel. Carl Schmitt trouxe, no entanto, essa questão especificamente para a esfera da política, levantando problemas adjacentes como o «estado de exceção», temas que também aparecem nas teses de Walter Benjamin.

16 Jacques Derrida, *Spectres de Marx* (Paris: Galilée, 2002), 95-96.

17 Jacques Derrida, *Marx & Sons* (Paris: Galilée, 2002), 71-83.

18 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, II*, 701.

19 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, V*, 588, 589.

conceção da história dizendo-a como “não fechada” [*Unabgeschlossenheit*] e propondo uma correção à posição de Horkheimer, em que ele propõe os conceitos de rememoração e de imagem dialética:

O que a ciência «verificou», a rememoração pode transformar. A rememoração pode transformar o que é inacabado (a felicidade) em qualquer coisa de acabado e o que é acabado (o sofrimento) em qualquer coisa de inacabado (a felicidade). É o que faz a teologia; mas nós fazemos, na rememoração, uma experiência que nos impede de conceber a história de maneira fundamentalmente ateológica, mesmo se, para tanto, temos o direito de a tentar escrever com os conceitos imediatamente teológicos²⁰.

A resposta de Benjamin a Horkheimer esclarece-nos alguns aspetos fundamentais com os quais nos temos confrontado até aqui. Em primeiro lugar, quando nos questionávamos antes como pode aparecer (e qual a função da teologia) na história materialista, a resposta encontra-se justamente aqui e não tanto nas teses. É a rememoração que pode operar as transformações da história, ideia que é defendida vigorosamente no *Livro das Passagens*, sobretudo nas analogias entre o “despertar” e o “rememorar”²¹. Desta forma, *a rememoração constitui uma categoria da “teologia benjaminiana”*. A rememoração configura-se, deste modo, como uma das tarefas que devem ser tomadas plenamente pelo historiador materialista, a partir da categoria da teologia judaica e do seu imperativo, o “*Zachor, lembra-te!*”²².

Porém, tanto a rememoração quanto a contemplação, na consciência das injustiças passadas ou da investigação histórica não são suficientes, aos olhos de Benjamin. Torna-se necessário, para que possa efetuar-se a redenção, a reparação (em hebreu, *tikkun*) das injustiças passadas e da de-

20 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, V, 589.

21 *Ibidem*, 490-491.

22 Michael Löwy, *Walter Benjamin: Avertissement d'incendie*, 93.

solação das gerações vencidas. Esta redenção pode ser entendida de duas maneiras: de maneira teológica ou profana. E, do ponto de vista benjaminiano, ela significa a emancipação dos oprimidos. Veja-se o que Benjamin diz na tese XII: “O artesão do saber histórico é a classe combatente, a própria classe oprimida. Em Marx, ela apresenta-se como a última classe escravizada, a classe vingadora que, em nome das gerações vencidas, conduz ao seu termo a obra da libertação.”²³ A insistência benjaminiana na libertação dos oprimidos evoca a palavra de Rosa Luxemburgo, mas também a de Lukács. A obra de libertação do proletariado não pode ser levada a cabo sem lembrar o martírio dos antepassados, e é também uma tarefa de rememoração, ou seja, de redenção das vítimas da história.

Por outro lado, no início da tese II diz Benjamin que “a imagem da felicidade é inseparável da redenção [*Erlösung*]”. É extremamente pertinente cruzar a leitura desta tese com algumas passagens do *Livro das Passagens*, sobretudo as que o autor dedica a Hermann Lotze²⁴ e à sua obra *Microkosmos, III*. Lotze foi igualmente um crítico da teoria do progresso e fez uma análise em que articulava as categorias teológicas da redenção com a história. Numa passagem em que cita Lotze, ele estabelece a relação entre a redenção e o tempo histórico, posição na qual Benjamin se reconhece inteiramente:

(...) Esta felicidade é fundada precisamente no desespero e no nosso abandono. A nossa vida, para dizer as coisas de outra forma, é um músculo que tem a força suficiente para contrair a totalidade do tempo histórico. Ou ainda, a conceção autêntica do tempo histórico repousa inteiramente sobre a imagem da redenção²⁵.

Indiretamente, a questão do tempo messiânico, a totalidade do tempo histórico contraído, funda-se já em Lotze precisamente na imagem

23 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, I*, 700.

24 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften, V*, 600.

25 *Ibidem*, 600.

da redenção. Podemos identificar aqui a própria conceção do presente, a que Benjamin chama, na sua tese, “a frágil força messiânica” [*eine schwache messianische Kraft*] que cabe ao presente²⁶. É esse índice messiânico que cada geração transporta em si, segundo a imagem de felicidade de cada indivíduo e de cada geração. É, com efeito, à rememoração que cabe a restituição do índice messiânico, em que o historiador materialista é aquele que desempenha essa tarefa. É por isso que Benjamin afirma, a propósito da carta de Horkheimer: “O que a ciência «constatou» a rememoração pode modificar”²⁷. As teses a seguir à tese II acentuam a dimensão redentora da rememoração e da reatualização do que ficou “inacabado”.

A redenção messiânica e revolucionária é uma tarefa que nos é atribuída pelas gerações passadas. É o que nos diz a tese II. E diz-nos também que não há qualquer Messias enviado do céu. Isto é, cada geração possui uma *parcela do poder messiânico*. Deus encontra-se ausente e a tarefa messiânica cabe unicamente às gerações humanas, que se devem responsabilizar por salvar a “frágil força messiânica”. Esse é aliás o sentido de uma das mais enigmáticas (e belas) expressões de Benjamin: “fomos esperados sobre a terra” (*ibidem*). Isto é, as gerações de outrora esperam de nós a redenção e a libertação. Benjamin terá dado um sentido político a esta “frágil força messiânica”? No sentido de pensar a redenção como uma possibilidade ínfima? Seja como for, este pensamento messiânico de que Benjamin nos fala aqui tem um significado político e urgente. E, se há uma “parcela messiânica”, ela existe, à maneira de um segredo que se pretende lembrado, não-esquecido. O imperativo ético está lá, bem no coração de cada geração, a exigência ética de restituir a justiça aos oprimidos, libertando a força messiânica que é o alvo de toda a história humana. Porém, como diz Benjamin na tese XVIII B, “Mas para os judeus o futuro não é um tempo homogéneo e vazio. Porque nele, cada segundo é a porta estreita pela qual pode passar o Messias”²⁸. A tarefa revolucionária da redenção exige a

26 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, I, 694.

27 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, V, 589.

28 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, I, 704.

passagem por essa “porta estreita” que é o próprio instante messiânico do agora [*Jetztzeit*].

Também nas suas notas, Benjamin afirma: “Na verdade, não existe um único instante que não traga em si o seu destino revolucionário”²⁹. Se relacionarmos esta afirmação com aquela que diz que “cada segundo é a porta estreita pela qual pode entrar o Messias”, percebemos que este instante a que ele se refere é, certamente, o “instante messiânico”. Benjamin procura substituir aqui, e de forma radical, a concepção do tempo profano pelo tempo messiânico, isto é, de um tempo homogêneo e vazio por um tempo “cheio”. Eis-nos chegados ao nó essencial da problemática da história messiânica, a designada ideia da “desformalização” do tempo, de que falam Stéphane Mosès³⁰ e Gérard Bensussan³¹, aplicando ambos este conceito, não apenas a Rosenzweig, como também a Walter Benjamin. Mosès alude a este “princípio da desformalização na análise do tempo histórico, mostrando que o passado, o presente e o futuro não são segmentos sucessivos numa linha contínua”³². É, aliás, este princípio que permite a “construção” da escrita da história, por meio de “saltos”, tal como o define o próprio Benjamin: “a relação do outrora com o agora é dialética; isto não é algo que se desenrola, mas uma imagem, salto”³³. Também nas teses, em particular na tese XIV, refere Benjamin “o salto do tigre para o passado”³⁴ para designar essa relação dialética entre o outrora e o agora.

A crítica do historicismo, assim, enquanto gesto que assinala a sua dissidência, ao lado de autores como Rosenzweig ou Scholem, por exemplo, ganha a sua dimensão mais elevada na questão da *dialética em suspensão* [*Dialektik im Stillstand*], onde Benjamin apresenta a tarefa do historiador materialista como aquele que “escova a história a

29 *Ibidem*, 1231.

30 Stéphane Mosès, *L'Ange de l'histoire* (Paris: Folio éditions, 2006).

31 G. Bensussan, *Dans la forme du monde: Sur Franz Rosenzweig* (Paris: Hermann, 2009), 56.

32 Stéphane Mosès, *L'Ange de l'histoire*, 167-168.

33 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, V, 577.

34 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, I, 700.

contrapelo”³⁵, não se apresenta tanto nas teses sobre a história, mas no *Livro das Passagens*, sobretudo ao longo de todo o capítulo consagrado ao conhecimento histórico. Descontinuidade, suspensão da linearidade, rutura com o paradigma continuísta da história, eis o que pauta a ideia da “história a contrapelo”, assente na ideia da dimensão qualitativa do tempo.

É, no entanto, na tese VI que ele anuncia esta conceção do *kairos*, que a tese VIII designará por “estado de exceção”. Na tese VI, Benjamin fala no “perigo que ameaça tanto a existência da tradição como aqueles que a recebem” (p. 695). Rejeitando, desde logo, a conceção historicista e positivista da história, Benjamin adverte-nos para o momento de perigo para a história e que é aquele em que surge a imagem autêntica do passado. Precisamente porque nesse instante se dissolve a visão confortável da história como “progresso ininterrupto”. No instante do perigo, quando a imagem dialética “brilha como um clarão”, o historiador deve ter a serenidade para se aperceber desse momento único, fugitivo e precário – a imagem dialética –, em que ocorre a salvação, antes que seja demasiado tarde³⁶.

A tarefa do materialismo histórico é a de destruir a continuidade de uma evolução, que lhe aparece como fatal e catastrófica – e que a própria história estabelecida reconheceu como tal –, interrompendo o percurso infernal do cortejo dos vencedores. Benjamin pensa certamente no fascismo como o último ponto do percurso da continuidade histórica do capitalismo – neste sentido, fazendo parte da conceção do progresso – e, também, como o perpetuar-se da tradição dos opressores sobre os vencidos. É necessário, assim, romper com esta continuidade de carácter infernal e eternamente repetida³⁷. Significava, assim, o gesto de interromper a continuidade do progresso, de “arrancar a tradição ao conformismo”, expondo-a, como já vimos, ao perigo do instante inter-

35 *Ibidem*, 697.

36 *Ibidem*, 1242.

37 É preciso frisar o contexto em que foi redigido o texto *Sobre o Conceito de História* como um contexto particularmente inquietante e em que Benjamin já pressentia o horror dos acontecimentos, após a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop.

ruptivo. Nas suas notas, Benjamin fala de um impulso salvador que é tão forte como um “impulso destrutivo”. Trata-se, para ele, de destruir “a” tradição para fundar uma outra tradição, mais exatamente aquela a que ele chama “escovar a história contra o pelo”, na tese VII³⁸. É neste sentido que o historiador materialista deve ser o executor da mesma tarefa que cumpre o carácter destrutivo relativamente ao domínio da cultura. Para Benjamin, eles são a mesma pessoa: “Os momentos destrutivos: demolição da história universal, exclusão dos aspetos épicos, recusa da identificação com o vencedor. A história deve ser tomada a contrapelo. A história cultural enquanto tal não tem objeto: ela deve ser integrada na história da luta de classes”³⁹.

Esta tarefa ética e política, como podemos designá-la, concentra em si os próprios valores do movimento de emancipação da classe operária, não apenas no presente, como também do passado e da tradição autêntica dos oprimidos, substituindo o conformismo da tradição, como Benjamin afirma: “O *continuum* da história é o dos opressores. Enquanto a conceção do contínuo rebaixa tudo, a da descontinuidade é o fundamento de uma tradição autêntica”⁴⁰. Porém, a tradição autêntica exige a reabilitação da violência, que é necessária como momento revolucionário e interruptivo. Daí a recorrência constante, neste texto, aos movimentos do anarquismo, de Blanqui⁴¹ e de Sorel. O que nos parece fundamental frisar, aqui, é que a destruição revolucionária se associa intimamente à ideia de redenção. Todavia, é sobretudo em Sorel (Sorel 2006) que Benjamin se baseia para a reabilitação da violência revolucionária, como já o havia feito no seu texto *A Crítica da Violência*. É aqui que nasce, precisamente, a ética da luta de classes. A violência marca, assim, a rutura com a continuidade da dominação e da supremacia dos vencedores. Esta violência revolucionária e interruptiva, a ideia de uma libertação dos oprimidos, corresponde, em Benjamin, à

38 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, I, 697.

39 *Ibidem*, 1240.

40 *Ibidem*, 1236.

41 Blanqui foi um revolucionário do século XIX muito ativo e “incómodo”, que passou 37 anos na prisão, em consequência das suas ideias. Foi na prisão que desenvolveu obras marcantes para o pensamento revolucionário.

função por excelência do messianismo que, para além de invocar categorias teológicas, é essencialmente um modelo político.

“Escovar a história contra o pelo” possui, em si, uma significação dupla; por um lado, trata-se de ir na contracorrente da versão oficial da história, rompendo, como vimos, com uma conceção da continuidade histórica das classes dominantes; por outro, tem uma significação *política*: a redenção não terá lugar graças ao curso natural das coisas, o designado progresso da história. É preciso, pela intervenção do materialismo dialético, interromper o curso contínuo e infernal das novas guerras, das catástrofes e das formas de barbárie e de opressão. Neste sentido, para Benjamin, trata-se de redescobrir os momentos/imagens de redenção que se escondem no próprio cerne da cultura tradicional, tarefa que considera como a do crítico materialista.

A conceção do materialismo dialético e a crítica ao progresso que leva a cabo contra o historicismo positivista conjugam-se, culminando esse processo na *ideia da catástrofe* – entendida como o momento dialético que conduz naturalmente ao seu extremo: a redenção messiânica –, a qual certamente decorre da exigência de uma história pensada sob uma estruturação monadológica. Confrontemo-nos com os seguintes textos: “É necessário fundar o conceito de progresso na ideia de catástrofe”⁴². A catástrofe a que Benjamin alude aqui é precisamente o contínuo da história, esse percurso inexorável que faz mergulhar tudo no esquecimento. O esquecimento da “celebração do património”, ao qual é preciso arrancar o objeto histórico:

*Que o objeto da história seja arrancado, por uma explosão, ao continuum do curso da história: é uma exigência que decorre da sua estrutura monadológica. Esta não aparece senão quando o objeto foi separado pela explosão(...) O objeto histórico, em virtude da sua estrutura monadológica, encontra representada no seu interior a sua própria história anterior e posterior*⁴³.

42 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, V, 592.

43 *Ibidem*, 594.

A estrutura *monadológica* é a da “imagem dialética”, que contém em si própria a lei da sua origem, apresentando-a e dando-a a ver àquele que a “lê”. E o que a lê já não a vê perdida numa sucessão catastrófica, mas sim como uma pura presença, como instante fulgurante e que salva o “agora da cognoscibilidade”, apresentando em si a sua própria *origem*⁴⁴. Por isso, a imagem dialética é também “fenómeno originário”. Neste contexto, a origem é uma categoria histórica, sendo uma ideia que não pode realizar-se senão historicamente. Assim, progresso e catástrofe, longe de se excluírem, entrelaçam-se na sua visão histórica, exigindo a desintegração da visão historicista. Isto é, podemos afirmar que o materialismo dialético e o messianismo constituem, assim, as duas faces ou vias que se conjugam num mesmo modo de entender a história, faces que, de forma alguma, encontram em si contradição. Se considerarmos o facto de Benjamin encontrar na historiografia materialista o seu ponto decisivo como o próprio momento da desintegração da continuidade histórica, esse ponto de vista desembocará na ideia benjaminiana da redenção.

O termo *catástrofe* reenvia-nos para a compreensão da rutura da continuidade histórica, momento em que, dinamitando o fluxo contínuo da história, se instaura a “rutura salvadora”, mediante um instante apocalíptico-messiânico e, por excelência, redentor. Trata-se do *instante fulgurante*, que concentra em si e numa imagem dialética o conhecimento histórico, imagem miniaturizada da relação entre o outrora e o agora⁴⁵.

Por isso é preciso substituir, como se vê, a “falsa continuidade” do progresso pela sincronia das “imagens dialéticas”, que apresentam em si o momento histórico da cognoscibilidade, isto é, são as imagens dialéticas que apresentam em si a história anterior e a história posterior do fenómeno. Nesse momento revela-se uma “síntese autêntica”, isto é, “o fenómeno originário da história” [*Urphänomen der Geschichte*], e essas imagens apresentam em si, e à maneira de uma mónada, toda a

44 *Ibidem*, 577.

45 *Ibidem*, 577-578.

história anterior e posterior do fenómeno histórico. O historiador é o que lê a *origem* inscrita na imagem dialética. É aquele que, no instante dialético, acede à compreensão da ideia e do modo como ela se apresenta na imagem, formando uma *constelação*⁴⁶. A relação entre o Agora e o Outrora, ao invés da perspectiva historicista, é de natureza figurativa (*Bildlich*), e não temporal. Mostra-se como *clarão*, como imagem que é lida pelo historiador, trazendo consigo o perigo (o de o historiador não ser capaz de a ler e de a compreender). Só essas imagens são autênticas, porque não-arcaicas, isto é, não-míticas.

A linha ininterrupta e contínua do tempo homogéneo – na visão do progresso – estilhaça-se para dar lugar a uma outra configuração temporal, que nada tem a ver com a anterior. A ideia de *constelação* supõe uma conceção qualitativa do tempo, que vem a opor-se à conceção quantitativa. Já não a linha contínua do tempo, mas a radical supressão da mesma que salva a história, produzindo clarões e imagens descontínuas, essas sim, imagens verdadeiramente históricas, como pura presença do acontecimento na imagem dialética. Este objeto histórico, que se configura de forma descontínua, como mónada ou constelação, é o tempo do presente, pura evanescência, tempo cheio. O instante em que se apresenta a imagem dialética – momento de *legibilidade do acontecimento histórico* – é a configuração do instante messiânico, isto é, o tempo do agora [*JetztZeit*]. Neste instante, que se subtrai à continuidade e ao fluxo da história, é a imagem dialética que se apresenta, à maneira de um clarão, onde se fundem outrora e agora, formando uma constelação.

Confrontamo-nos aqui com uma forma de pensar que integra a “imobilização”, a suspensão e a cesura, o corte, como princípios fundamentais do próprio pensamento, algo que também já foi mostrado anteriormente. Um pensamento que contém uma intensidade destrutiva – e, nesta medida, o gesto da dissidência e da rutura – e simultaneamente salvadora, sabendo que as coisas só poderão ser redimidas sobre as suas próprias ruínas.

A exigência de uma *apokatastasis*, de uma imagem de redenção sobre a qual repousa toda a conceção autêntica do tempo histórico é algo que

46 *Ibidem*, 578.

percorre, como o sopro mais secreto, o pensamento benjaminiano da história. Só a partir desta concepção do tempo e da história pode nascer um “conceito autêntico de história universal”, mas este é um conceito messiânico, que se opõe à história universal, tal como ela é vista pelo progresso. Se, por um lado (e como já vimos), a cesura ou a interrupção da “narrativa épica” da história é dinamitada; por outro, esta cesura opera um desmascaramento da ilusão do progresso e da sua falsa totalidade, mostrando assim o verdadeiro “rosto messiânico” da história.

De acordo com Bensussan, “escovar a história a contrapelo” rele-va de um gesto que se sustenta numa “fidelidade ao próprio tempo”: “A promessa messiânica sustentar-se-ia, sobretudo, numa fidelidade ao próprio tempo (...) O que ela compromete, compromete-o com o tempo, apesar dele, por vezes, mas contra ele nunca”⁴⁷. Ora, esse tempo a que a *promessa messiânica* é fiel é o tempo puro, o da rememoração, aquele no qual o anjo gostaria de ressuscitar os mortos e parar a catástrofe. É, com efeito, nesta dimensão da atualidade, enquanto fissura da temporalidade onde se apresenta o rosto messiânico da história, que entrevemos a redenção humana. Ela irrompe no coração do instante presente, atualizando a esperança, mostrando a história, não como um “rosto moribundo” ou *facies hipocrática*⁴⁸, mas como o rosto esplendoroso da história ou a esperança permanentemente reatualizada.

Resta-nos uma questão, que não pode deixar de ser aqui colocada: será que esta exigência de destruição da anterior “narrativa histórica dos vencedores” não poderá ser substituída por uma outra “narrativa épica dos vencidos” e que Benjamin não corre o risco de substituir uma “fantasmagoria”, como a visão da história fechada e acabada de que falava Horkheimer, por uma outra, tão ou ainda mais perigosa do ponto de vista político? Falo evidentemente da criação de uma esperança utópica para a história, que possa vir a revelar-se como vazia e inoperante. Porém, poderemos nós continuar a acreditar na narrativa de uma história contínua e alinhada pelo diapasão do Progresso?

47 G. Bensussan, *Le Temps messianique*, 51.

48 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, I, 343.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio. *Le Temps qui reste*. Paris: Payot et Rivages, 2000.
- Bégot, Jacques-Olivier. *Sur le messianisme critique de Benjamin*. Paris: Jean Vrin, 2004.
- Benjamin, Walter. *Gesammelte Schriften I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972.
- Benjamin, Walter. *Gesammelte Schriften II*. Vol. II. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974.
- Benjamin, Walter. *Gesammelte Schriften IV*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972.
- Benjamin, Walter. *Gesammelte Schriften V*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1982.
- Benoist, Jocelyn, e Merlini, Fabio. *Après la fin de l'histoire. Temps, monde, historicité*. Paris: J. Vrin, 1998.
- Benoist, Jocelyn, e Merlini, Fabio. *Une Histoire de l'avenir - Messianicité et Révolution*. Paris: Jean Vrin, 2001.
- Bensaïd, Daniel. *Walter Benjamin: Sentinelle messianique*. Paris: Plon, 1990.
- Bensussan, Gérard. *Dans la forme du monde: Sur Franz Rosenzweig*. Paris: Hermann, 2009.
- Bensussan, Gérard. *Le Temps messianique*. Paris: Jean Vrin, 2001.
- Bensussan, Gérard. «Messianisme, Messianicité, Messianique.» In *Une Histoire de l'avenir - Messianicité et Révolution*, editado por Fabio Merlini e Jocelyn Benoist, 15-28. Paris: J.Vrin, 2004.
- Bouretz, Pierre. *Témoins du futur, philosophie et messianisme*. Paris: Gallimard, 2004.
- Derrida, Jacques. *Marx & Sons*. Paris: Galilée, 2002.
- Derrida, Jacques. *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 1993.
- Löwy, Michael. *L'Avertissement de l'Incendie*. Paris: PUF, 2001.
- Löwy, Michael. *Rédemption et utopie. Le judaïsme libertaire en Europe Centrale. Une étude d'affinité élective*. Paris: PUF, 1988.
- Mosès, Stéphane. *L'Ange de l'histoire*. Paris: Folio Éditions, 2006.
- Schmitt, Carl. *Political theology*. Chicago: Chicago University Press, 2010.
- Sorel, Georges. *Réflexions sur la violence*. Paris: Quartier Libre, 2006.

Referência para citação:

Cantinho, Maria João. “O messianismo ou a história como dissidência na obra de Walter Benjamin.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 115-132.

Sanjay Seth

**Teoria Política Comparada:
uma crítica pós-colonial**

A teoria política tem sido justamente acusada de ser um projeto eurocêntrico, construído em torno de um cânone composto, quase exclusivamente, por textos produzidos no que consideramos hoje como Europa e baseado em conceitos e categorias que são um produto da história europeia, não sendo, como tal, necessariamente universais. Este ensaio desenvolve essa crítica a partir do ponto de vista da teoria pós-colonial, questionando se a teoria política poderá ser reformulada e “resgatada”, como propõe a Teoria Política Comparada, ou se será um projeto inerente e irremediavelmente eurocêntrico.

Palavras-chave: Teoria Política Comparada, Pós-Colonialismo, História, Eurocentrismo.

**Comparative Political Theory:
A Postcolonial Critique**

Political theory has been rightly accused of being a Eurocentric enterprise, one that has constructed a canon that is composed almost exclusively of texts produced in what we have come to think of as Europe, and one which is based on concepts and categories that are borne of a European history, and are not necessarily universalizable. This paper considers and develops that critique from the viewpoint of postcolonial theory, and asks whether political theory can be reformulated and thus ‘rescued’, as Comparative Political Theory tries to do- or whether it is an inherently and irremediably Eurocentric enterprise.

Keywords: Comparative Political Theory, Post-Colonialism, History, Eurocentrism.

Teoria Política Comparada: uma crítica pós-colonial

Sanjay Seth*

A Teoria Política Comparada (*Comparative Political Theory* ou CPT) tem procurado alargar os horizontes da teoria política através da inclusão de textos e de vozes não-ocidentais, conferindo assim um “carácter genuinamente global” a uma disciplina paroquial e eurocêntrica.¹ Este texto desenvolve o argumento de que, embora esta tentativa de alargar os horizontes da teoria política seja naturalmente bem-vinda, os meios pelos quais se tem procurado alcançar este objetivo tendem, em si mesmos, a comprometer os fins desejados. A teoria política não é uma prática ou uma tradição ancestral, mas sim uma criação recente, com raízes modernas e europeias. Como vários autores têm sublinhado, a ideia de uma genealogia de “pensadores”, de Platão a Rawls, envolvidos numa missão intelectual comum, é uma invenção retrospectiva. Como tal, se esta visão da “teoria política” como uma atividade ou prática cultivada ao longo de séculos, ou mesmo milénios, no “Ocidente” é uma ficção, estendê-la para incluir o mundo não-ocidental é duplamente enganador. Significa impor uma categoria moderna e ocidental a textos, pensadores, modos de escrever e de refletir que não são por ela enquadráveis, distorcendo assim o nosso entendimento destas tradições.

O meu argumento é o de que a CPT corre simultaneamente ao encontro, e em oposição, às mais recentes perspetivas teóricas. Ao encontro, porque a CPT partilha de uma vontade mais alargada de conceber a produção intelectual e as práticas não-ocidentais como me-

* Professor of Politics, Goldsmiths College, University of London. By permission of Oxford University Press, USA.

Este ensaio contém excertos do texto “Comparative Political Theory: A Postcolonial Critique”, de Sanjay Seth, a ser publicado em *Oxford Handbook of Comparative Political Theory*, coordenado por Thomas, Megan et al (2018).

¹ F. Dallmayr, “Introduction: Toward a Comparative Political Theory,” *The Review of Politics* 59, n.º 3 (1997): 422.

recedoras de um diálogo sério, e não como uma versão menor das suas homólogas europeias. Em oposição, porque, ao tratar esta produção intelectual como “teoria política”, contraria os avisos recentes sobre os riscos de assimilar as práticas e o pensamento não-ocidental a categorias e práticas que podem ser culturalmente específicas, europeias e/ou modernas.

Muitos dos que promovem e trabalham com a CPT estão conscientes destes riscos e são sensíveis a estes (potenciais) desafios e críticas, que consideram ter origem sobretudo nas perspectivas pós-coloniais.² Antecipando estas críticas, alguns destes autores procuraram responder-lhes e refutá-las. Até agora, estas respostas têm consistido numa antecipação, refutação e confronto com uma crítica que ainda não foi explicitamente feita. Este texto procura, então, colmatar essa lacuna, desenvolvendo uma crítica pós-colonial da CPT através de um diálogo com as reflexões teóricas e metodológicas dos seus proponentes, entre as quais se contam as refutações feitas em antecipação desta crítica pós-colonial.

Começo, assim, com uma breve apresentação de algumas das tendências epistemológicas que nos alertam para os riscos de assumir que os objetos definidos pelas nossas categorias analíticas, e estudados pelas nossas disciplinas, podem ser encontrados em todos os lugares; que estes são trans-históricos e transculturais.

A teoria política como prática universal

Na introdução a um volume coletivo sobre a filosofia política comparada, Anthony Parel escreve que “cada cultura tem as suas próprias noções básicas acerca do que constituiu uma boa vida e um bom governo”, o que está na origem de “textos de cariz reconhecidamente político, isto é, textos que procuram conscientemente desenvolver um entendimento

² Farah Godrej, “Towards a Cosmopolitan Political Thought: the Hermeneutics of Interpreting the Other,” *Polity* 41, n.º 2 (2009): 163-164 e Leigh Jenko, “‘What Does Heaven Ever Say?’ A Methods-centered Approach to Cross-cultural Engagement,” *The American Political Science Review* 101, n.º 4 (2007): 741.

filosófico sobre a teoria e a prática do governo”.³ Na mesma senda, e na introdução a um estudo sobre o pensamento político islâmico, Anthony Black afirma que “o pensamento político é o estudo do exercício do poder, de quem deve exercer, e de quanto poder deve deter; dedica-se à justiça na relação entre pessoas, especialmente entre quem detém o poder e os que por eles são governados, e à justa distribuição dos bens pela sociedade”.⁴ Partindo da premissa de que todas as épocas e todos os lugares possuem “regimes”, “poder” ou “governos”, “sistemas de justiça” e “distribuição”, e de que refletem sobre estas matérias, pressupõe-se então que as sociedades e culturas “têm” ou “fazem” teoria política. E, se assim é, não há qualquer justificação para que a subdisciplina da teoria política consista apenas no estudo de textos e de autores europeus. Neste sentido, a necessidade de expandir o escopo da teoria política aparenta ser uma evidência.

Este argumento e a elaboração de uma base comparativa assentam na ideia de que existiam certas “constantes” ou “questões perenes” que constituíram o núcleo da teoria política através dos tempos tanto na Europa como, segundo estes autores, nas tradições não-ocidentais. Mas esta conceção, uma das premissas fundacionais da subdisciplina da teoria política, sofreu uma crítica sustentada a partir da década de 1960, por via dos trabalhos de J. G. A. Pocock, John Dunn e, particularmente, Quentin Skinner, entre outros. Estes autores insistiram que a noção de uma tradição de teoria política que remontava à Grécia Clássica, constituída por diferentes respostas dadas a questões eternas, era insustentável. Estes argumentos minaram o entendimento que a subdisciplina tinha de si mesma: de que seria o estudo das diferentes respostas que pensadores-chave tinham dado às grandes constantes ou às “questões perenes” da política. Como tal, os textos e os pensadores de épocas anteriores, que antes tinham parecido familiares, tornavam-se agora estranhos e distantes. As suas ideias só poderiam ser entendidas

3 Anthony J. Parel, “The Comparative Study of Political Philosophy,” in *Comparative Political Philosophy: Studies Under the Upas Tree*, eds. Anthony J. Parel e Ronald C. Keith (Nova Deli: Sage, 1992), 11-12.

4 Antony Black, *The History of Islamic Political Thought* (Nova Iorque: Routledge, 2001), 1.

quando colocadas no seu próprio contexto histórico e eles próprios deixaram de poder ser vistos como interlocutores engajados nos mesmos debates que “nós”.

Se autores como Skinner mostraram que o estudo dos textos canônicos da teoria política passava, sobretudo, por um rastreio das linguagens mutáveis da política, e não pela análise das diferentes respostas que estes textos deram a questões eternas, outros, como John Gunnell, sublinharam que a ideia de uma “tradição” da teoria política é, em si mesma, historicizável. Neste sentido, Gunnell mostra que foi apenas na segunda metade do século XIX que foram publicados os primeiros livros coligindo escritos e pensadores canônicos organizados de forma cronológica, estabelecendo assim conexões entre textos diferentes e de cronologias distintas e impondo-lhes uma ordem. Longe de ser uma prática ancestral, a teoria política “difícilmente precede a existência de uma comunidade identificável de ‘teóricos políticos’”.⁵ Assim, teria sido a emergência desta “comunidade” nas universidades a estar na origem de uma (ideia de) tradição, e não a existência prévia de uma tradição a levar à criação da subdisciplina. Esta “construção analítica” foi depois tida como uma realidade, de modo que “o que é de facto uma tradição demarcada externamente e de forma retrospectiva” de teoria política foi interpretada e apresentada como “uma tradição efetiva ou autoconstruída”.⁶ “Alinhamento, cânone e tradição passaram a ser entendidos como existindo ‘de facto’ ou ‘no passado’, e não como artefactos literários pertencentes a um género próprio (...) a ‘história do pensamento político’, tornou-se um campo de estudo assumidamente real, um objeto (reificado) com uma identidade própria que justificava a escrita destes livros”.⁷ Em resumo, a ideia de que as obras e as figuras que constituíam a “tradição” da teoria política estavam conscientemente a

5 Conal Condren, *The Status and Appraisal of Classic Texts* (Princeton: Princeton University Press, 1985), 59.

6 John G. Gunnell, *Philosophy and Politics: The Alienation of Political Theory* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1986), 95.

7 James Farr, “The History of Political Thought as a Disciplinary Genre,” in *The Oxford Handbook of Political Theory*, ed. John S. Dryzek, Bonnie Hoig e Anne Phillips (Oxford: Oxford University Press, 2006), 230.

“fazer” teoria política é uma “invenção”, um “mito” e “uma reificação”, “uma invenção pretendendo ser um facto”.⁸

Este argumento foi apresentado de forma tão sustentada que, nas últimas décadas, são poucos os autores que ainda sustentam a ideia de “questões perenes” como base da subdisciplina e a noção de que os textos e pensadores canónicos estão conscientemente a “fazer” teoria política ou a participar num “grande diálogo” que remonta aos gregos clássicos. Como tal, qualquer tentativa de estender este diálogo para “incluir” tradições e textos não-ocidentais, baseando-se na ideia de que também eles se dedicaram às “questões eternas”, é duplamente suspeita.

A CPT como hermenêutica

Um caminho mais promissor para fundamentar e praticar a CPT passa por entendê-la como um exercício hermenêutico particular, em que os textos e as tradições interpretados são diferentes da tradição no seio da qual o intérprete se move. Para Farah Godrej, a CPT não toma como ponto de partida o pressuposto reconfortante de que os “outros” estão a levantar as mesmas questões que “nós”, reconhecendo, ao invés, que os encontros com outras tradições “podem perturbar o entendimento de política que nos é familiar”.⁹ Segundo esta autora, os seus próprios trabalhos mantêm-se alerta para o modo como “a CPT pode ser susceptível a reincidir em muitas das perspetivas eurocêntricas a que procura escapar, se não tiver em conta as motivações radicalmente distintas dos questionamentos das tradições não-ocidentais”.¹⁰

Godrej reconhece que a familiaridade também não pode ser tida como um pressuposto no que diz respeito aos pensadores ocidentais de épocas anteriores, uma vez que a distância que separa as suas circunstâncias e visões do mundo dos nossos os torna, igualmente, “outros”. No entanto, na senda de Gadamer, a autora sublinha que “encontramos”

8 Timothy V. Kaufman-Osborn, “Political Theory as Profession and as Subfield?,” *Political Research Quarterly* 63, n.º 3 (2010): 658.

9 Farah Godrej, *Cosmopolitan Political Thought: Method, Practice, Discipline* (Oxford: Oxford University Press, 2011), 53.

10 *Ibid.*, 22.

estes pensadores através da nossa própria tradição, a que eles mesmos pertencem (a “tradição ocidental” pode ser inventada, mas neste contexto isso não tem importância, na medida em que, dado que Aristóteles e Platão têm sido lidos como interlocutores ao longo dos séculos, a ficção da “tradição ocidental” se tornou efetiva). Pelo contrário, no que diz respeito aos textos não-ocidentais, a noção gadameriana de que a “imersão numa tradição (...) transforma os nossos preconceitos numa força criativa”¹¹ não se aplica: “uma vez que os nossos preconceitos operam com relação ao que nos é familiar, usá-los como uma objetiva para observar o outro significa que podemos estar a interpretar o outro de acordo com as nossas próprias categorias”.¹² Este é um resumo lúcido da problemática. A teoria política comparada procura decifrar textos que não surgem já interpretados como fases prévias de uma tradição viva em que se inserem. Como poderá, então, um investigador cosmopolita evitar o risco (sempre presente) de olhar estes textos como mais familiares do que realmente são? E como interpretá-los ao mesmo tempo que reconhece a sua diferença?

A resposta a este dilema passa, segundo Godrej, por estabelecer “uma ligação existencial com o contexto em que este texto é interpretado pelos seus seguidores, recorrendo a ferramentas de natureza antropológica ou etnográfica, à imaginação e à empatia para penetrar a experiência vivida do texto”.¹³ De facto, criar esta ligação existencial requer tanta empatia e imaginação que “o leitor entra num novo mundo, viajando além da sua subjetividade e aprendendo a ler o texto a partir do interior respetivo quadro cultural”. Tal acarreta uma “transformação existencial dirigida para uma *praxis* em que o leitor aprende a viver as próprias ideias expressas no texto”.¹⁴

Na minha opinião, esta resposta não é convincente. Desde logo, porque é impossível, uma vez que exige que a investigadora viaje no

11 Godrej, 2009, 142

12 *Ibid.*, 142. Sobre este ponto ver também Walter Mignolo, *The Darker Side of the Renaissance*, 2ª edição (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003), 19.

13 Godrej, “Towards a Cosmopolitan Political Thought”, 151.

14 Godrej, *Cosmopolitan Political Thought*, 54.

tempo e no espaço, libertando-se da sua subjetividade ao longo dessa viagem, retomando-a depois do seu regresso. Mas também porque os apelos à etnografia e à antropologia são enganadores, uma vez que, segundo dois nomes destacados desta disciplina, a etnografia não é “uma tentativa inglória (...) de assumir a essência de outrem, encarada como sendo de algum modo compatível com a nossa”. Pelo contrário, a sua importância está no modo como nos obriga a “confrontar os limites da nossa epistemologia, das nossas visões de personalidade, de agência e de história”.¹⁵

Porém, é sobretudo ao tratar a hermenêutica como uma aventura pessoal, em que os obstáculos são a falta de imaginação, de empatia, de determinação para escapar à sua própria subjetividade e de vontade para correr riscos existenciais, que esta proposta apresenta um diagnóstico incorreto do problema. A verdadeira natureza das dificuldades a ultrapassar torna-se mais clara quando nos questionamos se estas representam um problema genérico de comunicação transcultural. A resposta, como se torna manifesto, é que não. A dificuldade está em interagir com tradições não-ocidentais a partir da tradição ocidental, uma vez que a conquista, o colonialismo e os impérios fizeram com que o conhecimento ocidental moderno se tornasse hegemónico. O conhecimento dominante em todo o mundo, isto é, o conhecimento que é reconhecido enquanto tal, ao qual é conferido prestígio e *status*, é o conhecimento ocidental moderno, e as questões antecedentes emergem no seio deste conhecimento. Tal como os nuer não efetuam estudos antropológicos dos europeus brancos, também os *pundits* hindus (por exemplo) não se questionam sobre como interagir com as tradições ocidentais sem as “assimilar” às tradições de pensamento indianas/hindus.

Uma vez que o problema não está na falta de empatia, mas sim nas políticas do conhecimento, a questão tem pouco a ver com a geografia ou a identidade, muito embora estas tenham implicações importantes noutros contextos. É precisamente porque o conhecimento ocidental

15 John Comaroff e Jean Comaroff, *Ethnography and the Historical Imagination* (Boulder, Co.: Westview Press, 1992), 9-10.

moderno é hegemónico que uma investigadora não-ocidental, enquanto investigadora, é, ela mesma, parte da tradição moderna e ocidental de produção de conhecimento, qualquer que seja a sua localização geográfica, etnia, cor de pele ou compromissos políticos. Como tal, e para corrigir o exemplo anterior, é possível a uma nuer efetuar um estudo antropológico de uma comunidade europeia. Mas irá fazê-lo como alguém treinado na disciplina (moderna e ocidental) da antropologia, e não de acordo com as categorias dos conhecimentos dos nuer. Ao contrário do que pressupõe Godrej, não há nada de surpreendente no facto de que “mesmo nos departamentos de ciências sociais de muitas universidades asiáticas (...) as premissas “ocidentocêntricas”, as práticas e as estruturas institucionais perpetuem a hegemonia das categorias eurocêntricas”¹⁶, uma vez que, na Ásia como noutros espaços não-ocidentais, o conhecimento sancionado e oficialmente reconhecido, produzido, por exemplo, nas universidades e nas burocracias estatais, é o conhecimento ocidental moderno. É por isso que o projeto da CPT é o de como entender as tradições não-ocidentais, e não o contrário, e é também por isso que os problemas a que a CPT procura responder, como o de não assimilar os pensamentos e os textos dos outros às “nossas” categorias, pressupõem um “nós” que é, por defeito, moderno e ocidental, mesmo quando o apelido do investigador é Godrej ou Seth.

Vale a pena parar para questionar como é que chegámos a este ponto. O conhecimento que hoje domina as universidades e as burocracias em todo o globo chegou ao mundo não-ocidental através do comércio e da conquista, transmitido por mercadorias, mas também pela ponta das baionetas, sendo utilizado para mapear, sondar, enumerar e, de modo genérico, para governar os colonizados. Foi disseminado pelos tribunais, burocracias coloniais, escolas e universidades estabelecidas pelo colonizador. Ainda que tenha encontrado um lar nestes novos lugares, era o conhecimento de alguém, um modo de conhecer e habitar o mundo com um “cunho” específico. Mas, enquanto muito do que chegou na senda do colonialismo foi questionado, contestado e, por vezes, re-

16 Godrej, *Cosmopolitan Political Thought*, 101-102.

jeitado – e enquanto termos como “cultura” e “civilização” entraram no vocabulário dos colonizados para representar diferenças que, segundo se argumentava, não deveriam ser perdidas ou apagadas –, os conhecimentos do colonizador acabaram por ser entendidos, a par da sua tecnologia, como universais, ou seja, sem cunho próprio.

Como e por que é que tal aconteceu é uma história complexa, relacionada certamente com o facto de o conhecimento pós-Iluminismo se apresentar não como uma tradição enraizada numa história e numa cultura particular, mas como algo que escapava às tradições, ao contexto histórico e à cultura.¹⁷ Os movimentos nacionalistas anticoloniais adotaram este conhecimento como algo necessário para alcançar os seus objetivos de soberania, modernidade, poder e prosperidade, mesmo enquanto insistiam que outros elementos da “identidade nacional” deviam ser zelosamente preservados. O conhecimento ocidental e moderno foi adotado, acabando por ser cultivado nas escolas, universidades e burocracias dos estados pós-coloniais. Isto contribuiu para uma quebra profunda na produção de conhecimento, uma rutura epistémica que levou a que as tradições autóctones de conhecimento fossem marginalizadas, desaparecendo de todo ou sendo reclassificadas e relegadas para os reinos da religião e do folclore. Estudos recentes, particularmente no âmbito da teoria pós-colonial¹⁸, contribuíram para uma tomada de consciência de que as nossas disciplinas e categorias são modernas e ocidentais, com um cunho próprio e não necessariamente universais. Tal representa, na minha opinião, um avanço significativo, mas diagnosticar um problema não basta para que nos libertemos dele. Depois da rutura epistémica a que me referi anteriormente, o conhecimento não pode ser produzido sem “invocar algumas categorias e conceitos, cujas genealogias têm raízes profundas nas tradições intelectuais e teológicas europeias”¹⁹, independentemente da empatia hermenêutica, do local ou da identidade. Isto é, em resumo, inescapável.

17 Sanjay Seth, *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India* (Durham, N. C.: Duke University Press, 2007).

18 Nomeadamente o meu próprio trabalho, ver Sanjay Seth, “Once Was Blind but Now Can See”: Modernity and the Social Sciences,” *International Political Sociology* Vol. 7 (2013): 136-51.

19 Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2000), 4.

Este reconhecimento não implica, ao contrário do que sugerem alguns proponentes da CPT²⁰, um argumento em favor da “incomensurabilidade”. Não passa por deitar as mãos à cabeça em desespero e declarar que é impossível dialogar com “Outros” textos e tradições. A comensurabilidade ocorre em todos os momentos. A questão é saber se as práticas de comensurabilidade estão presentes à partida ou se as criamos através da tradução. O reconhecimento de que toda a investigação nos nossos dias advém de um conhecimento ocidental e moderno, e de que os encontros com a alteridade são atos de tradução (conceitual ou outra), permite-nos estar alerta para o que não é traduzível, pelo menos de forma linear. Esta atenção significa, potencialmente, tornarmo-nos conscientes de que trabalhamos a partir de uma tradição e de que os encontros com a alteridade podem estender as nossas categorias para lá dos seus limites. No seu melhor, como sugiro em seguida, os investigadores em CPT participam num projeto deste tipo, mas este é mal compreendido quando apresentado como uma forma de “teoria política comparada”.

Teoria Política Comparada (sem muita teoria política)

O livro *Enemy in the Mirror* (1999), de Roxanne Euben, foi uma das primeiras obras que procurou, de forma consciente (e bem-sucedida), introduzir o conceito e inaugurar a prática da teoria política comparada. É um livro importante, que toma o “fundamentalismo” islâmico como matéria de fundo e Sayyid Qutb (1906-1966) como o seu principal, embora não único, protagonista. Qutb, “profundamente influenciado pelas experiências ocidentais de modernidade e racionalismo e marcado pela realidade do colonialismo e imperialismo ocidental”²¹, não é um “estranho”, uma vez que o seu contexto é também o nosso contexto: “num mundo pós-colonial, o contexto deixou de ser especificamente ocidental – ainda que possa ser de origem ocidental –, acabando por moldar os projetos dos críticos, ocidentais e não-ocidentais, da

20 Roxanne L. Euben, *Enemy in the Mirror* (Princeton: Princeton University Press, 1999), 10.

21 *Ibid.*, 91.

modernidade”.²² É, assim, possível ler de forma produtiva Qutb como alguém que se baseou em alguns aspetos das tradições islâmicas para apresentar “uma refutação e um antídoto para o que percecionava como a pobreza do discurso racionalista pós-Iluminista”.²³

Euben mostra que, lidos desta forma, os temas, as preocupações e as ansiedades de Qutb têm homólogos próximos na tradição ocidental, nas ansiedades e preocupações articuladas por figuras como Hannah Arendt, Alasdair MacIntyre, Daniel Bell, Robert Bellah, entre outros. Na verdade, Qutb pode ser encarado, entre outras coisas, como um “teórico político”, na medida em que o seu trabalho “é, em si mesmo, motivado por questões e preocupações que definiram o campo da teoria política”, pelo que o diálogo com o seu pensamento “é talvez melhor conduzido nos termos da teoria política”.²⁴ Este engajamento não reafirma as nossas categorias. Pelo contrário, baralha-as, mostrando que as distinções que frequentemente assumimos como axiomáticas – como a oposição entre religião e política – são, na verdade, suposições do nosso próprio pensamento: “a perspetiva de Qutb sobre a interligação entre inquietações políticas e religiosas alarga e disputa, de forma implícita, as fronteiras (...) que têm definido a teoria política como uma empresa primariamente ocidental e secular, pelo menos desde o Iluminismo”.²⁵

Estes são argumentos importantes e perspicazes, mas não é certo que a apropriação de Qutb pela teoria política e a conceptualização desta investigação como uma forma de CPT contribua para os, consideráveis, méritos do livro. Que Qutb não é um “estranho” é algo de garantido, uma vez que, como nos revela Euben, se trata de uma figura que pertence ao nosso momento temporal, habitando um mundo globalizado onde os debates em torno de temas como a modernidade, a religião e o desencantamento se tornaram correntes. Ou seja, o trabalho de comensurar estava já feito pela história ou, nas palavras de Euben, “pelos factos do colonialismo e do imperialismo ocidentais”. Mas esta

²² *Ibid*, 151.

²³ *Ibid*, 51.

²⁴ *Ibid*, 51-52.

²⁵ *Ibid*, 53.

constatação da atualidade histórica e intelectual de Qutb – que se poderia também aplicar aos casos de Gandhi e Sun Yat-sen, por exemplo – significa também que o seu exemplo não pode servir como argumento para justificar uma recuperação similar de Confúcio ou Kautilya pela CPT.

A importância e o interesse da instrutiva análise que Euben esboça de Qutb advém assim, a meu ver, não de qualquer enquadramento pela teoria política, nem, muito menos, de rotular Qutb como um teórico político, mas sim porque a autora examina as ideias de Qutb de forma séria, em vez de tratar o “fundamentalismo” como algo irracional e cujas razões sociológicas precisam de ser “explicadas”. Euben afirma que, no seu entender, “as questões e as categorias da teoria política são ferramentas heurísticas úteis para escutar as vozes de pensadores não-ocidentais preocupados com os fundamentos morais da vida política”.²⁶ Porém, é provável que esta afirmação tenha menos que ver com a utilidade da teoria política do que com o facto de Euben ser uma investigadora de teoria política, pelo que este é, necessariamente, o seu ponto de partida. Como tal, a minha crítica não se relaciona com o seu ponto de partida – ainda que, provavelmente, um historiador ou um antropólogo “considerará” também que a sua disciplina é o ponto de partida necessário para um engajamento sério com textos não-ocidentais – mas com a vontade da autora de conferir substância a este “dispositivo heurístico”, tratando a teoria política como algo que os “outros” também praticam.

Ao concluir que um engajamento com o pensamento de Qutb nos permite “observar o que há de distintivo nos nossos valores, instituições e práticas”, ajudando-nos a “evitar uma visão das nossas próprias convenções culturais como verdades universais, possibilitando deste modo um certo distanciamento face ao que sabemos ou ao que pensamos que sabemos”²⁷, Euben foca um ponto importante, mas, no meu entender, as convenções que não devemos considerar como práticas universais

²⁶ *Ibid*, 158.

²⁷ *Ibid*, 159.

incluem a recém-criada disciplina ocidental que conhecemos por teoria política. Se tem utilidade enquanto dispositivo heurístico”, esta está no facto de, à semelhança de muitos outros dispositivos heurísticos, nos permitir eventualmente tomar consciência da sua desadequação ou redundância: de se tornar a bengala de que nos libertamos. E, de certo modo, funciona de facto como um apoio, ou melhor, como uma rede de segurança para o argumento de Euben. O livro é apresentado como um contributo para a teoria política comparada, mas o seu conteúdo cruza livremente várias disciplinas e não se deixa restringir pelo enquadramento de partida. Na verdade, diria mesmo que é porque não se deixa restringir por essas considerações iniciais que o livro oferece um argumento tão convincente e estimulante. De resto, no seu livro seguinte, *Journeys to the Other Shore* (2006), a autora prossegue a sua exploração dos mundos islâmico e ocidental, dispensando agora mais do que uma simples referência ao enquadramento da CPT.²⁸

O livro de Leigh Jenco, *Changing Referents: Learning Across Space and Time in China and the West* (2015) é, de igual modo, uma obra interessante e importante que se filia no quadro da CPT, campo que, à época do seu lançamento, estava já mais ou menos estabelecido, em parte graças aos esforços pioneiros de Euben. Jenco reconhece que o paroquialismo da teoria política a torna num “ponto de partida improvável” para um projeto que pretende contribuir para “alargar as fronteiras do conhecimento”.²⁹ No entanto, a autora considera que o “escopo meta-analítico” da teoria política e a sua capacidade de autorreflexão a tornam propícia a este alargamento de fronteiras. Uma vez que os autores e os textos estudados “não são separáveis do que os sujeitos pensam ou dizem sobre si mesmos”, a “teoria política confronta, de forma direta e consciente, o modo como o entendimento presente de si mesma se relaciona com os materiais sobre os quais trabalha”.³⁰ Ora, isto apenas significa que a teoria política é hermenêutica, o que não só

28 Roxanne L. Euben, *Journeys to the Other Shore: Muslim and Western Travelers in Search of Knowledge* (Princeton: Princeton University Press, 2006).

29 Leigh Jenco, *Changing Referents: Learning Across Space and Time in China and the West* (Oxford: Oxford University Press, 2015), 24.

30 *Ibid.*, 25.

não a distingue de muitas outras disciplinas que também o são, ou que, pelo menos, podem ser concebidas e praticadas como tal, como a expõe às objeções acima referidas.

A verdadeira originalidade do seu trabalho está, todavia, no modo como Jenco demonstra que existe um precedente para “o diálogo transcultural” nos esforços dos reformistas chineses, ao longo de mais de um século, para adquirirem o “conhecimento ocidental”, esforços esses que, no seu entender, não podem ser vistos apenas como uma absorção acrítica de um conhecimento ocidental que apagava as tradições de saber chinesas, nem como uma mera apropriação instrumental dos aspetos do conhecimento e da tecnologia ocidentais passíveis de ser utilizados para governar. Pelo contrário, foi um esforço consciente de transformação cultural, sustentado em argumentos sobre as “origens chinesas do conhecimento ocidental”, que procurou não só mudar a forma como cada intelectual pensava individualmente, mas também criar novas comunidades de conhecimento.

Para Jenco, esta perspetiva refuta as ideias dos pensadores pós-coloniais – Chakrabarty e Seth são dois dos nomes mencionados – para quem “o contexto histórico e global da modernidade europeizada é inescapável”³¹ e que, portanto (à semelhança, na sua opinião, da maioria dos que praticam a CPT), só conseguem mostrar as limitações do nosso pensamento, sem o transformar através do encontro com o Outro. Num trabalho anterior, Jenco questiona, então, se “existe uma forma de proceder a um inquérito transcultural que permita ultrapassar, em vez de adotar, o eurocentrismo que Chakrabarty e outros assumem ser inevitável”.³² A obra oferece uma resposta cabal: os esforços dos reformistas e dos intelectuais chineses, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, oferecem-“nos” um modelo para que possamos “ultrapassar o paroquialismo que presentemente restringe os nossos próprios esforços de produção de conhecimento”, tal como eles o fizeram.³³

31 *Ibid.*, 101.

32 Leigh Jenco, “What Does Heaven Ever Say?? A Methods-centered Approach to Cross-cultural Engagement,” *The American Political Science Review* 101, n.º 4 (2007): 741.

33 Jenco, *Changing Referents*, 227.

Há muito que admirar nesta obra, mas, à semelhança do livro de Euben, não me parece que a “teoria política comparada” contribua sobremaneira para este resultado. Os intelectuais chineses analisados por Jenco não eram, de maneira nenhuma, teóricos políticos e a demonstração feita pela autora da sua importância histórica e intelectual não depende, em nada, da contribuição destes intelectuais para a teoria política. Tal como no caso de Euben, o debate em torno da CPT serve sobretudo para “enquadrar” o livro, passando depois para segundo plano. Na verdade, ao focar-se nas considerações que os enquadram, a minha breve discussão destas obras não faz justiça à sua substância. Mas é precisamente esse o meu ponto. A invocação da CPT serve principalmente para abrir espaço, no seio de uma subdisciplina profundamente eurocêntrica, para que académicos institucionalmente situados nessa subdisciplina possam interagir com o pensamento não-ocidental, na esperança de serem lidos pelos seus pares e não apenas pelos especialistas na área em análise (é no fundo este o cerne da questão, a que consegui escapar apesar de a minha posição em Melbourne ter sido como investigador em teoria política). Não deixa, na minha opinião, de ser revelador que, depois de terem sido bem-sucedidas a abrir este espaço, os estudos subsequentes de Euben e Jenco dispensem, em grande medida, os gestos de filiação na CPT.³⁴

De resto, não me parece que Jenco refute as objeções pós-coloniais à CPT. Na verdade, os teóricos pós-coloniais não estão presos a uma tese de “incomensurabilidade”, nem a uma ideia de que as “culturas” ou “tradições” são caixas negras, de que nunca poderemos sair, nem entrar em quaisquer outras que não as nossas. As culturas e as tradições raramente se desenvolvem em isolamento. Pelo contrário, intersectam-se, apropriam-se umas das outras, e transformam-se. Porém, não basta constatar a existência de tais transformações em larga escala e, normalmente, na longa duração, para que os investigadores possam “obrigar” essas mudanças a existir. Jenco declara que “as repostas chinesas ao desafio inesperado dos poderes ocidentais, durante os séculos

³⁴ Euben, *Journeys to the Other Shore* e Leigh Jenco, “New Pasts for New Futures: A Temporal Reading of Global Thought,” *Constellations* 23, n.º 3 (2016): 437-47.

XIX e XX (...) oferecem um paralelo esclarecedor com a situação com que nos deparamos no século XXI (...) [onde] as nossas formas habituais de produzir conhecimento (...) são cada vez mais vistas como potencialmente desadequadas”.³⁵ Mas este paralelo não existe, porque as duas situações não são análogas. Como a própria autora reconhece, os esforços chineses para adquirir conhecimento ocidental foram encetados no contexto de uma crise sentida de forma profunda e abrangente, à medida que os intelectuais e administradores chineses viram o seu estado e a sua sociedade serem submetidos às indignidades e “humilhações” impostas por um Ocidente em ascensão. Os seus projetos intelectuais foram forçados pelo colapso/derrube dos Qing, pelos movimentos da Nova Cultura e do 4 de maio, entre outros. Não existe, portanto, qualquer equivalência ou paralelo entre estes esforços e as tentativas (quase puramente académicas) dos teóricos pós-coloniais, académicos ligados à CPT e outros para questionar a suposta universalidade das categorias modernas e ocidentais.

Para insistir num ponto anterior, a questão em debate não é o problema genérico da “comunicação transcultural”. As diferenças consideráveis entre a “comunicação transcultural” em geral e a questão mais específica de como entender os “Outros” num contexto histórico e político em que o conhecimento ocidental se tornou globalmente hegemónico tornam-se particularmente evidentes nas páginas finais do livro de Jenco, onde a autora procura ilustrar como o exemplo chinês pode ser imitado hoje em dia. Jenco propõe a criação de sociedades de estudos, a reforma do ensino, a aprendizagem de outras línguas, a tradução generalizada da produção intelectual não-ocidental e o diálogo consistente com “comunidades académicas historicamente marginalizadas”.³⁶ Estas propostas são meritórias, mas são claramente dirigidas a uma audiência restrita de académicos profissionais (todavia, o facto de ser uma audiência global é, em si mesmo, um sinal de que as categorias e as instituições europeias se tornaram globais), para quem são eticamente

³⁵ Jenco, *Changing Referents*, 4-5.

³⁶ *Ibid.*, 234.

atrativas, sem a sensação urgente de imperativo histórico que alimentou os debates e as reformas chinesas mais de um século antes.

Conclusão

Um elemento central da crítica anterior foi o argumento de que não podemos assumir que a teoria política, ou algo próximo, exista no mundo não-ocidental. Ironicamente, as tentativas recentes de expandir o domínio desta disciplina eurocêntrica para o mundo não-ocidental, sob a forma da CPT, surgiram num momento em que a preponderância da teoria política tem vindo a ser questionada no próprio Ocidente. Desde logo porque, como mostrou o início deste ensaio, a ideia da teoria política como uma prática com uma genealogia longa e distinta foi convincentemente desmistificada. Mas também porque, graças a diferentes influências, do feminismo às ideias de Foucault, o nosso entendimento da política e do poder se tornou mais abrangente. Como notou Wendy Brown, a teoria política sempre se “baseou numa assunção tácita da relativa autonomia do político como algo confinado (...) numa definição do político como distinguível do económico, do social, do cultural, do natural, do privado/doméstico/familiar”.³⁷ No entanto, se o privado é político, e se o poder se apresenta e circula através de “representações imagéticas e discursivas, na sujeição psicológica, na organização espacial, e na disciplina dos corpos e dos conhecimentos”³⁸, então a “política” não é um espaço ou um domínio distinto e teorizar o poder e a política não pode ser o feudo de uma disciplina em particular. E, se este repensar do que entendemos por poder e por político for levado a sério, então “o que esperará por nós neste novo mundo, tão mais vasto do que o pequeno círculo de colegas cujo cartão de visita é apenas um conhecimento razoável de cerca de duas dúzias de grandes livros e a familiaridade com um conjunto limitado de palavras de ordem: justiça, liberdade, obrigação,

37 Wendy Brown, *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics* (Princeton: Princeton University Press, 2005), 61.

38 *Ibid*, 66-67.

constituições, igualdade, cidadania, ação, governo, domínio, entidade política?”³⁹

Na verdade, a emergência da CPT pode, plausivelmente, ser vista como uma tentativa de revigorar uma subdisciplina em crise, através da sua expansão. Por outro lado, a CPT tem servido como uma ferramenta, como um esforço, mais ou menos consciente, de abertura de um espaço onde acadêmicos que se classificam, ou são classificados, como investigadores de teoria política e que têm um interesse pelo mundo não-ocidental possam encetar investigações sérias sem terem de mudar para outra subdisciplina (ex: política comparada) ou para outra disciplina. Mas isto levanta uma questão: é a compreensão dos textos não-ocidentais que está a ser alargada por este projeto, ou o entendimento que os próprios investigadores fazem de si mesmos? Respondendo aos que criticam a CPT, Farah Godrej afirma que “dada a escolha entre uma teoria política que permite que as ideias do mundo não-ocidental permaneçam relativamente desconhecidas, devido às dificuldades metodológicas que este esforço implica, e uma que enfrenta de forma consciente a difícil tarefa de trazer estas ideias a debate, sugiro que escolhamos a segunda, precisamente porque esta escolha tem implicações profundas na evolução do nosso próprio entendimento enquanto teóricos políticos”, o que sugere que os principais beneficiários desta empresa são a teoria política e os que a investigam, e não o pensamento não-ocidental.⁴⁰

Como sugeri, as obras dos teóricos da CPT têm, efetivamente, contribuído para a nossa compreensão do pensamento não-ocidental. Porém, como ressalvei, isto não se deve, no geral, ao contributo específico da teoria política, mas sim ao modo como os objetos em questão foram interpretados à luz da sua competência hermenêutica, reflexividade, conhecimento histórico, domínio das línguas relevantes e de um tipo de inteligência que não é a coutada de qualquer disciplina em particular. No seu melhor, estas obras contribuem para um campo

³⁹ *Ibid*, 73.

⁴⁰ Godrej, “Towards a Cosmopolitan Political Thought”, 161 (sublinhados meus).

de trabalhos cada vez mais vasto que engaja a teoria e a prática do mundo não-ocidental, através das categorias de um conhecimento que emergiu no Ocidente moderno, mas se tornou globalmente hegemónico, permanecendo, no entanto, aberto à hipótese de que tal encontro possa implicar um questionamento das nossas categorias analíticas e da universalidade deste conhecimento. Entre estas contam-se os trabalhos de teóricos pós-coloniais, mas também de muitos outros, incluindo, por exemplo, o livro de Saba Mahmood sobre a piedade islâmica no Egito, os estudos de Walter Mignolo sobre a colonização do novo mundo e o papel que a linguagem desempenhou neste processo, ou a análise de Timothy Mitchell sobre o papel das práticas de representação na colonização do Egito (para mencionar três nomes que admiro).⁴¹

Estas obras estão imersas num tempo e num lugar particulares, mas são muito mais do que meros “*area studies*”. Pelo contrário, são trabalhos que recorrem às nossas categorias interpretativas (secularismo, religião, verdade, representação, entre outras) para analisar o mundo não-ocidental, demonstrando muitas vezes a sua desadequação e “regressando” depois à origem para sugerir que esta conclusão tem implicações não só para o “espaço” concreto em análise, mas também para um questionamento mais vasto do estatuto e do carácter do nosso conhecimento. Os académicos treinados na disciplina da teoria política podem e devem fazer parte deste diálogo e dos debates subsequentes. Um caso exemplar é a obra *Is Critique Secular? Blasphemy, Injury and Free Speech* (2009), que junta uma teórica política (Wendy Brown), uma filósofa (Judith Butler) e dois antropólogos (Talal Asad e Saba Mahmood) para uma conversa em torno do tópico do secularismo. Este é tido, habitualmente, como um “feito” ocidental e o falhanço do mundo não-ocidental em emulá-lo é frequentemente visto como uma das principais causas do “fundamentalismo” e de outros males.⁴² Porém, o

41 Timothy Mitchell, *Colonising Egypt* (Stanford: University of California Press, 1988); Mignolo, *The Darker Side of the Renaissance* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995); e Saba Mahmood, *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject* (Princeton: Princeton University Press, 2005).

42 Talal Asad, Wendy Brown, Judith Butler e Saba Mahmood, *Is Critique Secular? Blasphemy, Injury, and Free Speech* (Stanford: University of California Press, 2009).

diálogo entre Butler, Brown, Asad e Mahmood – contribuindo cada um com o seu próprio conhecimento (parte dele, sem dúvida, disciplinar), mas sem procurar praticar ou falar em nome da filosofia comparada, da teoria política comparada ou da antropologia comparada – mostra que, pelo contrário, o secularismo é um termo/conceito muito mais complexo do que poderíamos ter pensado. Este, e não a CPT, é, no meu entender, o caminho para que os investigadores possam empenhar-se de forma produtiva num trabalho que escape e questione o enviesamento eurocêntrico e as limitações da teoria política.

BIBLIOGRAFIA

- Asad, Talal, Wendy Brown, Judith Butler e Saba Mahmood. *Is Critique Secular? Blasphemy, Injury, and Free Speech*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- Black, Antony. *The History of Islamic Political Thought*. Nova Iorque: Routledge, 2001.
- Brown, Wendy. *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- Chakrabarty, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Comaroff, John e Jean Comaroff. *Ethnography and the Historical Imagination*. Boulder: Westview Press, 1992.
- Condren, Conal. *The Status and Appraisal of Classic Texts*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- Dallmayr, Fred, "Introduction: Toward a Comparative Political Theory." *The Review of Politics* 59, n.º 3 (verão 1997): 421-27.
- Euben, Roxanne L. *Enemy in the Mirror*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- Euben, Roxanne L. *Journeys to the Other Shore: Muslim and Western Travelers in Search of Knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- Farr, James. "The History of Political Thought as a Disciplinary Genre." In *The Oxford Handbook of Political Theory*, editado por John S. Dryzek, Bonnie Hoig e Anne Phillips. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Godrej, Farah. "Towards a Cosmopolitan Political Thought: the Hermeneutics of Interpreting the Other.", *Polity* 41, n.º 2 (2009): 135-65.
- Godrej, Farah. *Cosmopolitan Political Thought: Method, Practice, Discipline*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Gunnell, John G. *Political Theory: Tradition and Interpretation*. Winthrop: Winthrop Publishers, 1993.
- Gunnell, John G. *Philosophy and Politics: The Alienation of Political Theory*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1986.
- Jenco, Leigh. "What Does Heaven Ever Say? A Methods-centered Approach to Cross-cultural Engagement," *The American Political Science Review* 101, n.º 4 (2007): 741-55.
- Jenco, Leigh. *Changing Referents: Learning Across Space and Time in China and the West*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Jenco, Leigh. "New Pasts for New Futures: A Temporal Reading of Global Thought," *Constellations* 23, n.º 3 (2016), 437-47.
- Kaufman-Osborn, Timothy V. "Political Theory as Profession and as Subfield?," *Political Research Quarterly* 63, n.º 3 (2010), 655-73.
- Mahmood, Saba. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- Mignolo, Walter. *The Darker Side of the Renaissance*. Ann Arbor: University of Michigan Press 2003, 2.ª edição.
- Mitchell, Timothy. *Colonising Egypt*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- Parel, Anthony J. "The Comparative Study of Political Philosophy." In *Comparative Political Philosophy: Studies Under the Upas Tree*, editado por Anthony J. Parel e Ronald C. Keith. Nova Deli: Sage, 1992.
- Seth, Sanjay. *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India*. Durham: Duke University Press, 2007.
- Seth, Sanjay. "'Once Was Blind but Now Can See': Modernity and the Social Sciences," *International Political Sociology* Vol. 7 (2013), 136-51.

Referência para citação:

Seth, Sanjay. "Teoria Política Comparada: uma crítica pós-colonial." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 133-154.

L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s)

Entretien avec Judith Revel
par Elisa Lopes da Silva*

Réalisé en mars 2017 à Lisbonne, cet entretien avec Judith Revel revient sur ses recherches, en mettant l'accent sur ses réflexions au sujet des croisements entre l'historiographie et la pensée de Foucault. Au cours de cette conversation, nous avons essayé d'inverser la tendance la plus commune dans ce débat, à savoir celle qui consiste à évaluer l'impact de Foucault sur l'historiographie récente, pour commencer par penser comment l'historiographie, principalement les historiens des Annales des années 60 et 70 du XXème siècle, ont contribué à la formation de notions centrales dans la pensée foucauldienne (discontinuité du temps historique; causalité, déterminisme et détermination; subjectivité). Nous avons également parlé d'archive et d'archives, et de la manière dont la philosophie a utilisé les archives, à propos du projet dont Revel est responsable scientifique – « Discipliner l'Archive » (2016-2018, LabEx 'Les passés dans le présent').

* Judith Revel est professeure de philosophie contemporaine à l'université Paris Nanterre. Elle étudie la philosophie contemporaine en France et en Italie après 1945, en particulier la pensée de Michel Foucault, à qui elle a consacré les ouvrages *Michel Foucault, expériences de la pensée* (2005) ; *Foucault, une pensée du discontinu* (2010) ; et, plus récemment, *Foucault avec Merleau-Ponty. Ontologie politique, présentisme et histoire* (2015). Elisa Lopes da Silva est doctorante en Histoire à l'Institut de Sciences Sociales de l'Université de Lisbonne et chercheuse du IHC-NOVA.

Elisa Lopes da Silva (ELS): *Dès le début de votre investigation philosophique, vous avez travaillé sur l'œuvre de Michel Foucault dans sa relation avec l'histoire et l'historiographie. Dans votre premier livre, Michel Foucault, expériences de la pensée¹, où vous proposez une généalogie de la pensée de Foucault, et surtout dans le livre Foucault, Une pensée du discontinu², vous présentez une lecture discontinuiste de l'histoire (en bref, une succession d'épistémès) qui s'oppose à une vision linéaire, téléologique et causale de l'histoire. Est-ce que vous pouvez présenter brièvement cette idée de discontinuité historique qui informe le parcours philosophique de Michel Foucault ?*

Judith Revel (JR): Il est difficile de répondre brièvement à cette question, à la fois parce qu'elle est complexe et parce qu'elle engage, au-delà de mon travail, celui de nombreux autres chercheurs. En réalité, si cette notion de discontinuité est assez familière aux historiens et si elle a été au centre d'un débat historiographique étendu, elle est bien moins familière aux philosophes, qui sont souvent prisonniers de représentations de l'histoire qu'ils trouvent plus facile de ne pas interroger. Je me suis progressivement mise à travailler sur l'historiographie française, et en particulier sur les différents moments de l'historiographie des *Annales*, depuis la création de la revue, en 1929, jusqu'aux années 1980, pour essayer de comprendre ce que Foucault pouvait en avoir connu, ou retenu, puisque la discontinuité revient très souvent dans ses textes comme une clef de lecture de ce qu'il cherche à faire.

Il y avait, par ailleurs, à l'origine de son usage du mot, des sources qui me semblaient évidentes, et qui étaient philosophiques – je pense à ce que la discontinuité doit, Foucault le dit lui-même à propos de son travail, à une sorte de « lignage » qui irait de Gaston Bachelard à Georges Canguilhem, au croisement de l'histoire des sciences et de la philosophie des sciences, et que l'on a appelé en France l'épistémologie critique. L'idée de saut, de rupture, y était très nettement thématifiée,

1 Judith Revel, *Michel Foucault. Expériences de la pensée* (Paris : Bordas, 2005).

2 Judith Revel, *Foucault. La Pensée du discontinu* (Paris : Mille et une nuits, 2010).

ce qui signifiait une démarche finalement très nouvelle par rapport à la continuité progressive d'une *histoire* des sciences pour laquelle l'assimilation entre continuité et linéarité, d'une part, et le progrès de la science, de l'autre, semblaient presque aller de soi ; mais elle était également nouvelle par rapport à une philosophie des sciences qui interrogeait très peu la manière dont les scientifiques eux-mêmes se sont représenté leurs propres régimes d'historicité. L'idée que l'histoire (des sciences) puisse se donner sous une forme non continue incluant des sauts, des ruptures épistémologiques ; et qu'il y ait là une incitation à explorer d'autres manières de se représenter l'histoire, voilà, je crois, ce à quoi Foucault a été sensible. C'est donc la première des grandes sources de Foucault, ce n'est pas la seule.

J'ai également essayé de comprendre comment Nietzsche a été très fortement utilisé chez certains philosophes en France après 1945, de manière stratégique, presque instrumentale, contre un certain nombre de lectures hégéliennes françaises qui engageaient précisément une manière de saisir l'histoire (une histoire linéaire et continue, mais aussi dialectique et téléologique). Il faut se souvenir de la force de la lecture kojévienne de l'histoire (que Foucault, étrangement, ne mentionne jamais) et de la manière dont elle s'est inscrite durablement dans le paysage philosophique français. Il y a dans la référence à Nietzsche – dans les textes que Foucault cite, issus la plupart du temps des *Considérations intempestives*³ – quelque chose comme la recherche d'un contre-modèle : une critique de l'histoire monumentale, d'une part ; et une critique de toute conception « saturée » de la détermination historique au profit de l'aléa, du hasard, du jeu, et, là encore, du saut. C'est une seconde source philosophique, elle mériterait une analyse bien plus fine.

La troisième source que j'ai essayé de repérer à l'origine de l'obsession foucauldienne pour la discontinuité est, en revanche, littéraire : elle provient, sans doute, de tout un massif d'expérimentation dans l'écriture qui tourne autour de ce que s'est mis à proposer le Nouveau

³ Les *Considérations intempestives* (*Unzeitgemässe Betrachtungen*) sont également connues en France par *Considérations inactuelles*. Friedrich Nietzsche, *Considérations inactuelles I et II* (Paris : Gallimard, 1990).

Roman à la fin des années 1950. La proximité de Foucault avec la rédaction de la revue *Tel Quel* est ici importante, mais elle n'engage pas qu'un rapport aux contemporains : nombreux sont les auteurs, y compris du passé, qui sont alors lus par Foucault parce qu'ils pratiquent, eux aussi, comme le petit groupe des contemporains que fréquente Foucault, certaines formes de discontinuité narrative. Je pense, par exemple, à la manière dont Foucault, dans les années 1960, est fasciné par Jules Verne. L'écriture par fragments est l'une des expérimentations possibles du discontinu en littérature.

Toujours périodiser

ELS: *D'après votre lecture généalogique de la pensée de Foucault, vous reportez cette notion de discontinuité du temps historique à ses lectures philosophiques (de Nietzsche), à l'histoire des sciences et aussi aux expérimentations littéraires (Nouveau Roman). Pour arriver à cette notion discontinuiste de l'histoire, quelle a été l'importance de l'historiographie française, soit en tant qu'influence directe (comme George Canguilhem), soit avec une distance critique, à travers l'histoire des idées et l'histoire des mentalités?*

JR: J'y faisais allusion il y a un instant, il y a une quatrième source qui « travaille » la pensée foucauldienne de l'histoire. J'y suis arrivée plus tardivement, parce qu'elle est complexe : c'est la source historiographique, la référence aux travaux des historiens, à ce que le débat historiographique a produit dans les années 1950 et 1960, puis dans les années 1970, qui met du temps à s'installer dans la réflexion foucauldienne. Chez Foucault, on a toute une série de formulations et de gestes d'enquête qui peut se lire aussi – dès le début – par rapport au travail des historiens et aux questions que ceux-ci ne cessent de proposer. Deux exemples de cela : d'une part, la décision d'adosser toujours l'enquête philosophique à une périodisation, ce qui est un présupposé de méthode fondamental sur lequel non seulement Foucault ne reviendra jamais, mais qu'il durcira sans doute avec le temps. C'est le point de départ de *l'Histoire de la*

*folie à l'âge classique*⁴ : on peut débattre de la pertinence du découpage historique – les historiens ne se sont pas privés de discuter par exemple la consistance de cet « âge classique » auquel Foucault se réfère –, mais ce qu'il s'agit d'affirmer, c'est qu'il n'existe pas de concepts, de notions, de représentations, de pratiques, d'institutions, en dehors de ce qui leur permet d'émerger et les met en forme à un moment donné. Ce thème de l'émergence est fondamental pour Foucault, il s'exprime par exemple dans la récurrence du mot *naissance* dans les titres et les sous-titres de ses livres. Et il est sans doute redoublé par le thème de la disparition, figure symétrique et inverse de la « naissance » historique : je pense, bien entendu, aux dernières lignes, tant commentées, des *Mots et les choses*⁵. S'il y a eu l'émergence d'un objet de savoirs à un moment donné – cet objet, dans le livre de 1966, c'est bien entendu l'homme, à partir duquel les sciences humaines prendront forme –, alors il est finalement assez logique de faire également l'hypothèse qu'il y aura à assister un jour, peut-être, à la disparition de ce même objet. Rien ne se donne de toute éternité ; mais alors aussi : rien ne se donne pour toujours. Ce que l'on a appelé « la mort de l'homme », ce n'est pas du tout une position philosophique, ce n'est pas la reprise et le prolongement de la mort de Dieu nietzschéenne, c'est simplement l'idée que d'autres objets, d'autres constructions et représentations, d'autres partages, c'est-à-dire aussi une autre organisation de l'économie des savoirs, peuvent tout à fait apparaître un jour. C'est une position conséquente : si on fait de l'histoire non pas le lieu de *points de vue différents* sur des objets constants, c'est-à-dire donnés en dehors de toute histoire, mais au contraire le lieu de constitution de ces objets eux-mêmes ; si on fait des objets des *effets* de l'histoire, des productions de l'histoire, alors il faut se poser le problème de la transformation, ou de la disparition pure et simple de ces mêmes objets dans l'histoire.

Dans *Les Mots et les choses*, en 1966, l'intuition est forte ; mais elle est probablement partiellement freinée par le fait que Foucault

4 Michel Foucault, *Folie et déraison : Histoire de la folie à l'âge classique* (Paris : éd. Plon, 1961).

5 Michel Foucault, *Les Mots et les choses : une archéologie des sciences humaines* (Paris : Gallimard, 1966).

raisonne encore par « découpages » trop massifs, par périodisations trop statiques : après tout, rien n'est vraiment dit du moment où une épistémè cède le pas devant une autre. Les textes de Foucault sont, depuis l'*Histoire de la folie*, construits sur des jeux de différenciation : on pose une périodisation littéralement *contre* ce qui la précède, en faisant valoir la différence radicale qu'elle instaure. Ce principe de différenciation est heuristiquement efficace, mais il est aussi d'une ambiguïté très grande : il induit une sorte de vision « par blocs », une construction par grands à-plats immobiles. Le premier à le percevoir, quand le livre sort, c'est Jean-Paul Sartre dans un article célèbre publié dans la revue *L'Arc*⁶. L'article est politiquement très dur, parce qu'il prend le livre comme une sorte de brûlot antimarxiste ; mais indépendamment de cela, Sartre voit bien, par ailleurs, le paradoxe qu'il y a à rompre avec une représentation linéaire de l'histoire pour lui substituer, comme il le dit, « le cinéma par la lanterne magique ». Le cinéma, c'est la mobilité de l'histoire, c'est le mouvement même de l'histoire, et on comprend bien que sa compréhension continuïste et lisse, régulière et constante, puisse faire problème à Foucault, qui y voit ce qui pour lui représente toute l'impossibilité théorique du sartrisme ; mais la lanterne magique c'est une sorte d'arrêt sur image, c'est la production de « tableaux » immobiles dont la simple juxtaposition est supposée prendre en charge le changement. Les tableaux sont une chose qui a toujours intéressé Foucault. *Les Mots et les choses* s'ouvrent sur un tableau – *Les Ménines* de Velasquez ; toute la construction de l'économie générale des savoirs que Foucault tente pour le XVIII^e siècle se fait sous la forme de tableaux : la tentative de taxinomie de la connaissance dresse en permanence des tableaux, répartis en séries et en colonnes, distribués dans l'espace quadrillé des savoirs. Bien plus tard, c'est ce même quadrillage – et la constitution de « tableaux vivants » qui traversera les analyses de l'espace disciplinaire dans *Surveiller et punir*, en 1975. Sartre jouant sur la polysémie du mot tableau, parce qu'il en perçoit dès 1966 l'ambivalence, dit : le tableau, c'est aussi ce qui est immobile,

6 Jean-Paul Sartre, « Jean-Paul Sartre répond », *L'Arc*, n° 30 (oct. 1966) : 87-96.

ce qui est devant nous comme une sorte d'instantané suspendu ; or, Foucault produit des séries de tableaux que jamais il n'articule l'un à autre. La discontinuité est marquée, sans doute ; mais elle écrase paradoxalement tout mouvement, elle élimine les transformations et les changements, on n'est donc pas dans l'histoire. La question que pointe Sartre, et sur laquelle Foucault ne va désormais cesser de revenir, est précisément celle-là : qu'est-ce qu'une histoire des discontinuités qui puisse être aussi, et avant toute chose, une histoire des transformations et des changements ?

D'une manière différente, il me semble qu'on trouve le même type de critique des premières positions théoriques foucauldienne chez Michel de Certeau. Certeau, qui a une pratique de l'histoire que Foucault n'a sans doute pas, remarque très tôt⁷ que la seule manière que Foucault a de rendre pensable la différence entre deux épistémès, entre deux systèmes de pensée historiquement déterminés, c'est de les juxtaposer. Or, là aussi, cette juxtaposition se fait sans jamais rendre compte du passage de l'une à l'autre. Ce qui signifie que, pour pouvoir donner à la description foucauldienne « par différenciation » une consistance, pour assurer, à la base de cette différenciation, le principe d'une commensurabilité (en vertu de laquelle les différences seront précisément identifiées), il faut supposer qu'il y a, en dessous des épistémès, quelque chose comme une continuité, comme un fond commun sur lequel ces mêmes épistémès prennent place. Quelque chose, donc, comme un présupposé absolument continuiste. La remarque de Certeau est bien entendu fondée, et Foucault le comprend immédiatement. Pour penser la transformation, la transition, la mutation, y compris dans des formes radicalement discontinues, y compris dans les formes du saut et de la rupture, il faut se replacer dans une épaisseur de l'histoire que Foucault n'a jamais abordée réellement. Il y a donc besoin d'autre chose – et cette autre chose, je pense que c'est du côté des historiens, du débat historiographique, que Foucault a tenté de la chercher.

⁷ Michel de Certeau, « Les sciences humaines et la mort de l'homme », *Études*, t. 326, (mars 1967) : 34460. Cet article est repris dans l'ouvrage de Michel de Certeau, *Histoire et psychanalyse entre science et fiction* (Paris : Gallimard, 1987).

C'est pour cela que quand vous dites, dans votre question : « vous avez présenté la notion de discontinuité comme une succession d'épistémès », c'est à la fois vrai et faux. En 1966, c'est bien une succession d'épistémès, et c'est ce qui fait problème parce que ce n'est pas suffisant. Il faut trouver autre chose. Là où les choses se compliquent, c'est que dans ces mêmes années, l'historiographie, de son côté – en particulier en France – est en pleine transformation. Le modèle braudélien, où la prévalence de la longue durée était patente, et où finalement l'histoire s'était souvent beaucoup investie sur des enquêtes historiques pluriséculaires ou millénaires, prend paradoxalement peu en charge la question de la transformation. Ou alors, comme dans le cas d'historiographies marxistes, elle renvoie la transformation à une dynamique historique sous-jacente qui est précisément ce « fond » sur lequel se découpent les différentes périodes, fussent-elles très étirées. Par ailleurs, le fait d'envisager des durées très longues rend moins perceptible et moins urgent le thème de la transformation. On voit cela très bien dans la manière dont Foucault se réfère aux historiens dans *L'Archéologie du savoir*, en 1969 (très étrangement sans jamais donner explicitement leurs noms, mais en truffant son texte de références transparentes, en particulier dans l'Introduction). Foucault mentionne, par exemple, le livre de Braudel sur la civilisation matérielle⁸, le livre de Le Roy Ladurie sur l'histoire climatique depuis l'an mil⁹, fait allusion aux travaux de démographie historique, etc. Tous ces travaux s'inscrivent dans de très longues durées. L'histoire économique et sociale, l'histoire statistique, l'histoire sérielle dominant : la question de la transition, si elle circule très évidemment dans le débat historiographique (et, en particulier, dans la discussion suscitée par l'historiographie marxiste depuis l'après-guerre), semble ne pas être directement affrontée en elle-même. Ou plus exactement : c'est en tout cas la perception que peut en avoir, du dehors (et à partir de ses propres travaux), un philosophe comme Michel Foucault.

8 Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (xv^e – xviii^e siècle)*, tome 1 (Paris : Armand Colin, 1967).

9 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil* (Paris : Flammarion, 1967).

Cependant, poser le problème de la transition – ce que Foucault appelle le problème de la transformation et du changement – ce n'est pas réintroduire le vieux thème de la continuité, ou réaffirmer subrepticement sa nécessité. La transformation c'est la manière dont, à un moment donné, on passe d'un système de pensée à un autre, d'un mode de représentation à un autre, y compris sur un mode qui est parfois celui d'une fracture discontinue extrêmement verticale. Or, ce à quoi arrive Foucault à l'orée des années 1970 c'est qu'on n'est jamais dans quelque chose qui serait de l'ordre de la substitution pure et simple, de la succession par juxtaposition de différences « pures ». L'histoire est infiniment plus compliquée que cela, elle n'est pas seulement le lieu limpide de naissances simples et de disparitions tout aussi repérables dans leur specularité – parce qu'il y a toujours des choses qui demeurent, mais aussi des choses qui se transforment, des choses qui disparaissent, et bien entendu des choses qui émergent, et que tout cela se donne simultanément et de manière entrecroisée. Ce mélange-là, c'est précisément la complexité historique. Du coup, il me semble que la question devient : comment penser la permanence, la disparition, l'émergence, la transformation, la métamorphose, la reformulation, la requalification de schèmes historiques ? Foucault a, je crois, l'idée qu'on ne peut pas affronter cela seulement d'un point de vue philosophique, qu'il faut littéralement s'armer par la fréquentation des historiens, et qu'il faudra, en particulier, se livrer à une critique absolument radicale – parce que, pour les philosophes, cette critique-là est très difficile – de l'idée de la causalité. Ce n'est pas en mobilisant la causalité, la causalité telle que les philosophes l'ont en général conçue à partir d'Aristote, que l'on pourra penser la complexité qui fait que l'on peut avoir simultanément de la permanence, de la différence, de la nouveauté, et de la transformation – ou pour le dire plus abstraitement, dans un vocabulaire volontairement non historien, de l'identité et de la différence. Cette critique-là, qui serpente dans la philosophie française du second après-guerre (on la trouve, par exemple, parfois chez Merleau-Ponty, dans les notes de travail du livre inachevé qu'est *Le Visible et l'invisible* ; on la trouvera plus tard chez Deleuze, ou chez Derrida...) est chez Foucault littérale-

ment nourrie par l'extraordinaire complexification de l'idée de causalité à laquelle se sont livrés les historiens dans la réflexion qu'ils ont su mener sur la pratique de leur propre discipline. A partir du début des années 1970, chez Foucault, il a donc une sorte de va-et-vient entre son travail de philosophe et ce que les historiens disent autour des mêmes questions – je pense, par exemple, aux analyses de Paul Veyne, et à la manière dont celui-ci cherche à remplacer l'idée de cause par celle d'antécédent. Plus largement, la manière dont les historiens redéfinissent non pas des causes, ni des causalités, mais des faisceaux de causes, des causalités partielles ; la manière dont les historiens comprennent (et bien avant eux encore une certaine sociologie allemande – je pense à Dilthey, je pense à Weber...) – qu'on peut à la fois avoir des effets de détermination, des effets de permanence et des effets d'émergence, et que ce n'est pas contradictoire... C'est ma très large réponse à vos deux premières questions – et je crains d'avoir commencé à répondre à la quatrième...

**Histoire anti-déterministe, pleine de déterminations...
et ouverte**

ELS: *Malgré une certaine lecture « rapide » de Foucault qui continue à l'associer à un déterminisme historique, à partir de votre travail on peut voir les moyens de surmonter la dichotomie entre les déterminations – affirmation simple qu'il « existe une infinité de causalités complexes, croisées, en faisceaux, paradoxales, qui elles-mêmes impliquent parfois de l'aléatoire, mais qui ne se traduisent pas moins par des effets de réalité dans l'histoire » – et la contingence. C'est la méthode d'historicisation – « rien de ce qui est ne l'est en dehors de l'histoire, et en est produit » – si chère à Foucault qui peut surmonter la dichotomie. Les pratiques de liberté sont toujours développées dans les rapports de pouvoir. Il n'y a pas un dehors. En ce sens, est-ce qu'on peut dire que l'histoire est toujours, à la fois, déterminée et « ouverte » et que la liberté est une de ses qualités?*

JR: Je crois que la première partie de votre question porte précisément sur cette complexification de l'idée de causalité, qui n'est plus une causalité de type philosophique, et que Foucault va essayer de penser à la fois en philosophe et en historien. Je ne veux pas dire ici qu'il a été historien – il ne l'a jamais été. Mais il y a vraiment là quelque chose de l'ordre de *ce que fait l'histoire*, entendue comme travail historiographique, à la philosophie. C'est cela qui est passionnant : que devient la philosophie dès lors qu'on met au cœur de son enquête des éléments de débat qui proviennent du débat historiographique ? C'est important parce que cela déplace le point dont nous étions partis – cette sorte de critique générationnelle, après 1945, à l'égard d'un hégélo-kojevisme perçu (à tort ou à raison) comme dominant à l'université, et dont Foucault livrait la narration rétrospective sans doute un peu trop simplifiée. Face à cela, l'alternative semblait se réduire à : être du côté de la philosophie académique, du côté de l'historicisme, du côté de la philosophie de l'histoire ; ou, bien au contraire, supprimer purement et simplement l'histoire, c'est-à-dire réaffirmer la philosophie comme dehors de l'histoire. Si l'histoire c'était ce qu'en disait Hegel, ou Kojève lecteur de Hegel, pourquoi ne pas tenter de faire sans ? Ce que nous dit Foucault, d'une certaine manière, c'est que ce choix est pour lui insoutenable. Parce que ce dont il s'agit de rendre compte quand on est face au réel historique, y compris quand on fait de la philosophie, ce sont en même temps des effets de détermination multiples caractéristiques d'un *moment* donné, et qui traversent les sujets que nous sommes et les modèlent, mais aussi du hasard pur et simple, et puis l'action des hommes eux-mêmes sur leur propre milieu. Penser à la fois la contingence historique, la volonté et la décision des hommes, et les effets de détermination qui nous mettent littéralement en forme, voilà la difficulté. Les hommes ne sont pas totalement libres, ils sont toujours produits *dans* l'histoire et *par* l'histoire, *dans* le social et *par* le social ; ce qui ne signifie pas, à l'inverse, qu'il n'y ait pas de place pour la liberté et que les déterminations prennent la forme d'un déterminisme absolu. Je crois que cette complexité-là, qui est peut-être plus simple à admettre, ou en tout cas à discuter du côté des sciences

humaines et sociales, la philosophie a mis du temps à l'admettre et à savoir quoi en faire.

La deuxième partie de votre question est intéressante. Vous dites : « les pratiques de la liberté sont toujours développées dans les rapports de pouvoir, il n'y a pas de dehors, en ce sens, est-ce qu'on peut dire que l'histoire est toujours à la fois déterminée et ouverte et que la liberté est l'une de ses qualités ? » J'aurais envie de vous répondre : oui, mais il faut s'entendre sur le mot « liberté ». La liberté n'est jamais absolue. La liberté, c'est toujours ce qui joue à l'intérieur d'un système de déterminations lui-même adossé à une périodisation. Nous sommes toujours produits, construits par notre propre histoire, non seulement personnelle mais collective, et nous pensons ce que nous sommes et ce qui nous lie aux autres, nous nous représentons le monde et nous-mêmes dans le monde par le biais de ce que Foucault appelait un système de pensée, une certaine manière d'organiser, de déployer et de hiérarchiser nos représentations, à partir de ce qu'il appelle aussi des « partages », dont l'exemple le plus connu est dans son travail celui qui construit l'opposition entre la raison et son « autre ». Cela ne nous empêche pas d'essayer de comprendre la spécificité de ce qui nous fait penser, agir et nous comporter d'une certaine manière, bien au contraire : nous sommes libres de tenter d'identifier nos propres déterminations, et libres aussi de nous en déprendre. La difficulté vient de ce que cela implique cependant un rapport critique à nous-mêmes, c'est-à-dire aussi à notre propre présent (et non pas seulement la reconstruction et l'analyse archéologiques de systèmes de pensée passés, ce à quoi le travail de Foucault semblait se réduire dans un premier temps).

ELS: *Oui. Une autre façon de faire une lecture anti-déterministe de l'histoire est ouverte par la notion de pouvoir (ou les relations de pouvoir), et la notion de résistance : la résistance est immanente aux rapports de pouvoir. Où il y a pouvoir, il y a résistance. D'après Foucault, vous avez disserté sur la révolution en tant que l'ouverture de la possibilité permanente du discontinu, une rupture dans l'histoire.*

JR: C'est une disjonction entre ce qu'on pourrait appeler un *déterminisme* historique, là où les déterminations sont saturées, dit souvent Foucault, et ce qui serait davantage de l'ordre de *déterminations* historiques. Encore une fois, les déterminations historiques existent, elles nous font être ce que nous sommes, mais elles ne prennent pas nécessairement la forme d'un déterminisme. Le choix n'est pas entre un déterminisme absolu et la liberté totale. L'option que propose, au contraire, Foucault, c'est un entrecroisement permanent d'effets de détermination et de ce qu'il appelle un *jeu*, au sens où l'on dit d'une porte qu'elle *joue* dans ses gonds : du déplacement, de la reformulation, de la requalification ou du creusement de ce qu'il évoque à plusieurs reprises, à la fin de sa vie, comme « différence possible ». Bien sûr, il y a de la détermination sociale.

Sur la différence entre déterminisme et détermination, je vous donne un exemple concret. Foucault n'a jamais croisé dans les années 1970 – ou pratiquement jamais, je crois – le parcours intellectuel de Bourdieu, alors qu'ils sont, finalement, très « voisins » : Bourdieu est plus jeune que Foucault, mais Bourdieu est de formation philosophique ; ils ont le même parcours universitaire ; ils travaillent sur des objets qui sont assez proches, etc. ; ils finiront, l'un et l'autre, bien qu'à des moments différents, au Collège de France. Une des raisons pour lesquelles ils ne se sont jamais parlé, je pense, tient à ce qu'il y a chez Bourdieu, au moins jusqu'au début des années 1980 – mais Foucault meurt en 1984, c'est tôt –, une idée des déterminations sociales qui est quasiment de l'ordre du déterminisme, alors que chez Foucault le rapport à l'histoire (qui inclut le rapport au social, au culturel, au politique, à l'épistémologique, à l'économique...) demeure susceptible de torsion. Cette torsion, c'est dès lors qu'elle prend la forme d'un projet, personnel ou partagé, ce qui est pour Foucault le cœur de la pratique politique, ou de l'attitude éthique.

« Une autre façon de faire une lecture anti-déterministe » , dit le début de votre question... Oui, à condition de se souvenir que c'est une lecture anti-déterministe et pourtant pleine de déterminations. Foucault n'arrête pas de faire l'histoire des déterminations qui font que

nous sommes ce que nous sommes au moment où nous sommes. Mais l'idée qui se fait jour peu à peu chez Foucault c'est que plus nous serons capables de dire quelles sont les déterminations qui nous traversent, plus nous serons capables éventuellement d'y résister, ou pour le dire de manière plus prudente, d'expérimenter quelque chose d'autre, de creuser la différence, de déplacer les lignes. C'est possible – il ne dit pas que c'est facile, il ne dit pas que c'est immédiat, il dit que c'est un travail, que ça implique du courage ; il dit aussi que ça implique du risque, qu'on n'en garantit pas le résultat, que parfois ça se termine mal, mais que ça en vaut la peine, parce que c'est toujours, en tout moment de l'histoire, un point de bifurcation possible – ce qu'il appelle, effectivement, une virtualité. Disons que c'est une possibilité inscrite dans l'histoire elle-même, une réouverture de l'intérieur même de l'histoire – une histoire traversée de déterminations –, une ouverture de l'histoire à autre chose qu'elle-même. Moi j'ai l'impression, pour rester dans le débat historiographique ou philosophico-historiographique, que c'est extrêmement proche de certaines formulations de Reinhart Koselleck, ce double statut à la fois déterminé et ouvert de l'histoire, cette réouverture permanente de la sédimentation de l'histoire, de la stratification des déterminations qu'elle engage, et du haut de laquelle tout semble se réouvrir. Je trouve ça assez extraordinaire.

Alors, votre cinquième question elle porte sur la notion de ...

Les sujets sont des effets de leurs propres pratiques dans l'histoire

ELS: *...de sujet A partir des Cours du Collège de France, Foucault développe une notion de sujet en tant qu'effet des pratiques, produit par des « modes de subjectivation », qui sont en même temps pratiques d'objectivation. Cette compréhension du sujet, subjectum et subjectus, semble être loin de la notion de sujet cartésien utilisée dans l'historiographie hégémonique libérale – un sujet transparent, doté d'une volonté délibérée, dont l'action peut faire remonter à sa conscience – ou de l'historiographie marxiste – où le sujet est un effet de la structure qui le*

transcende. Comment la notion de sujet foucaldienne peut se traduire par une autre pratique historiographique?

JR: Je crois qu'on est à propos du sujet exactement dans ce que j'essayais de dire à propos de l'histoire : il s'agit de rendre perceptible cette compossibilité des déterminations qui nous constituent comme *effet*, et du libre jeu qu'on arrive parfois à instituer « dans les mailles » du pouvoir, à l'interstice de tout ce qui, plus généralement, nous construit comme « sujet ». C'est un maillage à prendre par son revers, comme un tissu. C'est une très évidente réversibilité de la figure du sujet. Cette réversibilité, elle est déjà dans la double étymologie du mot sujet lui-même, *subjectus* et *subjectum*, que j'utilise en l'empruntant aux analyses d'Étienne Balibar : sujet soumis, assujéti, mais aussi sujet grammatical, sujet d'action. L'une et l'autre chose à la fois. Nous sommes sujets parce que nous sommes produits comme les objets de pratiques et de discours qui ne nous appartiennent pas mais littéralement nous « fabriquent » en tant que tels, et nous objectivent. C'est ce qui arrive au fou ; c'est ce qui arrive au détenu ; c'est ce qui arrive au sujet de sexualité ; c'est ce qui arrive au sujet malade ; c'est ce qui arrive au sujet de pouvoir. On est *agi* et on est *dit* par un certain nombre de dispositifs qui nous sont extérieurs et qui nous constituent. Et en même temps, on est aussi le sujet de pratiques que l'on décide de mettre en œuvre, de réflexions de soi et sur soi ; et ce soi-là – qui est toujours un soi, Foucault y insiste beaucoup, pris dans des rapports à autrui, dans des formes sociales de relations, qui n'est jamais ni individualisable ni séparable, qui est toujours à la fois soi et les autres –, ce soi-là, il est aussi, parfois, puissant. Bien entendu, pas toujours – parfois. Et ce n'est pas l'une ou l'autre chose, c'est l'une *et* l'autre chose : *subjectus* et *subjectum*, les deux visages du sujet que je suis. Alors ce n'est pas le sujet cartésien, où l'accent serait complètement déséquilibré du côté de l'autonomie absolue ; et ce n'est pas non plus, me semble-t-il, le sujet saturé de déterminations, purement et simplement assujéti. C'est quelque chose comme un tissage intime des deux dimensions : un sujet produit ou agi, et un sujet acteur ou producteur de soi.

On comprend bien qu'une certaine historiographie marxiste (un certain nombre de lectures de Marx à l'époque) ait très mal réagi aux propositions foucaaldiennes. Toute l'historiographie marxiste supposait la consistance de sujets de classe dont elle n'interrogeait pas, ou très rarement, les points d'émergence historique, les processus de constitution historique, c'est-à-dire aussi, les possibilités de transformation. Il ne s'agissait pas de dire que les conditions de possibilité de la lutte des classes, c'est-à-dire les classes elles-mêmes, étaient historicisables – parce que l'histoire de la lutte des classes témoignait d'un mouvement de l'histoire qui tout au plus déterminait des moments mais qui était aussi doté d'un solide *telos*, ce qui en réalité relègue la question des sujets au second plan. Or, cette historicisation est, au contraire, très déclarée chez Foucault. On trouve aussi cela chez d'autres gens à l'époque, y compris de l'intérieur même d'un marxisme aux prises avec sa propre téléologie : je pense, par exemple, à l'un des premiers textes qui ouvrent, en 1974, le livre de Rancière *La leçon d'Althusser*¹⁰ – l'ouvrage avec lequel Rancière prend publiquement congé d'Althusser. Le chapitre qui porte sur la *Réponse à John Lewis*¹¹ me semble entièrement construit sur le double constat d'une impossibilité, patente chez Althusser, à penser la constitution historique des sujets, et à penser l'histoire autrement que comme anticipation d'un point d'arrivée donné par avance. Althusser n'a pas vu – pas pu voir, ou pas voulu voir – l'arrivée de la déferlante de 1968, parce que c'était une sorte de « brèche » dans son propre modèle, et parce que cela mettait sur le devant de la scène un sujet politique nouveau – les étudiants, les ouvriers, les femmes, les immigrés – qui en faisait à la fois la force et l'originalité.

Sur l'historiographie hégémonique libérale, je crois que c'est plus compliqué que ce que vous en dites. Il est vrai que l'historiographie libérale suppose le primat de la liberté et de l'autonomie des acteurs. Il est vrai aussi qu'aujourd'hui le discours économique-politique non plus libéral mais néolibéral a paradoxalement, et c'est sa grande force, re-

10 Jacques Rancière, *La Leçon d'Althusser* (Paris : Gallimard, 1974).

11 Louis Althusser, *Réponse à John Lewis* (Paris : Maspero, 1973).

formulé ses bases non plus sur le principe d'une liberté des sujets mais en intégrant la possibilité pour ces mêmes sujets de se retravailler eux-mêmes, de se réinventer eux-mêmes en permanence. Et, finalement, le *leitmotiv* « invente ta propre vie », « fais de ta vie une œuvre d'art », « transforme toi-même » etc., est devenue une injonction néolibérale ; elle est devenue, aujourd'hui, une injonction caractéristique de l'*homo economicus*. Ce qui est, bien entendu, paradoxal – pour une série de formules qui servaient au contraire chez Foucault à mettre en évidence la possibilité de se déprendre, de déplacer les lignes et de réaffirmer la dissymétrie puissante du sujet/*subjectum*, du sujet acteur de lui-même, face au sujet/*subjectus*, face au sujet assujetti, au sujet objectivé, au sujet gouverné. Je le redis : pour Foucault il y a toujours des déterminations, mais dans leur creux et dans leur torsion, dans le frayage de différences et de détournements, il y a du jeu. C'est ce à quoi se rapporte l'idée même de l'invention : on déborde littéralement les déterminations qui existent, on les excède. Ce débordement fascine Foucault bien plus que l'illusion d'une affirmation illusoire de liberté totale. S'il y a intransitivité de la liberté, c'est par asymétrie par rapport au pouvoir, pas par effacement du pouvoir – les rapports de pouvoir, il y en aura toujours. Donc, cette question de la liberté, si aujourd'hui on la prend du côté du libéralisme, elle nous raconte, bien entendu, tout autre chose. Et elle devrait être l'objet d'une lecture historique, ce que Foucault fait déjà en grande partie dans le cours sur la *Naissance de la biopolitique*, en 1979, en particulier quand il envisage l'anarcholibéralisme américain de l'École de Chicago.

Vous me demandez : « Comment la notion de sujet foucauldienne peut-elle se traduire par une autre pratique historiographique ? »

Il y a un point auquel je suis très attachée parce que je pense que cela montre clairement ce que j'aime bien présenter comme une sorte de révolution copernicienne foucauldienne : l'idée que les sujets ne pré-existent jamais à leurs propres pratiques dans l'histoire, c'est-à-dire, que les sujets sont littéralement produits et construits dans l'histoire par un certain nombre de gestes qui sont les leurs – ce qui, pour un philosophe, est compliqué à penser. Plus généralement : l'idée que les

sujets sont des effets, et non pas des conditions de possibilité, de leurs propres pratiques dans l'histoire. C'est une chose qu'un certain nombre d'historiens ont tenté de mettre en pratique. Je pense aux travaux de l'historienne américaine Joan W. Scott – en particulier ce livre que je fais toujours lire aux étudiants et que je relis moi aussi régulièrement parce qu'il me fait du bien, *Théorie critique de l'histoire*¹². La référence foucauldienne y est permanente. Elle y reprend les deux côtés de ses propres travaux et en interroge les présupposés : du côté de l'histoire du mouvement ouvrier au XIX^e siècle, et du côté de l'histoire des femmes – on a là un double terrain d'enquête qui s'apparente beaucoup, dans son articulation, aux travaux de Michelle Perrot. Or, la consistance historique du sujet collectif « les femmes », exactement comme la consistance historique de « les ouvriers », ne peut pas ne pas être interrogée. Le sujet « les femmes » ne possède aucun élément de naturalité et n'est absolument jamais deshistoricisable; il a plusieurs réarticulations ou plusieurs reformulations au cours de l'histoire. C'est une pure construction historique, en vertu d'expériences qui produisent littéralement leur propre sujet – sujet que nous voyons nous, dans un effet de saisie rétrospective, comme condition de possibilité de l'expérience. On pourrait dire la même chose sur la classe ouvrière. Il y a chez Joan W. Scott, des pages assez dures sur E. P. Thompson et son très grand livre sur la classe ouvrière anglaise¹³ – un livre décisif et magnifique, pourtant, parce que du point de vue de l'historiographie il suppose que la classe ouvrière n'est pas une *chose*, une réalité en soi, un sujet fondé de toute éternité, mais qu'il possède un point d'émergence et des modalités de constitution. Quand E. P. Thompson dit « *The making of ...* », cette idée du « *making of* » – le français traduit le titre anglais par « La naissance de la classe ouvrière anglaise » –, il s'agit bien de l'idée d'une émergence historique, dont il va précisément falloir comprendre les conditions de possibilités et les effets. Cette idée que le sujet n'est jamais indépendant, détachable d'un principe

12 Joan W. Scott, *Théorie critique de l'histoire. Identités, expériences, politiques* (Paris : Fayard, 2009).

13 E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (London : Victor Gollancz, 1963) [rev. ed. Penguin, 1968].

de constitution complexe dans l'histoire, qui à son tour mobilise des faisceaux de causalité, des éléments, des événements, c'est décisif chez Thompson, contre une manière de faire de l'histoire sociale qui suppose, au contraire, des sujets donnés. Mais pour Joan W. Scott, c'est à la fois vrai et insuffisant. Thompson, dit-elle, n'interroge par exemple jamais la place des femmes dans cette histoire sociale du mouvement ouvrier, qu'il renouvelle pourtant. Cela demeure la classe ouvrière constituée à partir de la figure du travailleur mâle et blanc. On pensait défaire les unités, on croyait prendre au sérieux les expériences et les pratiques comme matrices de subjectivité, et puis on réintroduit des principes d'identification collective qu'on oublie de discuter.

Pour moi, Joan W. Scott c'est un exemple formidable d'historiographie post-foucauldienne. Ce n'est bien entendu pas le seul, mais il dit à sa manière des choses que je crois importantes, et que je trouve chez Foucault : d'une certaine manière, les sujets ne préexistent jamais à ce qu'ils font. C'est par l'analyse des pratiques qu'on peut redessiner, recomposer la figure des sujets tels qu'ils se donnent dans l'histoire. Je comprends que cela puisse prêter à débat – il y a eu, par exemple, une discussion très vive de la part de certaines féministes, parce que si l'on dit des femmes qu'elles n'existent comme sujet que comme produit de leurs propres expériences, alors bien entendu cela affaiblit extraordinairement leur position. C'est exactement l'argumentation qu'utilisaient certains marxistes à l'époque où Foucault analysait le pouvoir : si on dissout le pouvoir en une multiplicité de rapports de pouvoir, si on dissout les sujets au profit d'une histoire des modes de subjectivation, on ne sait plus qui est qui, on ne sait plus contre qui se battre, on ne comprend plus où est la contradiction, et on rend impossible le conflit de classes, on le paralyse. Foucault répond : non, je ne paralyse rien du tout, je sors d'une métaphysique de l'histoire et des sujets, je sors d'une métaphysique des classes, parce que l'historicisation à laquelle je soumetts mon enquête est radicale. Cela ne veut pas dire qu'il n'y a plus de sujets, mais des formes de subjectivité et des modes de subjectivation historiquement déterminés ; cela ne veut pas dire que le concept de classe soit invalide mais qu'il y a « compositions » de classes historique-

ment déterminées ; cela ne veut pas dire qu'il n'y ait pas de conflits de classe, de luttes de classe, mais plutôt que ces antagonismes prennent des formes historiquement déterminées.

Sur les deux dernières questions, la question 6, qui est sur ...

ELS: ... sur « la sortie de l'histoire ». Dans votre livre, Foucault avec Merleau-Ponty. *Ontologie politique, présentisme et histoire*¹⁴, vous proposez l'idée qu'à la fin de son parcours philosophique, Foucault ait poursuivi une « sortie de l'histoire ». Après avoir revendiqué successivement au cours de son travail une méthode archéologique (reconstitution d'un isomorphisme dans l'histoire, avec une périodisation précise) et une enquête généalogique (enquête par différenciation entre passé et présent), que se sont superposées dans la recherche, il y a un nouveau type de relation à l'histoire qui abandonne les périodisations. Qu'est-ce que « la sortie de l'histoire » ?

JR: En réalité, tous ces éléments sur le re-travail de l'idée de détermination et de l'idée de liberté, sur leur compossibilité et non pas sur leur opposition, je les vois déjà chez Merleau-Ponty, dans une pensée de l'histoire complexe remarquable et pourtant assez généralement ignorée en France. Je crois que cette pensée doit énormément à l'historicisme allemand. Merleau-Ponty était un bon germaniste – comme Aron, mais à la différence de Sartre –, ce qui lui permettait de lire les textes avant leur traduction (qui sont souvent tardives en français). Il faut donc chercher du côté de Dilthey, ou de Weber, qu'il cite très précisément ; mais aussi du Lukács d'*Histoire et conscience de classe*, c'est-à-dire, pour Merleau-Ponty, de l'intérieur même du marxisme qui impose au marxisme une autre façon, profondément historicisée, de penser les sujets, et une autre manière de penser le mouvement même de l'histoire – avec un statut très étrange de la dialectique, qui n'est jamais totalement totalisée ou synthétisée mais qui est toujours en

¹⁴ Judith Revel, *Foucault avec Merleau-Ponty Ontologie politique, présentisme et histoire* (Paris : Vrin, 2015).

permanence ré-ouverte par le mouvement de sa propre totalisation. Merleau-Ponty parlera, lui, d'hyperdialectique : une dialectique sans synthèse possible, une relance permanente de l'histoire sur son propre bord. C'est exactement ce qui se passe chez Foucault, même si c'est très évidemment dit en des termes différents. Alors « sortie de l'histoire », dites-vous dans votre question... Je ne sais pas si j'ai dit une chose semblable – « sortie de l'histoire »... Cela m'embarrasse, parce que je ne suis pas sûre de souscrire à cette expression.

Au contraire, je crois qu'on ne sort jamais de l'histoire chez Foucault, jamais. Ce qui est vrai, c'est qu'il a tenté des modélisations différentes. La modalité archéologique consistait à dire la manière dont on avait pensé et dont on s'était représenté le monde et soi-même à une époque qui n'est plus la nôtre – une archéologie travaille sur des formes révolues qu'elle identifie par rapport à ce qui précède, et parfois par rapport à ce qui suit. Puis Foucault complète ce travail par une seconde modalité, qui consiste à dire : faisons jouer cette différence avec notre propre présent. Essayons de comprendre comment on a pensé, agi et comment on s'est représenté le monde, et nous-mêmes dans le monde, etc., à une époque qui n'est plus la nôtre pour pouvoir, par différenciation, essayer de comprendre la manière dont on pense, dont on agit, dont on se représente le monde, etc., aujourd'hui – c'est ce que Foucault nomme la généalogie, cet étrange effet de retour sur le présent que peut avoir l'enquête archéologique. Il y a une troisième modalité de son travail qui émerge plus tardivement, dans les dernières années de son travail, en particulier dans les cours au Collège de France, où Foucault se sert d'une notion apparemment non historique, la notion d'*attitude* : il ne s'agit pas seulement de voir comment on a pensé dans des systèmes de pensée qui ne sont plus les nôtres ; il ne s'agit pas seulement de penser ou de décrire des systèmes de pensée qui ne sont plus les nôtres pour pouvoir penser par rebond la manière dont nous pensons aujourd'hui, c'est-à-dire, pouvoir comprendre et décrire notre propre système de pensée. Il s'agit de comprendre comment, éventuellement, instaurer les conditions d'une discontinuité dans ce mode de pensée qui est le nôtre, comment ne plus penser de la manière

dont on pense. On a là une ouverture vers l'avenir très nouvelle chez Foucault – parce que cela prend nécessairement la forme d'un projet, un projet à la fois philosophique et politique : comment introduire de la discontinuité maintenant par rapport à nous-mêmes. Quand il parle de cette « attitude », Foucault lui associe souvent l'expression « différence possible », et le registre de l'expérimentation. Dans un texte, où il commente *Le Conflit des facultés* de Kant, il parle de « révolution ». Vous le voyez, je crois qu'en réalité on ne sort jamais de l'histoire. On expérimente, on tente de sonder les possibilités d'une ouverture de l'histoire à ce qu'elle ne contient pas encore. On ne supprime pas les déterminations historiques ; on n'est jamais dans un monde *hors histoire*, on est à l'intérieur du maillage historique.

L'archive au pluriel

ELS: *Une dernière question sur le projet de recherche « Discipliner l'archive ? », dont vous êtes la responsable scientifique. Le projet « interroge le statut de l'archive en confrontant sa conceptualisation et ses usages aux différents enjeux et méthodes propres aux approches disciplinaires au sein des sciences humaines et sociales ». Comment ce projet vise à repenser la notion même de l'archive ?*

JR: C'est un projet collectif que je dirige avec une collègue anthropologue, à l'université de Paris Nanterre, dans le cadre d'un énorme projet de recherche qui fédère plus de 60 projets de recherche, ce qu'on appelle un « Laboratoire d'excellence », un Labex, qui s'appelle « Les passés dans le présent ». A l'intérieur de cet énorme espace de recherche, qui a commencé il y a quelques années, nous avons proposé l'année dernière un projet sur la manière dont certaines disciplines qui nous intéressaient tout particulièrement avaient construit – ou pas –, et de quelle manière, et à quel moment, un rapport aux sources archivistiques. Nous avons, en particulier, pris en considération la sociologie, l'anthropologie, les sciences politiques et la philosophie pour voir comment ces disciplines – qui ne sont pas l'histoire – avaient, à un moment donné, décidé

d'intégrer à leur travail les archives, et quels gestes cela avait déterminé – c'est un premier volet de notre travail, qui procède à une sorte d'histoire interne aux disciplines à partir du moment, souvent tardif, où l'usage des archives s'impose, puis parfois transforme les pratiques disciplinaires préexistantes. Mais il y avait aussi la question connexe, qui était de savoir comment ces mêmes disciplines géraient leurs propres archives, produisaient elles-mêmes des archives disciplinaires – des fonds d'auteurs, des fonds de revue, des fonds d'institutions. Nous sommes partis avec cette double question, et nous nous sommes retrouvés avec un fourmillement de choses passionnantes, parce qu'il y a toute une géographie, toute une histoire des différents usages disciplinaires des archives. On travaille avec des historiens, des archivistes et des conservateurs, et on travaille de manière assez interdisciplinaire avec des sociologues, des anthropologues, des politistes et des philosophes...

Je dirige le projet en général, mais je travaille aussi, comme philosophe, sur la manière dont la philosophie a mobilisé dans certains cas des archives comme matière de son travail, et même comme *objet* de sa réflexion. Je me suis aperçue qu'en France on assiste à une très étrange installation du thème des archives dans les années 1960, mais paradoxalement à partir d'une compréhension très éloignée de ce qu'est l'archivistique. Foucault parle de « l'archive générale d'une époque » dans *Les Mots et les choses*¹⁵, et c'est une expression qu'il reprend dans *L'Archéologie du savoir*¹⁶. Par *archive*, au singulier (alors que les archivistes utilisent le terme au pluriel), il entend l'ensemble de la production discursive d'une époque dont il a, au préalable, déterminé le « bornage » chronologique. Il ne s'agit pas du tout d'aller voir dans les archives – de fait, Foucault travaille à l'époque essentiellement dans les bibliothèques, ses sources sont les imprimés qu'il y trouve. *L'Histoire de la folie* ou *Les Mots et les choses* sont tout sauf des livres nourris d'archives – quand archives il y a, c'est qu'elles sont citées dans des ouvrages que Foucault a lus, et qu'il cite en note de bas de page, mais

15 Michel Foucault, *Les Mots et les choses : une archéologie des sciences humaines* (Paris : Gallimard, 1966).

16 Michel Foucault, *L'Archéologie du savoir* (Paris : Gallimard, 1969).

aucunement des sources consultées par lui-même de manière directe. Puis il y a une inflexion très profonde au début des années 1970 – je pense que c’est très directement liée au travail que Foucault, avec des historiens, réalise autour du mémoire de Pierre Rivière dans le petit séminaire du Collège de France qu’il tient cette année-là, et dont il tirera *Moi, Pierre Rivière...*, publié en 1973. Le mémoire de Pierre Rivière, c’est une pièce, dans un ensemble archivistique qui contient d’autres pièces – par exemple, les expertises qu’il subit et le procès auquel il est soumis. Le tout dans des archives normandes : Foucault a oublié la bibliothèque, il change de lieu et de support documentaire, il change de geste d’enquête aussi, et probablement de style d’écriture, parce que ce qu’il fait se transforme. Il y a, sans doute, la découverte de l’extrême matérialité du support archivistique, qui le fascine, et celle des conditions de consultation – et de tout ce qui fait l’ordinaire d’une pratique historique des archives. Je pense que c’est d’une importance fondamentale dans la reformulation de son travail. Les archives – le mot *archive* tel qu’il l’avait employé dans les années 1960, au singulier, disparaît – vont devenir pour lui un lieu double : le lieu de la reconstruction possible des pratiques et des discours provenant d’une époque qui n’est plus la nôtre, mais également un lieu d’étonnement et d’émotion. Parce que ce qu’on voit – ou ce qu’il voit – dans les archives, dans la matérialité qui est la leur, c’est l’écho lointain et distant d’existences qui ont *réellement* eu lieu, c’est-à-dire aussi des vies, des souffrances, des cris, des joies qui sont fondamentalement anonymes ; mais que pourtant, grâce à ou à travers ce support fragile et matériel, de temps en temps, quelqu’un exhume d’une boîte oubliée, et qui revivent et nous renvoient par rebond à notre propre vie, à ce qui se passe dans nos vies au présent. Il y a ce texte extraordinaire de Foucault en 1977, qui s’appelle *La vie des hommes infâmes*¹⁷, où Foucault nous dit toute l’émotion qu’il éprouve à percevoir les cris, les joies et les désespoirs de ces gens qui n’étaient rien, et qui pourtant sont – à la faveur d’un hasard qui fait qu’un jour quelqu’un ouvre une boîte

17 M. Foucault, « La vie des hommes infâmes » [1977], *Dits et écrits* II (Paris : Gallimard, 2001) : 237-53.

et trouve les fragments de ces existences – encore en vie. Ce statut-là est radicalement différent de ce qu'il nommait encore, quelques années auparavant, *l'archive générale d'une époque*. Il est aussi, probablement, différent du statut que les archives ont dans les pratiques historiennes, où la part d'émotion tend à être gommée – sauf dans des réflexions ouvertement foucauldienne – et je pense par exemple au beau livre d'Arlette Farge, *Le Goût de l'archive* (où *l'archive*, bizarrement, repasse au singulier). Chez Foucault, c'est presque une approche littéraire des archives. Mais il y a aussi l'idée, méthodologiquement et politiquement étonnante, en vertu de laquelle s'intéresser aux archives c'est utile pour aujourd'hui. C'est utile pour aujourd'hui parce que cela nous oblige à nous demander : aujourd'hui, dans ma vie, qu'est-ce qui se passe ?

Cet infléchissement est tout à fait parallèle à ce qui se passe dans l'historiographie dans les mêmes années : après une longue période d'histoire démographique, d'histoire sérielle, d'histoire économique et sociale, d'usage des statistiques et des registres, voilà que réapparaît l'histoire saisie à la hauteur des hommes et des événements, l'histoire des anonymes (il ne s'agit pas de revenir à l'histoire des batailles et des traités, encore moins à celle des grands hommes). On s'intéresse maintenant à des villages – *Montaillou, village occitan*¹⁸... de Le Roy Ladurie, à des « quelconques » – le meunier de Ginzburg¹⁹, mais on pourrait dire aussi Pierre Rivière... Malgré tout le différend qui existe entre Ginzburg et Foucault sur d'autres aspects, et qui a été très vif (on se souvient que la préface du *Fromage et les vers* de Ginzburg n'est pas tendre avec Foucault...), l'un et l'autre ont en commun cet intérêt pour des existences qui sont complètement indifférentes aux grands récits historiques. Dans l'attention aux petites choses, aux petites gens, à « la légende grise des infâmes », comme dit Foucault, il y a, me semble-t-il, comme un repositionnement de l'enquête. Cela dit, Foucault fait une chose que les historiens ne font pas. Ce que les archives ont fixé de ces vies qui ne sont rien, cela renvoie ceux qui s'en emparent à leurs

18 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (Paris : Gallimard, 1975).

19 Carlo Ginzburg, *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un magnaio del '500* (Turin : Einaudi, 1976).

propres existences, et, au sens le plus banal du terme, au présent. Il y a presque, derrière la fascination et l'émotion, derrière aussi cette littérisation des archives qui est patente dans l'approche foucaldienne, cet usage stratégique qui permet paradoxalement de poser la question du présent, et tout particulièrement des rapports de pouvoir au présent. On trouve cela aussi, me semble-t-il, chez Jacques Rancière. D'abord très nettement dans la revue – qui est aussi un collectif de recherche – que Rancière fonde en 1975, *Les Révoltes logiques* : l'utilisation des archives est centrale et elle est politique. Elle est pensée en fonction du présent, c'est à la fois une fin en soi et un instrument. Par exemple, le premier numéro²⁰ est en partie construit sur un certain nombre d'archives relatives à l'histoire des femmes. Mais il s'agit de penser aussi et surtout la question des femmes au moment où le numéro sort. Il n'est pas indifférent qu'Arlette Farge et Geneviève Fraisse, qui sont engagées dans des mouvements féministes à l'époque, fassent partie du collectif. Un petit peu plus tardivement, toujours pour rester chez Rancière, il me semble que c'est au même type d'usage qu'obéit *La Nuit des prolétaires*, dont le sous-titre est *Archives du rêve ouvrier*²¹, qui sort en France au début des années 1980. Ces archives existent, elles valent en elles-mêmes et disent des choses inattendues de la vie des ouvriers et des ouvrières dans les années 1830 en France – par exemple, que certaines et certains écrivent au lieu d'être terrassés par la fatigue du labeur de la journée. Qu'il s'agit souvent de récits de vie. Que cet « arrachage » de l'écriture – et plus encore de l'écriture de soi – au privilège de la vie bourgeoise s'accommode mal de nos propres stéréotypes de ce qu'est, ou devrait être, un ouvrier du premier tiers du XIXe siècle. Mais ces mêmes archives donnent à voir la force politique extraordinaire de pratiques de subjectivation qui font de la non-correspondance avec ce que le sujet est, pourtant, censé être (par exemple ici : analphabète, ou abruti de travail, ou indifférent aux belles lettres) une manière de résistance. La non-correspondance avec l'identité sociale « objective »

20 *Révoltes Logiques*, n° 1, octobre 1975. (disponible sur le site <http://horlieu-editions.com/introuvables/les-revoltes-logiques/les-revoltes-logiques-n-1.pdf>).

21 Jacques Rancière, *La Nuit des prolétaires. Archives du rêve ouvrier* (Paris : Fayard, 1981).

normalement épinglée sur les individus, la déchirure qu'une pratique institue entre la vie et le rôle social conventionnellement reconnu (tellement reconnu qu'il passe souvent pour une « nature ») : voilà là où se construit un principe de résistance, où cela combat et cela grince, ou, pour le dire avec les mots de Foucault, où la subjectivation s'opère autrement et la différence se creuse... C'est intéressant pour nous, lecteurs : quels sont les masques sociaux auxquels nous sommes censés correspondre, et quelles sont les pratiques susceptibles de les arracher, ou de faire dérailler la grande distribution théâtrale des identités pour recomposer autrement, librement, ce que les hommes veulent être à la fois singulièrement et collectivement ?

Referência para citação:

Revel, Judith. "L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s). Entretien avec Judith Revel par Elisa Lopes da Silva." Por Elisa Lopes da Silva. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 155-181.

Mirrors, Rooms, and one Very Big Building

A conversation with Yuri Slezkine on Russian
ethnographers, the historiography
of the Soviet Union and Literature.
Interview by José Neves*

Yuri Slezkine is the Jane K. Sather Professor of History at the University of California and director of the Berkeley Program in Eurasian and East European Studies at the same university. He was born in Russia, in the mid-1950s, and he graduated from Moscow State University. In the early-1980s he went to Austin, Texas, where he obtained his PhD under the supervision of Sheila Fitzpatrick, a leading figure of the so-called “Revisionist School”. Among Yuri Slezkine’s several contributions to the history of the Soviet Union and Russia, we find his PhD thesis *Arctic Mirrors: Russia and the Small Peoples of the North*, published by Cornell University Press in 1994. In 2004 he published a new book, the *The Jewish Century* (Princeton University Press, 2006), and he recently published *The House of Government: A Saga of the Russian Revolution* (Princeton University Press, 2017). This conversation was held in Lisbon in November 2017. Yuri Slezkine was a key-note speaker at a conference on the 100th anniversary of the Russian Revolution organized by Universidade Nova de Lisboa. This conversation took place one day after he delivered his talk. Most of the conversation was conducted by José Neves but other colleagues also posed some questions to Yuri.

*

José Neves (JN): *Thank you very much for being with us. I will start with a very short biographical question. How come are you able to speak Portuguese so fluently?*

* José Neves is Assistant Professor at FCSH-NOVA.

Yuri Slezkine (YS): Just so you continue to think that I speak it fluently, I'll be speaking in English, so I don't get caught. I was at the University of Moscow, in the early 1970's, when the *25 de Abril* [1974] happened and hundreds, perhaps even thousands, of Soviets went to the former Portuguese colonies in Africa. There weren't many people in the Soviet Union who could speak Portuguese. So, when I was in my senior year in college, studying Medieval Russian Literature, I heard about this incredible opportunity: that I could attend one language course, study for six months or so, and then go to any former Portuguese colony and work for any organisation. I chose Mozambique and the Ministry of Merchant Marine, went to Beira, and spent a memorable year there, in 1978. Then I came to Lisbon in 1982 and spent another memorable year here. So, I spent two years of my life speaking Portuguese. Two of the best years of my life. I haven't had any practice, really, for the last 35 years, but I do occasionally listen to the radio and enjoy it immensely. Podcasts, mainly. Anyway, that's the story of my old but chequered relationship with the Portuguese language.

JN: *So, you went from one socialist country to another socialist country, from the former Soviet Union to Mozambique. What were the differences between an old and huge socialist country, the Soviet Union, in-between Asia and Europe, and this new socialist nation that was emerging from African struggles against colonialism?*

YS: At the time, I didn't think of the difference as having primarily to do with socialism. It was just a different world. Everything was different. It was my first time abroad and there is no better way to find yourself in a new world, I think, than to arrive in Maputo in 1978. And this is where we come to socialism, because the Soviet Union that I had left was a country dominated by irony. Everyone was ironic. It seemed to be the only possible intonation or mode. And there I was, in a country where so many were romantically inclined. Many of the so-called *cooperantes* (volunteer workers), from various countries, partic-

ularly from Brazil and Argentina, and to some degree the leftists from Western Europe, where there because of an idea, because of Socialism. Something that did not really exist, not only for me, but for anyone within the Soviet community in Mozambique. So, you asked about the difference. That was as far as you could get and still call it by the same name. Both countries were nominally socialist, but their view of the concept, of where they were in relation to whatever socialism was supposed to mean, were polar opposites really.

JN: *And what about Lisbon? You spent the year of 1982 here. Did you have any previous knowledge of Portuguese society and culture?*

YS: Well, I learned a little bit, I would even say a fair amount, in Beira, by making friends with Portuguese-speakers and Portuguese people in Mozambique. I had read *Os Lusíadas* in college, because I went to the Philology Department of Moscow University and Camões was part of the curriculum, in Russian translation. It was later, here, that I actually read my first Camões sonnets in Portuguese, and was tremendously impressed. But no, I don't think that, other than *Os Lusíadas*, I had read anything translated from Portuguese. I had, of course, read a great deal about the revolution and had been following the news from Portugal closely, but that is the extent of it.

The Soviet Union as a Communal Apartment

JN: *Okay. Let's leave Portugal and Mozambique behind... And let me just tell you how I actually got to know your work. My own PhD thesis was on how Portuguese communist leaders and intellectuals, although they were committed to internationalism, ended up forming and imaging a Portuguese national identity, a Portuguese national culture and history. In the research process, I came across your very influential article on the policies of the Soviet Union regarding nationalities, titled "The Soviet Union as a Communal Apartment, or: How a Socialist State Promoted*

*Ethnic Particularism*¹. The article was published in 1994. If I can sum it up briefly for those unaware of it, there you describe how the Soviet regime, despite its internationalist background, was deeply invested in the making of national identities within the Soviet Union itself. This was done through political discourse, ethnography, language studies, and so on. The article was published few years after the collapse of the Soviet Union and, at the time, one of the reasons that was considered as a cause for such collapse was the Soviet oppressive attitude towards nationalities. Your article was somehow against these views. Also, by that same time and on that same issue, there was some relevant work being done by other historians, like Terry Martin's book, where the national policy of the Soviet Union was seen as an affirmative policy.² So, could you just give us a brief account of that article?

YS: Well, yes, Terry Martin's book was part of the same approach, pretty much. The dominant view was that the Soviet Union was an evil empire and that, among the many evil things it did, was the oppression of national minorities. My article argued the opposite. Or rather, it described how the Soviet state had created, nurtured and celebrated national particularisms. How it had created an ethno-territorial federation. How remarkable the Soviet state was, as a federation, and how it actually functioned. I used the metaphor of the communal apartment to describe the situation where every union republic had a room of its own. And so, the story ends with most of the residents barricading their doors leading into the hallway where the Russians lived. The huge hallway and very large kitchen where they used to make the most important decisions and where they were now stuck. Indeed, today, if we look at the post-Soviet or post-Communist states, they are all mono-ethnic states with one exception. Not only are they mono-national states, they are explicitly, pointedly, intensely, if you will, tribal in

1 "The Soviet Union as a Communal Apartment, or: How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism," *Slavic Review* 53, n° 2 (1994): 414-52.

2 Terry Martin, *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939* (Ithaca: Cornell University Press, 2001).

their self-representation and self-understanding. With one exception, and that exception is Russia which, at least rhetorically, remains, if you don't like it, an empire, and if you like it, a multi-national state. So, that article really did go against the current, in a sense. And so, there were all kinds of reactions. To be honest with you at this point, I am not sure I remember how it came about. I remember my first day in Maputo much more clearly... Probably it had something to do with my first book [*Arctic Mirrors*], which was about nationhood and ethnography in the Soviet Union.

JN: *And in that first book, which was your PhD thesis, Siberia was the laboratory you actually explored. Why Siberia in particular?*

YS: It was about the native people of the Arctic zone of the Soviet Union and their relationship with the Russian and Soviet state, and Russian life more broadly. Actually, the idea for that book came out of my experience in Mozambique, believe it or not. Because after my stay in Mozambique, when I, more or less by accident, ended up in graduate school in the United States, I wanted to be a historian of Portuguese Africa. But I had to teach Russian for a living and, in order to be allowed to teach Russian, I had to study something to do with Russia. I was stuck with Russia. So, I decided to apply some of my interests that had to do with empire-building, colonialism, metropolitan versus aboriginal, if you will, to the Russian case. It was only then that I realised that I had grown up in the Soviet Union without a clear idea of how Russia had gotten to be so big. I had always taken it for granted! Remarkably, the story of Russia's eastward expansion, the conquest of Siberia, is not really a part of Russian national mythology. It is hardly present in the textbooks. It is hardly present in canonical fiction, and the Russian literary canon is the bible for every Russian (it still is for me). And there I was, thinking about the Portuguese empire in Africa and at the same time exploring Texas, going to Indian reservations – I did a lot of driving around the south-western United States and I went

to some Indian reservations in Arizona, New Mexico, West Texas, and so on – and I vaguely remembered some distant echoes of similar discussions back in the Soviet Union, but I knew nothing about them. Actually, it is interesting that, when you think of these two great empires, one in the extreme west of Europe, the Portuguese one, the maritime one, and the other in the extreme east of Europe, the Russian Empire, they were built at the same time. They are almost never compared, but it was happening in the sixteenth and mostly in the seventeenth centuries, when Russia became what it became, out of Muscovy. In eighty years, a handful of people, mostly Cossacks, moved from the Urals to the Pacific. Economically, structurally, it is much more similar to the fur-trapping expansion in Canada, say. But still, there they were, at the same time, expanding in different ways and in different directions. That idea struck me as interesting and even though I abandoned the idea of an explicit comparison, I focused on the story of the hunting-gathering populations of the Russian Empire, and how they were dealt with by an endless succession of travellers, warriors, missionaries, government officials, reformers, ethnographers, later on, collectivisers, and so on. So, whatever you know about Russia, the Russian Empire, the Russian Revolution, the Soviet Union, imagine those things applied to reindeer-breeders or walrus-hunters. It is a peculiar thing. And that is what I found interesting, that is what I started writing about, and that ended up being my first book. It was after dealing with problems of national difference, ethnic difference, nationalism, imagined or otherwise, for a while, that I moved on to write the article you mentioned.

JN: *You mentioned the role of Russian ethnographers in that process, throughout the twentieth century and even earlier. Were there, during the Soviet Union and before, interchanges between Russian anthropology and Western anthropology? We often have this idea that social sciences and humanities in Russia were largely dependent on the Marxist tradition. But, in the case of Soviet ethnography and anthropology, were there any similarities or even connections with the history of anthropology and ethnography in other places?*

YS: Yes, absolutely. There were lots of connections. Up until the late-1920s and early 1930s, Russian anthropologists and ethnographers were part of a much larger world of studying the other, as it were. Most of the original, at least better-known, Russian ethnographers started out as political exiles. It was in Siberia or on the Arctic coast of the European part of Russia that they discovered the people they had never heard about and who were theoretically their fellow citizens, fellow subjects of the Tsar. Some of them ended up writing very influential, very interesting, very good books. They did a lot of reading in French, German, and English on ethnology and anthropology. Later, ethnography was marginalised as part of the Cultural Revolution during the first five-year plan period. Civilised nations had history and those others had ethnography. Was that fair? That went against the Soviet sense of equality, of promoting the interests of the backward, the unfortunate and the exploited. And so, they saw ethnography, and Indo-European linguistics, as a colonial survival. Ethnography was moved, as a discipline, into history departments. And it became, for a while, the part of history that dealt with so-called primitive communist societies. In the 1960's and 70's things would change, and Soviet ethnography would, to some degree, rejoin the international academic world, while keeping its own specific features, a very important one being a dedication to ethnicity as something primary and unchangeable. Or at least, if not unchangeable, as something substantive, not easy to destroy, something inherently valuable.

The Historiography of the Soviet Union

JN: *Let me insist a little bit more on your PhD thesis, but now focusing on a different matter. Your supervisor was Sheila Fitzpatrick. You were a Soviet émigré in the United States and she was already a leading figure of the revisionist school, challenging the conservative views of some Political Science and the so-called totalitarian paradigm. How was this encounter?*

YS: Not good [laughs]. First, I did not go there in order to work with this great Soviet historian. I went there because I had been teaching English at the *Guarda Nacional Republicana*³, in Costa da Caparica, and after several unsuccessful attempts to sell encyclopaedias to housewives and filtered-water to dentists' offices in Lisbon, I was ready to go anywhere, pretty much. I had some friends here in Lisbon who were on their way, more or less illegally, to Belgium, Switzerland or France to work and I thought I would probably go with them. But I was told that there was another way to travel and see the world, and that was to apply to graduate school in an American university. So, I thought: okay, if I get accepted, I will go to America; if not, I will work as a Portuguese manual labourer in Belgium and see what happens. It was the former option that materialised. And I, never having heard of Sheila Fitzpatrick, arrived at the University of Texas and she didn't like me one bit because, going back to your question about two kinds of Socialism, I was at the far-ironic end of the spectrum and she was at the head of the revisionist school. Since she didn't like me, I didn't like her, either. But then things changed. I obviously changed more than she did, partly because I was younger and perhaps more flexible, but also because, like so many of my fellow countrymen back then, I somehow thought that I knew everything about the country in which I grew up. And there she was, with her heavily accented Russian. What did she know? After a while, I realised just how little I knew, and how much more she knew. So, I learned a lot from her and I changed a lot as a consequence. She changed some, also. We were co-editing, or rather she talked me into co-editing a book with her, on Russian female first-person narratives. She wanted me to translate it into English, and she would write an introduction. And then, having grown up a little bit, I thought: "no". I remember telling her that we either called the book "The Women that Won the Revolution", as opposed to "In the Shadow of Revolution", which was the title, or we changed its conception.⁴ And we changed it.

3 Portuguese National Guard.

4 Sheila Fitzpatrick and Yuri Slezkine (eds.), *In the Shadow of Revolution: Life Stories of Russian Women from 1917 to the Second World War* (Princeton: Princeton University Press, 2000).

She was primarily interested in the upwardly mobile, in the so-called *vydvizhentsy*, for those of you who know Russian, the “promotees”, the beneficiaries of class-based affirmative action, those who benefited from Soviet socialism, indeed from the Great Terror, from educational opportunities, and so on. And my point at the time, still owing to my old Soviet background, was that, you know, that is not the whole story. Back in the day, before meeting Sheila, I would have said that was not the story at all. By then, I knew it was a really important, central, story, but certainly not the only one. So I ended up adding a bunch of white émigrés and peasants who suffered from collectivisation, that sort of thing, to give it some sort of balance. Eventually, Sheila and I became friends, and are friends today. I have great respect for her as a scholar and as a human being. And for those of you who are interested in Russian, Eastern European or Central European history, her most recent book, I think, is brilliant. It is the story of her husband as part of the story of Eastern Europe between the wars, during World War II, and immediately thereafter. That book combines her tremendous skills as a social historian with a peculiar warmth that she feels for her main character. It is unusual for a professional historical work, and I think she has done a remarkable job.

JN: *This clash, I mean this confrontation, between the so-called “Revisionist School”, of which Sheila Fitzpatrick was one of the leading figures, and the so-called “Totalitarian School”... Would you say that it can be explained as a political-ideological clash, more than a scientific one? You were mentioning, for instance, that Sheila Fitzpatrick was a social historian, while the “Totalitarian School” mainly gathered political scientists and historians working on the political, more than the social, history of the Soviet Union.*

YS: I think it was highly political and perhaps primarily political. The “Totalitarian School” had been associated with the Cold War, with a particular view of the Soviet Union and with a particular desire to see

it as closely related to Nazi Germany, to represent it as the enemy of the “Free World”, a concept that had been created in the late-1930’s. I think it was Fernando Rosas who mentioned it as important for the Estado Novo in Portugal. So, it was obviously political, but also generational – because the political/methodological differences coincided with a generational change. Sheila Fitzpatrick, as a revisionist, as someone sympathetic to the left, someone who had come out of the left in Australia, was vilified by the Cold War establishment. I never became a revisionist, I never shared her agenda, but neither did I share the other one. I do actually find totalitarianism an occasionally useful concept, but only if you apply it to Christianity, Islam, and many other movements beyond the Nazis and the Bolsheviks.

JN: *Actually, Cold War is a concept that is used in the historiography of the United States, but not so much in the Soviet Union.*

YS: In the Soviet Union, it came into use at some point, but it was used primarily ironically. Because substantively, if the Cold War was a confrontation between two incompatible ways of life, two political, economic, and ideological systems, then obviously, from the point of view of the Soviet Union, it began in 1917. It is only when seen from the West that it looks like something that emerged out of the ruins of Europe after World War II.

JN: *I have just one more question concerning the historiography of the Soviet Union. We have the “Totalitarian School” and then the “Revisionist School”, but in the last years there have been some major contributions, like yours, going beyond this dichotomy. I am also thinking about the work of Stephen Kotkin and this idea of Stalinism as a civilization.⁵ Sheila Fitzpatrick classifies these works as “Neo-Revisionist” or “Post-Revisionist”. Can you give us a brief account of what is at stake here?*

⁵ Stephen Kotkin, *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization* (Berkeley: University of California Press, 1995).

YS: There are two things that are usually associated with Kotkin's early work and that would become very influential in the 1990's. First of all, Soviet subjectivity as a particular concern and a focus on Soviet subjectivity as something, perhaps, peculiar. Or peculiarly illiberal. Jochen Hellbeck, a very good historian based at Rutgers University, has been influential in that regard. The other one is the Soviet Union as a welfare state and the degree to which it was similar to other modern states. Much of Kotkin's work was influenced by Foucault, so he was looking at the Soviet Union as a particular version of the familiar animal.

JN: *You were saying that the concept of totalitarianism sometimes proves useful but actually, in your works, you don't use it.*

YS: I use it sort of ironically, I would say. And, to some degree, in passing, in my new book, when I look at Bolshevism as a form of millenarianism. There, I think it is useful.

From the Russian Empire to *The Jewish Century*

JN: *And what about the concept of empire? There are huge discussions on how the concept can, or cannot, be applied to twentieth century informal empires, as the United States itself. Or whether it can be used to highlight the continuities between Russia as an empire and the Soviet Union. At Berkeley, you lead the Institute of Slavic, East European and Eurasian Studies, a kind of Area Studies institute, about Eurasia. How do you see this kind of debates?*

YS: Well, it depends on how you define things, obviously. The problem with empire as a term is that it is so often used pejoratively. Empire means really big and really bad. That is not a good way to proceed. Still, it may be useful. The United States is, by most definitions, an empire. I mean, empires come in different shapes and forms. Compared

to nation-states, they are usually understood as something internally diverse, expansive, with different legal statuses reserved for different groups, and so on. I find it useful, at least in conversation, to refer to the United States as an empire. Here we are, speaking English. It is a foreign language for both of us, so why are we speaking this language? Because that is what happens to imperial languages. That is why I remember someone I met in Mozambique, a local official in a small town, telling me: “We have been so unlucky! Our neighbours across the border were forced to speak a European language, but at least it is a language that is needed everywhere. And here we are in Mozambique... Damn, you know, who needs Portuguese?” I have been hearing this about Russian, about the heavy and unpleasant duty to learn Russian, from all kinds of people in the post-communist, post-soviet space. Russian was the language of the Soviet Empire. That empire is defunct, and English is now the first universal *lingua franca* in the history of the World. The United States is the first truly global empire, controlling the world’s finances, information flows, wars, and most everything else. And that is how, indeed, I think of my own trajectory. I am Russian, and I feel strongly about it, but the closer you get to the centre of the empire, the more you feel that is where the action is. So, it is interesting to be there, and I think it makes sense to view it in that light.

JN: *At the same time, in some of the work you have done, some of the subjects you have dealt with, are subjects on the move. In a quite suggestive way, you consider the fact that Jews, throughout the interwar period, either went to the United States or, of course, to the Middle East, but also to Moscow. And does your book The Jewish Century have some connection with your personal trajectory?*

YS: Yes, I like to tell this story. I don’t remember how old I was when I came home one day and told my father: “Mishka Ryzhevsky from apartment 13 is a Jew!” And my father said: “well, let me tell you something...”. Or something to that effect. My mother’s parents had

come from Argentina to the Soviet Union to build Socialism. They were originally Polish-Lithuanian Jews and they went to Birobidzhan, the Jewish Autonomous Republic on the Chinese border, and then to Moscow. Later, my grandfather was arrested and released, went to war and was killed, so my grandmother was lucky to become the widow of a war hero, instead of being the wife of an enemy of the people. My father, on the other hand, comes from the nobility. His father was a fiction writer, but his grandfather had been a general in the Imperial Army, and so was his great-uncle, and his great-grandfather and great great grandfather. As far back as we know, they had all been army officers, and I remember from my childhood pictures of my father's ancestors with remarkable, really cool, moustaches and sideburns, helmets and epaulettes. A marvel to behold. But the interesting thing is that, growing up in the Soviet Union, I cared nothing for my aristocratic ancestors. I felt strongly about my mother's family because it was associated with irony, intelligence, and opposition. Later on, when I emigrated, I realized just how Russian I was. There was nothing left of Jewishness, other than my warm memories of my grandmother and her world. But then, looking back at my high school and college years, the overwhelming majority of my friends and my parents' friends were ethnic Jews. Almost all of them were anti-Soviet. All of them were members of the Soviet intellectual elite. It was only later on that I realized that it was very interesting that there they were, Jewish and anti-communist, and almost all of them had Jewish communist grandparents. And so the question arose: how do you go from those communist grandparents to those anti-communist grandchildren, without anyone wondering how that happened? That was one of the original inspirations, if you will, for writing that book. But the real reason is that I started writing *The House of Government* twenty years ago, about the house where most members of the Soviet political elite lived in the 1930's, before being killed. And I found so many Jews in that building! And not only were there so many Jews in that building, but they acted differently from most other communists, in that they were much more consistent in their internationalism. Polish or Latvian communists could consider

themselves communists and Latvian or Polish at the same time, read Mickiewicz to their children, sing Latvian songs, and so on. Jews made the point of not doing any of that. Because internationalism meant internationalism. At the time, they didn't quite realise that it meant becoming Russian, because Russian was the language of internationalism (the way English today is the language of academic exchange). So, to finish answering your question, it was at that point that I discovered, or thought that I did, that there weren't two great migrations in twentieth century Jewish history the way it is usually represented (one to Palestine, very small but highly political, and one to America, very large but not terribly political). But there was a third one! Which was as highly politicised as the one to Palestine and as large as the one to America. And that was the migration to Moscow, to Communism, huge numerically and incredibly important in early Soviet History. As you can easily imagine, it is not an easy story to tell. Not one that is to everyone's liking. But why tell stories that are to everyone's liking, right? What is the point?

JN: *Not an easy story to tell also because of the soviet relation to antisemitism, right? I mean, on the first period there were no antisemitic signs, I would say, but after the Second World War, there were.*

YS: Even before. It is difficult, precisely because it gives credence to one of the most odious Nazi tropes, Jewish commissars. But it is true that the soviet party elite was Jewish to a considerable degree. Or rather, Jews, as an ethno-religious group, were overrepresented within the Soviet elite to a much greater degree than any other group. And that story is an interesting one and worth telling, it seemed to me, without rancour, without polemics, as a story. As, in some ways, a tragic story, not that dissimilar from the one in *The House of Government*, about idealism gone wrong, in a way. Early on, the Soviet state had a strict policy of struggle against antisemitism and enforced it consistently. Then, things began to change in the late 1930s, and that had to do

with the rise of the Nazis. When Stalin's views began to change, he got rid of Litvinov, who was ethnically Jewish, as Minister of Foreign Affairs, and brought in Molotov. Slowly but surely, he began to purge certain institutions, particularly the Ministry of Foreign Affairs. Later, things changed radically during the war and right after, in a way you probably know about or can easily imagine, and then came to a head after the creation of Israel, when Jews, who had not been targeted during the Great Terror the way Poles, Germans, Latvians and many others had been, became a target. In other words, they joined the nationalities that were considered potential fifth-columns within the Soviet Union. So, that was when Stalin launched his antisemitic campaign, which didn't last very long. It ended, more or less, with his death, but certain restrictions on Jewish upward mobility came back in the 1960s and remained to the end of the Soviet Union. Jews were still, by any measure, the most successful ethno-religious group in the Soviet Union, if you measure it in terms of numbers of PhDs, professionals, people with higher education, members of the intellectual, artistic, and scientific elite, and so on. But their continued mobility and their presence within that elite were restricted by a Soviet state that made the point of promoting others. And that, of course, resulted in a great deal of bitterness and unhappiness.

The Making of *The House of Government*

JN: *You mentioned that you were working on this new book, *The House of Government*, for more than 20 years. I imagine that there were a lot of reasons for this to happen: theoretical problems, methodological problems, and so on. But also, at the same time, writing itself must have been a major challenge. It is a saga, right? A kind of epic. Where the characters have a relevant role. But on the one hand, you use well-known characters from history, like Bukharin, and, on the other hand, characters not that well-known. And you used very different sources.*

YS: The idea was to combine at least three planes. On one hand, it is a collection of family histories. It is about particular individuals and families that moved into that house, lived within that house, and then died having been thrown out of that house. It is one story. And they weren't just any old families, they were the families of the founders of the Soviet state. The original revolutionaries. Then there is the story of Soviet Literature as it attempted to mythologize that experience, to represent its deeper meaning, to represent the lives of those people through metaphors, particular plots, and so on. And the third one is the one that has to do with millenarianism. The various phases in the history of a sect, as it succeeds initially, becomes disappointed, and has to deal with that disappointment in the way that every millenarian sect has to. I tried to connect those three planes, to have them intersect in various ways. Through these characters, through some literary plots, through references and metaphors, and then through a particular analytic prism that has to do with the history of millenarian movements. That is the story of book.

*

JN: *I'll now open the floor to questions coming from other colleagues.*

Luis Trindade: *Can you tell us a bit more about the literary genre? Why the saga? Why did you feel that the saga was the appropriate narrative form to tell your story and is that related in any way to Russian literary traditions?*

YS: It does. You wouldn't have to hold up this monster of a book now if I had stuck to my original plan, which was to write something structurally related to a compact novel -- a book based on fact, entirely a work of history, but designed and structured as a novel organized around the unity of space, a conventional device. I have an epigraph from Georg-

es Perec, some of you may know him as the author of *La Vie – Mode d’emploi*, a story of a residential building. But then I thought I couldn’t really do that without introducing my characters much earlier in their lives. They moved into the House of Government as forty-somethings, in the case of the men, thirty-something, in the case of the women. I didn’t think that the reader could understand the fate of those people unless I started much earlier and had the reader follow them from the moment of conversion all the way through to their deaths. So, it was in the process of writing that I realised that I was working on something much bigger than a novel, generally speaking, and that it was an epic or a saga. When I say saga, I mean the story of several families, through several generations, against a rich historical background. That is what it ended up being. And, of course, Russian literature is particularly rich in those. *War and Peace* was so influential within the Russian canon and literary tradition and you can think about others, including *Life and Faith*, by Vasily Grossman, or indeed *The Gulag Archipelago* and Solzhenitsyn’s endless work on World War I and the Revolution. And there are more. So, in some ways, to be really honest with you, I did at some point decide that I was writing something that was like one of those unwieldy Russian novels and might as well allow it to develop that way. And that I really should have written it in Russian. I have made many mistakes in my life, and one of them was to write this book in the wrong language. I am now fixing it, but look at its size! It is a peculiar thing, publishing the translation first and producing the original later on.

Ricardo Noronha: *Do you think that the fact that this elite of the Bolshevik government was moved into the House of Government in the early 1930’s, I believe, can serve as a metaphor for the narrowing of the power structure in the Soviet Union, in a certain way? Where were they beforehand? Where they scattered?*

YS: They were scattered around downtown Moscow. They had been living in several hotels in central Moscow, converted into dormitories

for party officials. And that building was to become their home. Their first home. And that was something very controversial and very challenging. Because what is a home for communists? For people who had been nomadic for all of their lives before that. Can communists have a home? And if so, what should it look like? You will find in the book, if you read it, that there was a lot of debate about whether families were compatible with Communism, whether family apartments were compatible with the building of Socialism, and so on. That that building was to be the first of many. It was the prototype of communist domesticity. And yet, it was a compromise to begin with. Not quite fully communal, not quite fully “bourgeois”. And it remained the only one. That is, if you will, a very good metaphor. That it was to be one of many and it remained the only one. And that it was going to be really special, and I don’t think there is a single person in Russia who does not think that it is exceedingly ugly. Which is also, probably, kind of a fitting part of that same metaphor.

JN: *I have one question that has to do with the building. Do the people that walk by in Moscow today have any idea of the role of the building? What is the memory of the Soviet Union in today’s Russia?*

YS: Well, everyone knows about this building. Not because of me, but because of Yuri Trifonov, a very good writer, and his novella *The House on the Embankment*. Everyone in Russia knows it as the House on the Embankment and thinks of Trifonov’s novella. My book is secondary to Trifonov’s. If you already have Camões as your national poet, then, even if you are Fernando Pessoa, you can’t lay claim to that title because it has been taken. So, Trifonov is there and my book will be next to his in immortalizing that building and that experience[laughing] But, it is still an elite building. As I said, it is not liked by anyone, but it is appreciated for its location, because there it is, on an island, with large windows and tremendous views of the Kremlin. Just a heavenly view, particularly at night, when it is lit-up. And then there is the view

towards the Cathedral of Christ the Saviour, and that is also something to see. I don't know how many of you know it, but it was Russia's largest church, and it was blown up on Stalin's orders to make way for the Palace of Soviets, which was to be the ultimate public building of all time, and which was never built. That is almost too cheesy of a metaphor. They spent several years trying to build it and then they gave up, and transformed it into the world's largest outdoor swimming pool. Then the pool was drained, and the cathedral restored, in one of the first symbolic acts of the post-communist regime. Anyway, there it is, overlooking the Kremlin and the Cathedral of Christ the Saviour, filled with some descendants of the original residents, not too many, and various other elite types: new corporate heads, foreign correspondents. I remember going there when I was a college student for the first time. By the way, one other thing everyone knows about it is that it is covered with memorial plaques, the way a really old pair of jeans is covered with patches. So and so lived in this building, and so and so lived in this building. It is like armour. It is a big building, but there were a lot of so and so's livings there. And now that people are going to read my book, there are going to be pilgrimages there! They are going to carry my book, or maybe the electronic version, looking at it and saying: "this was where so and so jumped out of the window."

André Dias: *I have two questions. By the end of yesterday's session, a professor of musical sciences here, Mário Vieira de Carvalho, said that in the arts the Bolsheviks were conservative, they prolonged the tradition. There was no rupture. And, supposedly, millenarism should be a rupture with the old. The other question deals with your connection with literature. Obviously, it has to do with your background and you keep mentioning it and in The House of Government you pay particular attention to it. But I haven't noticed any reference to film. I was wondering if, from the methodological point of view, as an historian, you relate differently to those two materials, to those two kinds of documents?*

YS: First of all, on the rupture. It is, I think, true that many of the so-called Old Bolsheviks weren't terribly sympathetic to the *avant-garde*. It is also true that during the Revolution, during the Civil War and in the 1920s, it was the avant-garde that ruled the day. That was how most communal buildings were designed. That was what half of the House of Government was like. It was, indeed, not a clear relationship. But there were different types of millenarianism. People's expectation of the end of the world as we know it, and the coming of something entirely different, were expressed in different ways. Most *avant-garde* artists, filmmakers, theatre directors, painters, and so on, were younger than my protagonists and came from a different *milieu*. Many of them joined the Revolution later. But they were the ones who mythologized, depicted it and became terribly important in the history of the Russian Revolution. On your second question, it is, again, partly deliberate, partly not. The part that is not deliberate is that the building has a theatre, which is still there, and a movie theatre, which is also still there. And I found a terrific archive covering the life of that theatre. It is one of my favourite stories in the book, this theatre and its very interesting director. Imagine the building, which is itself a kind of stage, and within that building there is a theater stage. But I did not find the archive of the movie theatre. Or rather, it is there, but there was virtually nothing in it. So, that is partly how a book such as mine is different from an actual saga, or epic, in that I can't invent anything. I either find things or I don't. If I had the talent and the desire to write a work of fiction, it wouldn't have taken me twenty years. But I am not going to complain, too late now. But there is also the deliberate part. I wasn't completely heartbroken by the fact that I did not find a good archive on the history of the movie theatre. Because film did not play an important role in those people's lives and because I was not making a film, but writing a book. There are two reasons, in other words. One is that, for my characters, there was nothing more important, other than Communism itself, than literature. That is how they met. That is what they did in prison. That is what they did in exile. That is how they understood their lives. Through reading. And that is how they raised

their children. Literature is a key character in the book. And, number two, I was writing, and I wanted to make a connection between what I was writing and whatever they were reading and writing.

Anonymous: *In your first study, The Arctic Mirrors, you wrote about the huge discussions among Soviet ethnographers, about ethnohistory, Bromlei school, and so on. After that you wrote the article about national politics in the Soviet Union, and it had a huge repercussion. Was that, in part, due to the fact that most Sovietologists did not study the schools of Soviet ethnography? They did, sometimes, use material from the Soviet ethnographers concerning the small peoples, the situation in the Caucasus, in Central Asia, but didn't study the theories that these ethnographers were discussing.*

YS: I think you are right, probably. I think it came as a surprise, partly for that reason. People hadn't been paying attention to some of those debates. And partly because, at least for Soviet historians based in the West, for the longest time no one really was interested in the ethnic component of the Soviet experience. The only people interested in it were people championing a particular national cause. So, up until a certain point, the few books that were being produced about non-Russian nationalities were written by the representatives of those nationalities and, invariably, their fate was seen as unique and particularly difficult. The existence of the Soviet state and its peculiar ethno-territorial form was taken for granted, and few people asked how it actually came about and why it came about this way. Why would the most universalist movement, if you don't like the word sect, of the twentieth century, create the first ethno-territorial federation in history? It doesn't make any sense, if you think about it. That was the initial incentive for me to write that article. And it surprised people so much that still, 23 years after, it is the most downloaded article in the history of the *Slavic Review*. It is still surprising to some people. Because, you know, the Soviet Union was supposed to be bad and the Russian Empire was

supposed to be the prison of nations. And the Soviet Union must have been a prison, too, and maybe it did end up being that, depending on which part of the empire you are looking at and what your criteria are. But the fact remains that convinced internationalists, who despised nationalism, built their state around ethnicity. And that is the story that struck me as important, as interesting and essential, and that is the story that I tried to tell in that article.

JN: *And how was your argument received and discussed within scholars from the new nation states, from Ukraine, from Latvia, etc. Your argument was well accepted?*

YS: Well, by now it is. Originally, there were some very unhappy people. Because, you know, if you are struggling against Soviet colonialism and someone is telling you that it was the Soviet state that actually created some of those nation-states in the first place, you will not be happy. But by now it has become accepted, I would say. President Putin has not read my article, but there is no doubt that that's his main objection to the Soviet state. That it created the structure that would lead, eventually, to the creation of a bunch of nation-states. And that is what is important to him. And not only to him. It did leave 25.000 Russians as second-class citizens in a bunch of mono-ethnic states. Which is not, you know, politically correct to dwell on, but it is a fact that I think will continue to shape politics in that part of the world.

Ricardo Noronha: *Going back to the building, when building the House of Government, did the Soviet leadership follow any kind of precedent? Did they look at the Kremlin as an inspiration? I think the Chinese Communist Party took hold of the Forbidden City for the same purposes, but I am not sure. So, was there a previous paradigm which they followed? And did it inspire other similar solutions in other Socialist countries?*

YS: Yes, it definitely did. It did have descendants, but not obvious ancestors. The architect did travel to the United States and admired some of the skyscrapers. But he would connect that experience to his next project, the Palace of Soviets. There is no mention of the use of that model in the construction of the House of Government. Throughout the 1920s, there were lots of debates among architects and others about communal living and communal buildings, and what they meant. As I mentioned it briefly before, the family is the most difficult institution and clearly there is nothing worse than the family when it comes to producing inequality, hierarchy, nepotism and corruption. The family is an inexhaustible source of all those things. If you want to build a society based on equality, you have to destroy the family. Because, I don't know about you, but I prefer my own son to other people's children. And whatever you do to me, it is not going to change that basic fact. And when I was marrying my wife, I promised to discriminate against all the other women in her favour. The Bolsheviks were aware of this. They weren't as good at thinking about this as some Christians, but they knew that is where the problem was. And the architects discussed it all very vigorously. It is paradoxical but true that the collectivist society was about individuals. Because, to create new collectives, you have to break-up the previous ones. Basically, any collection of Soviets could end up being a meaningful collective. Which meant that first you had to create interchangeable individuals. That is the thinking that went into designing those communal buildings. But nobody really wanted to live there, certainly not the people who were building the Soviet Union. So, they ended up in family apartments and they knew that they were living a lie, in some sense. That is one of the things that I say that is not to everyone's liking, and that is that they were guilty. They weren't guilty of what they were being accused of, but many of them felt guilty because there they were, living bourgeois lives, as far as they were concerned, in bourgeois apartments, within families. And what do families do? Someone was saying yesterday that revolution stood for hope, and we shouldn't abandon hope, and we should keep changing and reforming things. Fair enough. All I am saying is that

there is a limit to how much we can transform ourselves. The fact that you prefer your son to other people's children does not bode well for universal brotherhood.

JN: *Final question: what are your future plans in terms of your academic work?*

YS: My plan for the future, first of all, is to finish the Russian version of my life's work. To write the original. And then to retire to Portugal and join all those English and Dutch people who live here, except that my Portuguese is better, I think. To my shame I haven't read any António Lobo Antunes, for example, so I have a lot of catching up to do [laughs].

JN: *Obrigado a todos e obrigado Yuri Slezkine.*

Referência para citação:

Slezkine, Yuri. "Mirrors, Rooms, and one Very Big Building. A conversation with Yuri Slezkine on Russian ethnographers, the historiography of the Soviet Union and Literature. Interview by José Neves." Por José Neves. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 183-206.

**Konrad H. Jarausch, Christian F.
Ostermann, Andreas Etges**
*The Cold War. Historiography,
Memory, Representation*
Berlim/Boston: Walter de Gruyter GmbH,
2017, 318 pp.

Rui Lopes*

Organizado por Konrad H. Jarausch, Christian F. Ostermann e Andreas Etges a partir de uma conferência sobre a história, memória e representação da Guerra Fria em Berlim, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* situa-se na linha da chamada ‘nova história da Guerra Fria’. Mais do que uma corrente coesa, trata-se de um movimento díspar com vista à superação dos limites das leituras historiográficas desse conflito produzidas durante o mesmo, em particular das escolas norte-americanas ‘ortodoxa’ (que apresentava a Guerra Fria como resultado da paranóia e expansionismo soviéticos),¹ ‘revisionista’ (que enfatizava o expansionismo dos EUA e o peso das suas motivações económicas)² e ‘pós-revisionista’ (que, inspirada pelas teorias de relações internacionais, via o fenómeno como uma disputa estrutural por espaços esvaziados de poder pela II Guerra Mundial, privilegiando

* FCT Researcher at FCSH-NOVA.

1 Thomas A. Bailey, *America Faces Russia: Russian-American Relations from Early Times to Our Day* (Ithaca: Cornell University Press, 1950); Herbert Feis, *Churchill, Roosevelt, Stalin: The War They Waged and the Peace They Sought* (Princeton: Princeton University Press, 1957); Arthur Schlesinger Jr, “Origins of the Cold War,” *Foreign Affairs* 46 (Outubro 1967): 22-52.

2 William Appleman Williams, *The Tragedy of American Diplomacy* (Nova Iorque: Delta, 1962); Barton J. Bernstein, “American Foreign Policy and the Origins of the Cold War,” in *Politics and Policies of the Truman Administration*, org. Barton J. Bernstein (Chicago: Quadrangle Books, 1970), 15-77; Joyce Kolko e Gabriel Kolko, *The Limits of Power: The World and United States Foreign Policy, 1945-1954* (Nova Iorque: Harper & Row, 1972).

interesses pragmáticos como a segurança nacional).³ Beneficiando de um espólio documental mais diversificado – incluindo acesso a fontes de ambos os blocos – e de uma suposta liberdade crítica proporcionada pelo fim da Guerra Fria, a ‘nova’ historiografia tem em grande medida deslocado o foco da atribuição de responsabilidades para uma compreensão mais ampla das dimensões ideológicas e relacionais do conflito, bem como do seu alcance geográfico e social.⁴

Nesse espírito, este livro explora múltiplas facetas da Guerra Fria, desdobrando o conceito em novas direcções (e contrariando de certa forma o apelo de Federico Romero para uma mais firme clarificação conceptual dos contornos deste campo).⁵ Após um capítulo introdutório, sete autores abordam as representações da Guerra Fria difundidas durante e após o conflito, passando por correntes modernistas da literatura e da cultura visual, pela produção académica, por testemunhos de agentes da CIA e subsequente discussão pública, por manuais escolares, pela literatura de espionagem e pelo cinema. Seguem-se seis capítulos sobre a memória e memorialização da Guerra Fria nas últimas duas décadas, em museus vietnamitas, numa aldeia fronteiriça checa, em antigas instalações militares e nos debates em torno de monumentos em Berlim.⁶

O volume tem um duplo propósito. Por um lado, propõe-se a contribuir para o processo de crescente cruzamento da historiografia da Guerra Fria com os estudos culturais e estudos de memória, reunindo contributos quer de historiadores de renome quer de investigadores de outras áreas, incluindo arqueologia, sociologia urbana e análise de ma-

3 John Lewis Gaddis, *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1972); Daniel Yergin, *Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1977); Thomas G. Paterson, *On Every Front: The Making of the Cold War* (Nova Iorque: W. W. Norton, 1979).

4 Melvyn P. Leffer e Odd Arne Westad (org.), *The Cambridge History of the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Petra Goedde e Richard Immerman (org.), *The Oxford Handbook of the Cold War* (Oxford: Oxford University Press, 2013).

5 Federico Romero, “Cold War historiography at the crossroads,” *Cold War History* 14:4 (2014): 685-703.

6 O livro contém ainda uma pequena selecção bibliográfica, composta sobretudo de outros trabalhos dos mesmos autores. Deixa de fora várias obras-chave da história cultural da Guerra Fria, tais como Frances Stonor Saunders, *Who Paid the Piper? The CIA and the Cultural Cold War* (Londres: Granta Books, 1999) e David Caute, *The Dancer Defects. The Struggle for Cultural Supremacy during the Cold War* (Oxford: Oxford University Press, 2003).

nuais escolares. Por outro, ao realçar a importância dos temas e abordagens em foco, o livro serve de base justificativa para a proposta (advogada publicamente pelos três organizadores – p.15) de criação de um museu da Guerra Fria no *Checkpoint Charlie*, o qual, ao contrário dos monumentos e exposições já existentes, supere narrativas simplistas, em grande medida herdadas da própria Guerra Fria. Em vez de reproduzir as antigas rivalidades, este projecto museológico visa contextualizá-las, bem como enfatizar a “mensagem positiva” de que, embora o mundo tenha estado à beira da autodestruição, “a razão prevaleceu no final e os blocos hostis encontraram uma maneira de de-escalar tensões para preservar a paz” (p.18).⁷ O livro procura, portanto, ir além da reflexão e intervir directamente nas políticas públicas de memória através da materialização da sua análise, tornando-se esse projecto ele próprio objecto de discussão nos capítulos finais (pp.252-253, 263-264, 298-299).

Ainda que nem sempre explícita, a interacção entre estes dois propósitos atravessa *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, cuja atenção recai quer sobre a construção cultural da Guerra Fria quer sobre o modo como essa construção continua a ser reproduzida e carece de desconstrução. Para os organizadores, a ‘viragem cultural’, mais do que suscitar a abertura de novas áreas de investigação e avenidas interpretativas, permite abordar uma questão central: se entendermos a Guerra Fria não apenas como uma clivagem ideológica entre os EUA e a URSS mas sim como a tradução dessa clivagem num conflito em grande escala, então, ao difundir “o antagonismo entre a visão totalitária do comunismo e o entendimento neofascista do capitalismo”, “a cultura não foi um reflexo passivo das políticas da Guerra Fria, mas sim um contribuidor activo para o confronto Este-Oeste” (p.7). Consequentemente, o estudo culturalista da Guerra Fria “permite escapar à sua lógica polarizadora” (p.15), questionando a criação e disseminação desta metáfora enquanto modo dominante de encarar o mundo (e, em última análise, permite aos académicos reflectir sobre o seu próprio papel nesse processo). Estas ideias são complexificadas e desenvolvidas mais extensamente no capítu-

7 Todas as citações traduzidas do inglês para português pelo autor desta recensão.

lo escrito por Siegfried Weichlein – o mais longo do livro, com quase cinquenta páginas. Lançando o mote para o resto do volume, esse capítulo adverte contra a tendência para procurar uma sintonia demasiado rígida entre produtos culturais e discurso político: as lógicas de produção cultural e os próprios agentes históricos não encaixavam perfeitamente nos esquemas binários da Guerra Fria, pelo que a história cultural, mais do que simplesmente explicar o sucesso ou fracasso da sedução política de certos grupos sociais, deve lidar com a “hibridez e ambiguidade de preferências contraditórias” (p.20). Aceitando que a cultura da Guerra Fria não foi um mero produto desse conflito, mas sim um terreno onde o seu significado foi sendo continuamente renegociado, o texto de Weichlein identifica um carácter duplo da cultura – em parte, esta projectava o antagonismo ideológico e geopolítico, enformada por discursos preexistentes, mas também produzia novos sentidos, re-imaginando a Guerra Fria com distanciamento e reflexividade, de modo crítico ou satírico. Weichlein analisa esse fenómeno em diversos campos artísticos e das ciências sociais, com particular destaque para o processo de domesticação e cooptação do modernismo pelo liberalismo anticomunista.

Entre os capítulos mais estimulantes, vejam-se também os contributos de David Reynolds e Vladimir O. Pechatnov. Reynolds examina o modo como as historiografias produzidas no Reino Unido, França e Alemanha Ocidental desafiaram a noção de bipolaridade de duas formas: ao identificar um papel activo por parte dos seus respectivos Estados e ao situar a Guerra Fria em contextos mais vastos (como a história da descolonização ou da evolução da identidade europeia). Para Reynolds, esta tendência derivou, no caso britânico, de uma certa reprodução do discurso das fontes na sequência da abertura dos arquivos diplomáticos e, no caso francês, do peso da narrativa pública estabelecida por Charles de Gaulle. Na RFA, onde o acesso à documentação foi condicionado até tarde por os arquivos governamentais estarem na posse dos ocupantes, a história internacional foi secundarizada face a um maior interesse pela história social e, em particular, pelo período nazi (ainda que os debates sobre o nazismo tenham acabado por se cruzar com os debates sobre a Guerra Fria, enquadrada pelos historiadores Ernst Nolte e Andreas

Hillgruber, entre outros, como um conflito contra o comunismo que remontava a 1917). O texto de Pechatnov funciona como uma extensão deste capítulo, discutindo as narrativas da academia e opinião pública russas. Pechatnov identifica três teses dominantes em sucessão, incluindo a versão oficial soviética, segundo a qual a posição da URSS era uma continuação da luta antifascista travada na II Guerra Mundial, a narrativa revisionista emergida durante a fase da *glasnost*, que culpava a natureza do sistema estalinista pelo desencadeamento do conflito, e uma perspectiva mais recente, moldada pelo contínuo desentendimento entre o Ocidente e a Rússia, a qual sugere que a explicação para a Guerra Fria se articula menos com a questão ideológica do que com tensões socioculturais mais profundas e ancestrais.

Um dos méritos do volume é justamente o de assinalar a pluralidade de narrativas em constante competição. Na sua análise da produção cinematográfica dos EUA e da RFA, Christoph Classen demonstra como a Guerra Fria, para além de um conflito internacional, foi também um conflito no interior de culturas nacionais. Falk Pingel compara vários manuais escolares, apontando diferenças substanciais não só entre os manuais da RFA e RDA (cada um culpando o bloco rival pela Guerra Fria e pela conseqüente divisão alemã), como entre a retórica anticomunista da Alemanha Ocidental e o discurso dos livros franceses, mais benevolente em relação à URSS. Pingel realça também a evolução ao longo do tempo, por exemplo encontrando nos manuais da RDA dos anos setenta uma visão especialmente triunfalista da trajectória do lado soviético, segundo a qual o momento de *détente* que então se vivia resultava do declínio do imperialismo agressivo dos Estados Unidos. No campo das políticas de memória, Sybille Frank aborda o modo como debates recentes sobre a monumentalização do Muro de Berlim são moldados não apenas por divergências ideológicas quanto ao significado da Guerra Fria mas por questões relacionadas com a mercantilização do património e a tensão entre abordagens mais ‘factuais’ ou ‘emocionais’ (ou seja, que privilegiam ora a informação abstracta e a reflexão crítica ora a recriação material e a experiência sensorial), incluindo disputas em torno da noção de ‘autenticidade’. Um tema recorrente ao longo do

livro é a plasticidade do próprio conceito de ‘Guerra Fria’, aplicado, consoante os actores, à constelação internacional em geral ou à política de cada uma das superpotências em particular, bem como à era terminada com a Crise dos Mísseis de Cuba (p.123) ou a uma leitura histórica especificamente ocidental (pp.195-200). É um termo que está ausente, por exemplo, do discurso oficial vietnamita (p.182) ou da memória colectiva do antigo Bloco de Leste, onde o período de 1948-1989 tende a ser identificado como “a vida durante o comunismo” (p.200).

As principais limitações de *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* parecem advir não só da preocupação em justificar a escolha de Berlim como local proposto para o museu mas também dos habituais desafios na transição de comunicações em conferência para um formato de livro. No que toca ao primeiro aspecto, a limitação mais evidente prende-se com o facto de o volume, ainda que em parte descentrando a Guerra Fria para além do tradicional foco na agência dos EUA e da União Soviética, se debruçar sobretudo sobre o plano europeu e, dentro deste, quase exclusivamente sobre o Reino Unido, França e as duas Alemanhas (ou seja, quase todos os textos tratam ou o caso alemão ou o dos seus ocupantes). A selecção não faz justiça ao crescente entendimento da Guerra Fria como um fenómeno global, com especial impacto no chamado ‘terceiro mundo’,⁸ o que, não sendo grave em si mesmo (pois os casos de estudo não deixam de ser pertinentes), contraria o objectivo expresso de contextualizar esse período à luz da ‘nova’ historiografia e, em particular, de inserir a experiência de Berlim numa dinâmica mundial. Outra limitação assinalável, provavelmente relacionada com o segundo aspecto, é a superficialidade de várias passagens, muitas vezes pintando quadros impressionistas em vez de analisar cuidadosamente a complexidade do seu objecto.⁹ A manifestação mais incómoda desta tendência dá-se quando, em nome de uma valori-

8 Odd Arne Westad, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

9 A superficialidade reflecte-se em ocasionais faltas de rigor, como quando a série televisiva *Mission: Impossible* é apresentada como um filme (p.28) ou são fundidas as duas versões de *Invasion of the Body Snatchers* (p.61). Não obstante, estes detalhes – tal como as pontuais gralhas e erros de edição – não põem em causa os argumentos avançados.

zação da dimensão cultural, são ignorados outros factores importantes, por exemplo económicos ou políticos.¹⁰ O texto mais frustrante nesta matéria é o de Jennifer Dickey, o qual desperdiça um objecto promissor – o modo como as políticas de memória no Vietname, sobretudo voltadas para os turistas, disputam uma narrativa da guerra com os Estados Unidos – através de uma discussão sem grande profundidade.

Uma terceira limitação prende-se com a tendência, mesmo em capítulos com temas ou análises cativantes, para forçar demasiado os argumentos, porventura de modo a alinhá-los com a lógica do livro. É o caso do texto de Christopher R. Moran, o qual se debruça sobre o contributo das denúncias de ex-agentes da CIA ao longo da década de setenta – bem como das controvérsias geradas pelas tentativas da CIA de abafar essas publicações – para a interpretação que vinha pondo em causa a legitimidade formal e moral da política de Guerra Fria dos EUA. O argumento de que essas denúncias estimularam a corrente historiográfica revisionista é despropositado, uma vez que cronologicamente coincidem, sim, com a ascensão do pós-revisionismo (ou seja, se desempenharam um papel na validação das teses revisionistas, então aparentemente fizeram-no sobretudo fora da academia). A argumentação historiográfica soa igualmente desajustada no capítulo de Muriel Blaive sobre as memórias da Guerra Fria junto da fronteira entre a Áustria e a Checoslováquia, recolhidas através de história oral. De modo a enfatizar a relevância do gesto de dar voz às memórias quotidianas do ex-Bloco de Leste, Blaive – em vez de realçar a sua continuidade com a ‘nova’ historiografia da Guerra Fria – posiciona-se, de forma algo datada, como contrapeso ao “que tem sido até agora um interesse quase exclusivo pela história internacional e diplomática” (p.198, parafraseando uma crítica elaborada por Patrick Major e Rana Mitter em 2004) e a um discurso de triunfalismo ocidental

10 Por exemplo, na página 29, um parágrafo começa por nos informar que “foram usados filmes para intervir politicamente nas eleições italianas de Abril de 1948” e que a sátira anticomunista *Nimotchka* “foi distribuída em Itália para contrariar a ligeira vantagem do Partido Comunista Italiano (PCI) nas sondagens”, acabando por concluir que “o PCI tentou conquistar os intelectuais; o filme de Hollywood apontou para o homem comum” e no final o PCI perdeu as eleições. O parágrafo começa assim em voz passiva, sem identificar quem teria recorrido a tal estratégia, e acaba com uma elipse que insinua um papel crucial desempenhado pelo filme, sem reconhecer a decisiva intervenção da CIA em vários outros elementos do processo eleitoral.

e diabolização soviética (respondendo repetidamente ao livro de John Lewis Gaddis *We Now Know: Rethinking Cold War History*, publicado em 1997). No caso do texto de Paul Bleton, o autor – que essencialmente resume os seus escritos já publicados em francês – apresenta uma interpretação multifacetada dos factores apelativos da literatura e cinema de espionagem, reconhecendo que, para além do medo do comunismo (agravado pela ascensão do *Parti Communiste Français*), o público francês se revia nas fantasias de nacionalismo, profissionalismo, hedonismo e liberdade projectadas por essas obras. O pretexto para a sua abordagem, no entanto, é formulado num tom que soa falsamente ingénuo, declarando que “o sucesso de todo um género popular sobre agentes secretos e temas esotéricos é completamente desconcertante” (p.146), como se a preocupação de Bleton fosse explicar o apelo em França de um tipo de ficção especialmente limitado e invulgar.¹¹

Por fim, o volume não evita uma dose de repetição. Siegfried Weichlein estende a sua discussão a casos de estudo como os filmes de espões e ficção científica, os quais são também examinados nos capítulos de Paul Bleton e Christoph Classen. Os três capítulos finais, escritos por Hope M. Harrison, Sybille Frank e Hanno Hochmuth, abordam todos a monumentalização em Berlim, incidindo sobre muitos dos mesmos exemplos – dada a ausência de leituras vincadamente díspares entre os textos, faria sentido dividir mais rigidamente o seu âmbito ou eventualmente fundi-los. Não obstante, o resultado (em conjunto com o capítulo de Wayne D. Cocroft sobre a preservação do património material da Guerra Fria, que também inclui uma pequena secção sobre a Alemanha) cria uma interessante exploração do caso alemão. Como a Guerra Fria esteve associada à divisão do país e o seu fim ao desaparecimento de um estado, as políticas de memória nesse campo interligam-se necessariamente com discussões sobre identidade nacional e disputas entre narrativas alternativas do passado. Os debates sobre como lembrar o Muro de Berlim constituem-se assim em

11 Na introdução do capítulo, Bleton coloca a questão em moldes quase contraintuitivos: “Como é que uma ficção situada num *milieu* profissional tão esotérico, travando batalhas secretas que envolvem aparelhos de estado enigmáticos, sobre objectivos inquietantes e apocalípticos, mas vagos, veio a captar o desejo do público, especialmente dentro de uma cultura de massas bastante *exotérica*?” (p.136).

torno de diversas tensões discursivas: entre o discurso de quem resistiu ao regime da RDA e o de quem o constituiu (ou seja, entre o discurso dos fugitivos e o dos guardas do muro), entre o discurso que vê na queda do muro um triunfo do modelo ocidental e aquele que lamenta o colapso do comunismo, entre o discurso focado nos ‘mártires’ do muro e o focado no sistema por trás dessa construção, entre o discurso que equipara a RDA ao nazismo e o que privilegia uma política de memória do Holocausto, entre o discurso da direita e o do partido social-democrata (mais aberto a coligações camarárias com os herdeiros do antigo partido da RDA), entre o discurso da responsabilidade nacional e o do contexto global, entre o discurso do passado trágico e o celebratório da revolução pacífica de 1989, entre o discurso sobre a memória da divisão e o sobre a necessidade de união. Estas tensões traduziram-se no adiamento de uma política pública consistente quanto à monumentalização do muro, pelo que o sector privado tomou a iniciativa, o que por sua vez originou novas clivagens: entre perspectivas que favorecem a monumentalização de diferentes locais, entre diferentes opções estéticas, entre quem defende a reconstrução de secções demolidas e os que desqualificam esse processo como uma abordagem remanescente de um parque temático. No caso destes últimos capítulos, a sobreposição de conteúdo resulta sem dúvida da vontade de enfatizar a falta de um museu público em moldes que se distanciem da narrativa binária e nacionalista dominante nos actuais monumentos, servindo o livro para contextualizar – e posicionar – esse projecto face aos vários debates.

Mesmo que o museu não se concretize em breve, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* já contribui para a contínua discussão e reflexão sobre a Guerra Fria ao iluminar diversos contextos em que o seu significado foi – e continua a ser – produzido. Embora lhe falte algum fôlego, este volume inaugura promissoras linhas de inquérito e, sobretudo, é indispensável a quem se queira debruçar sobre a articulação entre a Guerra Fria e a historiografia ou as políticas de memória.

Referência para citação:

Lopes, Rui “Recensão a *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, de Konrad H Jarasch, Christian F. Ostermann, Andreas Etges.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017); 207-215.

